Volume II

escritos políticos

Antonio Gramsci

colecção universidade livre

seara nova

Tradução de
Manuel Simões

Maquete de
Acácio Santos

Capa de
Henrique Ruivo

Rua Bernardo Lima, 42-r/c — LISBOA - 1

Antonio Gramsci

escritos políticos

Volume II



SEARA NOVA
1977

Volumes publicados

1 — *Estilística da Língua Portuguesa*
por Rodrigues Lapa
Esgotado

2 — *Marx/Engels*
por Jean Bruhat

3 — *O Modo de Produção Asiático*
C. E. R. M.

4 — *Camponeses, Sans-culottes e Jacobinos*
por Albert Soboul

5 — *Condições Actuais do Humanismo*
por Hector Agosti

6 — *Escritos Políticos* — Vol. I
por Antonio Gramsci

7 — *Sobre as Sociedades Pré-Capitalistas* — Vol. I
por Maurice Godelier

8 — *Sobre as Sociedades Pré-Capitalistas* — Vol. II
Antologia de Marx-Engels-Lénine

9 — *Estrutura e Dialéctica da Personalidade*
por Alberto L. Merani

10 — *O Capitalismo Monopolista de Estado* — Vol. I
por Paul Boccara

11 — *O Capitalismo Monopolista de Estado* — Vol. II
por Paul Boccara

12 — *O Capitalismo Monopolista de Estado* — Vol. III
por Paul Boccara

13 — *O Capitalismo Monopolista de Estado* — Vol. IV
por Paul Boccara

colecção universidade livre

NOTA PRÉVIA

Na tradução que agora se apresenta, tivemos o cuidado de respeitar, tanto quanto possível, a prosa nada fácil de Gramsci (é conhecida a sua tese de obrigar o leitor a um esforço de leitura), os seus períodos dilacerados pela necessidade de exposição do rigor ideológico, o seu «estilo», o que equivale a dizer que procurámos respeitar o homem e o pensador.

Se se considerar, além disso, que estes textos correspondem à juventude do autor (o primeiro dos quais, com efeito, escrito aos 19 anos) e se se tiver presente que correspondem a um momento de pesquisa não só ideológica como linguística, teremos um quadro de condicionalismos que a prosa de Gramsci não deixará de reflectir, tornando-se mais «fluída» à medida que o seu autor avança para a maturidade. (N. do T.)

ÍNDICE

1919

1920

20-21 DE JULHO (*)

A greve geral de 20-21 (1) será eminentemente revolucionária. Não porque consiga derrubar o Estado capitalista (já demonstrámos que a conquista do Estado por parte dos proletários só terá lugar quando os operários e os camponeses tiverem criado um sistema de instituições estatais capazes de substituir as instituições do Estado democrático-parlamentar) mas porque iniciará um período de profundas revoluções na estrutura económica actual. A crise do após-guerra iniciar-se-á em 20-21. Até agora os capitalistas, pressionados pelo governo, fizeram facilmente concessões: consentiram em manter a produção num plano antieconómico para evitar o desemprego e a revolta dos desesperados. Não quererão continuar, não poderão continuar. A greve tornar-se-á a justificação de toda uma série de medidas de reacção industrial tendentes a dar à produção a capacidade de exprimir um rendimento seguro e abundante. E, naturalmente, os jornais atribuirão aos socialistas revolucionários a responsabilidade dos despedimentos e do *lock-out* de fábricas e procurarão romper a formidável unidade do proletariado.

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 19-7-1919, secção «La settimana politica».

(1) Greve geral internacional de solidariedade com as Repúblicas socialistas da Rússia e da Hungria. Os trabalhadores pediam o reconhecimento das Repúblicas dos Sovietes, a desmobilização e a amnistia geral.

É necessário, portanto, realizar durante a greve o máximo de disciplina e de unidade. A greve deve terminar à meia-noite de 21. Os operários comunistas devem ser o elemento de coesão desta disciplina e desta unidade; ninguém pode duvidar que eles não sejam revolucionários, que eles sejam «bombeiros». Os operários comunistas sabem que um movimento inssurreccional, hoje, significaria apenas um reforço do instituto parlamentar e uma repressão feroz nas cidades revolucionárias, semelhante às repressões de Noske em Berlim, de Mannerheim na Finlândia, de Hoffman em Munique. O que podem opor ao Parlamento os operários e camponeses comunistas? Nenhuma instituição comunista se criou ainda capaz de substituir, permanente e fortemente, o poder do Parlamento. De facto, nestes dias, os operários comunistas devem intensificar a propaganda para que o surgir de instituições comunistas seja possível e no mais breve espaço de tempo se realize um congresso nacional de delegados de fábrica e de aldeia, comunistas em maioria. Poder-se-á falar então de revolução comunista, com seriedade e responsabilidade. Os comunistas querem de facto criar o Estado dos competentes e dos responsáveis: devem manter-se, em todos os momentos, lúcidos e frios, não podem deixar-se transportar pela exaltação e pela facilidade. Infelizmente, com o heroísmo generoso e a paixão não se criam os Estados: ocorre disciplina, perseverança, coesão e desprezo pelos irresponsáveis.

OPERARIOS E CAMPONESES (*)

Durante a guerra e por necessidades da guerra, o Estado italiano assumiu, ns suas funções, a regulamentação da produção e da distribuição dos bens materiais. Realizou-se uma forma de *trust* da indústria e do comércio, uma forma de concentração dos meios de produção e venda, e uma igualdade das condições de exploração das massas proletárias e semiproletárias que determinaram os seus efeitos revolucionários. Não é possível compreender o carácter essencial do período actual se não se têm presentes estes fenómenos e as consequências psicológicas por eles produzidas.

Nos países ainda atrasados, do ponto de vista capitalista, como a Rússia, a Itália, a França e a Espanha, existe uma nítida separação entre a cidade e o campo, entre os operários e os camponeses. Sobreviveram na agricultura formas económicas puramente feudais e uma correspondente psicologia. A ideia do Estado moderno liberal-capitalista é ainda ignorada; as instituições económicas e políticas não são concebidas como categorias históricas que tiveram o princípio, sofreram um processo de desenvolvimento e podem dissolver-se depois de terem criado as condições para superiores formas de convivência social: são concebidas, pelo contrário, como cate-

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 2-8-1919.

gorias naturais, perpétuas, irredutíveis. Na realidade, a grande propriedade ficou fora da livre concorrência: e o Estado moderno respeitou-lhe a essência feudal, inventando fórmulas jurídicas, como a transmissão hereditária, que continuam de facto os direitos e os privilégios do regime feudal. A mentalidade do camponês continua a ser, por isso, a do servo da gleba, que se revolta violentamente contra os «senhores» em determinadas ocasiões, mas é incapaz de pensar-se a si próprio como membro de uma colectividade (a nação para os proprietários e a classe para os proletários) e de desenvolver uma acção sistemática e permanente com vista a mudar as relações económicas e políticas da convivência social.

A psicologia dos camponeses era, em tais condições, incontrolável; os sentimentos reais permaneciam ocultos, implicados e confundidos num sistema de defesa contra as explorações, meramente egoísta, sem continuidade lógica, formado em grande parte pela passividade e fingido servilismo. A luta de classes confundia-se com brigas, com ameaças, com o incêndio dos bosques, com a perda de gado, com o rapto de crianças e mulheres, com o assalto ao município: era uma forma de terrorismo elementar, sem consequências estáveis e eficazes. Objectivamente, a psicologia do camponês reduzia-se, portanto, a uma pequeníssima soma de sentimentos primordias dependentes das condições sociais criadas pelo Estado democrático-parlamentar: o camponês era deixado completamente ao arbítrio dos proprietários, dos seus delatores e dos funcionários públicos corruptos, e a preocupação maior da sua vida era a de defender-se fisicamente das insídias da natureza elementar, dos abusos e da barbárie cruel dos proprietários e dos funcionários públicos. O camponês viveu sempre fora do domínio da lei, sem personalidade jurídica, sem individualidade moral: permaneceu um elemento anárquico, o átomo independente de um tumulto caótico, travado apenas pelo medo do carabineiro e do diabo. Não compreendia a organização, não compreendia o Estado, não compreendia a disciplina; paciente e tenaz na fadiga individual de extrair da natureza escassos e magros frutos, capaz de sacrifícios inauditos na vida familiar, era impaciente, violento e selvagem na luta de classe, incapaz de impor-se uma finalidade geral de acção e de persegui-la com a perseverança e a luta sistemáticas.

Quatro anos de trincheira e de exploração do sangue mudaram radicalmente a psicologia do camponês. Esta mudança verificou-se especialmente na Rússia e é uma das condições essenciais da revolução. O que não tinha determinado a industrialização com o seu normal processo de desenvolvimento, foi produzido pela guerra. A guerra obrigou as nações mais atrasadas do ponto de vista capitalista e, portanto, menos dotadas de meios mecânicos, a mobilizarem todos os homens disponíveis para opor massas profundas de carne viva aos instrumentos bélicos dos Impérios centrais. Para a Rússia, a guerra significou a tomada de contacto de indivíduos anteriormente perdidos num vastíssimo território, significou uma concentração humana ininterrupta por anos e anos de sacrifícios, com o perigo sempre imediato da morte, debaixo duma disciplina igual e igualmente feroz: os efeitos psicológicos da manutenção de condições semelhantes de vida colectiva, por tanto tempo, foram imensos e ricos de consequências imprevistas.

Atenuaram-se os instintos individuais egoístas, modelou-se um espírito comum unitário, assemelharam-se os sentimentos, formou-se um hábito de disciplina social: os camponeses conceberam o Estado na sua complexa grandiosidade, na sua desmesurada potência, na sua complicada construção. Conceberam o mundo, não já como uma coisa infinitamente grande como o universo e estritamente pequena como a torre da aldeia, mas na sua realidade de Estados e povos, de forças e de fraquezas sociais, de exércitos e de máquinas, de riqueza e de pobreza. Entrelaçaram-se relações de solidariedade que, de outro modo, só dezenas e dezenas de anos de experiência histórica e de lutas intermitentes teriam suscitado; em quatro anos, na lama e no sangue das trincheiras, surgiu um mundo espiritual ávido de afirmar-se em formas e instituições sociais permanentes e dinâmicas.

Assim nasceram na frente russa os Conselhos de delegados militares, assim os soldados camponeses puderam participar activamente na vida dos Sovietes de Petrogrado, de Moscovo e dos outros centros industriais russos, e conquistaram consciência da unidade da classe

trabalhadora; assim aconteceu que, à medida que o exército russo se desmobolizava e os soldados tornavam aos seus locais de trabalho, todo o território do Império, do Vístula ao Pacífico, se foi cobrindo de uma contínua rede de Conselhos locais, órgãos elementares da reconstrução estatal do povo russo. Nesta nova psicologia se fundamenta a propaganda comunista irradiada das cidades industriais e se fundam as hierarquias sociais livremente propostas e aceites através das experiências de vida colectiva revolucionária.

As condições históricas da Itália não eram e não são muito diferentes das russas. O problema da unificação de classe dos operários e dos camponeses apresenta-se nos mesmos termos: acontecerá na prática do Estado socialista e fundamentar-se-á na nova psicologia criada pela vida comum da trincheira.

A agricultura italiana deve transformar radicalmente os seus processos para sair da crise determinada pela guerra. A destruição do gado impõe a introdução das máquinas, impõe uma rápida passagem à cultura industrial conjugada com a disponibilidade de instituições técnicas ricas de meios. Mas uma tal transformação não pode suceder em regime de propriedade privada sem determinar um desastre: é necessário que ela se produza num Estado socialista, no interesse dos camponeses e dos operários, associados em unidades comunistas de trabalho. A introdução das máquinas no processo de produção suscitou sempre profundas crises de desemprego, só superadas lentamente pela elasticidade do mercado de trabalho. As condições de trabalho perturbaram-se hoje radicalmente: o desempergo agrário tornou-se já problema irresolúvel pela efectiva impossibilidade de emigrar; a transformação industrial da agricultura só pode acontecer com o consenso dos camponeses pobres, através duma ditadura do proletariado que se incarne nos Conselhos de operários industrias e de camponeses pobres.

Os operários das fábricas e os camponeses pobres são as duas energias da revolução proletária. Para eles, especialmente, o comunismo representa uma necessidade existencial: o seu advento significa a vida e a liberdade, a permanência da propriedade privada significa o perigo iminente de serem desfeitos, de tudo perderem, até a vida física. Eles são o elemento irredutível, a continuidade do elemento revolucionário, a férrea vontade de não aceitar compromissos, de prosseguir implacavelmente até às realizações integrais, sem se desmoralizarem com os insucessos parciais e transitórios, sem alimentarem muitas ilusões com os sucessos fáceis.

São a espinha dorsal da revolução, os férreos batalhões do exército proletário que avança, derrubando com ímpeto os obstáculos ou assediando-os com as suas marés humanas que minam, corroem com trabalho paciente, com incansável sacrifício. O comunismo é a sua civilização, é o sistema de condições históricas pelas quais conquistarão uma personalidade, uma dignidade, uma cultura, tornando-se espírito criador de progresso e de beleza.

Qualquer trabalho revolucionário só tem probabilidade de sucesso quando se baseia nas necessidades da sua vida e nas exigências da sua cultura. É indispensável que os *leaders* do movimento proletário e socialista o compreendam. E é necessário que compreendam como é urgente o problema de dar a esta força incoercível da revolução a forma adequada à sua psicologia.

Nas condições atrasadas da economia capitalista, antes da guerra, não tinha sido possível a aparição e o desenvolvimento de vastas e profundas organizações camponesas, nas quais se educassem os trabalhadores dos campos para uma concepção orgânica da luta de classe e disciplina permanente necessária para a reconstrução do Estado, depois da catástrofe capitalista.

As conquistas espirituais realizadas durante a guerra, as experiências comunistas acumuladas em quatro anos de exploração do sangue, sofrida colectivamente, braço a braço nas trincheiras de lama e sangue, podem perder-se se não se conseguem inserir todos os indivíduos em órgãos de vida nova colectiva, no fundamento e na prática dos quais as conquistas podem solidificar-se, as experiências podem desenvolver-se, integrar-se, ser dirgidas conscientemente para se alcançar uma finalidade histórica concreta. Assim organizados, os camponenses tornar-se-ão um elemento de ordem e de progresso: abandonados a si próprios, na impossibilidade de desenvolver uma acção sistemática e disciplinada, aca-

barão por se transformar num tumulto confuso, numa desordem caótica de paixões exasperadas até à barbárie mais cruel dos sofrimentos inauditos que se estão perfilando sempre mais espantosamente.

A revolução comunista é essencialmente um problema de organização e de disciplina. Dadas as condições reais objectivas da sociedade italiana, serão protagonistas da revolução as cidades industriais, com as suas massas compactas e homogéneas de operários das fábricas. É preciso, portanto, dedicar a máxima atenção à vida nova que a nova forma da luta de classe suscita no interior da fábrica e no processo de produção industrial. Mas só com as forças dos operários das fábricas a revolução não poderá afirmar-se, estável e difusamente: é necessário soldar a cidade ao campo, suscitar no campo instituições de camponeses pobres sobre as quais o Estado socialista possa apoiar-se e desenvolver-se, através das quais seja possível ao Estado socialista promover a introdução das máquinas e determinar o grandioso processo de transformação da economia agrária. Em Itália, esta obra é menos difícil do que se pensa: durante a guerra entraram nas fábricas citadinas grandes quantidades de população rural; sobre ela actuou rapidamente a propaganda comunista; ela deve servir de cimento entre a cidade e o campo, deve ser utilizada para desenvolver, no campo, um trabalho contínuo de propaganda que destrua as desconfianças e os rancores, deve ser utilizada para que, valendo-se do seu profundo conhecimento da psicologia rural e da confiança que goza, inicie a actividade necessária para determinar a aparição e o desenvolvimento das instituições novas que incorporem no movimento comunista as vastas forças dos trabalhadores dos campos.

CULTURA E PROPAGANDA SOCIALISTA (*)

Publicamos, noutra parte da revista, a comunicação «Cultura e propaganda socialista» apresentada pelo camarada Mario Montagnana ao Congresso dos jovens socialistas piemonteses. As teses sustentadas por Montagnana ([1]), e aprovadas pelo Congresso, são as teses por nós propostas e sustentadas: a discussão que os congressistas fizeram toca-nos muito de perto.

A comunicação Montagnana foi aprovada por unanimidade (132 delegados investidos de 4400 poderes). Foram apresentadas três ordens do dia de solidariedade com a nossa revista; foi aprovado unanimemente isto: «Os jovens socialistas piemonteses, reunidos em congresso, aplaudindo a iniciativa dos camaradas que promove-

---

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 16-8-1919, secção «Cronache dell'Ordine Nuovo». O título é nosso.

([1]) Mario Montagnana sublinhava na sua comunicação como a obra de cultura socialista devia corresponder, em primeiro lugar, à exigência de um «trabalho de construção», não só da consciência socialista mas da própria consciência das tarefas imensas que a revolução apresentava aos operários. Montagnana acrescentava: «*L'Ordine Nuovo* deve ser, para os jovens socialistas, o que era, poucos anos antes, para a parte mais inteligente da burguesia, a revista *La Voce* que se publicava em Florença. Deve ser o fulcro à volta do qual se desenvolvem e se explicam todas as inteligências e todas as vontades de compreender e de saber.» Cf. o texto reproduzido na antologia de *ON*, da série *La cultura italiana...*, cit., pp. 237-243.

ram a publicação de *Ordine Nuovo*, empenham-se para que seja difundida na região, entre as massas operárias e camponesas, para aquela propaganda de reconstrução que consideram necessária.»

As observações feitas à revista dizem respeito à «não popularidade elementar» dos artigos ali inseridos. O camarada Montagnana respondeu que a propaganda fundamental que hoje se deve desenvolver deve ser diversa da tradicional. Devemos hoje difundir a persuasão de que os problemas económicos e morais desencadeados pela guerra só podem resolver-se na Internacional comunista entendida como um sistema mundial de ditaduras proletárias. Devemos difundir noções exactas sobre o conceito de ditadura proletária, entendida como sistema nacional de Conselhos operários e camponeses organizado em poder estatal e tendente a suprimir as classes e a propriedade privada, geradora dos conflitos e da desordem actual. Devemos educar os proletários para a gestão da fábrica comunista e para o autogoverno. Mas esta tarefa que os socialistas se propõem não pode ser desenvolvida simultaneamente em todos os estratos da classe trabalhadora: é necessário promover a formação de hierarquias de cultura, a formação de uma aristocracia dos comunistas de vanguarda, dos jovens mais voluntariosos e mais capazes de trabalho e de sacrifício. A esses pertencerá a tarefa de tornar populares os conceitos revolucionários, de desenvolvê-los entre as massas locais, adaptando-os às diferentes psicologias, enriquecendo com o seu espírito os problemas particulares das regiões, dos diferentes sectores proletários e semiproletários. *L'Ordine Nuovo* tinha-se proposto esta tarefa: promover a criação de grupos livremente constituídos no interior do movimento socialista e proletário para o estudo e a propaganda dos problemas da revolução comunista. Em três meses de vida, obteve enormes resultados: a proposta de Montagnana para a constituição de comissões de cultura nos centros juvenis é um destes resultados; o movimento que se iniciou nas fábricas de Turim para a transformação das velhas comissões internas em comissões de delegados de secção, que nestes dias

se concretizou nas fábricas da Fiat-Centro (a primeira fábrica italiana que terá o novo instituto proletário), é outro destes resultados. Sistematizar esta propaganda iniciada pelos amigos de *Ordine Nuovo* é a tarefa actual; realizou-se já uma reunião a este propósito, outras se virão a realizar. Informaremos os leitores acerca das deliberações que ali serão tomadas.

AOS DELEGADOS DE SECÇÃO DAS OFICINAS FIAT-CENTRO E BREVETTI (*)

Camaradas!

A nova forma que a comissão interna assumiu na vossa fábrica, com a nomeação dos comissários de secção (1), e as discussões que precederam e acompanharam esta transformação não passaram inadvertidas no campo operário e patronal de Turim. De um lado, dispõem-se a imitar-vos os operários de outros estabelecimentos da cidade e da província, por outro os proprietários e os seus agentes directos, os administradores das grandes empresas industriais, olham para este movimento com interesse crescente e perguntam-se e preguntam-vos qual a finalidade para que tende, qual o programa que a classe operária de Turim se propõe realizar.

Sabemos que para determinar este movimento, o nosso jornal não contribuiu pouco. A questão foi ali examinada não apenas de um ponto de vista teórico e geral, mas recolheram-se e expuseram-se os resultados das experiências dos outros países para fornecer os elementos com vista ao estudo das aplicações práticas. Sabemos,

---

(*) Assinado L'Ordine Nuovo, *L'Ordine Nuovo*, 13-9-1919.

(1) A campanha de *Ordine Nuovo* para as novas instituições operárias, iniciada pelo editorial *Democracia operaria*, (cf. pp. 337 do primeiro volume) desenvolveu-se num debate nas colunas da revista e entre os trabalhadores metalúrgicos de Turim durante o Verão inteiro de 1919, com vista à renovação das comissões internas. O velho modo de eleição da CI era escassamente demo-

porém, que o nosso trabalho teve um valor relativo, satisfez uma necessidade, favoreceu a concretização de uma aspiração que era latente na consciência das massas trabalhadoras. Por isso nos entendemos tão rapidamente, por isso se pôde passar tão seguramente da discussão à realização.

A necessidade e a aspiração, de que extrai a sua origem o movimento renovador da organização operária por vós iniciado, estão, cremos, nas próprias coisas, são uma consequência directa do ponto alcançado, no seu desenvolvimento, pelo organismo social e económico baseado na apropriação privada dos meios de colocação e produção. O operário da fábrica e o camponês dos campos, o mineiro inglês e o *mugik* russo, todos os trabalhadores do mundo inteiro, intuem hoje, de modo mais ou menos seguro, sentem de modo mais ou menos directo, a verdade que homens de estudo tinham previsto e de que estão adquirindo a certeza sempre maior quando observam os acontecimento deste período da história da humanidade. Somos chegados ao ponto em que a classe trabalhadora, se não quer renunciar à tarefa de reconstrução que está nos seus factos e na sua vontade, deve começar a ordenar-se de modo positivo e adequado para o fim a alcançar.

E se é verdade que a sociedade nova será baseada no trabalho e na coordenação das energias dos produtores, os lugares onde se trabalha, onde os produtores vivem e operam em comum, serão amanhã os centros do organismos social e deverão ocupar o lugar das entidades directivas da sociedade moderna. Assim como, nos primeiros tempos de luta operária, a organização por profissão era

crático e representativo: a eleição dos membros era praticamente decidida pela Fiom, convalidada por uma assembleia dos sócios «federados» na organização sindical. Em seguimento às indicações de Gramsci, todos os operários da Fiat Brevetti (cerca de 2000) elegem, secção por secção, os seus delegados. Estes formam o Conselho de fábrica que exprime um *comité* executivo ou nova comissão interna. O exemplo é seguido pelos operários da Fiat Centro, em seguida pelos de outras secções do grande complexo, de Savigliano, da Lancia, etc. Nos fins de Outubro de 1919, o novo sistema de eleição, o sistema dos Conselhos, é actuado por 30 000 metalúrgicos que, na Primavera de 1920, serão 150 000, em Turim.

a que melhor se prestava aos objectivos de defesa, às necessidades das batalhas para o melhoramento económico e disciplinar imediato, também hoje, que começam a delinear-se (e sempre maior consistência estão tomando na mente dos operários) os objectivos reconstrutivos, é necessário que surja, simultaneamente e em apoio da primeira, uma organização de fábrica, verdadeira escola das capacidades reconstrutivas dos trabalhadores.

A massa operária deve preparar-se efectivamente para a conquista da completa autoridade de si própria, e o primeiro passo nesta via está representada na sua mais sólida disciplina na fábrica, de modo autónomo, espontâneo e livre. Nem se pode negar que a disciplina que se instaurará com o novo sistema conduzirá a um melhoramento da produção, mas isto não representa mais do que a verificação duma das teses do socialismo: quanto mais as forças produtivas humanas, emancipando-se da escravidão a que o capitalismo as desejaria para sempre condenar, tomam consciência de si, se libertam e livremente se organizam, tanto melhor tende a transformar-se o modo da sua utilização (o homem trabalhará sempre melhor do que o escravo). Aos que, porém, objectam que deste modo se acaba por colaborar com os nossos adversários, com os proprietários das empresas, respondemos que, pelo contrário, este é o único meio de lhes fazer sentir concretamente que o próximo é o fim do seu domínio, porque a classe operária concebe já a possibilidade de *dirigir por si* e de fazê-lo bem; ou melhor, ela adquire, dia após dia, a certeza claríssima de ser a única capaz de salvar o mundo inteiro da ruína e da desolação. Por isso cada acção que vocês empreendem, cada batalha conduzida sob a vossa direcção, será iluminada pela luz da finalidade última que está no ânimo e nas intenções de todos vós.

Conquistarão um grande valor, portanto, também os actos aparentemente de pouca importância nos quais se explicará o mandato que vos é conferido. Eleitos por um operariado no qual são ainda numerosos os elementos desorganizados, o vosso primeiro cuidado será certamente o de fazê-los entrar nas fileiras da organização, trabalho que de resto vos será facilitado pelo facto de eles

encontrarem em vós o elemento sempre pronto a defendê-los, a guiá-los, a iniciá-los na vida da fábrica. Mostrar-lhes-ão com o exemplo que a força do operário está toda na união e na solidariedade com os seus camaradas.

Assim também vos competirá vigiar para que sejam respeitadas, nas secções, as regras de trabalho fixadas pelas federações de ofício e aceites nos contratos, visto que, neste campo, mesmo uma leve revogação dos princípios estabelecidos pode constituir uma ofensa grave aos direitos e à personalidade do operário, de quem devem ser rígidos e tenazes defensores. E uma vez que, vós próprios, vivereis continuamente entre os operários, podereis conhecer sempre as modificações que será necessário, pouco a pouco, introduzir nos regulamentos, modificações impostas quer pelo progresso técnico da produção quer pela progressiva consciência e capacidade dos próprios trabalhadores. Deste modo se constituirá um *hábito* de fábrica, elemento primeiro da verdadeira e efectiva legislação do trabalho, isto é, das leis que os produtores elaborarão e darão a si próprios. Estamos certos que a importância deste facto não vos escapa, que isso é evidente perante todo o operariado que prontamente e com entusiasmo compreendeu o valor e o significado do trabalho que se propõe desenvolver: inicia-se a intervenção activa, no campo técnico e no disciplinar, das próprias forças do trabalho.

No campo técnico poderão, por um lado, cumprir um utilíssimo trabalho informativo, recolhendo dados e materiais preciosos quer para as federações de ofício quer para as entidades centrais e directivas das novas organizações de fábrica. Além disso devem tentar que os operários de secção adquiram uma cada vez maior capacidade, fazendo desaparecer os mesquinhos sentimentos de ciúme profissional que ainda os dividem e mantêm discordantes; treiná-los-eis assim para o dia em que, trabalhando não já para o patrão mas para si, lhes serão necessárias a união e solidariedade para aumentar a força do grande exército proletário de que são as primeiras células. Porque não pensam em fazer surgir, na própria fábrica, anexas secções de instrução, verdadeiras escolas profissionais, onde cada operário, elevando-se da

fadiga que embrutece, possa abrir o espírito à consciência dos processos de produção, melhorando-se a si próprio?

Decerto que para fazer tudo isto será necessária disciplina, mas a disciplina que requererão à massa operária será bem diversa da que impunha e pretendia o patrão, fortalecido com o direito de propriedade que lhe confere uma posição de privilégio. Vós estareis fortalecidos com um outro direito, o do trabalho que, depois de ter sido por séculos instrumento nas mãos dos seus exploradores, pretende hoje redimir-se, dirigir-se por si próprio. O vosso poder, oposto ao dos patrões e dos seus oficiais, representará, em confronto com as forças do passado, as forças livres do futuro, que esperam a sua hora e a preparam, sabendo que será a hora da redenção de todas as formas de escravidão.

E assim os órgãos centrais que surgirão para cada grupo de oficinas, para cada grupo de fábricas, para cada cidade, para cada região, até um supremo Conselho operário nacional, prosseguirão, alargarão, e intensificarão o trabalho de controlo, de preparação e de ordenação de toda a classe, com finalidades de conquista e de governo.

O caminho não será nem breve nem fácil, isto é sabido: muitas dificuldades surgirão e vos serão opostas e para superá-las ocorrerá o uso de grande habilidade, ocorrerá fazer apelo à força da classe organizada, ocorrerá sempre que estejam animados (e orientados para a acção) por uma grande fé, mas o que mais importa, camaradas, é que os operários, sob a vossa direcção e dos que vos imitarão, adquiram a viva certeza de caminhar, seguros de alcançar a meta, sobre a grande estrada do futuro.

SOCIALISTAS E ANARQUISTAS (*)

Frequentemente é reprovado aos anarquistas o facto de dedicarem a sua actividade de propaganda mais à luta contra os organismos políticos e corporativos do proletariado do que à luta contra a classe dominante. Objectivamente, o facto é irrefutável. O problema a estudar é, porém, este: podem os anarquistas proceder de modo diverso? Poderiam desenvolver uma actividade permanente e orgânica se não existisse a organização socialista e proletária?

Existe uma doutrina anarquista? Existe apenas um conjunto de aforismos, de sentenças gerais, de afirmações peremptórias, a que os anarquistas chamam a sua «doutrina»: e o método seguido pelos anarquistas no desenvolvimento da sua acção consiste em aceitar, ecléctica e empiricamente, todas as críticas à ordenação actual que reputam capazes de promover um estado de crise e de mal-estar psicológico, fundando nisto as suas afirmações, os seus aforismos, as suas sentenças. Os anarquistas não têm uma concepção orgânica do mundo e da história: vêem os efeitos, os fenómenos vistosos, não as causas, não a continuidade do processo histórico que se revela, só como mero indício, nestes efeitos e nestes fenómenos. Por isso têm necessidade de inserir-se numa força real — a organização política e corporativa dos trabalhadores — que adere plasticamente ao processo his-

---

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 20/27-9-1919.

tórico: daqui extraem a ilusão de serem — de serem uma força difusa e orgânica, e esta ilusão é a sua razão de ser.

A «doutrina» anarquista vale para todos os tempos e para todos os lugares, baseia-se na «natureza» humana, a qual deveria ser governada por leis fixas e imutáveis, que são precisamente as chamadas «leis da natureza». A natureza humana é o espírito; a lei constante que governa o espírito na sua mais alta manifestação — o pensamento — determina uma procura contínua de liberdade, uma contínua luta contra os preconceitos, contra as angústias, contra os limites impostos pela tradição, pela religião, pela falta de espírito crítico. A «doutrina» anarquista é um reflexo cristalizado e empobrecido, em fórmulas dogmáticas e incoerentes, de uma tendência filosófica que ainda não alcançou uma maturidade e uma sistematização orgânica.

No momento da sua maturidade, esta doutrina filosófica demonstrou que a filosofia e a história coincidem: no fenómeno de simbiose anarco-socialista podemos constatar a verdade objectiva desta demonstração. No regime de concorrência determinada pela propriedade privada, as correntes sociais tendem a pessoalizar uma manifestação histórica geral: os socialistas apoiam-se nas manifestações profundas da vida social, na estrutura económica que condiciona todas as formas da vida social; os anarquistas apoiam-se nas leis constantes do espírito, na liberdade, no pensamento («anarquista é o pensamento, etc., etc.»); em conjunto, deveriam tender para a realização objectiva da unidade do pensamento e da acção, da história e da filosofia.

Em vez disso, são adversários, e são-no porquanto os anarquistas são adversários permanentes dos socialistas (os socialistas são adversários do capitalismo e combatem os anarquistas apenas quando eles se revelam inconscientes instrumentos da força capitalista), ainda que se nutram e vivam apenas porque inseridos no tecido histórico que os socialistas organizaram paciente e tenazmente.

Os socialistas, os comunistas críticos, têm, pelo contrário, uma doutrina sólida e orgânica e têm um método, o método dialéctico. E porque têm uma doutrina, têm

uma personalidade bem distinta e um domínio próprio bem definido.

A lei essencial do homem é o ritmo da liberdade, a história do género humano é um processo ininterrupto e indefinido de libertação. Mas a liberdade não é qualquer coisa de fixo, de imutável no tempo e no espaço.

Individualmente, a liberdade é uma relação de pensamento, condicionada pela cultura do indivíduo: é tanto mais livre quanto mais «rico» de conhecimentos e de saber, quanto maior é o seu «património» de experiências históricas e espirituais, quanto maior ordem existe nos seus pensamentos, quanto mais perfeita é a sua organização interior. Individualmente, portanto, o processo de desenvolvimento da liberdade coincide com o processo de desenvolvimento da cultura individual e, neste sentido, os anarquistas são os menos livres de todos os proletários, precisamente porque não têm uma concepção orgânica do mundo e da história, precisamente porque não têm uma doutrina coerente mas apenas uma massa incomposta e contraditória de máximas, de sentenças e de axiomas. São escravos da sua desordem espiritual, são servos das fórmulas fixas: se a história é desenvolvimento, é devir, é dialéctica contínua, quem tem uma «doutrina» baseada na imutabilidade não compreende a história, é um escravo dos acontecimentos, não é um criador, não é um homem livre como, pelo contrário, o é o operário socialista que vive uma doutrina, que tem uma concepção do mundo fundada na crítica e na dialéctica.

Na convivência humana, como relação entre indivíduos, a liberdade é um equilíbrio de forças e concretiza-se numa organização, numa ordem. Em regime de propriedade privada, a liberdade política (e em regime de propriedade privada a liberdade só pode ser política enquanto relação entre indivíduos, entre cidadãos e não entre comunidade de produtores, entre associações, como será em regime comunista) é condicionada pela posse dos bens materiais ou pelo estar ao serviço de quem possui os bens materiais. Não se pode dizer, portanto, que o regime burguês não é um regime de liberdade; toda a história é uma sucessão de regimes de liberdade, mas de liberdade individual ou política, isto é, liberdade formal para todos e liberdade efectiva para os possuidores dos

meios de produção e de venda. Quando o Estado era «posse» individual, só era livre o tirano e os seus lacaios; quando o Estado se tornou posse dos proprietários capitalistas e latifundiários, tornaram-se livres os proprietários capitalistas e latifundiários. Quando o Estado for «possuído» pelos trabalhadores, os trabalhadores tornar-se-ão livres.

A palavra «Estado» faz embandeirar os anarquistas, porque eles vêem no Estado apenas o «imutável» princípio de autoridade. Os socialistas distinguem no Estado dois aspectos. O Estado é para os socialistas o aparelho do poder político mas é também um aparelho de produção e venda.

Como pricípio industrial de organização da economia de um país, o Estado deve ser conservado e desenvolvido: todos os instrumentos de produção e colocação que o capitalismo deixará ao proletariado devem ser conservados e desenvolvidos para conservar e dar incremento ao bem-estar comum. Se a concentração é requerida pela necessidade da produção industrial, ela deve ser mantida e desenvolvida até se tornar mundial; seria loucura e crime destruir um instrumento de produção, sobre a existência do qual se baseia o bem-estar e muitas vezes a elementar possibilidade de vida da população actual do mundo, só porque há cinquenta anos um homem, ainda que grande como Bakunine, afirmou que concentração significa «morte da autonomia e da liberdade». Os socialistas são, portanto, «estatais» só porque o processo de desenvolvimento da produção industrial criou aparelhos económicos que coincidem com o aparelho do poder político, formando-lhe a estrutura íntima.

Como princípio de poder político, o Estado dissolver-se-á tanto mais rapidamente quanto mais os trabalhadores estiverem compactos e disciplinados na sua ordem social, isto é, na fusão em núcleos agrupados pelo trabalho, corodenados e sistematizados entre si segundo os momentos da produção: do núcleo elementar do ofício numa secção, à secção de fábrica, à fábrica numa cidade, numa região, nas unidades cada vez mais vastas até ao mundo inteiro. A Internacional é o «Estado» dos trabalhadores,

isto é, a base verdadeira e própria do progresso na história especificadamente comunista e proletária.

O Estado permanecerá aparelho de poder político até quando existirem as classes, isto é, até quando os trabalhadores armados não conseguirem dominar e possuir realmente — através do Estado político (ou Ditadura) aparelhado pelos capitalistas como os arreios do organismo económico — o aparelho nacional de produção, transformando-o na condição permanente da sua liberdade.

As palavras «estado», «legalidade», «autoritarismo», etc., com as quais os anarquistas enchem a boca, têm um determinado valor até que persistirem as relações de propriedade individual: têm um valor político. Adquirem um outro se concebidas como relações puramente industriais. Os operários da indústria conhecem estas relações por experiência directa e por isso são socialistas, têm uma psicologia dialéctica; não são anarquistas, isto é, cristalizados numa fórmula.

A UNIDADE NACIONAL (*)

A burguesia italiana nasceu e desenvolveu-se afirmando e realizando o princípio da unidade nacional. Uma vez que a unidade nacional representou na história italiana, como na história dos outros países, a forma de uma organização tecnicamente mais perfeita do aparelho mercantil de produção e de venda, a burguesia italiana foi o instrumento histórico de um progresso geral da sociedade humana.

Hoje, pelos íntimos e insanáveis conflitos criados pela guerra no seu todo, a burguesia tende a desagregar a nação, a sabotar e a destruir o aparelho económico tão pacientemente construído.

Grabriele D'Annunzio, servo desusado da maçonaria anglo-francesa, rebela-se contra os seus velhos fantoches, agrupa uma companhia de aventura, ocupa Fiume, declara-se «patrão absoluto» da cidade e constitui um governo provisório. O gesto de D'Annunzio tinha inicialmente um mero valor literário: D'Annunzio preparava e vivia os argumentos de um futuro poema épico, de um futuro romance de psicologia sexual e de uma futura colecção de «Boletins de guerra» do comandante Gabriele D'Annunzio.

Nada de extraordinário e de monstruoso na aventura literária de Gabriele D'Annunzio: é possível que numa classe, política e espiritualmente sã porque é coesa e

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 4-10-1919.

organizada economicamente, existam indivíduos politicamente loucos porque desequilibrados, porque não inscritos numa realidade económica concreta.

Mas o coronel D'Annunzio encontra sequazes, consegue que uma parte da classe burguesa assuma uma forma, articulando a sua actividade no gesto de Fiume. O governo de Fiume contrapôs-se ao governo central, a disciplina armada do governo de Fiume contrapôs-se à disciplina legal do governo de Roma.

O gesto literário transforma-se num fenómeno social. Como na Rússia os governos de Omsk, de Ekaterinodar, etc., o governo de Fiume, em Itália, foi assumido como a base de uma organização do Estado, como a energia sã que representa o «verdadeiro» povo, a «verdadeira» vontade, os «verdadeiros» interesses, a qual deve expulsar da capital os usurpadores. D'Annunzio está para Nitti como Kornilov para Kerenski. O gesto literário desencadeou em Itália a guerra civil.

A guerra civil foi desencadeada precisamente pela classe burguesa que tanto a recusa, com palavras, porque guerra civil significa de facto choque dos dois poderes que disputam, à mão armada, o governo do Estado, choque que se verifica, não em campo aberto entre dois exércitos bem distintos, alinhados regularmente, mas no próprio cerne da sociedade, como choque de grupos dispersos, como multiplicidade caótica de conflitos armados, em que, para a grande massa dos cidadãos, não é possível horizontarem-se, em que desaparece a segurança individual e dos bens, sucedendo-lhe o terror, a desordem, a «anarquia». Em Itália, como em todos os outros países, como na Rússia, como na Baviera, como na Hungria, é a classe burguesa que desencadeia a guerra civil, que imerge a nação na desordem, no terror, na «anarquia». A revolução comunista e a ditadura do proletariado foram, na Rússia, na Baviera, na Hungria e serão em Itália a tentativa suprema das energias sãs do país para travar a dissolução, para restabelecer a disciplina e a ordem, para impedir que a sociedade se abisme na barbárie animal inerente à fome determinada pela cessação do trabalho útil durante o período do terrorismo burguês.

Uma vez que isto sucedeu, uma vez que o gesto literário deu início à guerra civil, uma vez que a aventura dannunziana revelou e deu forma política a um estado de consciência difuso e profundo, conclui-se daqui que a burguesia morreu como classe, que o cimento económico que a tornava coesa se corrompeu e destruiu pelos trinfantes antagonismos de casta, de grupo, de classe, de região; conclui-se daqui que o Estado parlamentar já não consegue dar forma concreta à realidade objectiva da vida económica e social da Itália.

E a unidade nacional, que se resumia nesta forma, fende-se sinistramente. Quem se admiraria de ler amanhã a notícia de que em Cagliari, em Sassari, em Messina, em Cosenza, em Taranto, em Aosta, em Veneza, em Ancona... um general, um coronel ou até um simples tenente dos audaciosos tenha conseguido fazer amotinar um sector da tropa, tenha declarado aderir ao governo de Fiume e tenha decretado que os cidadãos da sua jurisdição já não devem pagar os impostos ao governo de Roma?

O Estado central, o governo de Roma, representa hoje os débitos de guerra, representa a servidão para com a finança internacional, representa um passivo de cem mil milhões. Eis o reagente que corrói a unidade nacional e o conjunto da classe burguesa; eis a causa subterrânea que ilumina o facto de como cada acto de indisciplina «burguesa», de indisciplina no âmbito da propriedade privada, de insurreição «reaccionária» contra o governo central, encontra aderências, simpatias, jornais, dinheiro. Se um tenente audacioso funda um governo em Cagliari, Messina, Cosenza, Taranto, Aosta, Ancona, Udine, contra o governo central, torna-se o eixo de todas as desconfianças, de todos os egoísmos das classes proprietárias do lugar, encontra simpatias, adesões, dinheiro, porque estes proprietários odeiam o Estado central, desejam exonerar-se do pagamento dos impostos que o Estado central deve impor para pagar as despesas de guerra.

Os governos locais, dissidentes sobre a questão de Fiume, tornar-se-ão a organização destes antagonismos irredutíveis; tenderão a manter-se, a criar Estados permanentes, como aconteceu no ex-Império russo e na mo-

narquia austro-húngara. Os proprietários de Sardenha, de Sicília, de Valdaosta, de Friuli, etc., demonstrarão que os povos sardo, siciliano, valdostano, friulano, etc., não são italianos, que há muito tempo aspiravam à independência, que faliu o trabalho de italianização forçada conduzido pelo governo de Roma com o ensino obrigatório da língua italiana, e mandarão memoriais a Wilson, a Clemenceau, a Lloyd George... e não pagarão os impostos.

Em tais condições, reduziu-se a nação italiana pela classe burguesa que em todas as suas actividades tende apenas a acumular os lucros. A Itália está psicologicamente nas mesmas condições em que se encontrava antes de 1859: mas já não é a classe burguesa que hoje tem interesse unitário em economia e em política. Historicamente, a classe burguesa italiana já morreu, pisada por um passivo de cem mil milhões, dissolvida pelos ácidos corrosivos dos seus dissídios internos, dos seus incuráveis antagonismos. A classe «nacional» é hoje o proletariado, é a multidão dos operários e camponeses, dos trabalhadores italianos que não podem permitir a desagregação da nação, porque a unidade do Estado é a forma de organismo de produção e de venda construído pelo trabalho italiano, é o património de riqueza social que os proletários querem transportar para a Internacional Comunista. Só o Estado proletário, a ditadura proletária, pode hoje travar o processo de dissolução da unidade nacional porque é o único poder real que pode obrigar os burgueses facciosos a não perturbarem a ordem pública, impondo-lhes o trabalho, se quiserem comer.

GEORGE SOREL (*)

George Sorel, em *Resto del Carlino* de 5 de Outubro, afirma: «A legislação bolchevista oferece-nos uma tradução pragmática do comunismo; instituiu Conselhos de controlo das fábricas, nomeados pelos operários. Se estes em vez de perguntarem a Kaustsky e aos seus émulos o traçado da cidade futura, cumprirem a sua educação industrial, conquistando mais largos poderes nas fábricas, desenvolverão trabalho de comunistas! A experiência que se cumpre nas oficinas Fiat tem maior importância do que todos os escritos publicados sob os auspícios da *Veue Zeit* (a revista do marxismo doutrinário alemão).» O juízo de Sorel concorda com o que Lenine atribui à importância dos Conselhos dos delegados de oficina, acrescentando que os teóricos da III Internacional não fizeram mais do que registar o que já tinha sido conquistado pela consciência das massas. No fundo, portanto, encontramos nestas opiniões um reconhecimento da maturidade do proletariado de Turim que se encaminhou por esta estrada.

É bom que nos entendamos, porém, acerca do valor que atribuímos às palavras de Sorel. Não vos parece sentir já murmurar, ou afirmar decididamente que, por amor do sucesso, nós nos fazemos também sindicalistas? Não tivemos até agora ocasião de falar longamente de

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 11-10-1919, secção «Cronache dell'Ordine Nuovo». O título é nosso.

Sorel e da sua obra. O caso é que estamos muito longe de a aceitar totalmente. Não aceitamos a teoria sindicalista, tal como a quiseram apresentar alunos e aplicadores e que talvez não estivesse, em princípio, na mente do seu criador que depois pareceu anuir a ela. Não temos nenhuma simpatia por aqueles hábitos desenfreados e de reluzente vaidade mental que se introduziram no nosso país com o nome de sindicalismo teórico. Mas, enquanto os discípulos ou os que se apresentavam como tais, se esterilizavam num jogo de pirotecnia intelectual, ou, entrados na prática da política e da organização, se afogavam enfim, com o pretexto de intervenção, na lama democrática e de blocagem, Sorel era temperamento muito finamente crítico para adaptar-se a esquematizações arbitrárias e apressadas e era animado por um muito sincero amor pela causa do proletariado para perder qualquer contacto com a vida, qualquer inteligência da sua história. O rigor e a precisão do raciocínio e a impetuosidade polémica eram e são acompanhados nele por uma imediata e límpida intuição das necessidades da vida operária e da sua fresca originalidade. Nas suas melhores coisas, ele parece despertar em si um pouco das virtudes dos seus dois mestres: a áspera lógica de Marx e a comovida e plebeia eloquência de Proudhon. E não se fechou em nenhuma fórmula, e hoje, conservando quanto havia de vital e de novo na sua doutrina, isto é, a afirmada exigência de que o motor operário se exprima com formas próprias e dê vida a instituições próprias, pode seguir não só com olhar pleno de inteligência mas com o espírito pleno de compreensão, o movimento realizador iniciado pelos operários e pelos camponeses russos e pode chamar ainda «camaradas» aos socialistas de Itália que querem seguir aquele exemplo.

Sentimos que George Sorel continuou verdadeiramente a ser o que tinha sido Proudhon, isto é, um amigo desinteressado do proletariado. Por isso a sua palavra não pode deixar indiferentes os operários de Turim, aqueles operários que tão bem compreendem que as instituições proletárias devem ser criadas «por longa mão, se não quisermos que a próxima revolução não seja mais do que um colossal engano».

SINDICATOS E CONSELHOS (*)

A organização proletária que se resume, como expressão total da massa operária e camponesa, nas repartições centrais da Confederação do Trabalho, atravessa uma crise constitucional semelhante, por natureza, à crise em que em vão se debate o Estado democrático parlamentar. A crise é crise de poder e de soberania. A solução duma será a solução da outra, visto que, resolvendo o problema da vontade de poder no âmbito da sua organização de classe, os trabalhadores acabarão por criar a base orgânica do seu Estado e contrapô-lo-ão vitoriosamente ao Estado parlamentar.

Os operários sentem que o complexo da «sua» organização se transformou num aparelho tão enorme que acabou por obedecer a leis próprias, íntimas à sua estrutura e ao seu complicado funcionamento, mas estranhas à massa que adquiriu consciência da sua missão histórica de classe revolucionária. Sentem que a sua vontade de poder não consegue exprimir-se, em sentido nítido e preciso, através das actuais hierarquias institucionais. Sentem que também em sua casa, na casa que construiram tenazmente com esforços pacientes, cimentando-a com o sangue e com as lágrimas, a máquina trai o homem, o funcionalismo esteriliza o espírito criador e o diletantismo banal e verbalista tenta esconder em vão a ausência de conceitos precisos acerca das necessidades da

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 11-10-1919.

produção industrial e a nenhuma compreensão da psicologia das massas proletárias. Os operários irritam-se por estas condições de facto, mas são individualmente impotentes para as modificar; as palavras e as vontades de cada um dos homens são coisa muito pequena em confronto com as leis férreas inerentes à estrutura funcional do aparelho sindical.

Os *leaders* da organização não se dão conta desta crise profunda e difusa. Quanto mais claramente resulta que a classe operária não é composta de formas aderentes à sua real estrutura histórica, quanto mais é evidente que a classe operária não é enquadrada numa configuração que incessantemente se adapte às leis que governam o íntimo processo do desenvolvimento histórico e real da própria classe, tanto mais estes *leaders* se obstinam na cegueira, esforçando-se por compor «juridicamente» os dissídios e os conflitos. Espíritos eminentemente burocráticos, crêem que uma condição objectiva, radicada na psicologia, como se desenvolve nas experiências vivas da oficina, pode ser superada por um discurso que convença os interessados e com uma ordem do dia, votada por unanimidade numa assembleia embrutecida pelo barulho e pela verborreia oratória. Esforçam-se hoje por colocar-se à «altura do tempo» e para demonstrar que também são capazes de «meditar seriamente», revogam as antigas e cansadas ideologias sindicalistas, insistindo penosamente em estabelecer relações de identidade entre o Soviete e o sindicato, insistindo penosamente em afirmar que o sistema actual de organização sindical constitui já a estrutura da sociedade comunista, constitui o sistema de forças em que deve encarnar-se a ditadura proletária.

O sindicato, na forma que assume actualmente nos países da Europa Ocidental, é um tipo de organização não só diverso essencialmente do Soviete mas diverso também, e de modo notável, do sindicato que se vem desenvolvendo na República comunista russa.

Os sindicatos profissionais, as câmaras de trabalho, as federações industriais e a Confederação Geral do Trabalho são o tipo de organização proletária específico do período de história dominado pelo capital. Num certo sentido, pode sustentar-se que é parte integrante da sociedade capitalista e tem uma função que é inerente ao regime de propriedade privada. Neste período, no qual os indivíduos valem enquanto proprietários de mercadorias e comerciam a sua propriedade, também os operários tiveram que obedecer às leis férreas da necessidade geral, tornando-se mercadores da sua única propriedade, a força-trabalho e a inteligência profissional. Mais expostos aos riscos da concorrência, os operários acumularam a sua propriedade em «empresas» cada vez mais vastas e compreensivas, criaram este enorme aparelho de concentração de carne fatigada, impuseram preços e horários e disciplinaram o mercado. Assumiram de fora ou da sua organização um pessoal administrativo de confiança, especialista neste género de especulação, de modo a dominar as condições do mercado, capaz de estipular contratos, de avaliar os riscos comerciais, de iniciar operações economicamente úteis. A natureza essencial do sindicato é de concorrência, não é comunista. O sindicato não pode ser instrumento de renovação radical da sociedade: pode oferecer ao proletariado burocratas experimentados, técnicos especialistas em questões industriais de índole geral, não pode ser a base do poder proletário. Não oferece nenhuma possibilidade de escolha das individualidades proletárias capazes e dignas de dirigir a sociedade, por ele não podem exprimir-se as hierarquias em que se encarna o ímpeto vital, o ritmo de progresso da sociedade comunista.

A ditadura proletária pode encarnar-se num tipo de organização que seja específico da própria actividade dos produtores e não assalariados, escravos do capital. O Conselho de fábrica é a primeira célula desta organização. Uma vez que no Conselho estão representados todos os ramos do trabalho, proporcionalmente ao contributo que cada profissão e cada ramo de trabalho dão à elaboração do objecto que a fábrica produz para a colectividade, a instituição é de classe, é social. A sua razão de ser está no trabalho, na produção industrial, isto é, num facto permanente e não já no salário, na divisão das classes, isto é, num facto transitório e que precisamente se quer superar.

Por isso o Conselho realiza a unidade da classe trabalhadora, dá às massas uma coesão e uma forma que são da própria natureza da coesão e da forma que a massa assume na organização geral da sociedade.

O Conselho de fábrica é o modelo do Estado proletário. Todos os problemas inerentes à organização do Estado proletário são inerentes à organização do Conselho. Decai num e noutro o conceito de cidadão e entra o conceito de camarada: a colaboração para produzir bens desenvolve utilmente a solidariedade, multiplica as ligações de afecto e de fraternidade. Cada um é indispensável, cada um está no seu lugar e cada um tem uma função e um lugar. Mesmo o mais ignorante e o mais atrasado dos operários, mesmo o mais vaidoso e o mais «civilizado» dos engenheiros acabam por convencer-se desta verdade nas experiências da organização de fábrica: todos acabam por adquirir uma consciência comunista porque compreendem o grande passo à frente que representa a economia comunista em relação à economia capitalista. O Conselho é o mais idóneo órgão de educação recíproca e desenvolvimento do novo espírito social que o proletariado conseguiu exprimir pela experiência viva e fecunda da comunidade de trabalho. A solidariedade operária, que se desenvolve no sindicato, na luta contra o capitalismo, com o sofrimento e o sacrifício, é positiva no Conselho, é permanente, é encarnada mesmo no mais transcurável dos momentos da produção industrial, está contida na consciência feliz de ser um todo orgânico, um sistema homogéneo e compacto, pelo qual, trabalhando utilmente, produzindo desinteressadamente, a riqueza social afirma a sua soberania, actua o seu poder e a sua liberdade criadora de história.

A existência de uma organização, na qual a classe trabalhadora se enquadra na sua homogeneidade de classe produtora e que torne possível um expontâneo e livre florescimento de hierarquias e de individualidades dignas e capazes, terá reflexos importantes e fundamentais na constituição e no espírito que anima a actividade dos sindicatos.

O Conselho de fábrica fundamenta-se, também ele, na profissão. Em cada secção, os operários distinguem-se em esquadras e cada esquadra é uma unidade de trabalho (de profissão): o Conselho é constituído, de facto, por delegados que os operários elegem por profissão (esquadra) de oficina. Se o sindicato se baseia na diferenciação profissional, o Conselho baseia-se na unidade orgânica e concreta da profissão que se actua na disciplina do processo industrial. A esquadra (a profissão) sente que é distinta no corpo homogéneo da classe mas, ao mesmo tempo, sente-se engrenada no sistema de disciplina e de ordem que torna possível, com o seu exacto e preciso funcionamento, o desenvolvimento da produção. Como interesse económico e político, a profissão é parte indistinta e perfeitamente solidária com o corpo da classe; distingue-se dela como interesse técnico e como desenvolvimento do instrumento particular que adopta no trabalho. Do mesmo modo, todas as indústrias são homogéneas e solidárias com o fim de realizar uma perfeita produção, distribuição e acumulação social da riqueza; mas cada indústria tem interesses distintos pelo que respeita à organização técnica da sua actividade específica.

A existência dos Conselhos dá aos operários a directa responsabilidade da produção, leva-os a melhorarem o seu trabalho, instaura uma disciplina consciente e voluntária, cria a psicologia do produtor, do criador de história. Os operários transportam para o sindicato esta nova consciência e, pela simples actividade de luta de classe, o sindicato dedica-se ao trabalho fundamental de imprimir à vida económica e à técnica do trabalho uma nova configuração, dedica-se a elaborar a forma de vida económica e de técnica profissional que é própria da civilização comunista. Os sindicatos, que são constituídos pelos melhores operários e mais conscientes, actuam neste sentido o momento supremo da luta de classes e da ditadura do proletariado: criam as condições objectivas nas quais as classes já não podem existir nem renascer.

Isto fazem na Rússia os sindicatos de indústria. Transformaram-se nos organismos em que cada uma das empresas de uma certa indústria se amalgamam, se conjugam, se articulam, formando uma grande unidade industrial. A concorrência dissipadora é eliminada, os grandes serviços administrativos de fornecimento, de distribuição e de acumulação, são unificados em grandes

centrais. Os sistemas de trabalho, os segredos de fabricação e as novas aplicações tornam-se imediatamente comuns a toda a indústria. A multiplicidade de funções burocráticas e disciplinares inerentes às relações de propriedade privada e à empresa individual é reduzida às puras necessidades industriais. A aplicação dos princípios sindicais à indústria têxtil permitiu, na Rússia, uma redução da burocracia, de 100 000 empregados para 3500.

A organização, por fábrica, compõe a classe (toda a classe) numa unidade homogénea e coesa que adere plàsticamente ao processo industrial de produção e o domina para se apoderar dele defintivamente. Na organização, por fábrica, encarna-se portanto a ditadura proletária, o Estado comunista que destrói o domínio de classe nas super-estruturas políticas e nas suas engrenagens gerais.

Os sindicatos profissionais e de indústria são as sólidas vértebras do grande corpo proletário. Elaboram as experiências individuais e locais e acumulam-nas, actuando a igualdade nacional das condições de trabalho e de produção sobre a qual se baseia concretamente a igualdade comunista.

Mas para que seja possível imprimir aos sindicatos esta direcção positivamente classista e comunista é necessário que os operários dirijam toda a sua vontade e a sua fé para a consolidação e difusão dos Conselhos, para a unificação orgânica da classe trabalhadora. Sobre este fundamento homogéneo e sólido florescerão e desenvolver-se-ão todas as superiores estruturas da ditadura e da economia comunistas.

A RÚSSIA E A EUROPA (*)

A história está para fechar, com a cadeia do facto cumprido, as portas da Conferência (¹) e o trio político Wilson-Lloyd George-Clemenceau está para dissolver-se. Porém, é ainda muito provável que não ande longe o dia do desengano mais amargo para os homens que se propuseram meter a camisa de forças à Europa, talvez na esperança de curá-la do acesso de loucura homicida em que a lançou a paixão nacionalista que vigora há mais dum século (apoiada, sustida e instigada por prepotentes e calculistas interesses de predomínio económico) nas classes dirigentes da sociedade europeia; se não com a esperança de curá-la, pelo menos com a de colocá-la na impossibilidade de renovar, num espaço de tempo breve, os seus desesperados actos de extermínio e de destruição, perpetrados com tanto e triste sucesso sob os nossos olhos. É quase certo, pelo contrário, que eles comecem, a partir de agora, a olhar com uma certa desconfiança a sua obra apenas terminada e tenham que confessar a si próprios, no segredo da consciência, que trabalharam em vão.

Este parece ser, de facto, o estado de espírito dos maiores estadistas que, em Versalhes, exararam os fundamentos da nova Europa e no momento de se separarem, olhando para o edifício construído com dificulda-

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 1-11-1919.
(¹) A conferência de Versalhes.

de, pressentem a precariedade da obra e desesperam do seu futuro. Na verdade, não se pode dizer que não tenham razão, porque, como demonstração decisiva da inanidade dos seus esforços reconstrutivos, apresenta-se sobretudo a situação oriental. Ali reside a causa da maior perturbação, o *punctum pruriens* (**) de todo o organismo, dali se ergue, na hora presente, o mais enigmático espectro sobre o ensanguentado horizonte da nossa civilização. Pretender dar paz e ordem à Europa para que não seja pacificado e ordenado o imenso espaço de terra oriental que do Báltico ao Mar Negro, dos Urais ao Vístula e aos Cárpatos abraça mais de metade de todo o continente, é mais do que uma ilusão, é uma vergonhosa mentira. Se é verdade, como se diz, que Clemenceau, numa reunião de íntimos, pronunciou estas palavras: «a questão russa envenena todas as minhas alegrias e dá-me as maiores preocupações sobre o futuro da França», é preciso reconhecer que o velho jacobino tem sempre uma intuição finíssima da realidade política e não alimenta muitas ilusões sobre a real capacidade dos seus sucessos diplomáticos.

E tem razão; e as suas mortais angústias de patriota francês, enquanto nos comovem pouquíssimo, acabam por confirmar uma tese que neste quarto de hora histórica deve ser particularmente cara a todos nós socialistas, tese que na sua própria expressão paradoxal contém uma grande quantidade de verdade histórica e que pode enunciar-se assim: há mais de dois séculos que o destino da Europa está ligado à situação política da Rússia, de modo que os maiores acontecimentos que interessam à nossa história de povos ocidentais são quase o contragolpe dos factos e das posições do grande colosso oriental.

Muito mais do que a Inglaterra, a qual, como costuma dizer-se frequentemente, tendo o *sea-power*, teria nas suas mãos a sorte do continente, esta depende, pelo contrário, da enorme massa de terras e de humanidade que o comprime de Leste e cujos movimentos, embora lentos, embora vagarosos, são os que, em definitivo, determinam os resultados mais imponentes e decisivos na restante parte das regiões europeias.

(**) O ponto culminante. — *(N. do T.)*.

Quem tem presente a sucessão de factos ocorridos entre os séculos XVII e XX, na disposição geral do continente, descobre ali, sempre mais ou menos clara mas todavia decisiva, a acção russa. Desde quando Pedro, o Grande, deslocou o eixo político do Norte, fazendo passar da Suécia dos Vasa para a Rússia dos Romanoff o primado daquele Mediterrâneo setentrional que é o Báltico, desde quando na bacia oriental do Mediterrâneo clássico e nas regiões adjacentes dos maiores rios europeus, ao poder indiscutível do Islão se contrapôs vitorioso o dos moscovitas — e os dois factos coincidem mais ou menos no tempo — esta nova linha de força que vai do Báltico ao Mar Negro, esta que eu chamarei a linha dos mares internos, que são afinal os pulmões vitais do continente, é dominada pela actividade política e económica do novo corpo social da Rússia moderna e, portanto, toda a constituição política e económica europeia não cessou, desde então, de sentir o influxo da nova e formidável potência que agia e comprimia do oriente.

A prova disso é que as maiores e mais importantes guerras de sucessão e de equilíbrio, combatidas na Europa nos últimos séculos, foram travadas e decididas sob esta pressão, e o sistema nefasto das alianças, que atirou muito frequentemente os vários grupos de nações europeias para tão trágicos e homicidas conflitos, é inteiramente dominado pelo prevalente peso da potência russa. Isto verificou-se de maneira absoluta por duas vezes na recente história da Europa, na guerra dos sete anos, que deve a sua solução à posição defintiva da Rússia de Pedro III e de Catarina II, e na grande luta franco-inglesa da idade revolucionária e imperial, que se fecha em dois tempos, sempre por efeito da carta russa que joga o golpe final da partida, em 1807 em Tilsit, a favor da França, e em 1814-15 em Viena, a favor dos ingleses.

E, pensando bem, até a conflagração europeia de 1914-18 foi determinada nos seus momentos fundamentais pela situação russa, embora se tenha desencadeado pela rivalidade económica da Grã-Bretanha e da Alemanha, sobre a qual se tinha transplantado a inimizade hereditária franco-alemã.

Sem a aliança russa, a Inglaterra nunca teria afrontado a luta, enquanto depois só o desabar russo deter-

minou a eficaz e positiva intervenção americana. E terminado o conflito armado, a revolução russa tomou por assim dizer o lugar da guerra, como facto característico e dominante da actual situação europeia.

A parte decisiva que a revolução russa teve no decurso dos últimos acontecimentos militares e políticos, com os quais se fechou a guerra, já foi posta em relevo por várias vozes. A vitória defintiva da Aliança sobre os Impérios centrais deveu-se à Rússia. O rebentar da revolução na Alemanha e na Áustria-Hungria não é mais do que o contragolpe do mais vasto movimento eslavo, posto em convulsão pela guerra. A estratégia diplomática de Trotsky em Brest-Litowsk demonstrou-se superior à estratégia militar de Foch ([2]). Ludendorff e Hoffmann reconheceram a desmoralização do exército alemão, fruto da propaganda bolchevista, como causa primeira da derrota e da queda do Império germânico.

Mas há mais! Antes de Wilson, a revolução russa da fase Kerenski proclamou a revisão dos objectivos de guerra, compendiada na fórmula: nem contribuições nem anexações, enquanto depois Trotski, lançando ao vento da publicidade os tratados secretos do czarismo, condenava irremediavelmente a diplomacia tradicional, causa da tragédia actual.

Assim, por um lado, a Rússia revolucionária contribuía infinitamente mais do que a tão celebrada talassocracia britânica para fazer precipitar a sorte das potências militares do Centro, mas, por outro, a mesma Rússia revolucionária, muito mais do que a conclamada vitória da Aliança, é destinada a influir na ordenação geral da Europa e nas novas directivas da sua vida internacional. O proletariado dos dois mundos olha hoje para a Rússia como para um farol. Poderia até ser uma miragem, como afirmam não apenas as interessadas vozes do coro burguês, (que comenta, na medida dos seus desejos e dos seus receios, o grande drama humano que se desenvolve nesta hora solene da história no teatro de um continente tão vasto como metade da Europa) mas infelizmente também não poucas Cassandras da nossa parte, que abundam de sabedoria, talvez porque lhes falte a fé. Mas a solicitude com que as burguesias do ocidente se põem a difamar o movimento bolchevista e a sufocar-lhe o ardor, bastaria para demonstrar que elas intuem claramente a enormidade do perigo que as ameaça.

O incêndio aceso na Rússia é de tão grande envergadura, tão intenso e tão durável que não pode ser comparável absolutamente com outros actos análogos que se possam assinalar na história. O tumulto dos Ciompi (***), a «jacquerie» medieval francesa, os movimentos anabaptistas da Alemanha, a Comuna parisiense de 1871, são inocentes fogos fátuos à sua vista. O proletariado dos dois mundos tomou instintivamente consciência da absoluta novidade e da importância decisiva da experiência russa. O seu destino, como classe, depende dela: *de re sua agitur*. Isto explica a profunda comoção que invade o espírito da multidão trabalhadora perante a maior tragédia social da história.

Aconteceu alguma coisa de semelhante nos espíritos das médias e cultas classes europeias perante os acontecimentos da França revolucionária que assinalavam a desforra do terceiro estado contra as ordens privilegiadas e o absolutismo monárquico.

Até nos países anglo-saxónicos e na democracia norte-americana, destacando-se do corporativismo tradicional, as massas operárias tentam lançar-se na luta social, levantando outras bandeiras de luta e de reivindicação. O que no sistema político de antes da guerra representou para a Europa burguesa a Rússia dos czares, será amanhã para a Europa proletária a Rússia dos Sovietes.

([2]) G. refere-se às negociações para o armistício e a paz entre a Rússia revolucionária e os Impérios centrais (16 de Dezembro de 1917 — 23 de Fevereiro de 1918). Cf. a propósito do tema: *I Bolscevichi e la rivoluzione d'Ottobre*, Roma, 1963.

(***) Tentativa falida dos trabalhadores da arte da lã (Florença, 1378), tendente a constituirem-se em associação. — *(N. do T.)*.

OS POPULARES (*)

Os populares constituem um partido político? (existe o Partido Popular Italiano?) O que pretendem os populares? Que programa de acção concreta e unitária propõem à vontade social das massas italianas?

A constituição do Partido Popular tem uma grande importância e um grande significado na história da nação italiana. Com ela o processo de renovação espiritual do povo italiano, que renega e supera o catolicismo, que se evade do domínio do mito religioso, cria uma cultura e fundamenta a sua acção histórica em motivos humanos, em forças reais imanentes e operantes no próprio interior da sociedade, assume uma forma orgânica, encarna-se difusamente nas grandes massas. A constituição do Partido Popular equivale, em grau de importância, à Reforma germânica, é a explosão inconsciente e irresistível da Reforma italiana.

O Partido Popular não nasceu do nada, por um acto taumatúrgico do deus dos exércitos. Junto às instituições religiosas do catolicismo foram nascendo, há algumas dezenas de anos, numerosíssimas instituições de carácter meramente terreno, propondo fins meramente materiais. Existe em Itália uma contínua rede de escolas florescentes, de mútuas, de cooperativas, de pequenos bancos de crédito agrário, de corporações de ofícios, ges-

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 1-XI-1919, secção «La settimana politica».

tidas por católicos, controladas, directa e indirectamente, pela hierarquia eclesiástica. O catolicismo, expulso violentamente das coisas públicas, privado de qualquer influxo directo na gestão do Estado, refugiou-se na província, encarnou-se nos interesses locais e na pequena actividade social daquela parte da massa popular italiana que continuava a viver, material e espiritualmente, em pleno regime feudal. Verificou-se com o catolicismo um fenómeno em muitos aspectos semelhante ao que se verificou com os judeus: excluídos de qualquer direito de propriedade imobiliária, os hebreus tornaram-se os maiores detentores de valores móveis da cristandade e conseguiram dominar, com a sua imensa potência financiária, os Estados confessionais dos quais eram oprimidos política e espiritualmente; privados do seu poder público pelos liberais, os católicos organizam-se hoje, depois de serem encarnados numa multiplicidade de interesses económicos locais, num sistema de forças sociais, e dominam o Estado não confessional que os tinha oprimido espiritualmente e os tinha expulso da história da civilização.

O catolicismo reapareceu à luz da história mas muito modificado, muito «reformado». O espírito fez-se carne e carne corruptível como a fome humana, submetida às mesmas leis históricas de desenvolvimento e de superação que são imanentes às instituições humanas. O catolicismo, que se encarnava numa fechada e rigidamente estrita hierarquia irradiante do alto, dominadora absoluta e incontrolada das multidões, fiéis, transforma-se na própria multidão, na *emanação* das multidões, encarna-se numa hierarquia que solicita o consenso das multidões, que pode ser revogada e destruída pelo capricho das multidões, encarna a sua sorte no bom e no mau sucesso da acção política e económica de homens que prometem bens terrenos, que querem guiar para a felicidade terrena e não apenas (e já não) para a cidade de Deus.

O catolicismo entra assim em concorrência, já não com o liberalismo, já não com o Estado laico; entra em concorrência com o socialismo, coloca-se no mesmo terreno do socialismo, dirige-se às massas como o socialismo, mas será derrotado, será definitivamente expulso pela história do socialismo.

Os populares representam uma fase necessária do processo de desenvolvimento do proletariado italiano para o comunismo. Criam o associativismo, criam a solidariedade onde o socialismo não poderia fazê-lo porque faltam as condições objectivas da economia capitalista: criam, pelo menos, a aspiração do associativismo e da solidariedade. Dão uma primeira forma à vaga indecisão de uma parte das massas trabalhadoras que sentem estar engrenadas numa grande máquina histórica que não compreendem, que não conseguem conceber porque lhes falta o exemplo, o modelo na grande oficina moderna que ignoram. Esta indecisão, este pânico social que é característica do actual período, impulsiona até os indivíduos mais atrasados historicamente a saírem do seu isolamento, a procurar conforto, esperança, confiança na comunidade, no facto de se sentirem próximos, na aderência, física e espiritual, aos outros corpos e aos outros espíritos atemorizados. Como poderia, de que maneira poderia a concepção socialista do mundo dar uma forma a este tumulto, a este movimento de forças elementares? O catolicismo democrático faz o que o socialismo não poderia: amalgama, ordena, vivifica e suicida-se. Assumida uma forma, tornadas potência real, estas multidões juntam-se às massas socialistas conscientes, tornam-se a sua continuição normal. O que teria sido impossível para os indivíduos, torna-se possível para as vastas formações. Tornados sociedade, adquirida a consciência da sua força real, estes indivíduos compreenderão a superioridade do movimento socialista: «a emancipação do proletariado será obra do próprio proletariado», quererão experimentar por si, desenvolverão por si próprios as suas forças e não desejarão mais intermediários, não quererão mais os pastores como autoridade, mas compreenderão que se movem por impulso próprio; tornar-se-ão homens no sentido moderno da palavra, homens que atingem na própria consciência os princípios da própria acção, homens que despedaçam os ídolos, que decapitam Deus.

Por isso não atemoriza os socialistas o avanço imtuoso dos populares, não atemoriza o novo partido que

aos sessenta mil inscritos do Partido Socialista contrapõe os seus seiscentos mil. Os populares estão para os socialistas como Kerenski para Lenine; a XXV legislatura do Parlamento italiano verá a derrota das rápidas formações políticas baseadas na impulsiva fome de poder dos camponeses, como a viu a Constituição da República democrática russa.

O PRIMEIRO PASSO (*)

— Vocês «valorizaram» os fura-greves, deram o mesmo poder aos organizados e aos desorganizados... (1)

— Os delegados de secção iniciaram nas oficinas um trabalho de «limpeza» que não ficará sem resultados decisivos na criação de um novo costume operário, na criação de uma mais estreita solidariedade entre os trabalhadores; os delegados de secção controlam toda a oficina; já não é possível qualquer enredo para os miseráveis que negam a parte de solidariedade nas greves, para os traidores da classe que semeiam o desconforto nas massas, que fazem propaganda antiproletária, que, nos momentos de maior tensão, procuram dividir a unidade operária. Hoje há olhos para ver, vontade para agir; e os delegados ateiam o rabo de palha das raposas mais astutas e mais fraudulentas. Para os desorganizados... é provável que dentro em breve já não existam desorganizados nas oficinas de Turim, afluem os pedidos de admissão na federação. Os delegados têm, além do mais, um interesse... pessoal em organizar todos os ope-

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 8-XI-1919, secção «Le cronache dell'Ordine Nuovo». O título é nosso.

(1) Com este «diálogo», Gramsci responde às várias objecções que começam a ser dirigidas, muitas vezes por opostas tendências do movimento (reformistas, maximalistas, abstencionistas), contra o novo sistema de eleição das comissões internas, dos Conselhos de fábrica, instaurado nas oficinas metalúrgicas de Turim. Os «desorganizados» são os operários não inscritos nos sindicatos.

rários da sua indústria; querem demonstrar que o instituto operário que hoje se encarna em si e na sua vontade não é tal que possa enfraquecer o espírito de sacrifício das massas, mas, pelo contrário, é mais idóneo para suscitar fé e entusiasmo entre os trabalhadores. Nunca as organizações tiveram maior número de propagandistas incansáveis e eficazes. As organizações tinham chegado a um ponto morto do seu processo de desenvolvimento; eram pletóricas, no sentido em que a massa dos organizados era reduzida à impossibilidade absoluta de participar, de qualquer maneira, na vida do seu sindicato, na *sua* vida. Um dia... descobrir-se-á que a instituição do Conselho de fábrica era fatal no processo de desenvolvimento do sindicato, visto que o processo de incremento quantitativo se transforma, numa certa fase, em processo qualitativo, determina mudanças de forma. Então se dirá que em *Ordine Nuovo* se tinha encarnado o dedo divino, a vontade cega do destino...

— Mas vocês fazem a política do Piemonte, do regionalismo, são nacionalistas, não internacionalistas...

— A Internacional vive também em Turim, também no Piemonte; para fazer qualquer coisa é necessário começar. O Conselho de fábrica, na Rússia, começou a sua existência em Sestroretz, antes de se tornar instituição da classe trabalhadora russa e base das experiências proletárias que culminaram no Estado dos Sovietes. A existência do Conselho, em Itália, começou em Turim na indústria metalúrgica; é um pormenor que, no futuro, será recordado pelos eruditos. Os operários de Turim não ambicionam qualquer primado, qualquer privilégio, qualquer medalha comemorativa. Como bons internacionalistas, ambicionam ao concreto trabalho revolucionário; ninguém poderá convencê-los de que, ainda que seja necessário trabalhar muito, sacrificar-se muito, esclarecer e melhorar muito, nem por isso se deixou de dar um passo em frente; a primeira ruptura e o primeiro passo têm, porém, a sua importância e os operários de Turim já os executaram.

SINDICALISMO E CONSELHOS (*)

Somos sindicalistas? O movimento, iniciado em Turim, dos delegados de oficina, não é mais do que a última encarnação localista da teoria sindicalista? É deveras essa a pequena perturbação que prenuncia as devastações do ciclone sindicalista de marca indígena, daquele aglomerado de demagogia, de verbalismo enfático e pseudo-revolucionário, de espírito indisciplinado e irresponsável, de maníaca agitação de alguns indivíduos de inteligência limitada (pouca cabeça e muita garganta) que conseguiram até agora, algumas vezes, extorquir a vontade das massas, o qual ficará nos anais do movimento operário italiano com a etiqueta de sindicalismo italiano?

A teoria sindicalista faliu completamente na experiência concreta das revoluções proletárias. Os sindicatos demonstraram a sua orgânica incapacidade para encarnar a ditadura proletária. O desenvolvimento normal do sindicato é assinalado por uma linha de decadência do espírito revolucionário das massas: aumenta a força material, enfraquece ou esgota completamente o espírito de conquista, fragmenta-se o impulso vital, à intransigência heróica sucede a prática do oportunismo, a prática «do pão e da manteiga». O incremento quantitativo determina um empobrecimento qualitativo e uma fácil

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 8-XI-1919.

acomodação às formas sociais capitalistas, determina o surgimento de uma psicologia operário piolhosa, restrita, da pequena e média burguesia. E todavia a tarefa elementar do sindicato é a de recrutar «toda» a massa, é a de absorver nos seus quadros todos os trabalhadores da indústria e da agricultura. O meio não é portanto idóneo ao fim e, visto que o meio não é mais do que um momento do fim que se realiza, que se pratica, deve-se concluir que o sindicalismo não é meio para a revolução, não é um momento da revolução proletária, não é a revolução que se realiza, que se pratica: o sindicalismo não é revolucionário senão pela possibilidade gramatical de acasalar as duas expressões.

O sindicalismo revelou-se nada mais do que uma forma da sociedade capitalista, não uma potencial superação da sociedade capitalista. Organiza os operários não como produtores mas como assalariados, isto é, como criaturas do regime capitalista de propriedade privada, como vendedores da mercadoria-trabalho. O sindicalismo une os operários segundo o instrumento de trabalho ou segundo a matéria a transformar, isto é, o sindicalismo une os operários segundo a forma que lhes imprime o regime capitalista, o regime do individualismo económico. Servir-se de um instrumento de trabalho em vez de outro, modificar uma determinada matéria em vez de outra, revela capacidade e hábitos diferentes da fadiga e do lucro; o operário fixa-se neste seu hábito e concebe-o não como um momento da produção mas como um puro meio de lucro.

O sindicato profissional ou de indústria, unido com os seus camaradas daquela profissão ou daquela indústria, com aqueles que no trabalho usam o mesmo instrumento ou transformam a mesma matéria, contribui para solidificar esta psicologia, contribui para o afastar cada vez mais da sua possível concepção como produtor e leva-o a considerar-se «mercadoria» de um mercado nacional e internacional que estabelece, com o jogo da concorrência, o próprio preço, o próprio valor.

O operário só pode conceber-se como produtor se se concebe como parte integrante de todo o sistema de trabalho que se resume no objecto fabricado, se vive a unidade do processo industrial que exige a colaboração do trabalhador manual, do qualificado, do empregado de administração, do engenheiro, do director técnico. O operário pode conceber-se como produtor se, depois de se ter inserido psicologicamente no particular processo produtivo de uma determinada fábrica (por ex., em Turim, de uma fábrica de automóveis) e depois de se ter pensado como um momento necessário e insuprimível da actividade de um complexo social que produz o automóvel, supera esta fase e vê toda a actividade da indústria produtora de automóveis de Turim e concebe Turim como uma unidade de produção que é caracterizada pelo automóvel e concebe uma grande parte da actividade geral do trabalho, em Turim, como existente e possível de desenvolvimento só porque existe e se desenvolve a indústria automóvel e, portanto, concebe os trabalhadores destas múltiplas actividades gerais como produtores, também eles, da indústria automóvel, porque criadores das condições necessárias e suficientes para a existência desta indústria. Movendo desta célula a fábrica, vista como unidade, como acto criador de um determinado produto, o operário assoma à compreensão de cada vez mais vastas unidades, até à nação, que é, no seu conjunto, um gigantesco aparelho de produção caracterizado pelas suas exportações, pela quantidade de riqueza que troca por uma equivalente quantidade de riqueza confluente de cada uma das partes do mundo, por outros múltiplos e gigantescos aparelhos de produção em que se distingue o mundo. Então o operário é produtor porque adquiriu consciência da sua função no processo produtivo, em todos os seus graus, da fábrica à nação, ao mundo; então ele sente a classe e torna-se comunista porque a propriedade privada não é função da produtividade, e torna-se revolucionário porque concebe o capitalista, o proprietário privado, como um ponto morto, um obstáculo que é preciso eliminar. Então concebe o «Estado», concebe uma organização complexa da sociedade, uma forma concreta da sociedade, porque ela não é mais do que a forma do gigantesco aparelho de produção que reflecte a vida da fábrica, com todas as ligações, relações e funções novas e superiores exigidas pela sua imensa grandeza, que representa o complexo, harmonioso e hie-

rarquizado das condições necessárias para que a sua indústria, a sua oficina e a sua personalidade de produtor vivam e se desenvolvam.

A prática italiana do sindicalismo pseudo-revolucionário é negada pelo movimento de Turim dos delegados de oficina, tal como a prática do sindicalismo reformista: é negada em duplo grau, uma vez que o sindicalismo reformista representa a superação do sindicalismo pseudo-revolucionário. De facto, se o sindicato só pode dar aos operários «pão e manteiga», se o sindicato, em regime burguês, só pode assegurar um estável mercado dos salários e eliminar alguns dos riscos mais perigosos para a integridade física e moral do operário, é evidente que a prática reformista, melhor do que a pseudo-revolucionária, já obteve estes resultados. Se se exige de um instrumento mais do quanto pode dar, se se acredita que um instrumento pode dar mais do que consente a sua natureza, cometem-se só despropósitos, explica-se uma acção puramente demagógica. Os sindicalistas pseudo-revolucionários de Itália são não raro levados a discutir se não convirá fazer do sindicato (por exemplo, do sindicato ferroviário) um círculo fechado, compreendo só os «revolucionários», a minoria audaz que arrasta as massas frias e indiferentes; isto é, são levados a renegar o princípio elementar do sindicalismo, a organização de toda a massa. Porque intuem, íntima e inconscientemente, a inanidade da «sua» propaganda, a incapacidade de o sindicato poder dar uma forma concretamente revolucionária à consciência do operário; porque nunca se puseram com clareza e precisão o problema da revolução proletária, porque, sequazes da teoria dos «produtores», nunca tiveram consciência de produtores — apresentam-se como demagogos, não como revolucionários, agitadores de... sangue posto em tumulto pelo fogo fátuo dos discursos, não como educadores ou formadores de consciências.

O movimento dos delegados teria nascido e desenvolver-se-ia só para substituir Borghi [1] por Buozzi ou por D'Aragona? O movimento dos delegados é a negação de todas as formas de individualismo e de personalismo. É o início de um grande processo histórico no qual a massa trabalhadora adquire consciência da sua indivisível unidade baseada na produção, baseada no acto concreto do trabalho, e dá uma forma orgânica a esta sua consciência, construindo uma hierarquia, exprimindo esta hierarquia da sua intimidade mais profunda para que ela se assuma a si própria como vontade consciente de uma finalidade precisa a alcançar, de um grande processo histórico que culminará irresistivelmente, não obstante os erros que os indivíduos possam cometer, não obstante as crises que as condições nacionais e internacionais possam determinar, que culminará irresistivelmente, dizíamos, na ditadura proletária, na Internacional comunista.

A teoria sindicalista nunca exprimiu uma semelhante concepção do produtor e do processo de desenvolvimento histórico da sociedade dos produtores; nunca indicou que a organização dos trabalhadores devia seguir esta direcção e este sentido. Teorizou uma particular forma de organização, o sindicato profissional e de indústria, e construiu-a a partir de uma realidade, mas de uma realidade que tinha uma forma impressa do regime capitalista de livre concorrência da propriedade privada da força-trabalho; construiu, portanto, só uma utopia, um grande castelo de abstracções.

A conceção do sistema dos Conselhos, fundamentada no poder da massa trabalhadora organizada por unidade de trabalho, por unidade de produção, extrai as suas origens das experiências históricas concretas do proletariado russo, é o resultado do esforço teórico dos camaradas comunistas russos, não sindicalistas mas socialistas revolucionários.

(1) Armando Borghi, secretário da União Sindical Italiana, de tendência anarco-sindicalista. Cf. nota 2, p. 48 do presente volume.

OS REVOLUCIONÁRIOS E AS ELEIÇÕES (*)

O que esperam das eleições os revolucionários conscientes, os operários e camponeses que julgam o Parlamento dos deputados eleitos por sufrágio universal (por exploradores e explorados) e segundo circunscrições territoriais, como a máscara da ditadura burguesa? Não esperam decerto a conquista de metade, mais um dos lugares e uma legislatura que se caracterize por uma dúzia de decretos e de leis que tendam a arredondar os ângulos e a tornar mais fácil e mais cómoda a convivência das duas classes, a dos exploradores e a dos explorados. Esperam, pelo contrário, que o esforço eleitoral do proletariado consiga fazer entrar no Parlamento um bom nervo de militantes do Partido Socialista e que esse seja bastante numeroso e aguerrido para tornar impossível, a cada *leader* da burguesia, a constituição de um governo estável e forte, para obrigar, portanto, a burguesia a sair do equívoco democrático, a sair da legalidade, e determinar uma sublevação dos estratos mais profundos e vastos da classe trabalhadora contra a oligarquia dos exploradores.

Os revolucionários conscientes, os operários e camponeses que estão felizmente persuadidos que a revolução comunista só terá lugar através da ditadura do proletariado encarnada num sistema de Conselhos operá-

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 15-XI-1919, secção «La settimana politica».

rios e camponeses, lutaram para colocarem muitos deputados socialistas no Parlamento, porque raciocinaram deste modo:

A revolução comunista não pode ser realizada com um golpe de mão. Mesmo que uma minoria revolucionária conseguisse, com a violência, apoderar-se do poder, esta minoria seria derrotada, no dia seguinte, pelo contragolpe das forças mercenárias do capitalismo; porque a maioria não absorvida deixaria massacrar a flor do poder revolucionário, deixaria transbordar todas as brutais paixões e as barbáries suscitadas pela corrupção e pelo ouro capitalista. É necessário, portanto, que a vanguarda proletária organize material e espiritualmente esta maioria de negligentes e preguiçosos, é necessário que a vanguarda revolucionária suscite, com os seus meios e os seus sistemas, as condições materiais e espirituais de modo que a classe proprietária não consiga governar pacificamente as grandes massas de homens, mas seja obrigada, pela intransigência dos deputados socialistas controlados e disciplinados pelo partido, a atemorizar as grandes massas, a golpear cegamente e a fazê-la revoltar. Uma finalidade de tal género só pode hoje ser perseguida através da acção parlamentar entendida como acção que tende a imobilizar o Parlamento, a tirar a máscara democrática da cara equívoca da ditadura burguesa, fazendo-a ver com todo o seu horror e a sua fealdade repugnante.

A revolução comunista é uma necessidade em Itália, mais por motivos internacionais do que por motivos inerentes ao processo de desenvolvimento do aparelho de produção nacional. Os reformistas e todo o bando dos oportunistas têm razão quando dizem que em Itália não existem as condições objectivas da revolução: têm razão porque falam e pensam como nacionalistas, porque concebem a Itália como um organismo independente do resto do mundo e concebem o capitalismo italiano como um fenómeno puramente italiano. Não concebem o internacionalismo como realidade vivente e operante na história, tanto do capitalismo como do proletariado.

Mas se, pelo contrário, se concebe a realidade italiana como inserida num sistema internacional, como dependente deste sistema internacional, então muda o

juízo histórico; e a conclusão prática a que deve chegar cada socialista consciente, cada operário e camponês que sinta a responsabilidade da missão revolucionária da sua classe, é esta: é preciso estarmos preparados, é preciso estarmos armados para a conquista do poder social. O facto de a revolução ser imposta pelas condições do sistema internacional capitalista torna mais complicada e difícil a tarefa da vanguarda revolucionária italiana mas estas complicações e estas dificuldades devem impulsioná-los no sentido de serem mais aguerridos e preparados, não devem impulsioná-los para a ilusão e o cepticismo.

Com efeito, a revolução encontra as grandes massas populares italianas ainda informes, ainda pulverizadas num movimento animalesco de indivíduos sem disciplina e sem cultura, obedecendo só aos estímulos do ventre e das paixões bárbaras. Por isso os revolucionários conscientes aceitaram a luta eleitoral: para criar, nesta multidão, uma unidade e uma forma primordial, para a ligar com um vínculo à acção do Partido Socialista, para dar um sentido e uma ideia de consciência política aos seus instintos e às suas paixões. Mas também por isso a vanguarda revolucionária não quer que estas multidões se iludam, que se lhes faça acreditar que é possível superar a crise actual com a acção parlamentar, com a acção reformista. É necessário agudizar a separação das classes, é necessário que a burguesia demonstre a sua absoluta incapacidade de satisfazer as necessidades das multidões, é necessário que estas se persuadam experimentalmente que subsiste um dilema nítido e cru: ou a morte pela fome, a escravidão de um calcanhar estrangeiro sobre a nuca que obrigue o operário e o camponês a morrer sobre a máquina e sobre um pedaço de terra, ou um esforço heróico, um esforço sobre-humano dos operários e camponeses italianos para criar uma ordem proletária, para supremir a classe proprietária e eliminar todas as razões de dissipação, de improdutividade, de indisciplina, de desordem.

Somente por estes motivos revolucionários a vanguarda consciente do proletariado italiano desceu ao campo eleitoral, se implantou solidamente na feira par-

lamentar. Não por uma ilusão democrática, não por ternura reformista: para criar as condições do triunfo do proletariado, para assegurar o êxito do esforço revolucionário dirigido no sentido de instaurar a ditadura proletária encarnada no sistema dos Conselhos, fora do Parlamento e contra ele.

OS RESULTADOS QUE ESPERAMOS (*)

A Itália entrou na guerra por vontade obstinada de um punhado de facínoras e aventureiros, mas estes não foram mais do que a expressão vivente de uma situação histórica geral. A Itália era oprimida pela necessidade capitalista europeia: a sua vida era uma vida de reflexo, em economia e em política. Os partidos políticos não nasciam por condições inerentes à estrutura do aparelho de produção industrial e agrícola da nação. Os partidos políticos nasciam antes pela necessidade de arrumar a posição da Itália na internacional capitalista e a sua acção visava obrigar o aparelho nacional de produção a assumir a forma imposta pelos imperialismos económicos estrangeiros. Destas condições mórbidas de vida económico-política se determinou a fortuna do punhado de facínoras e aventureiros que precipitou a Itália na guerra.

Verificou-se durante a guerra, no corpo social da população italiana, uma série de fenómenos de uma gravidade e importância histórica excepcionais. As forças políticas organizadas, que dominavam e imprimiam uma forma à sociedade italiana, sofreram um processo de desintegração total, perderam todos os contactos hierárquicos com as massas. E as massas entraram em movimento. Pressionadas, tiranizadas, exploradas, esfomeadas pela implacável máquina do Estado burguês,

(*) Não assinado, *Avanti!*, ed. piemontesa, 17-XI-1919.

as massas conquistaram um sentido e uma direcção. Morreu o individualismo animalesco, próprio das populações atrasadas e sem cultura. Os homens agruparam-se, a humanidade italiana tornou-se finalmente sociedade. Mas qual é o sentido e a direcção das massas? É um único sentido e uma única direcção, consciente em todo o corpo social, ou é só ainda uma multiplicidade de movimentos incompostos de quem se procura a si próprio, de quem sente a própria inorganicidade e procura transformar-se num organismo unitário, numa massa compacta, numa disciplina?

Eis um dos resultados que os socialistas esperam das eleições, e não dos menos importantes. E eis por que os socialistas conscientes do processo de desenvolvimento da revolução, quiseram que o Partido participasse activamente nas eleições. Uma das condições de triunfo da revolução é a organicidade unitária e centralizada da psicologia popular, é portanto a existência da sociedade humana com uma sua configuração real e precisa. Era necessário um acontecimento pré-revolucionário que fizesse convergir simultaneamente a atenção das massas para os seus problemas e para as soluções que, em relação a estes problemas, propõem as várias correntes políticas. Era necessário que a classe dirigente, por um lado, e as multidões, por outro, fossem obrigadas a assumir uma fisionomia, a sair do indistinto, genérico e tumultuoso produto da guerra, a distinguir-se, a diferenciar-se em tendências e em correntes unitárias.

As eleições darão uma primeira resposta a estas expectativas. Deste ponto de vista, têm uma importância histórica de primeira ordem, assinalam uma mudança decisiva na vida do povo italiano porque revelarão ao homem político o sentido e a direcção das massas e porque agirão sobre as próprias massas, dando-lhes consciência unitária do seu ser e do movimento de conjunto.

A revolução sairá sem dúvida reforçada das eleições. Este resultado é interdependente do primeiro. O Partido Socialista revelar-se-á o único partido histórico pan-italiano. A guerra nivelou a Itália; submeteu toda a população italiana à mesma exploração iníqua

e impiedosa. O socialismo é invocado por todas as massas italianas como o salvador, como o libertador. Pode afirmar-se que a maioria dos deputados foram eleitos porque afirmaram serem socialistas, ou antes, os «verdadeiros» socialistas, os socialistas «melhores». Católicos, reformistas, ex-combatentes democráticos, toda a escumalha dos aspirantes a directores políticos e espirituais da nação, procuraram conformar-se com esta incoercível aspiração das massas, prometeram, envaideceram-se, exageraram; todos estes aventureiros, todas estas moscas da carroça capitalista, abusaram das condições do atraso cultural das massas italianas, da ausência de espírito crítico, do fácil entusiasmo que suscitam ainda a ênfase e a fraseolgia demagógica.

A obra do Partido Socialista Italiano será nitidamente traçada pelo resultado das eleições. É preciso ligar com vínculos mais estreitos e mais fortes as massas ao partido. É preciso difundir cada vez mais a convicção revolucionária de que os próprios proletários podem e devem ser os artífices da sua emancipação. É preciso destruir implacavelmente os resíduos de cretinismo parlamentar, as ilusões reformistas e oportunistas. É preciso dizer incessantemente a verdade, pôr as massas perante o cru e atroz ricto da morte que as espera se não se organizam, se não se unem material e espiritualmente para exprimir, da sua mais íntima e original razão de ser na história, o trabalho, a estrutura orgânica do Estado dos operários e camponeses, ao qual devem agarrar-se e disciplinar-se ferreamente para eliminar a exploração capitalista, para restaurar a ordem na sociedade dissoluta e embrutecida pela guerra imperialista.

AS ELEIÇÕES (*)

Os resultados da luta eleitoral [1] não modificam radicalmente apenas as relações de força política (demagógica) entre o Partido Socialista, o partido dos operários e camponeses, e os vários partidos das casas-fortes; modificarão também, sem dúvida, as relações de força entre as instituições em que se encarna a luta de classe, em que se encarna hoje o processo de desenvolvimento da revolução proletária. Este aspecto do problema político, no momento actual, deve especialmente atrair a atenção dos operários de vanguarda, dos revolucionários mais conscientes e responsáveis. O problema essencial da revolução é problema de relações de força entre instituições, mas antes de o ser entre instituições proletárias e instituições burguesas, é problema de força entre as várias e próprias instituições do proletariado.

A constituição de um grupo de cento e cinquenta deputados socialistas começa por mudar, dos sindicatos

---

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 22-XI-1919, secção «La settimana politica».

[1] As eleições assinalaram um grande sucesso para as listas do PSI (1 840 593 votos, com 156 eleitos) e uma não menos significativa afirmação do Partido Popular (1 155 552 votos, com 100 eleitos). Num total de 509 deputados, a presença de maciços e numerosos grupos parlamentares do Partido Socialista e do partido catótico perturba o tradicional vulto da Câmara, antes dominada pelos velhos grupos liberais e democráticos que já não detêm agora a maioria absoluta (252 lugares em 509).

ao Parlamento, a acção de assistência das massas operárias e camponesas. Os sindicatos desvalorizam-se, por isso, como instrumento da luta de classes e perderão, portanto, uma grande parte do seu prestígio e da sua força de atracção. Se os operários de vanguarda não resistirem a este reagente dissolutor, será despedaçado um dos instrumentos tecnicamente mais importantes da revolução comunista. Poderá, em vez disso, acontecer uma sobrevalorização dos homens que hoje dirigem os sindicatos, as federações, a Confederação do Trabalho, as cooperativas, através da constituição de Conselhos nacionais, ou parlamentos do trabalho, ou comissões técnicas, etc., etc.

A massa eleitoral votou nos socialistas porque espera que o grupo parlamentar resolva os problemas mais urgentes e mais torturantes do após-guerra. Os *leaders* da Confederação não verificarão os poderes parlamentares, não se informarão se nas eleições participaram apenas os operários e camponeses organizados, como fazem para os Conselhos de fábrica, os *leaders* sindicalistas são pela democracia *burguesa*, não pela democracia operária; procurarão, de qualquer maneira, dirigir a força parlamentar a favor da acção sindical, ou melhor, substituir uma pela outra e passar assim de vitória em vitória.

A própria passagem do poder poderia acontecer da direcção do partido ao grupo parlamentar. A direcção representa apenas os inscritos do partido; o grupo representará alguns milhões de eleitores e automaticamente será levado a sobrevalorizar, não só na sua parte reformista e centrista (que depois se revelará a maioria do próprio grupo) mas também em muitíssimos elementos da parte revolucionária, os problemas contingentes de resolução imediata. A vontade de conservar a união entre as tendências e as instituições do movimento político e económico do proletariado pode conduzir a compromissos deletérios para a concatenação revolucionária do proletariado.

Pela vontade popular, o Partido Socialista tornou-se partido do governo. As massas esperam do Partido uma acção positiva de realização. O processo revolucionário atingiu uma fase crítica, decisiva. O Partido deve superar

os conflitos que se estão perfilando no movimento socialista e proletário. Deve superá-los organicamente, não com pactos e promessas: os conflitos existem na realidade, resultam incoercivelmente das condições objectivas e psicológicas das massas populares italianas, não podem ser compostos, portanto, juridicamente, no papel ou nas palavras dos homens de boa vontade.

As massas populares votaram nos socialistas porque querem um governo de socialistas, porque querem que um governo socialista altere, a seu favor, o aparelho administrativo, judicial, militar e económico do Estado. É preciso convencer estas massas de que a resolução dos problemas tremendos do período actual não é possível até que o Estado for fundado sobre a propriedade privada e sobre a propriedade nacional-burocrática, até que a produção industrial e agrícola se fundar na iniciativa individual, concorrentista, dos capitalistas e dos grandes proprietários de terras. É preciso convencê-las que a solução radical deve ser procurada pelas próprias massas, organizadas de modo idóneo para constituir um aparelho de poder social, para constituir o aparelho do Estado operário e camponês, do Estado dos produtores. Mas não deve ser uma convicção abstracta, uma convicção inerte. O partido deve indicar um trabalho positivo, um trabalho de reconstrução: o partido deve dar o impulso para que os Conselhos operários e camponeses se tornem carne e osso e não permaneçam palavras mortas de uma resolução de congresso.

Só activando energicamente a constituição dos Conselhos, conseguirá o partido superar os conflitos que hoje se apresentam ameaçadores. As massas hão-de ser enquadradas organicamente e conseguir-se-á: 1) romper o encanto parlamentarista; 2) libertar os camaradas deputados daquele complexo de pressões directas e indirectas que os aprisionam e os obrigam, com a morte no espírito, a tomar muito a sério o encargo de que os investiu a soberania popular. O controlo das massas pertencerá, pelo contrário, ao partido, que obterá nos Conselhos, sem dúvida, a maioria dos lugares para os seus inscritos e simpatizantes. Os sindicatos poderão tornar-se finalmente órgãos técnicos para a reorganização do aparelho industrial e agrícola e acabarão por

ser um partido dentro do partido, por fazer uma política sua dentro da política do partido.

O grupo parlamentar, com a imponência da sua força, deve lutar para obter: 1) que sejam desarmados os mandatários das casas-fortes; 2) que sejam criadas as condições suficientes e necessárias pelas quais a classe dos produtores possa construir o aparelho do seu poder social, possa construir os organismos de administração do capital nacional, com os seus métodos e para as suas finalidades.

O PROBLEMA DO PODER (*)

A posição histórica actualmente alcançada pela classe italiana dos explorados resume-se nestes termos gerais:

Ordem pública. Uma força de cerca de três milhões e meio de operários, camponeses e empregados, correspondentes a cerca de quinze milhões da população italiana, representada no Parlamento por cento e cinquenta e cinco [1] deputados socialistas. Na ordem política, a classe italiana dos produtores que não possuem os instrumentos de trabalho e os meios de produção e de venda do aparelho económico nacional conseguiu actuar uma concentração de forças que põe um limite à funcionalidade do Parlamento como base do poder estatal, como forma constitucional do governo político; a classe italiana dos explorados conseguiu, portanto, infligir um tremendo golpe no aparelho político da supremacia capitalista que se fundamenta na circulação ds partidos conservadores e democráticos, na alternância (no governo) das várias empresas políticas que envernizam com cores variadas a ladroagem capitalista, o domínio das casas-fortes.

Ordem económica. O movimento corporativo nas suas várias tendências:

O movimento dos operários industriais de vanguarda, assalariados da indústria moderna mais progressiva, e

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 29-XI-1919.
[1] O número exacto é de 156.

dos operários agrícolas das zonas de cultura intensiva, que se concentra na Confederação Geral do Trabalho;

O movimento dos operários industrialmente atrasados, portanto eternamente inquietos e indisciplinados, que substituem a acção concreta, permanente e revolucionária pela fraseologia revolucionária, que acampa nas tendas nómadas da União Sindical Italiana (2);

O sindicato dos ferroviários (3), massa amorfa de operários industriais de vanguarda, de empregados pequeno-burgueses, de técnicos indiferentes e de uma quantidade incerta e indistinta de contratados e assalariados, atacada à retribuição do Estado como só pode ser o pequeno-burguês e o pequeno camponês italiano;

Os sindicatos católicos (4) de camponeses; estão para os trabalhadores confederados da terra como os operários da União sindical em relação aos operários confederados; massa de elementos proletários atrasados que introduzem no sindicalismo princípios estranhos ou contraditórios (a religião; a vaga e caótica aspiração libertária);

Ligas de camponeses e câmaras de trabalho, espalhadas aqui e ali, em toda a Itália, mas especialmente na Itália meridional e nas ilhas; são uma característica da falta de coesão do aparelho económico e político nacional; nasceram por impulso individual e vivem o dia-a-dia, esgotando a sua actividade em movimentos caóticos sem orientação permanente e concreta;

Ligas proletárias dos mutilados e diminuídos pela guerra, associações livres de diminuídos e ex-combatentes; representam a primeira e grandiosa tentativa de organização das massas camponesas;

o movimento corporativo, nestas suas várias tendências e formas, concentrou uma massa de, pelo menos, seis milhões de trabalhadores italianos (correspondentes a cerca de vinte e cinco milhões da população nacional) e determinou o desaparecimento do campo económico do trabalhador «livre», isto é, determinou a paralisia do mercado capitalista do trabalho. A conquista das oito horas e do salário mínimo estão dependentes destas condições gerais do mercado do trabalho. A ordem capitalista de produção não se perturbou profundamente, mas a «liberdade» de exploração, a liberdade de extrair a mais-valia da força-trabalho (lucro ou renda para o capitalista e o proprietário latifundiário, impostos pelo Estado, tributo para os jornais e mandatários das casas-fortes) foi limitada, foi submetida de modo indirecto ao controlo proletário; as bases económicas da organização capitalista, que culmina na associação mais alta do capitalismo, o Estado parlamentar-burocrático, foram desagregadas pela sabotagem da primeira fonte do poder capitalista: a liberdade de arrecadar a mais-valia.

O triunfo eleitoral do Partido Socialista, a entrada no Parlamento de cento e cinquenta e cinco deputados socialistas que imobilizam a funcionalidade do Parlamento como forma constitucional do governo político, é um simples reflexo deste fundamental e primordial fenómeno económico pelo qual foi imobilizada a funcionalidade do mercado da força-trabalho como forma constitucional do governo económico-capitalista, do poder dos capitalistas no processo de produção e venda.

Os operários e camponeses de vanguarda tiveram a intuição de que uma situação deste género tinha vindo a formar-se em Itália durante a guerra e se consolidou neste primeiro período pós-bélico. Tiveram a intuição de que as conquistas alcançadas só podem ser mantidas se se caminha em frente; se as oito horas se tornam lei dos operários e camponeses, tornam-se «costume» difuso da sociedade comunista; se o salário mínimo se transforma em lei que reconhece aos operários

---

(2) A União Sindical Italiana surgiu em 1907 por obra dos dissidentes «sindicalistas-revolucionários» da CGL. Dissolvida a organização em 1914, perante o problema da posição a assumir em relação à guerra, a USI recolheu, todavia, no Congresso de Parma (Dezembro de 1919) cerca de 300 000 organizados.

(3) O Sindicato dos ferroviários era autónomo da CGL como das outras Confederações de trabalhadores.

(4) O autor refere-se à Confederação italiana dos trabalhadores que agrupava prevalentemente camponeses. No início de 1920, a CIL contava nas suas filas com 741 000 pequenos arrendatários, 108 000 pequenos proprietários e 94 000 «agricultores». No sector industrial, a CIL recrutava os seus sócios sobretudo entre o operariado têxtil, de prevalência feminino (131 000 inscritos).

e camponeses o direito de poder satisfazer, com o fruto do trabalho, todas as exigências de uma determinada forma de vida civil e intelectual, lei que emana do poder dos operários e camponeses, o qual poder, por sua vez, é o reflexo político de uma renovada ordem do processo de produção industrial e agrícola; se o controlo das massas coesas, operárias e camponesas, sobre a origem do poder burguês (a formação da mais-valia) sai da forma actual, insensata e indistinta, da pressão de massa, da resistência de massa para se tornar técnica, económica e política, para se encarnar numa hierarquia de institutos económicos e políticos que culminem no Estado dos operários e camponeses, no governo dos operários e camponeses, num poder central dos operários e camponeses; se a conquista da terra por parte dos camponeses se torna, pela simples posse do instrumento elementar de trabalho, conquista dos frutos que o instrumento pode produzir, isto é, controlo dos organismos económicos que representam as etapas desta circulação: os bancos, as uniões bancárias, as centrais comerciais, a rede dos transportes ferroviários, fluviais e marítimos; se um Estado operário não assegura aos camponeses a imunidade dos assaltos ferozes do capitalismo e da alta finança, a guerra será paga através duma «grandiosa» revolução agrária conduzida pelo Estado burguês e pelas organizações capitalistas menores: a introdução das máquinas na agricultura com a expropriação dos camponeses e a sua redução ao sistema de operários agrícolas assalariados, sem experiência sindical e portanto mais duramente explorados e expropriados da sua riqueza de força-trabalho do que os operários da indústria urbana. Progredir na via da revolução até à expropriação dos expropriadores e à fundação de um Estado comunista, é interesse imediato das duas ordens mais numerosas da classe dos produtores italianos: significa para os operários da cidade conservar as conquistas actuadas até agora e não vê-las envolvidas numa bancarrota do aparelho de produção industrial e numa decomposição da sociedade até à desordem e ao terrorismo em permanência, sem saída previsível; para além de significar a tomada de posse do aparelho de produção nacional, para o dirigir no sentido do bem-estar e do melhoramento

espiritual da classe trabalhadora, significa para os camponeses conservar a terra conquistada, ampliar os seus fundos, libertar a terra dos impostos hipotecários e fiscais capitalistas e iniciar a revolução industrial com métodos e sistemas comunistas, em estreita colaboração com os operários urbanos.

Os operários e camponeses de vanguarda tiveram a intuição destas necessidades imanentes na situação económica actual, no equilíbrio catastrófico das forças e dos organismos de produção. E fizeram tudo o que podiam fazer numa sociedade democrática, numa sociedade configurada politicamente; indicaram o Partido Socialista, que representa as ideias e o programa a activar, como sua natural hierarquia política e indicaram ao partido a via do poder, a via do governo que se baseia constitucionalmente não no Parlamento eleito por sufrágio universal pelos explorados e pelos exploradores, mas no sistema dos Conselhos de operários e camponeses que encarnam tanto o governo do poder industrial como o governo do poder político, isto é, que são instrumentos da expulsão dos capitalistas do processo de produção e instrumentos da supressão da burguesia, como classe dominante, de todas as instituições de controlo e de centralização económica da nação.

O problema concreto imediato do Partido Socialista é, portanto, o problema do poder, é o problema dos modos e das formas pelos quais seja possível organizar toda a massa dos trabalhadores italianos numa hierarquia que organicamente culmine no partido, é o problema da construção de um aparelho estatal, que no seu âmbito interno funcione democraticamente, isto é, que garanta a todas as tendências anticapitalistas a liberdade e a possibilidade de se tornarem partidos de governo proletário e, em relação ao exterior, que seja como uma máquina implacável que mine os organismos do poder industrial e político do capitalismo.

Existe a grande massa do povo trabalhador italiano. Distingue-se hoje politicamente em duas tendências prevalentes: a massa dos socialistas marxistas e a massa dos socialistas católicos — e numa multiplicidade de tendências secundárias: a anarco-sindicalista, a dos ex-com-

batentes democrato-sociais e os vários agrupamentos locais de tendências revolucionárias. Esta massa representa mais de vinte e cinco milhões da população italiana, isto é, uma base estável e segura do aparelho proletário.

Existe uma série de organismos sindicais e de associações semiproletárias que representam uma distinção de capacidade técnica e política na grande massa do povo trabalhador.

Existe o Partido Socialista e, no partido, a tendência comunista revolucionária, que representa a fase de maturidade da consciência histórica actual da massa proletária.

O problema concreto e máximo do momento actual, para os revolucionários, é este:

1) fixar a grande massa do povo trabalhador numa configuração social que adira ao processo de produção industrial e agrícola (constituição dos Conselhos de fábrica e de aldeia, com direito de voto extensivo a todos os trabalhadores);

2) obter que, nos Conselhos, a maioria seja representada pelos camaradas do partido, pelas organizações operárias e pelos camaradas simpatizantes, mas sem excluir que ela, transitoriamente, nos primeiros momentos de incerteza e de imaturidade, possa cair na mão dos populares, dos sindicalistas anárquicos, dos reformistas, desde que sejam trabalhadores assalariados e sejam eleitos na sua sede de trabalho e desde que adiram ao Estado operário.

Nas hierarquias superiores urbanas e distritais (para a província), a representação no Conselho urbano ou de distrito deverá ser dada não só aos centros de produção, isto é, à massa trabalhadora como tal mas também às secções do partido, aos círculos, aos sindicatos, às associações proletárias, às cooperativas. A maioria socialista devia ser notável nestes poderes locais e determinante nas grandes cidades industriais, onde o Estado operário será verdadeiramente ditadura proletária (dos operários de fábrica) e deverá superar as dificuldades mais árduas porque deverá apoderar-se das centrais capitalistas, dos organismos capitalistas que estendem os seus tentáculos a toda a nação.

OS ACONTECIMENTOS DE 2-3 DE DEZEMBRO DE 1919 (*)

Pequena burguesia

Os acontecimentos de 2-3 de Dezembro são um episódio culminante da luta de classes. A luta não se travou entre proletários e capitalistas (esta luta desenvolve-se organicamente como luta pelos salários e pelos horários e como trabalho contínuo, tenaz e paciente, para a criação de um aparelho de governo da produção e das massas de homens que substitua o actual aparelho de Estado burguês); travou-se entre proletários e pequenos e médios burgueses. A luta verificou-se, em última análise, para a defesa do Estado liberal democrático, para a libertação do Estado liberal democrático das cadeias em que o tem prisioneiro uma parte da classe burguesa, a pior, a mais vil, a mais inútil, a mais parasitária: a pequena e média burguesia, a burguesia «intelectual» (chamada «intelectual» porque é possuidora, através da fácil e fugaz carreira da escola média, de pequenos e médios diplomas de estudos gerais), a burguesia dos funcionários públicos cujos lugares se trans-

(*) Não assinado, de colaboração com P. Togliatti, *L'Ordine Nuovo*, 6/13-12-1919. Este escrito comenta o movimento espontâneo de greves e sublevações com as quais os operários responderam a um ataque de grupos nacionalistas monárquicos contra os deputados socialistas que, na sessão inaugural da XXV legislatura, se tinham manifestado contra a monarquia.

mitem de pai a filho, dos comerciantes, dos pequenos proprietários industriais e agrícolas, comerciantes na cidade, usurários na província. Esta luta desenvolveu-se da única forma em que podia desenvolver-se: desordenadamente, tumultuosamente, como uma razia, nas estradas e nas praças, com o fim de libertar as estradas e as praças de uma invasão de gafanhotos pútridos e vorazes. Mas esta luta, ainda que indirectamente, estava em conexão com uma outra, com a superior luta de classes entre proletários e capitalistas: a pequena e média burguesia é de facto a barreira de humanidade corrupta, dissoluta e apodrecida com que o capitalismo defende o seu poder económico e político, humanidade servil, abjecta, humanidade de mandatários e de lacaios, tornada hoje a «serva padrona» (**) que quer extrair da produção créditos superiores não só à massa de salário percebida pela classe trabalhadora mas aos próprios créditos extraídos pelos capitalistas; expulsá-la do campo social, como se expulsa uma nuvem de gafanhotos de um campo semidestruído, com o ferro e com o fogo, significa desembaraçar o aparelho nacional de produção e venda de uma plúmbea sela que o sufoca e o impede de funcionar, significa purificar o ambiente social e encontrar-se contra o adversário específico: a classe dos capitalistas proprietários dos meios de produção e venda.

A guerra pôs em relevo a pequena e média burguesia. Na guerra e pela guerra militarizou-se o aparelho capitalista de governo económico e de governo político: a fábrica tornou-se um quartel, a cidade tornou-se um quartel, a nação tornou-se um quartel. Todas as actividades de interesse geral foram nacionalizadas, burocratizadas, militarizadas. Para activar esta monstruosa construção, o Estado e as associações menores capitalistas fizeram a mobilização em massa da pequena e média burguesia. Sem que tivessem uma preparação cultural e espiritual, fizeram-se afluir dezenas e dezenas de milhar de indivíduos do fundo das aldeias e das «casas» populares meridionais, dos quintais das lojas

(**) Que se crê entidade patronal mas que, na realidade, assume uma posição de servilismo. — *(N. do T.)*.

paternas, dos bancos inutilmente aquecidos das escolas médias e superiores, das redacções dos jornais de chantagem, dos adelos dos subúrbios citadinos, de todos os guetos onde apodrece e se decompõe a ociosidade, a bazófia dos fragmentos e dos detritos sociais depositados por séculos de servilismo e de domínio dos estrangeiros e dos padres sobre a nação italiana; e foi-lhes dado um ordenado de indispensáveis e insubstituíveis e foi-lhes confiado o governo das massas de homens nas fábricas, nas cidades, nos quartéis, nas trincheiras do *front* [*catorze linhas censuradas*].

As eleições parlamentares demonstraram que as massas de homens querem ser guiadas e governadas pelos socialistas, que as massas de homens querem uma constituição social por força da qual quem não produz, quem não trabalha, não come. Estes senhores que continuam a extorquir do rendimento da produção nacional e do crédito externo do Estado uma fatia de um milhão por mês, que gritam sobre os tectos da sua paixão nacionalista e se fazem manter pela pátria; [*duas linhas censuradas*] estes senhores, atemorizados pelo perigo iminente, organizaram imediatamente o *pogrom* contra os deputados socialistas. E das fábricas, dos estaleiros, dos laboratórios, dos arsenais de todas as cidades italianas, imediatamente, como resposta a uma palavra de ordem, como sucedia na Rússia e na Polónia quando os Centros Negros (1) tentavam desencadear *pogroms* contra os hebreus, para afogar num pântano de barbárie e de dissolução cada pequeno anseio de liberdade — imediatamente os operários irromperam nas estradas centrais da cidade e expulsaram os gafanhotos pequeno-burgueses, os organizadores de *pogroms*, os profissionais da ociosidade.

No fundo, tratou-se de um episódio de «liberalismo». Tinha-se formado um modo de vida sem trabalho, sem responsabilidade, sem riscos; este modo de vida, hoje, tem também os seus riscos, as suas preocupações, os seus perigos.

(1) Bandos reaccionários, activos na Rússia desde os primeiros anos do século.

E se tivesse conseguido?... A hipótese não é abstracta. Nas grandes cidades setentrionais, nos dias da greve, não faltaram os momentos nos quais até homens calmos e temperados tinham a sensação de que, de um momento para o outro, poderiam acontecer factos decisivos, que um qualquer incidente teria sido suficiente para dar aos acontecimentos um curso diverso, para virar os termos de relação de força entre autoridade e povo, para fazer desembocar a sublevação na revolução. Este é o melhor índice do facto que vivemos num período revolucionário: *sente-se* que alguma coisa de diferente e de novo poderia também acontecer, espera-se, interroga-se o desconhecido, conta-se também um pouco sobre o acaso [*três linhas censuradas*].

É verdade que a revolta é feita por grande parte de elementos imponderáveis e que a revolta deve também contar com o acaso, com o grupo de impulsivos que ultrapassa a intenção de todos, com o facínora que dois dias depois será preciso fuzilar porque se terá posto a saquear e a devastar.

O elemento ordenador é fornecido pela existência de grupos de revolucionários no verdadeiro sentido da palavra, isto é, de núcleos de pessoas que não tenham medo dos acontecimentos, do imprevisto e do inesperado, que tenham uma vontade e uma finalidade precisas, que estejam prontos, que sejam capazes de fazer valer esta sua vontade. A sublevação representa a dissolução de uma forma de organismo social, a revolução começa quando, pelo impulso corajoso dos conscientes e dos capazes, o organismo social se prepara para conquistar uma forma nova. O momento da sublevação, que é puramente negativo, terá uma duração tanto mais longa quanto maior for a dificuldade que os grupos de vanguarda tiverem que superar para caminhar em frente, porem-se à cabeça e dar uma forma orgânica às massas que o movimento de revolta tornou fluidas e informes.

Este período de transição durou, na Rússia, pode dizer-se, oito longos meses, os meses que decorrem entre a revolução de Março e a de Outubro, entre a revolução dos pequeno-burgueses e a dos operários e camponeses, oito meses que são preenchidos pelos esforços dos pequenos burgueses intelectuais para se manterem à frente do movimento das massas cada vez mais descontentes e desconfiadas do trabalho destes chefes desleais, oito meses nos quais os capitalistas e os proprietários de terras, procuram, por todos os meios, desde a sabotagem da fábrica à contra-revolução militar, obrigar a entrar de novo na velha forma de opressão e de escravidão a massa humana que o movimento de revolta conduziu para a luz e tornou actriz da história sublevando os mais profundos estratos da sociedade. E, nestes meses, a grande maioria do povo educa-se para fazer a revolução, sente imediatamente, antes até de possuir a convicção teórica, a necessidade de formar os órgãos do seu poder, afasta-se dos chefes democratas e aperta-se à volta dos comunistas, constitui um organismo de controlo e de autogoverno que vem eliminando automaticamente, e despindo de toda a autoridade, os órgãos do velho poder, do poder dos patrões, dos generais, dos politiqueiros e dos traidores.

Em Outubro de 1917, o comité executivo do Congresso dos Sovietes, enquanto estava ainda em pé o governo de Kerenski, dava ordens que eram executadas pela massa de operários e camponeses ordenados e organizados de modo férreo, chamava à rua e dirigia os movimentos de regimentos completos, do completo operariado de fábrica, enquadrado e armado, estava à cabeça, em suma, de um aparelho que agia com a precisão e a regularidade implacável de uma máquina.

Seria absurdo pretender hoje, em Itália, que não nos movamos antes de alcançar este ponto, mas é preciso procurar atingi-lo através da experiência de movimentos como o de 2 e 3 de Dezembro e outros semelhantes que sem dúvida sucederão a este. Estes movimentos devem servir para despedaçar o laço aparentemente legalitário que ainda une a maioria da população à forma das instituições burguesas, devem tornar fluida a massa humana que ainda se coloca, por hábito e por temor, no velho esquema social; devem servir para impor a todos o problema de se prepararem para fazer a revolução.

Não tivemos e não teremos provavelmente uma revolução de Março que nos abra o caminho, iniciando o período das perturbações, da incerteza, do contraste aberto fora da órbita legal entre as forças que querem dominar o mundo da economia e da política. A acção parlamentar negativa pode e deve substituir, nos efeitos, esta ruptura inicial. Por isso os movimentos de rua são uma sua integração necessária ...

Entretanto, é preciso pôr também o problema a que já me referi, o problema do «depois», o problema que se teria posto ontem se os factos de Mântova tivessem acontecido em Milão ou Turim onde existe uma massa de operários revolucionários que está disposta a levar as coisas até ao fim. É uma hipótese mas, se somos revolucionários, devemos avançar também esta hipótese de a revolução poder resultar um dia ...

Luta de classes, guerra de camponeses ...

O acaso quis que as jornadas de greve geral e de graves tumultos em toda a Itália superior ou média coincidissem com o rebentar espontâneo de uma insurreição do povo num zona típica da Itália meridional, no território de Ândria [2]. A atenção que se prestou à insurreição do proletariado das cidades contra aquela parte da casta pequeno-burguesa que conquistou durante a guerra uma fisionomia militarista e agora não a quer perder, e contra a polícia, desviou o olhar de Ândria, impediu que se desse o exacto relevo aos acontecimentos ali verificados, que eles fossem apreciados no seu justo valor. Esperamos poder fornecer aos nossos leitores importantes dados de observação directa das causas e do desenvolvimento dos factos e limitamo-nos, por agora, a notar como o acaso, fazendo coincidir as duas insurreições, forneceu quase um modelo do que deverá ser a revolução italiana.

[2] Durante a greve dos dias 2 e 3 de Dezembro, os jornaleiros de Ândria, atacados pela polícia, tinham bloqueado a cidade e tinham-se defendido disparando até com armas de fogo. Depois dum violento conflito, tinham sido dispersos, deixando no terreno cerca de duzentos feridos.

Por um lado, o proletariado, no sentido estrito da palavra, isto é, os operários da indústria e da agricultura industrializada, por outro, os camponeses pobres: eis as duas asas do exército revolucionário. Os operários da cidade são revolucionários por educação, tornou-os assim o desenvolvimento da consciência e a formação da pessoa na fábrica, célula da exploração do trabalho; os operários da cidade vêem hoje a fábrica como o lugar em que se deve iniciar a libertação, o centro de irradiação do movimento de desforra: por isso o seu movimento é são, é forte e será vitorioso. Os operários estão destinados a ser, na insurreição citadina, o elemento extremo e ordenador, o que não deixará parar a máquina posta em movimento mantendo-a na estrada justa; representam, a partir de agora, a intervenção na revolução das grandes massas e personificam, de modo vivo, o interesse e a vontade das próprias massas.

Na província, devemos contar sobretudo com a acção e com o apoio dos camponeses pobres, dos «sem terra». Eles serão levados a moverem-se não só pela necessidade de resolverem o problema da vida, como ontem os camponeses de Ândria, pela necessidade de lutar pelo pão, mas pela própria e contínua necessidade, pelo perigo sempre iminente da morte pela fome ou pelo chumbo, serão obrigados a fazer pressão sobre as outras partes da população agrícola para a obrigar a criar também nos campos um organismo de controlo colectivo da produção. Este organismo de controlo, o Conselho dos camponeses, embora deixando subsistir as formas intermédias de apropriação privada da terra (pequena propriedade), fará um trabalho de coesão e de transformação psicológica e técnica, será a base da vida comum nos campos, o centro através do qual os elementos revolucionários poderão fazer valer, de modo contínuo e concreto, a sua vontade.

É preciso que também os camponeses saibam hoje o que têm a fazer, que a sua acção lance raízes profundas e tenazes, aderindo, como a dos operários, ao processo produtivo da riqueza. Tal como uns vêem a fábrica, os outros devem começar a ver os campos como a futura comunidade de trabalho.

A sublevação de Ândria diz-nos que o problema está maduro: é o problema, no fundo, de todo o Sul italiano, o problema da efectiva conquista da terra por parte de quem a trabalha. O nosso partido tem a obrigação de pô-lo e de resolvê-lo. A conquista da terra prepara-se hoje com as mesmas armas com as quais os operários preparam a conquista da fábrica, isto é, formando os organismos que permitam à massa que trabalha governar-se por si, no lugar do seu trabalho. O movimento dos operários e o dos camponeses confluem naturalmente numa só direcção, na criação dos órgãos do poder proletário.

A revolução russa encontrou precisamente a sua força e a sua salvação no facto de que, na Rússia, operários e camponeses, partindo de pontos opostos, movidos por sentimentos diversos, se encontraram reunidos por uma finalidade comum, numa luta única, para que ambos se convencessem da prova de que só se podiam libertar da opressão dos patrões dando à própria organização de conquista uma forma que permitisse eliminar directamente o explorador do campo da produção. Esta forma foi o Conselho, foi o Soviete. A luta de classe e a guerra dos camponeses uniram a sua sorte de tal modo indivisível que tiveram um êxito comum na constituição de um organismo directivo de toda a vida do país.

O problema põe-se, entre nós, nos mesmos termos. O operário e o camponês devem colaborar de modo concreto, enquadrando as suas forças num mesmo organismo. A insurreição encontrou-os unidos, talvez por acaso, a revolução deve encontrá-los conscientemente unidos e concordes. O controlo da fábrica e a conquista das terras devem constituir um problema único. Setentrião e Sul devem executar em conjunto o mesmo trabalho, preparar em conjunto a transformação da nação em comunidade produtiva. Deve transparecer cada vez mais claro que só os trabalhadores são hoje capazes de resolver, de modo «unitário», o problema do Sul; o problema da unidade, que três gerações burguesas deixaram insolúvel, será resolvido pelos operários e pelos camponeses colaborando numa forma política comum, na forma política pela qual conseguirão organizar, tornando-a vitoriosa, a sua ditadura.

O REVOLUCIONÁRIO QUALIFICADO (*)

A carta de Lenine (¹) ao camarada Serrati e aos comunistas italianos despertou um coro de aprovações entusiásticas. Um melancólico escritor de *Stampa* descobriu imediatamente que Lenine é... um giolittiano; no Congresso da Câmara de Trabalho de Turim e província desfraldou-se triunfalmente a carta de Lenine para convencer os delegados que... não se deve dar o voto aos desorganizados na eleição dos delegados de secção. Para nós, a carta de Lenine fez recordar uma

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 20-12-1919.

(¹) Trata-se da carta escrita com data de 29 de Outubro de 1919 e publicada pela primeira vez, em Itália, no *Avanti!* de 6 Dezembro do mesmo ano. Transcrevemo-la integralmente, segundo a tradução do volume LENINE, *Sul movimento operaio italiano*, Roma, 1926, pp. 164-165:

«Caro amigo, as notícias que recebemos de Itália são muito escassas e chegam até nós através dos jornais estrangeiros não comunistas. Soubemos do vosso Congresso de Bolonha e da brilhante vitória do comunismo. Alegro-me de todo o coração convosco e com os outros comunistas italianos e desejo-vos um sucesso ainda maior e melhor.

O exemplo do Partido Socialista Italiano terá uma grande influência em todo o mundo. Particularmente a vossa decisão sobre a participação nas eleições para o Parlamento burguês, parece-me muito justa. Espero que ela contribua para compor as dissensões surgidas hoje, a este propósito, entre os comunistas alemães.

Não duvido que os oportunistas abertos ou mascarados — e são muitos no grupo parlamentar socialista italiano! — tentarão anular as decisões do Congresso de Bolonha.

A luta contra estas tendências não terminou ainda, mas a vitória de Bolonha tornar-vos-á mais fáceis outras vitórias.

antiga tese de Lenine sobre o revolucionário «qualificado».

Os revolucionários devem conhecer a «máquina» da revolução, os revolucionários devem conhecer o processo de desenvolvimento da revolução, os revolucionários devem ser homens políticos responsáveis e não apenas agitadores. Os comunistas italianos tactearam até agora no escuro. As massas proletárias italianas, como todas as massas proletárias do mundo, compreenderam que a «máquina» da revolução é o sistema dos Conselhos, compreenderam que o processo de desenvolvimento da revolução é assinalado pelo facto de as massas populares reconhecerem no sistema dos Conselhos o órgão de governo das massas de homens e da produção industrial e agrícola e determinarem com a sua indiferença, com esta sua passagem de psicologia política, a atrofia das formas políticas actuais, a morte histórica da democracia burguesa. O Partido Socialista aderiu à III Internacional, aderiu à concepção da III Internacional segundo a qual a luta de classes, no período actual, deve encarnar-se nos Conselhos e deve ser dirigida para a conquista do poder; mas o Partido Socialista nem sequer tentou sair do domínio das afirmações verbais, não indicou aos operários e aos camponeses a via concreta das realizações constitucionais. Para a III Internacional, «fazer» a revolução significa «dar» o poder aos Sovietes, significa lutar para conquistar a maioria dos Sovietes; para a III Internacional, ser revolucio-

---

Em relação com a situação internacional da Itália, tarefas muito importantes se apresentam ao proletariado italiano.

Pode acontecer que a Inglaterra e a França, com o apoio da burguesia italiana, tentem empurrar o proletariado para uma insurreição prematura, para o derrotar mais facilmente. Mas não conseguirão os seus fins. O excelente trabalho dos comunistas italianos é segura garantia que eles conseguirão conquistar para o comunismo todo o proletariado industrial e agrícola e ainda os pequenos proprietários; então, se o momento de acção for escolhido bem, relativamente à situação internacional, a vitória da ditadura do proletariado será definitiva. Os sucessos do comunismo em França, na Inglaterra e em todo o mundo garantem-nos igualmente esta vitória.

Com saudações comunistas

Moscovo, 29 de Outubro de 1919.» *Lenine*

nário significa sair do domínio do corporativismo sindical e do sectarismo de partido e ver o movimento nas massas humanas que procuram uma forma e trabalhar para que esta forma seja o sistema dos Conselhos ([2]).

Até agora, bem pouco foi feito pelos comunistas neste sentido. Os comunistas italianos estão «menos» na III Internacional do que os independentes alemães que finalmente reconheceram hoje que a luta de classes revolucionária só pode ser travada no interior dos Conselhos operários e deve tender para a instauração da

---

([2]) Recentes pesquisas de arquivo permitiram conhecer o texto da carta que Giacinto Menotti Serrati endereçou a Lenine, como resposta à aqui publicada e acerca da qual discorre G. neste artigo. Na resposta de Serrati são transparentes as referências à posição de *Ordine Nuovo* acerca do «sistema dos Conselhos» que G. confirma de facto, com força, neste escrito. A carta de Serrati foi por nós publicada em *Rinascita*, a. XXIV, n. 5, 3 de Fevereiro de 1967.

Eis o texto:

«Milão, 28-XII-1919

Caríssimo

Aproveito uma feliz oportunidade para vos dar brevemente notícias da nossa situação em Itália e para vos enviar as nossas saudações caríssimas. Depois do Congresso de Bolonha, do qual tivestes notícia e acerca do qual recebi a carta de 28 de Outubro muito precisa, a nossa situação foi-se amadurecendo no sentido por nós previsto. A crise económica que avassala o país e que só pode conduzir a uma situação revolucionária, não pode evidentemente ser resolvida com os paliativos propostos pelas classes dirigentes. Isto sentem os proletários e também a classe média. As eleições de 16 de Novembro, para além de serem a confirmação da justa táctica votada em Bolonha, foram também o sinal de que as classes médias se estão orientando para nós. Isto significa, parece-me, que a nossa vitória se aproxima mas isto determina também uma nossa maior responsabilidade para que não aconteça — como até aqui sempre aconteceu na história — que sejam os aventureiros a gozar dos sacrifícios das massas proletárias e a mudar, no que é possível, o significado da luta e da vitória. Eis por que sou de opinião que nos ocorre proceder de modo a que a revolução expulsa no seu devido tempo. *Nem golpes de mão, nem excessiva lentidão*, tal me parece que deve ser a nossa táctica. Devemos esperar serenamente, operando, os acontecimentos que amadurecem para nós. Nesta espera, que deve ser espera activa, em defesa de todos aqueles que lutam connosco e sobre-

ditadura proletária, que discutiram a função dos sindicatos e reconheceram só se poder dar aos sindicatos uma missão revolucionária ... depois da revolução.

Os comunistas italianos trabalharam pouco para se tornarem «revolucionários qualificados»; movem-se entre gigantescas engrenagens da história como um campónio que visita uma grande fábrica e se aventura, temerário e «agitado», no barulho e no movimento das grandes máquinas. A carta de Lenine é a confirmação

---

tudo em vossa defesa, no que é possível — devemos preparar as instituições de que vos munistes, quase de improviso, entre as maiores dificuldades. Discute-se aqui, entre nós, a instituição dos Conselhos de fábrica que alguns elementos sindicalistas e também alguns socialistas querem apresentar em substituição do trabalho das organizações operárias e do partido. Pretende-se que deles, e só deles, deva nascer a ordem nova. Nós pensamos que, preparando-nos para a instituição de todos os organismos da ditadura do proletariado, não devemos menosprezar, a partir de agora, as instituições que nos serviram até aqui e podem ainda ser de válida ajuda no futuro próximo: as cooperativas, os sindicatos profissionais e os municípios que estão nas nossas mãos.

Entretanto, a situação parlamentar é tal que não cremos possível a presença duradoura e operosa de qualquer ministério no poder. O nosso Grupo Parlamentar deve actuar de modo a fazer amadurecer crise sobre crise, as quais sejam no campo parlamentar o índice da crise que avassala o país, económica e moralmente. É deste modo que nós poderemos chegar, e talvez mais cedo do que se crê, à necessária maturidade para a colheita do fruto. Temos de vencer dificuldades não leves, dependentes, para além de razões que estão fora de nós e que estão na mesma condição no nosso país, também de razões internas da nossa constituição como partido. Muitos de nós estão ainda embebidos de ideologias dos anos «quarenta e oito» e são românticos, úteis nos momentos de acção mas muito perigosos para a precisão das ideias. De qualquer modo, mesmo através destas dificuldades, que são muito mais leves do que as que tivestes e tendes que suportar, asseguramo-vos que se caminha em frente e que esperamos poder em breve unir a nossa obra à vossa.

Fala-se de uma próxima missão italiana à Rússia, seria deveras um grande sucesso se o Governo italiano a permitisse, mas não creio que o facto pudesse ter ressonância internacional nos gabinetes da Aliança.

Recebei, caro camarada, por nós e por todos os camaradas, as nossas mais cordiais saudações e felicitações.

G. Serrati.»

de uma situação de facto pouco feliz e pouco segura: vacilamos entre a catástrofe e ... a Constituinte (³), isto é, entre uma catástrofe e uma outra catástrofe pior, pois não se pode imaginar, em Itália, a resistência necessária para entrar num período indefinido, escuro, de crise e de desespero.

(³) A palavra de ordem da Constituinte foi diferentemente vista quer por grupos nittianos quer por exponentes da CGL (Baldesi, em particular) que pensavam numa Constituinte do trabalho, largamente impregnada de espírito corporativo, e a concebiam como contra-altar do projecto «sovietista» da direcção maximalista do PSI.

A ESCOLA DE CULTURA (*)

O primeiro curso ([1]) da Escola de Cultura e Propaganda Socialista teve início na semana transacta, com a primeira lição de teoria e a primeira exercitação prática, num modo que não deixou de nos encher de satisfação. Em princípio, consideramo-nos autorizados a nutrir as melhores esperanças pelo êxito. Porque negar que alguns de nós duvidavam? Duvidavam que, encontrando-se apenas uma ou duas vezes por semana, cansados do próprio trabalho, nos fosse impossível encontrar em todos aquela frescura sem a qual a mente não pode comunicar, as vontades não podem aderir e a escola não pode cumprir-se como série de actos educativos, vividos e sentidos em comum. Provavelmente tornava-nos cépticos a experiência das escolas burguesas, a fastidiosa experiência de alunos, a experiência dura de professores: o ambiente frio, opaco a qualquer luz, resiste a qualquer esforço de unificação ideal, os jovens unidos naquelas salas não com o desejo de melhorar e de compreender mas com a finalidade, talvez não explícita e todavia clara e única para todos, de fazer carreira, de conquistar um «diploma», de colocar a própria vaidade e a própria preguiça, de se enganarem hoje a si próprios e os outros amanhã.

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 20-12-1919, secção «Cronache dell'Ordine Nuovo». O título é nosso.

([1]) Cf., a propósito do tema, *Cultura e propaganda socialista*, pp. 7-8 do presente volume.

E vimos à nossa volta, apinhados, apertados uns contra os outros nos bancos incómodos e no espaço exíguo, estes alunos insólitos, na maior parte não jovens, fora portanto da idade em que aprender é coisa simples e natural, todos cansados por um dia de fábrica ou de escritório, seguir com a atenção mais intensa o decorrer da lição, esforçando-se por assinalá-lo no papel, fazendo sentir de modo concreto que entre quem fala e quem escuta se estabeleceu uma corrente viva de inteligência e de simpatia. Isto não seria possível se o desejo de aprender, para estes operários, não surgisse de uma concepção do mundo que a própria vida lhes ensinou e que eles sentem necessidade de esclarecer para a possuir concretamente, para poder actuá-la plenamente. É uma unidade que preexiste e que o ensino quer solidificar, é uma unidade viva que em vão se procura criar nas escolas burguesas.

A nossa escola é viva porque vós, operários, lhe trazeis a melhor parte de vós, a que a fadiga da fábrica não pode enfraquecer: a vontade de vos tornardes mais esclarecidos. Toda a superioridade da vossa classe, neste confuso e tempestuoso momento, vemo-la expressa neste desejo que anima uma parte cada vez maior de vós, desejo de adquirir conhecimento, de vos tornardes capazes, donos do vosso pensamento e da vossa acção, artífices directos da história da vossa classe.

A nossa escola continuará e trará os frutos que lhe for possível: está aberta a todos os acontecimentos, qualquer caso poderá afastar e dispersar amanhã todos nós que hoje nos agrupamos à volta dela, comunicando e recebendo dela um pouco de calor, da fé que nos é necessária para viver e para lutar; o balanço fá-lo-emos depois, mas por agora assinalamos isto no activo, assinalamos esta impressão de confiança que nos vem das primeiras lições, do primeiro contacto. E com o espírito destas primeiras lições queremos continuar.

O PARTIDO E A REVOLUÇÃO (*)

O Partido Socialista, com a sua rede de secções (que nos grandes centros industriais são, por sua vez, o eixo de um compacto e potente sistema de círculos de bairro), com as suas federações provinciais, solidamente unificadas pelas correntes de ideias e de actividades irradiantes das secções urbanas, com os seus congressos anuais que actuam a soberania mais alta do Partido, exercitada pela massa dos inscritos através das delegações bem definidas e limitadas de poder, congressos convocados sempre para discutir e resolver problemas imediatos e concretos, com a sua direcção, que imana directamente do congresso e que constitui o seu comité permanente, executivo e de controlo, o Partido Socialista constitui um aparelho de democracia proletária que, na fantasia política, pode facilmente ser visto como «exemplar».

O Partido Socialista é um modelo de sociedade «libertária» disciplinada voluntariamente por um acto explícito de consciência; imaginar toda a sociedade humana como um colossal Partido Socialista, com os seus pedidos de admissão e as suas demissões, não pode deixar de fazer cócegas ao preconceito contratualista de muitos espíritos subversivos, educados mais com J. J. Rousseau e com os opúsculos anárquicos do que com as doutrinas históricas e económicas do marxismo. A Constituição

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 27-12-1919.

da República Russa dos Sovietes fundamenta-se em princípios idênticos aos do Partido Socialista; o governo da soberania popular russa funciona em formas sugestivamente idênticas às formas de governo do Partido Socialista. Não é de facto estranho que destes motivos de analogia e de aspirações instintivas tenha nascido o mito revolucionário pelo qual se concebe a instauração do poder proletário como uma ditadura do sistema de secções do Partido Socialista [1].

Esta concepção é, pelo menos, tão utópica como a que reconhece nos sindicatos e nas Câmaras de Trabalho as formas do processo de desenvolvimento revolucionário. A sociedade comunista só pode ser concebida como uma formação «natural» aderente ao instrumento de produção e de venda; e a revolução pode ser concebida como acto de reconhecimento histórico da «espontaneidade» desta formação. O processo revolucionário identifica-se, portanto, apenas com um espontâneo movimento das massas trabalhadoras, determinado pelo choque das contradições inerentes à convivência humana em regime de propriedade capitalista. Presas na tenaz dos conflitos capitalistas, ameaçadas por uma condenação, sem apelo, à perda dos direitos civis e espirituais, as massas destacam-se das formas de democracia burguesa, saem da legalidade da constituição burguesa. A sociedade caminharia para a dissolução, cairia toda a produção de riqueza útil, e os homens precipitar-se-iam num profundo abismo de miséria, de barbárie, de morte, sem uma reacção da consciência histórica das massas populares que encontram um novo enquadramento, que actuam uma nova ordem no processo de produção e de distribuição da riqueza. Os organismos de luta do proletariado são os «agentes» deste colossal movimento de massas; o Partido Socialista é, sem dúvida, o máximo «agente» deste processo de ruína e de neo-formação, mas não é e não pode ser concebido como a forma deste processo, forma maleável e plasmável ao arbítrio dos dirigentes. A social-democracia alemã (entendida no seu conjunto de movimento sindical e político) actuou o paradoxo de obrigar violentamente o processo da revolução proletária alemã nas formas da sua organização e acreditou dominar a história. Criou os *seus* Conselhos, autoritariamente, com a maioria segura dos seus homens; enredou a revolução, domesticou-a. Perdeu hoje qualquer contacto com a realidade histórica que não seja o contacto do punho de Noske com a nuca do operário, e o processo revolucionário segue o seu curso incontrolado, ainda misterioso, que aflorará por desconhecidas fontes de violência e de dor.

O Partido Socialista, com a sua acção intransigente no domínio político, provoca os próprios resultados que os sindicatos actuam no campo económico: põe fim à livre concorrência. O Partido Socialista, com o seu programa revolucionário, subtrai ao aparelho de Estado burguês a sua base democrática do consenso dos governantes: Influencia cada vez mais profundamente as massas populares e assegura-lhes que o estado de privação em que se debatem não é uma frivolidade, não é um mal-estar sem saída, mas corresponde a uma necessidade objectiva, é o momento inelutável de um processo dialéctico que deve acabar numa laceração violenta, numa regeneração da sociedade. Eis que o partido se vem assim identificando com a consciência histórica das massas populares e lhes governa o movimento espontâneo, irresistível: este governo é incorpóreo, funciona através de milhões e milhões de laços espirituais, é uma irradiação de prestígio que só em momentos culminantes se pode transformar num governo efectivo para um apelo de rua, para um alinhamento corpóreo de forças militantes, dispostas à luta para afastar um perigo, para resolver uma nuvem de violência reaccionária.

Obtido o resultado de paralisar o funcionamento do governo legal das massas populares, inicia-se para

---

(1) Esta concepção da ditadura proletária era sustentada particularmente por G. M. Serrati, o qual, em polémica directa com as teses do grupo de *Ordine Nuovo*, afirmava que «a ditadura do proletariado é a ditadura consciente do Partido Socialista». Cf. *I comitati di fabbrica*, editorial assinado «Il comunista», in *Comunismo*, 15-30 de Dezembro de 1919. A este replica provavelmente o escrito de G.

o partido a fase de actividade mais difícil e delicada: a fase de actividade positiva. As concepções difundidas pelo partido operam autonomamente nas consciências individuais e determinam configurações sociais novas, aderentes a estas concepções, determinam organismos que funcionam por lei íntima, determinam embrionários aparelhos de poder, pelos quais a massa actua o seu governo, pelos quais a massa adquire consciência da sua responsabilidade histórica e da sua precisa missão de criar as condições do comunismo regenerador. O partido, como formação compacta e militante de uma ideia, influencia este íntimo trabalho de novas estruturas, esta operosidade de milhões e milhões de infusores sociais que preparam os vermelhos bancos de coral que um dia não longínquo, vindo à superfície, despedaçarão os ímpetos da tempestada oceânica, restabelecerão a paz nas ondas, fixarão novamente um equilíbrio nas correntes e nos climas; mas este influxo é orgânico, está na circulação das ideias, na manutenção intacta do aparelho de governo espiritual, no facto de milhões e milhões de trabalhadores, fundando as novas hierarquias, instituindo as novas ordens, saberem que a consciência histórica que os move tem uma encarnação viva no Partido Socialista, é justificada por uma doutrina, a doutrina do Partido Socialista, tem um baluarte potente, a força política do Partido Socialista.

O partido continua a ser a superior hierarquia deste irresistível movimento de massas, o partido exercita a mais eficaz das ditaduras, a que nasce do prestígio, que é a aceitação consciente e espontânea de uma autoridade que se reconhece indispensável para o êxito da obra empreendida. Mal vão as coisas se por uma concepção sectária do partido na revolução se pretende materializar esta hierarquia, se pretende fixar em formas mecânicas de poder imediato o aparelho de governo das massas em movimento, se pretende obrigar o processo revolucionário às formas do partido; conseguir-se-á desviar uma parte dos homens, conseguir-se-á «dominar» a história; mas o processo real revolucionário escapará ao controlo e ao influxo do partido, tornado inconscientemente organismo conservador.

A propaganda do Partido Socialista insiste hoje nestas teses irrefutáveis:

As relações tradicionais de apropriação capitalista do produto do trabalho humano mudaram-se radicalmente. Antes da guerra, o trabalho italiano consentia, sem graves choques repentinos, a apropriação, por parte da exígua minoria capitalista e por parte do Estado, de 60 % da riqueza produzida pelo trabalho, enquanto as dezenas de milhões da população trabalhadora tinham que contentar-se, para satisfazer as exigências da vida elementar e da superior vida cultural, de uns escassos 40 %. Hoje, depois da guerra, verifica-se este fenómeno: a sociedade italiana produz só metade da riqueza que consome; o Estado debita ao trabalho futuro importâncias colossais, isto é, torna sempre mais escravo da plutocracia internacional o trabalho italiano. Aos dois sacadores de importâncias da produção (os capitalistas e o Estado) juntou-se um terceiro, puramente parasita: a pequena burguesia da casta militar-burocrática formada durante a guerra. De facto, esta apodera-se daquela metade de riqueza não produzida que é debitada ao trabalho futuro: fá-lo directamente, através dos ordenados e pensões, e indirectamente, porque a sua função parasitária pressupõe a existência de todo um aparelho parasitário. Se a sociedade italiana produz apenas 15 mil milhões de riqueza e consome 30, e estes 15 mil milhões são produzidos por oito horas de trabalho quotidiano das dezenas de milhões da população trabalhadora que recebe 6-7 mil milhões de salário, o balanço capitalista pode ser normalmente acertado só de uma maneira: obrigando as dezenas de milhões da população trabalhadora, pela mesma quantidade de salário, a dar uma, duas, três, quatro, cinco horas de trabalho a mais, de trabalho não remunerado, de trabalho que vai encher o capital para que readquira a sua função de acumulação, que vai para o Estado para que pague os seus débitos, que consolida a situação económica da pequena burguesia reformada e a premeia pelos serviços prestados com as armas ao Estado e ao capital, para obrigar a população trabalhadora a rebentar sobre a máquina e sobre um pedaço de terra.

Nesta situação geral das relações capitalistas, a luta de classes só pode ser orientada para a conquista do poder de Estado por parte da classe operária, para dirigir este imane poder contra os parasitas, obrigando-os a voltar à ordem do trabalho e abolindo imediatamente a quantia monstruosa hoje recebida. Com esta finalidade, toda a massa trabalhadora deve cooperar, toda a massa trabalhadora deve assumir forma consciente segundo a ordem que ela assume no processo de produção e venda: assim, cada operário (e cada camponês) é chamado ao Conselho para colaborar no esforço de regeneração, é chamado a constituir o aparelho do governo industrial e da ditadura: no Conselho se encarna a forma actual da luta de classes tendente ao poder. E assim se traça o perfil da rede de instituições em que se desenvolve o processo revolucionário: o Conselho, o sindicato, o Partido Socialista. O Conselho, formação histórica da sociedade, determinado pela necessidade de dominar o aparelho de produção, formação nascida pela conquistada consciência de si, por parte dos produtores. O sindicato e o partido, associações voluntárias, instrumentos de propulsão do processo revolucionário, «agentes» e «gerentes» da revolução; o sindicato que coordena as forças produtivas e imprime ao aparelho industrial a forma comunista; o Partido Socialista, modelo vivo e dinâmico de uma convivência social que faz aderir a disciplina à liberdade, dando ao espírito humano toda a energia e entusiasmo de que é capaz.

ESTUDOS «DIFICEIS» (*)

O jornal *Humanité*, órgão oficial do Partido Socialista Francês, no seu número de 27 de Dezembro último, transcreve, nos seus pontos essenciais, a noção para a constituição dos Conselhos de fábrica, votada no Congresso Camarário de Turim por 38 mil operários organizados [1] e comenta-se de modo muito favorável. Nela, e no facto que em toda a Itália se pôs a questão dos Conselhos, esperando uma solução das massas, o *Humanité* vê um sinal da maturidade política do proletariado italiano, que, enquanto a instituição parlamentar vem progressivamente decompondo-se, inicia as primeiras experiências para a criação dos órgãos através dos quais os trabalhadores poderão assumir a direcção da sociedade que a gestão burguesa conduziu à ruína, discute a extensão das suas atribuições, procura determinar com exactidão a sua tarefa e as suas relações com os organismos existentes.

Informando o público francês sobre o movimento italiano, o *Humanité* dedica-lhe também palavras, para nós

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 27-12-1919, secção «Cronache dell'Ordine Nuovo». O título é nosso.

(1) O Congresso extraordinário da Câmara de Trabalho de Turim realizou-se em 15-17 de Dezembro de 1919. A ordem do dia favorável aos Conselhos de fábrica foi aprovada por 34 489 votos contra 26 219 de uma moção que queria deixar intacta a questão do voto aos desorganizados. O congresso recusou a advertência, enviada com um telegrama de Serrati, de confiar o problema, por competência, às direcções do PSI e da CGL.

lisonjeiras, de elogio. A nossa revista e o tom elevado das discussões que ali se travam são apresentados como exemplo do alto grau de desenvolvimento intelectual, da boa educação política e social dos trabalhadores que a lêem e a apoiam. É certo que não nos recusamos, como diz o escritor do *Humanité*, a entrar em particulares de carácter teórico, a requerer ao nosso leitor um esforço sério e prolongado de atenção e fazemo-lo com plena convicção de agir honestamente e como bons socialistas, se não como jornalistas sagazes e estudiosos da popularidade e difusão.

Sim, é verdade, temos publicado artigos «longos», estudos «difíceis», e continuaremos a fazê-lo, quando o requererem a importância e a gravidade dos argùmentos, na linha do nosso programa: não queremos esconder nenhuma dificuldade, acreditamos que a classe trabalhadora adquire, a partir de hoje, consciência da extensão e da seriedade das tarefas que lhe incubirão amanhã, cremos honesto tratar os trabalhadores como homens a quem se fala abertamente, cruamente, das coisas que lhes dizem respeito. Infelizmente os operários e os camponeses foram considerados durante muito tempo como crianças que têm necessidade de serem sempre guiadas, na fábrica e no campo, pelo punho de ferro do patrão, aplicado sobre a nuca, na vida política pela palavra retumbante e melíflua dos demagogos encantadores. No campo da cultura, portanto, operários e camponeses foram e são ainda considerados, pela maior parte, como uma massa de negros que se pode facilmente contentar com material de pacotilha, com pérolas falsas e restos, reservando para os eleitos os diamantes e as outras mercadorias de valor. Não há nada de mais inumano e anti-socialista do que esta concepção. Se há no mundo qualquer coisa que tem um valor, todos são dignos e capazes de a apreciar. Não existem duas verdades nem dois diversos modos de discutir. Não há nenhum motivo pelo qual um trabalhador deva ser incapaz de conseguir gostar de um canto de Leopardi mais do que duma guitarrada, suponhamos, de Felice Cavalloti ou de outro poeta «popular», de uma sinfonia de Beethoven mais do que duma canção de Piedigrotta.

E não há nenhum motivo pelo qual, dirigindo-se a operários e camponeses, tratando os problemas que lhes dizem respeito tão intimamente, como os da organização da sua comunidade, se deva usar um tom menor, diverso do que convém usar para tais problemas. Quereis que quem tem sido sempre escravo se transforme num homem? Começai a tratá-lo, sempre, como um homem, e o maior passo em frente estará dado.

1920

PRIMEIRO: RENOVAR O PARTIDO(*)

O Partido Socialista é o partido dos operários e dos camponeses pobres. Surgido no campo da democracia liberal (no campo da concorrência política, que é uma projecção do processo de desenvolvimento do capitalismo) como uma das forças sociais que tendem a criar uma base de governo e a conquistar o poder de Estado para dirigi-lo em benefício dos seus, a sua missão consiste em organizar os operários e os camponeses pobres em classe dominante, em estudar e promover as condições favoráveis para o advento de uma democracia proletária.

O Partido Socialista italiano conseguiu actuar a mais fácil e elementar parte da sua tarefa histórica: conseguiu agitar as massas até nos estratos mais profundos, conseguiu centralizar a atenção do povo trabalhador para o seu programa de revolução e de Estado operário, conseguiu construir um aparelho de governo de três milhões de cidadãos que, se fosse consolidado e materializado em instituições permanentes e revolucionárias, seria suficiente para se apoderar do poder de Estado. O Partido Socialista não satisfez na parte essencial da sua tarefa histórica: não conseguiu dar uma forma per-

---

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 24-31 de Janeiro de 1920, secção «La settimana politica».

manente e sólida ao aparelho que tinha conseguido suscitar agitando as massas. Não conseguiu progredir e, por isso, caiu numa crise de marasmo e de letargia. Construído para conquistar o poder, construído como alinhamento de forças militantes decididas a travar batalha, o aparelho de governo do Partido Socialista apresenta-se aos bocados, desagrega-se; o partido está a perder cada dia o contacto com as grandes massas em movimento; os acontecimentos sucedem-se e o partido está ausente; o país é percorrido por tremores de febre, as forças dissolventes da democracia burguesa e do regime capitalista continuam a operar, implacáveis e impiedosas, e o partido não intervém, não ilumina as grandes massas dos operários e camponeses, não justifica o seu fazer e o seu não fazer, não lança palavras de ordem que acalma as impaciências, que impeçam as desmoralizações, que mantenham cerradas as fileiras e fortifique o conjunto dos exércitos operários e camponeses. O partido, que se tinha tornado a maior energia histórica da nação italiana, caiu numa crise de infantilismo político, é hoje a maior das debilidades sociais da nação italiana. Não espantam, na verdade, em tais e propícias condições, os germes de dissolução do grupo revolucionário: o cepticismo oportunista e reformista e a fraseologia pseudo-revolucionária anárquica (dois aspectos da tendência pequeno-burguesa) pululam e desenvolvem-se com rapidez impressionante.

As condições internacionais e nacionais de revolução proletária desenham-se cada vez mais nítidas e precisas e consolidam-se. E justamente no momento em que poderia ser decisivo, eis que o instrumento máximo da revolução proletária italiana, o Partido Socialista, se decompõe, agredido e aviltado insidiosamente por politiqueiros parlamentares e por funcionários confederais, por indivíduos que reivindicam um poder representativo que não tem base séria e concreta, que se fundamenta no equívoco, na ausência de qualquer continuidade de acção e na ociosidade mental que é tão própria dos operários como de todos os outros italianos. E da parte comunista, da parte revolucionária, da parte das entidades directivas nomeadas pela maioria revolucionária, nenhuma acção de conjunto para calafetar esta

decomposição, para desinfectar o partido, para organizá-lo em conjunto homogéneo, para organizá-lo como secção da III Internacional, fortemente inserida no sistema mundial de forças revolucionárias que tencionam actuar seriamente as teses comunistas.

A resistência do bloco imperialista, que tinha conseguido subjugar o mundo com poucas casas-fortes, despedaçou-se, desagregou-se pelas vitórias militares do Estado operário russo. O sistema da revolução proletária internacional, que se alicerça na existência e no desenvolvimento, como potência mundial, do Estado operário russo, possui hoje um exército de dois milhões de baionetas, exército pleno de entusiasmo guerreiro porque é vitorioso e consciente de ser o protagonista da história contemporânea. As vitórias e os avanços do exército da III Internacional abanam as bases do sistema capitalista, aceleram o processo de decomposição dos Estados burgueses, agudizam os conflitos no interno das democracias ocidentais. Os ingleses preocupam-se com a Índia, a Turquia, a Pérsia, o Afganistão, a China (onde se multiplicam os focos de revolta) e com uma leve pressão fazem desaparecer Clemenceau da cena política. A queda do fantoche antibolchevista revela imediatamente as fendas do bloco reaccionário francês e inicia a desagregação do Estado político: a tendência comunista e intransigente reforça-se no movimento operário. A questão russa põe frente a frente o oportunismo de Lloyd George e a intransigência contra-revolucionária de Winston Churchill, mas o terreno da democracia britânica, outrora magnífico campo de manobra para a demagogia radical lloydgeorgiana, mudou completamente: a estrutura da classe operária inglesa continua a desenvolver-se, lenta mas seguramente, para formas superiores; os operários querem intervir mais frequentemente e mais directamente na deliberação dos programas de acção; multiplicam-se os congressos das «Trade Unions» e os revolucionários, cada vez mais e mais eficazmente, fazem sentir ali a sua voz; a repartição permanente dos congressos sindicais transfere-se das mãos do grupo parlamentar trabalhista para as mãos de um Comité central operário. Na Alemanha, decompõe-se o governo de Scheidemann, sente a falta de apoio

de qualquer consenso popular, o terror branco enfurece-se brutalmente: os operários comunistas e independentes readquiriram uma certa liberdade de movimentos e difunde-se a persuasão que só a ditadura proletária pode salvar a nação alemã da ruína económica e da reacção militarista. O sistema internacional contra-revolucionário dissolve-se pela agudização das contradições íntimas da democracia burguesa e da economia capitalista e pelos gigantescos inpulsos do proletariado russo. O Estado burguês italiano fragmenta-se pelas greves colossais nos serviços públicos, pela falência fraudulenta e ridícula da política externa e interna. Actuam-se as condições suficientes e necessárias para a revolução proletária, no campo internacional e no campo nacional. E eis que o Partido Socialista se encontra menos a si próprio e à sua missão; partido de agitadores, de negadores, de intransigentes nas questões de táctica geral, de apóstolos das teorias elementares, não consegue organizar e enquadrar as grandes massas em movimento, não consegue preencher os minutos e os dias, não consegue encontrar um campo de acção que o ponha em contacto, em todos os momentos, com as grandes massas. Não consegue organizar o seu conjunto íntimo, não tem uma disciplina teórica e prática que lhe permita permanecer sempre aderente à realidade proletária nacional e internacional para dominá-la, para controlar os acontecimentos e não ser arrastado e destruído. Partido dos operários e dos camponeses revolucionários, deixa que o exército permanente da revolução, os sindicatos operários, permaneça sob o controlo de oportunistas que encantam, a seu bel-prazer, o aparelho de manobra, que sabotam sistematicamente qualquer acção revolucionária, que são um partido dentro do partido, e o partido mais forte, porque são donos dos gânglios motores do corpo operário. Ocorreram duas greves que pdiam ser mortais para o Estado [1] e deixarão longos cortejos de recriminações e de agressões polémicas por parte dos anarquistas, sem que o partido tivesse uma palavra a dizer, um método a afirmar que não fosse o estafado e consumido da mais estafada e consumida II Internacional: a distinção entre greve económica e greve política. E, assim, enquanto o Estado sofria uma crise agudíssima, enquanto a burguesia armada e plena de ódio teria podido iniciar uma ofensiva contra a classe operária, enquanto se perfilava o golpe de mão militarista, os centros revolucionários operários foram deixados à mercê de si próprios, sem palavra de ordem geral, a classe operária encontrou-se fechada e presa num sistema de compartimentos estanques, perdida, desiludida, exposta a todas as tentações anarquizantes.

Estamos desencorajados e desmoralizados? Não, mas é necessário dizer a verdade nua e crua, é necessário revelar uma situação que pode, que deve ser mudada. O Partido Socialista deve renovar-se se não quer ser arrastado e destruído pelos acontecimentos ameaçadores; deve renovar-se porque a sua derrota significaria a derrota da revolução. O Partido Socialista deve ser seriamente uma secção da III Internacional e deve começar a actuar as teses no seu interno, no interno do grupo dos operários organizados. As massas organizadas devem tornar-se donas dos seus organismos de luta, devem «organizar-se como classe dirigente», antes de mais nas suas próprias instituições, devem fundir-se com o Partido Socialista. Os operários comunistas, os revolucionários conscientes das tremendas responsabilidades do período actual, devem renovar o partido, dar-lhe uma figura precisa e uma direcção precisa; devem impedir que os oportunistas pequeno-burgueses o reduzam ao nível de tantos partidos do país de Polichinelo.

---

(1) Trata-se da greve dos Correios (14-20 de Janeiro de 1920) e da greve dos ferroviários (20-29 de Janeiro) que foram fadigosamente resolvidos pelo governo enquanto a Imprensa conservadora exigia «enérgicas medidas» e o Partido Socialista se limitava a uma genérica solidariedade com os grevistas. Os anarquistas acusaram o PSI de se submeter à distinção bizantina entre greve económica e greve política numa situação revolucionária.

O OPERÁRIO DE FÁBRICA (*)

Cada sociedade vive e desenvolve-se porque adere a uma produção historicamente determinada: onde não existe produção, onde não existe trabalho organizado (mesmo que seja de modo elementar), não existe sociedade, não existe vida histórica. A sociedade moderna viveu e desenvolveu-se até à fase actual porque aderia a um sistema de produção: àquele sistema de produção historicamente determinado pela existência de duas classes, a classe capitalista, proprietária dos meios de produção, e a classe trabalhadora, ao serviço da primeira, subjugada à primeira pelo vínculo do salário, pelo vínculo da ameaça pesada de morte por fome.

No estádio actual, a classe capitalista é representada por um sector... de vanguarda, a plutocracia; a linha de desenvolvimento histórico da classe capitalista é um processo de corrupção, um processo de decomposição. As funções tradicionais da classe capitalista, no campo da produção, passaram para as mãos de um sector médio irresponsável, sem vínculos de interesse, nem psicológicos, com a própria produção: burocratas do tipo «empregados do Estado», venais, ávidos, corruptos, agentes da bolsa, politiqueiros sem arte nem parte, gentalha que vive o dia-a-dia, saciando baixos desejos e propondo finalidades ideais adequadas à sua

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 21-2-1920, rubrica «La settimana politica».

psicologia de devassos: possuir muitas mulheres, ter dinheiro em barda para gastar nas alcovas das prostitutas de alta classe, nos *bal tabarin* e no luxo vistoso e grosseiro, ter uma partícula do poder de atormentar e fazer sofrer outros homens submetidos.

A classe trabalhadora foi-se, pelo contrário, desenvolvendo para um tipo de humanidade historicamente original e novo: o operário de fábrica, o proletário que perdeu todos os resíduos psicológicos das suas origens campesinas ou artesanais, o proletário que vive a vida da fábrica, a vida da produção intensa e metódica, desordenada e caótica, nas relações sociais externas à fábrica, nas relações políticas de distribuição da riqueza, mas ordenada, precisa e disciplinada no interior da fábrica, segundo o ritmo das grandes máquinas, segundo o ritmo de uma refinada e exacta divisão do trabalho, a maior máquina da produção industrial.

A classe proprietária do capital afastou-se do trabalho e da produção, desagregou-se, perdeu a consciência da sua primitiva unidade que era unidade dialéctica, unidade na luta individualista pela concorrência do lucro: a unidade da classe capitalista identificou-se com uma instituição do Estado, o Governo; o indivíduo abandonou as suas funções de luta e de conquista nas mãos de um bando de aventureiros e politiqueiros mercenários para recair na animalidade primordial e bárbara que nutre os instintos mais abjectos do crápula.

A classe operária identificou-se com a fábrica, identificou-se com a produção: o proletário não pode viver sem trabalhar e sem trabalhar metódica e ordenadamente. A divisão do trabalho criou a unidade psicológica da classe proletária, criou no mundo proletário o corpo de sentimentos, de instintos, de pensamentos, de costumes, de hábitos e de afectos que se resumem na expressão: solidariedade de classe. Na fábrica, cada proletário é conduzido a conceber-se a si próprio como inseparável dos seus companheiros de trabalho: poderia a matéria informe, acumulada nos armazéns, circular no mundo como objecto útil à vida dos homens em sociedade se um só anel faltasse ao sistema de trabalho na produção industrial? Quanto mais o proletário se especializa num gesto profissional, tanto mais sente a indispensabilidade

dos camaradas, tanto mais sente ser a célula de um corpo organizado, de um corpo íntimamente unificado e coeso; tanto mais sente a necessidade da ordem, do método, da precisão, tanto mais sente a necessidade que todo o mundo seja como uma única e imensa fábrica, organizada com a mesma precisão, o mesmo método, a mesma ordem que ele verifica ser vital na fábrica onde trabalha; tanto mais sente a necessidade que a ordem, a precisão, o método que vivificam a fábrica sejam projectados no sistema de relações que liga uma fábrica a outra, uma cidade a outra, uma nação a outra nação.

Por esta sua original psicologia, por esta sua particular concepção do mundo, o operário de fábrica, o proletário da grande indústria urbana, é o modelo do comunismo, é a força revolucionária que encarna a missão de regenerar a sociedade dos homens, é um fundador de novos Estados. Neste sentido (e não naquele estupidamente falsificado pelos jornalistas de *Stampa)* afirmámos [1] que Turim é a oficina da revolução comunista: porque a classe trabalhadora de Turim é, na maioria, de proletários, de operários de fábrica, de revolucionários do tipo previsto por Karl Marx, não de revolucionários pequeno-burgueses, seguidores dos anos quarenta e oito, do tipo caro aos democratas e aos rufias do anarquismo. Também neste sentido, sustentámos que a Confederação Geral do Trabalho é constituída por massas operárias mais «revolucionárias» do que as massas organizadas na União Sindical [2]: a Confederação agrupa os operários das indústrias melhor especificadas e organizadas, das indústrias «mais revolucionárias» e de vanguarda, enquanto a União sindical é uma desor-

---

[1] No escrito *La funzione storica della città (L'Ordine Nuovo*, 17-1-1920) afirmava G.: «Turim não é hoje a cidade capitalista por excelência, mas é a cidade industrial por excelência e a cidade proletária por excelência. A classe operária de Turim é compacta, disciplinada, é *distinta* como em pouquíssimas cidades do mundo. Turim é como uma única fábrica: a sua população trabalhadora é de um só tipo e é fortemente unificada pela produção industrial.»

[2] Cf. *O problema do poder*, pp. 48-52 do presente volume.

ganização que não consegue sair do estádio gelatinoso e indistinto, do estádio da concepção do mundo, própria dos pequenos burgueses que não se tornaram capitalistas, própria dos artífices ou dos camponeses que não se tornaram proletários.

Cada sociedade vive e desenvolve-se porque existe uma produção, porque se produz mais do que se consome, mesmo que a distribuição pelo consumo e pela poupança aconteça de modo iníquo: a sociedade vive e desenvolve-se na iniquidade — ela morre (mesmo se se actuou o reino da justiça) se não se produz. A sociedade burguesa morre porque não se produz, porque o trabalho dos produtores, com as novas relações de distribuição criadas pela guerra e pela conseguida fase plutoburocrática do capitalismo, não é suficiente nem sequer para o consumo, além de que não permite qualquer acumulação. A riqueza de material é reduzida a nada, progressivamente; aumenta, pelo contrário, a acumulação de títulos para apropriação da riqueza material, o papel-moeda: o sistema capitalista de distribuição tornou-se um assalto à mão armada perpetrado pelos detentores do poder governativo. O capitalista afastou-se do campo da produção; o governo da indústria caiu nas mãos de ineptos e de irresponsáveis; a classe operária é a única que continua a amar o trabalho, a amar a máquina. A classe operária domina hoje a produção, é o dono da sociedade porque pode amputar, cruzando os braços, os últimos nervos que a fazem vibrar ainda, porque só um esforço heróico de produtividade poderia infundir-lhe nova vida e nova virtude de desenvolvimento. Os apóstolos assalariados, os servos do capital, os ávidos Lazzari da dispensa burguesa crêem poder, com os seus balões patrióticos ou humanitários de folhetim, incitar este heroísmo produtivo do proletariado como conseguiram incitá-los ao heroísmo guerreiro. O jogo resulta uma só vez: e não é possível, neste caso, fazer-se ajudar pelos carabineiros para ser bem sucedido! O proletariado aumentará a produção para o comunismo, para actuar a sua concepção do mundo, para tornar história a sua «filosofia», não para procurar novos ócios ou novas dissipações aos detentores do

papel-moeda: aumentará a produção quando a arma do seu poder de Estado aliviar a árvore da vida dos muitos ramos secos; esta poda, por si só, determinará um aumento de produção, isto é, uma melhor distribuição e a possibilidade de poupança.

PARTIDO DE GOVERNO E CLASSE DE GOVERNO (*)

O Partido Socialista é um partido de governo, é um partido que deverá exercitar o poder político. O Partido Socialista é a expressão dos interesses da classe proletária, da classe constituída pelos operários de fábrica que não têm propriedades e que não se tornarão nunca proprietários. Nestes interesses baseia o Partido Socialista a sua acção real, nos interesses de quem não tem propriedades e de quem é matematicamente seguro que nunca poderá tornar-se proprietário. A classe trabalhadora não é formada apenas por operários industriais; mas toda a classe trabalhadora é destinada a tornar-se como o proletariado de fábrica, a tornar-se uma classe que não tem propriedades e que está matematicamente certa de nunca chegar a possuí-las; por isso o Partido Socialista se dirige a toda a classe trabalhadora, aos empregados, aos camponeses pobres, aos pequenos proprietários, e vulgariza a sua doutrina, a doutrina marxista, demonstrando como todo o povo dos trabalhadores, manuais e intelectuais, se reduzirá à condição da classe operária, e como todas as ilusões democráticas sobre a possibilidade que cada um se torne proprietário são de facto ilusões, puerilidade e sonhos pequeno-burgueses.

(*) Trata-se de duas notas («Partido de governo» e «Classe de governo») publicadas na mesma secção e em estreita conexão entre si. Não assinadas, *L'Ordine Nuovo*, 28 de Fevereiro — 6 de Março de 1920, secção «La settimana politica».

O partido liberal, o partido dos industriais, o partido da concorrência económica, é o partido típico da sociedade capitalista, é o partido de governo da classe capitalista: através da concorrência, tende a industrializar todo o trabalho organizado da sociedade, tende a reduzir toda a classe proprietária ao tipo do seu cliente económico, o industrial capitalista.

O Partido Comunista, o partido dos proletários, o partido da economia socializada e internacionalizada, é o partido típico da sociedade proletária, é o partido de governo da classe operária: através dum Conselho central de economia nacional, que coordena e unifica as iniciativas de produção, tende a socializar todo o trabalho que os capitalistas industrializaram e tende a industrializar socialisticamente todas as outras zonas de trabalho ainda não absorvidas pelo industrialismo capitalista; tende a reduzir todos os homens em sociedade ao tipo do proletário, mas do proletário emancipado e regenerado, do proletário que não possui privadamente a riqueza mas administra a riqueza comum e dela extrai o bem-estar e a segurança de vida que lhe respeitam pelo trabalho prestado à produção.

Esta posição histórica impõe deveres precisos ao Partido Socialista, partido de governo porque representa essencialmente o proletariado, a classe dos operários industriais. A propriedade privada ameaça estrangular o proletário, ameaça fazê-lo morrer de fome e frio; a concorrência económica, que é característica da propriedade capitalista, depois de ter conduzido à superprodução, conduziu ao monopólio nacional, ao imperialismo, ao choque feroz entre os Estados imperialistas, a uma destruição desmedida da riqueza, à carestia, ao desemprego, à morte pela fome e pelo frio. A classe dos sem-propriedade, dos que não poderão nunca tornar-se proprietários, tem um interesse vital e permanentemente vital para a socialização, para o advento do comunismo. Dos outros sectores da população trabalhadora podem, pelo contrário, nascer desenvolvimentos para um novo capitalismo: daquelas formas de produção que o capitalismo não industrializou ainda, podem irromper ameaçadoramente ampliações de propriedade e explorações do homem pelo homem. Despedaçado o Estado burguês, despedaçado o aparelho de que o capitalismo financeiro se serve para monopolizar em seu interesse todo o trabalho e toda a produção, o artesão pode tentar servir-se do governo socialista para desenvolver a sua oficina, assumir operários assalariados, transformando-se num industrial; se o governo proletário não lho permitir, o artesão pode transformar-se num rebelde, declarar-se anarquista, individualista ou outras coisas, e formar a base política para um partido de oposição ao governo proletário. O pequeno proprietário (ou o camponês pobre do regime agrário latifundiário, de cultura extensiva) pode abusar do facto de, transitoriamente (até que durem as condições de provisão criadas pela guerra), um quilo de batatas poder custar mais do que uma roda de automóvel, um pão poder custar mais de que um metro cúbico de parede, para pedir em troca do seu trabalho não industrializado (e por isso economicamente pobre) um trabalho dez vezes superior ao do proletário; e se o governo proletário não permite que o camponês substitua o capitalista na exploração do operário, o camponês pode rebelar-se e encontrar entre os agentes da burguesia o grupo que se constitui partido político dos camponeses contra os proletários. De todas estas zonas de trabalho, que não podem deixar de ter direitos políticos no Estado operário, destas zonas de trabalho nas quais o industrialismo capitalista não conseguiu ainda criar as condições do trabalhador proletário, do trabalhador que não é proprietário e é matematicamente certo de nunca se tornar proprietário, podem nascer, depois da revolução, forças políticas antiproletárias, forças políticas que tendem a fazer renascer a propriedade capitalista e a exploração da classe operária.

O Partido Socialista, porque representa os interesses económicos da classe operária ameaçada de morte pela propriedade privada do capital, será pela classe operária posto no governo revolucionário da nação. Mas o Partido Socialista será partido de governo só quando conseguir fazer suprar à classe todas estas dificuldades, só quando conseguir reduzir todos os homens em sociedade ao tipo fundamental do proletário emancipado e regenerado da escravidão do salário, só quando conse-

guir fundar a sociedade comunista, isto é, a Internacional das nações sem Estado. O Partido Socialista tornar-se-á partido de governo revolucionário só quando apresentar finalidades concretas à revolução, quando disser: a revolução proletária resolverá deste ou daquele modo estes ou aqueles problemas da vida moderna que atormentam e fazem deseperar as massas humanas. A revolução, como tal, é hoje o programa máximo do Partido Socialista mas deve transformar-se no programa mínimo: programa máximo deve ser aquele que indica as formas e os modos como a classe operária consegue suprimir, com o seu disciplinado e metódico trabalho proletário, todos os antagonismos e todos os conflitos que podem emergir das condições em que o capitalismo deixa a sociedade, e consegue fundar a sociedade comunista. Preparar a classe operária, que tem interesse vital em fundar o comunismo, em alcançar o seu fim histórico, significa de facto organizar proletariado em classe dominante: o proletariado deve adquirir uma psicologia semelhante à da classe burguesa actual, semelhante pela arte de governar, pela arte de saber conduzir até ao fim uma iniciativa, uma acção geral do Estado operário, não certamente pela arte de explorar. De resto, mesmo que quisesse, o proletário não poderia adquirir uma psicologia de explorador; o proletário não pode tornar-se proprietário, a menos que não destrua as oficinas e as máquinas e se torne proprietário das peças de ferro tornado inútil, para morrer em cima delas no dia seguinte: precisamente porque não pode tornar-se proprietário e explorar, delas as condições técnicas da produção industrial, o proletário é chamado pela história a fundar o comunismo, a libertar todos os oprimidos e explorados.

O Partido Socialista não se tornará efectivamente partido de governo revolucionário se o proletariado não chegar a conceber os seus problemas imediatamente vitais como resolúveis só por um seu governo de classe que alcançou o poder revolucionariamente.

A classe operária sabe que só produzindo essa classe domina a sociedade e a conduz ao comunismo: problema fundamental e permanente, também para a classe operária, é o da produção e do aumento da produção. Mas

para a classe operária o problema da produção e do aumento da produção põe-se nestes termos: como obter que a classe operária possa continuar a produzir e consiga fisicamente aumentar a produção; como obter que a classe operária não seja atormentada pelo problema dos víveres, que a classe operária se regenere física e culturalmente e possa dedicar-se, com todo o seu entusiasmo revolucionário, ao trabalho industrial, à produção, à pesquisa e à actuação dos novos modos de trabalho, de novos modos de produção que sejam outros tantos anéis sólidos da cadeia histórica que deve conduzir ao comunismo. Os problemas imediatos da classe operária reduzem-se essencialmente a um: ao problema dos víveres, ao problema de instaurar um sistema de forças políticas em que a apropriação dos víveres deixe de ser livre, à mercê da propriedade privada, mas dependa das necessidades de trabalho e da produção. O princípio proletário «Quem não trabalha não come!» adquire cada dia maior significado histórico concreto; parece que o princípio não tem em si nada de jacobino, nada de místico, não pode ser comparado, nem sequer longinquamente, à fórmula da revolução burguesa «Igualdade, fraternidade, liberdade!». O princípio proletário é o reconhecimento explícito de uma necessidade imediata, de uma necessidade orgânica da sociedade humana que ameaça desfazer-se e decompor-se em conjunto com o Estado burguês. É preciso produzir e, para produzir, é preciso que exista uma classe operária capaz, física e intelectualmente, de exercer um esforço heróico de trabalho: por isso é necessário que as disponibilidades de provisões sejam especialmente dedicadas para sustentar a classe operária, a classe dos produtores e é necessário que exista um poder capaz de impor esta necessidade, capaz de assegurar à classe operária as condições de nutrição e de bem-estar que permitam um esforço de trabalho, um incremento da produção. Se existe uma disponibilidade média de 200 gramas de pão quotidiano por cidadão, é necessário que exista um governo que assegure 300 gramas aos operários e obrigue os não produtores a contentarem-se com 100 gramas ou até menos, ou até nada se não trabalham, se não produzem: um governo de tal género só pode ser um governo ope-

rário, governo da classe operária tornada classe de governo, tornada classe dominante.

Não pode existir governo operário se a classe operária não for capaz de se tornar, na sua totalidade, o poder executivo do Estado operário. As leis do Estado operário devem ser postas em execução pelos próprios operários: só assim o Estado operário não corre o risco de cair nas mãos de aventureiros e politiqueiros, não corre o risco de se tornar uma contrafacção do Estado burguês. Por isso a classe operária deve adestrar-se, deve educar-se para a gestão social, deve adquirir a cultura e a psicologia de uma classe dominante, deve adquiri-las com os seus meios e com os seus sistemas, com comícios, com congressos, com as discussões, com a educação recíproca. Os Conselhos de fábrica foram uma primeira forma destas experiências históricas da classe operária italiana que tende para o autogoverno no Estado operário. Um segundo passo, e dos mais importantes, será o primeiro congresso dos Conselhos de fábrica [1]: para ele serão convidadas todas as fábricas italianas: o congresso será de toda a classe proletária italiana, representada pelos seus delegados eleitos expressamente e não por funcionários sindicais. O congresso deveria assentar os problemas essenciais do proletariado italiano, tentando para eles a solução: problemas internos da classe como o da unidade proletária, das relações entre Conselhos e sindicatos, da adesão à III Internacional, da aceitação das teses únicas da III Internacional (ditadura proletária, sindicatos de indústria, etc.), das relações entre sindicalistas-anarquistas e comunistas-socialistas; problemas da luta de classes: controlo da indústria pelo operário, as oito horas, os salários, o sistema Taylor, a disciplina do trabalho, etc. A partir de agora, os camaradas deveriam discutir estes problemas em assembleias de fábrica; toda a massa operária deveria estar interessada nestas discussões, deveria dar um contributo de experiência e de inteligência à solução destes problemas. Em todas as assembleias de fábrica deveriam ser discutidas, e postas à votação, moções apoiadas em argumentação que aborde estes problemas e, no congresso, as comunicações deveriam ser a coordenação das discussões feitas nas assembleias de

fábrica, a coordenação do trabalho intelectual de procura da verdade e da concretização, feito por toda a massa operária. Então sim, o Congresso dos Conselhos de Turim seria um grandioso acontecimento de suma importância histórica: os operários, vindos de toda a Itália, teriam um documento luminoso do que pode fazer o Conselho de fábrica para conduzir a classe operária à sua emancipação, à sua vitória; a classe operária de Turim, ainda mais do que é já hoje, seria apresentada como exemplo de entusiasmo revolucionário, de metódico e ordenado trabalho proletário para se elevar, para se educar, para estabelecer as condições de triunfo e de estabilidade da sociedade comunista.

[1] A proposta de um congresso nacional dos Conselhos de fábrica será lançada por *Ordine Nuovo* de 27-3-1920 num manifesto (redigido por Palmiro Togliatti) subscrito pela Comissão executiva da secção socialista de Turim, pelo *comité* de estudo dos Conselhos de fábrica de Turim e pelo grupo libertário da mesma cidade. A ideia não poderá ser realizada pela ocorrência da greve geral em Turim, estendida depois em Abril a todo o Piemonte, e pelas divisões que ela acentuará no movimento político e sindical.

A REVOLUÇÃO ALEMÃ (*)

A «ditadura militar» estabeleceu o assalto à «democracia» alemã (1) e embateu não contra as organizações do Estado parlamentar, que não existiam fora da própria ditadura militar, não contra as milícias fiéis do sufrágio universal e da Constituinte, que não existiam fora dos quadros da ditadura militar, mas contra a classe operária que subitamente parou a vida económica da Alemanha, contra a classe operária sublevada de armas na mão para defender a sua liberdde e o seu devir histórico.

A «democracia» não resistiu um único momento, sumiu-se ao primeiro estrépito ameaçador dos regimentos de Ludendorff em marcha; a democracia alemã era impiedosamente forte só com a classe operária, fazia-se respeitar só pela classe operária, encontrava armas seguras e milícias fiéis só quando a classe operária reivindicava uma liberdade e um direito proletário; a democracia não era mais do que um instrumento nas mãos da ditadura militar, um instrumento de guerra civil que é abandonada quando deixa de servir, quando

---

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 20-3-1920, secção «La settimana politica».

(1) O golpe de Estado reaccionário de von Kapp e do general Luttwitz (ao qual se dizia ter participado também Ludendorff) falia no período de poucos dias, em seguimento à resistência oposta pelos operários de Berlim que tinham proclamado a greve geral.

se torna um obstáculo e ameaça cair nas mãos do adversário.

A derrota de Ludendorff não é, portanto, a simples derrota da casta militar germânica: é uma das fases mais importantes no processo de desenvolvimento da revolução alemã porque indica o prevalecer da potência proletária sobre a potência do Estdo burguês, porque indica que na Alemanha o equilíbrio das forças se mudou com vantagem para a classe operária. A revolução alemã retoma o seu ritmo de violência, depois do parênteses democrático: concluiu-se uma fase essencial da revolução proletária, europeia e mundial, visto que o proletariado germânico permanece protagonista da história mundial, como tinha sido protagonista a burguesia germânica.

Este ano de êxtase democrático, na Alemanha, tinha feito nascer muitas ilusões e muitas esperanças. Esperava-se que na Alemanha amadurecesse a prova de que a revolução russa é apenas e puramente a revolução russa e não um momento da revolução proletária mundial, esperava-se a demonstração de que a ditadura da classe operária tinha sido na Rússia o produto de condições materiais próprias da Rússia e de uma ideologia política que podia nascer só na Rússia, como reacção ao despotismo czarista. À Alemanha tinha sido confiada a missão de europeizar a revolução russa, de europeizar o sistema dos Conselhos. A pequena burguesia ocidental ocupou facilmente a nova posição de classe média entre o proletariado comunista e o capitalismo tornado conservador, reaccionário, militarista; a nova posição que, no campo da ideologia, é caracterizada pelo social-reformismo. A pequena burguesia, colocada perfeitamente nesta nova posição histórica, criou subitamente uma nova teoria constitucional, construiu subitamente um novo tipo de Estado. Tratava-se de conciliar o poder burguês com o poder proletário, o Parlamento eleito por sufrágio universal com o sistema dos Conselhos; pensou-se reproduzir nas relações entre burguesia e proletariado o mesmo equilíbrio que as revoluções burguesas tinham determinado nas relações de classe entre a nobreza das terras e a democracia dos fabricantes capitalistas. Tal como a Inglaterra tinha conseguido construir

o Estado moderno burguês com as duas Câmaras, a dos Lordes e a dos Comuns, oferecendo o modelo para a construção dos Estados europeus continentais, também a Alemanha deveria construir o Estado moderníssimo, com duas Câmaras: o parlamento político e o parlamento económico, o parlamento dos proprietários e o sistema dos Conselhos operários ([2]). A pequena burguesia estava persuadida que dava a felicidade a todas as classes sociais: a classe operária teria o seu domínio, teria campo para discutir, para palrar, para preparar projectos de lei e de reforma «radicais»; a classe proprietária reconquistaria a tranquilidade e veria reflorescer o lucro por uma maior produtividade determinada na classe operária pela disciplina espontânea e pela «alegria do trabalho» criadas pelo Conselho de empresa, pela «comparticipação» do poder industrial; e a inteligente pequena burguesia vindimaria também ela na comum alegria, visto que a criação e a sistematização de novos organismos multiplicariam os lugares de confiança, os encargos, as delegações, as secretarias, as comissões especiais.

Um grande esforço foi realizado pelos teóricos da Internacional comunista para destruir esta ideologia, para expulsar do campo do proletariado alemão os assertores desta ideologia, para martelar nos cérebros do proletariado alemão a persuasão de que não pode existir coexistência pacífica entre o Parlamento e o sistema dos Sovietes, entre a ditadura burguesa e a ditadura proletária. A primeira revolução tinha deixado na Alemanha, como conquista sólida da classe operária, o Conselho de fábrica: a luta entre os revolucionários e os oportunistas pequeno-burgueses fundamentou-se na questão dos Conselhos de fábrica e endureceu até ao conflito à mão armada. A classe operária não quis permitir que fosse decepado do Parlamento o impulso vital revolucionário do Conselho de fábrica, que fosse sufocado o germe do poder de controlo da produção industrial por parte da classe operária. A autocracia do

([2]) Um artigo da Constituição da República de Weimar previa a instituição de um parlamento económico *(Reichswirtschaftsrat)*.

capitalista na fábrica é o pressuposto económico do militarismo e do imperialismo; se o privilégio da classe operária sobre a produção é limitado, é controlado, todo o Estado burguês sofre com isso, o poder da burguesia decai, o militarismo sente faltar-lhe o terreno debaixo dos pés. O militarismo alemão reagiu violentamente contra a ameaça, esvaziou de qualquer poder o Estado parlamentar que permitia discussões e acções perigosas para a ordem constituída, procurou impor explicitamente a sua ditadura.

Assim se fechou o período de êxtase democrático na Alemanha: brilha de novo a guerra civil e o proletariado alemão encontra-se em posições enormemente mais favoráveis do que em Janeiro de 1919 ([3]). As experiências históricas que a pequena burguesia ocidental esperava do «povo» alemão, espera-as hoje o proletariado ocidental do proletariado alemão: a elaboração e a construção do sistema dos Sovietes como forma da ditadura proletária, como instrumento da áspera luta que a classe operária deverá travar para actuar a sociedade comunista.

([3]) G. refere-se à insurreição spartaquista extinta no sangue do exército, sob a guia dos sociais-democratas de direita.

PARA UMA RENOVAÇÃO DO PARTIDO SOCIALISTA (*)

A seguinte comunicação foi apresentada ao Conselho Nacional de Milão pelos representantes da Secção socialista e da Federação Provincial de Turim e serviu como base à crítica do trabalho e da via da direcção do partido.

1) A fisionomia da luta das classes é em Itália caracterizada, no momento actual, pelo facto de os operários industrias e agrícolas serem incoercivelmente determinados, em todo o território nacional, a porem de modo explícito e violento a questão da propriedade dos meios de produção. O agudizar das crises nacionais e internacionais, que reduzem progressivamente o valor da moeda, demonstra que o capital está extenuado; a ordem actual de produção e de distribuição já nem sequer consegue satisfazer as elementares exigências da vida humana e só subsiste porque é ferozmente defendida pela força armada do Estado burguês; todos os movimentos do povo

(*) O documento apareceu em *L'Ordine Nuovo*, em 8-5-1920, mas Gramsci escreveu-o na primeira metade de Abril. Que ele tivesse sido preparado, redigido e aprovado no início da luta dos metalúrgicos de Turim, antes da greve geral, prova-o um preciso testemunho de Gramsci. Cf. «Cronache dell'Ordine Nuovo», 21-8-1920. O Conselho Nacional do PSI reuniu-se em Milão em 19-20 de Abril. Para uma informação detalhada sobre a greve, ver, mais adiante, *Superstição e realidade*, pp. 91-96 do presente volume.

trabalhador italiano tendem irresistivelmente a actuar uma gigantesca revolução económica que introduza novos modos de produção, uma nova ordem no processo produtivo e distributivo, que dê à classe dos operários industriais e agrícolas o poder de iniciativa na produção, subtraindo-o às mãos dos capitalistas e dos proprietários das terras.

2) Os industriais e os proprietários das terras realizaram a máxima concentração da disciplina e da potência de classe: uma palavra de ordem lançada pela Confederação da disciplina e da potência de classe: uma palavra de ordem lançada pela Confederação geral da indústria italiana encontra imediata actuação em cada uma das fábricas. O Estado burguês criou um corpo armado mercenário [1] predisposto a funcionar como instrumento executivo da vontade desta nova forte organização da classe proprietária que, através do *lock-out* aplicado em larga escala e do terrorismo, tende a restaurar o seu poder sobre os meios de produção, obrigando os operários e os camponeses a deixarem-se expropriar por uma múltipla quantidade de trabalho não remunerado. O último *lock-out* nos estabelecimentos metalúrgicos de Turim foi um episódio desta vontade dos industriais de porem o calcanhar sobre a nuca da classe operária: os industriais aproveitaram a falta de coordenação e concentração revolucionária nas forças operárias italianas para tentar despedaçar a unidade do proletariado de Turim e apagar, na consciência dos operários, o prestígio e a autoridade das instituições de fábrica (Conselhos e delegados de secção) que tinham iniciado a luta para o controlo operário. O prolongamento das greves agrícolas em Novarese e em Lomellina demonstra como os proprietários das terras estão dispostos a fazer naufragar a produção para reduzir ao desespero e à fome o proletariado agrícola, subjugando-o implacavelmente às mais duras e humilhantes condições de trabalho e de existência.

3) A fase actual da luta de classes, em Itália, é a seguinte: ou a conquista do poder político, por parte do proletariado revolucionário, para a passagem a novos

(1) Trata-se da Guarda real.

modos de produção e de distribuição que permitam uma recuperação da produtividade; ou uma tremenda reacção por parte da classe proprietária e da casta governativa. Não será transcurada nenhuma violência para subjugar o proletariado industrial e agrícola a um trabalho servil: procurarão despedaçar inexoravelmente os organismos de luta política da classe operária (Partido Socialista) e incorporar os organismos de resistência económica (os sindicatos e as cooperativas) nas engrenagens do Estado burguês.

4) Às forças operárias e camponesas falta a coordenação e a concentração revolucionárias, porque os organismos directivos do Partido Socialista revelaram não compreender absolutamente nada da fase de desenvolvimento que a história nacional e internacional atravessa no actual período e não compreender nada da missão que incumbe aos organismos de luta do proletariado revolucionário. O Partido Socialista assiste como espectador ao desenrolar dos acontecimentos, não tem nunca uma opinião sua para exprimir que esteja em correspondência com as teses revolucionárias do marxismo e da Internacional Comunista, não lança palavras de ordem que possam ser recolhidas pelas massas, dar uma indicação geral, unificar e concentrar a acção revolucionária. O Partido Socialista, como organização política da vanguarda da classe operária, deveria desenvolver uma acção de conjunto apta a pôr toda a classe operária em posição de vencer a revolução e de vencê-la de modo duradouro. O Partido Socialista, sendo constituído por aquela parte da classe proletária que não se deixou aviltar e prostar pela opressão física e espiritual do sistema capitalista mas conseguiu salvar a sua fisionomia e o espírito de iniciativa consciente e disciplinada, deveria encarnar a vigilante consciência revolucionária de toda a classe explorada. A sua tarefa é a de centralizar em si a atenção de toda a massa, de obter que as suas directivas se tornem as directivas de toda a massa, de conquistar a confiança permanente de toda a massa, de modo a tornar-se-lhe o guia e a cabeça pensante. Por isso é necessário que o partido viva sempre imerso na realidade efectiva da luta de classes, combatida pelo proletariado industrial e agrícola, que saiba compreender as

diversas fases, os diversos episódios e as múltiplas manifestações para conseguir a unidade das diversidades múltiplas, para ser capaz de dar uma direcção real ao conjunto dos movimentos a infudir nas massas a persuasão de que é imanente uma ordem na espantosa e actual desordem, uma ordem que, sistematizando-se, regenerá a sociedade dos homens e tornará o instrumento de trabalho idóneo para satisfazer as exigências da vida elementar e do progresso civil. O Partido Socialista passou a ser, mesmo depois do Congresso de Bolonha [2], um mero partido parlamentar que se mantém imóvel entre os limites estreitos da democracia burguesa, que se preocupa apenas com superficiais afirmações políticas da casta governativa; não conquistou uma sua figura autónoma de partido característico do proletariado revolucionário e só o proletariado revolucionário.

5) Depois do Congresso de Bolonha, os organismos centrais do partido deveriam imediatamente iniciar (e desenvolver completamente) uma enérgica acção para tornar homogénea e coesa a unidade revolucionária do partido, para lhe dar a fisionomia específica e distinta de partido comunista aderente à III Internacional. A polémica com os reformistas e com os oportunistas nem sequer foi iniciada; nem a direcção do partido nem o *Avanti!* contrapuseram uma concepção própria e revolucionária à propaganda incessante que os reformistas e os oportunistas andavam desenvolvendo no Parlamento e nos organismos sindicais. Nada se fez, por parte dos órgãos centrais do partido, para dar às massas uma educação política em sentido comunista, para induzir as massas a eliminar os reformistas e os oportunistas da direcção das instituições sindicais e cooperativas, para dar a cada uma das secções e aos grupos de camaradas mais activos um indicação e uma táctica unificadas. Assim aconteceu que, enquanto a maioria revolucionária do partido não teve uma expressão do seu pensamento e um

(2) O Congresso de Bolonha, realizado de 5 a 8 de Outubro de 1919, tinha-se concluído com a derrota dos reformistas e com a aprovação, por grande maioria, de uma proposta que propugnava a ditadura do proletariado e o tomada violenta do poder, com base no modelo russo.

executor da sua vontade na direcção e no jornal, os elementos oportunistas, pelo contrário, organizaram-se fortemente e exploraram o prestígio e a autoridade do partido para consolidar as suas posições parlamentares e sindicais. A direcção permitiu-lhe que se concentrassem e votassem resoluções contraditórias com os princípios e a táctica da III Internacional e hostis à perspectiva do partido; a direcção deu absoluta autonomia, a organismos subordinados, de desenvolverem acções e difundirem concepções contrárias aos princípios e à táctica da III Internacional: a direcção do partido esteve sistematicamente ausente da vida e da actividade das secções, dos organismos e de cada um dos camaradas. A confusão que existia no partido antes do Congresso de Bolonha e que podia explicar-se com o regime de guerra, não desapareceu e, em vez disso, cresceu de modo espantoso; é natural que, em tais condições, o partido tenha decaído na confiança das massas e que em muitos sítios as tendências anárquicas tenham tentado ganhar vantagem. O partido político da classe operária é justificado porque, centralizando e coordenando fortemente a acção proletária, contrapõe um poder de facto revolucionário ao poder legal do Estado burguês, limitando-lhe a liberdade de iniciativa e de manobra; se o partido não realiza a unidade e a simultaneidade dos esforços, se o partido se revela um mero organismo burocrático, sem alma e sem vontade, instintivamente a classe operária tende a constituir um outro partido e desloca-se para as tendências anárquicas que áspera e incessantemente criticam a centralização e o funcionalismo dos partidos políticos.

6) O partido esteve ausente do movimento internacional. A luta de classes está assumindo em todos os países do Mundo formas gigantescas; os proletários são impulsionados, por toda a parte, a renovar os métodos de luta e, frequentemente, como na Alemanha depois do golpe de força militarista, a sublevarem-se com as armas na mão. O partido não procura explicar ao povo trabalhador italiano estes acontecimentos, justificá-los à luz da concepção da Internacional Comunista, não procura desenvolver toda uma acção educativa destinada a tornar consciente o povo trabalhador italiano desta verdade: que a revolução proletária é um fenómeno mundial e que

cada um dos acontecimentos deve ser considerado e julgado num quadro mundial. A III Internacional reuniu-se já duas vezes na Europa Ocidental, em Dezembro de 1919 numa cidade alemã, em Fevereiro de 1920 em Amsterdão; o Partido italiano não estava representado em nenhuma das duas reuniões; os militantes do partido nem sequer foram informados, pelos organismos centrais, das discussões havidas e das deliberações tomadas nas duas conferências. No campo da III Internacional fervem as polémicas sobre a doutrina e sobre a táctica da Internacional Comunista: elas conduziram (como na Alemanha) até a cisões internas ([3]). O partido italiano está completamente fora deste vigoroso debate ideal em que se temperam as consciências revolucionárias e se contrói a unidade espiritual e de acção dos proletários de todos os países. O órgão central do partido não tem correspondentes próprios nem em França, nem na Inglaterra, nem na Alemanha e nem sequer na Suíça: estranha condição para o jornal do Partido Socialista, que em Itália representa os interesses do proletariado internacional, e estranha condição para a classe operária italiana que deve informar-se através das notícias das agências e dos jornais burgueses, truncadas e tendenciosas. O *Avanti!*, como órgão do partido, devia ser órgão da III Internacional: no *Avanti!* deviam encontrar lugar todas as notícias, as polémicas, a exposição de problemas proletários que interessam a III Internacional; no *Avanti!* devia ser conduzida, com espírito unitário, uma polémica incessante contra todos os desvios e os compromissos oportunistas; pelo contrário, o *Avanti!* põe em relevo manifestações do pensamento oportunista, como o recente discurso parlamentar de Treves ([4]), que era tecido sobre uma concepção de relações internacionais pequeno-burguesa e desenvolvia uma teoria contra-revolucionária e derrotista das energias proletárias. Esta ausência, nos órgãos centrais, de qualquer preocupação de informar o proletariado sobre os acontecimentos e sobre as discussões teóricas que se desenvolvem no interno da III Internacional pode observar-se também na actividade da Livraria Editora. A livraria continua a publicar opúsculos sem importância ou escritos para difundir concepções e opiniões próprias da II Internacional, enquanto transcura as publicações da III Internacional. Escritos de camaradas russos, indispensáveis para compreender a revolução bolchevista, foram traduzidos na Suíça, na Inglaterra e na Alemanha mas são ignorados em Itália: sirva como exemplo o volume de Lenine, *Estado e Revolução;* os opúsculos traduzidos são traduzidos pessimamente, muitas vezes incompreensíveis pelos erros gramaticais e de sentido comum.

([3]) Do Partido Comunista Alemão separa-se uma fracção da extrema-esquerda, de tipo abstensionista, que dá vida ao KAPD, Partido Comunista Operário Alemão.

([4]) É o discurso pronunciado na Câmara por Trevas, em 30 de Março de 1920, que passará à história como o «discurso da expiação». Treves sustentava que o momento político era caracterizado por esta contradição: a burguesia já não era capaz de exercer o poder e a classe operária ainda não era capaz de conquistá-lo; daqui a tragédia e a expiação das classes dominantes.

7) Da análise precedente, resulta já qual é o trabalho de renovação e de organização que nós consideramos indispensável actuar no conjunto do partido. O partido deve adquirir uma sua figura precisa e distinta: de partido parlamentar pequeno-burguês deve passar a partido do proletariado revolucionário que luta pelo futuro da sociedade comunista através do Estado operário, um partido homogéneo, coeso, com a sua própria doutrina, uma sua táctica, uma disciplina rígida e implacável. Os não comunistas revolucionários devem ser eliminados do partido e, a direcção liberta da preocupação de conservar a unidade e o equilíbrio entre as diversas tendências e entre os diversos *leaders*, deve dirigir toda a sua energia para organizar as forças operárias em pé de guerra. Cada acontecimento da vida proletária nacional e internacional deve ser imediatamente comentado em opúsculos e circulares da direcção para deles extrair argumentos de propaganda comunista e de educação das consciências revolucionárias. A direcção, mantendo-se sempre em contacto com as secções, deve tornar-se o centro motor da acção proletária em todas as suas explicações. As secções devem promover em todas as fábricas, nos sindicatos, nas cooperativas e nos quartéis, a constituição de grupos comunistas que difundam incessantemente, no interno das massas, as concepções e a táctica

do partido, que organizem a criação dos Conselhos de fábrica para o exercício do controlo da produção industrial e agrícola, que desenvolvam a propaganda necessária para conquistar de modo orgânico os sindicatos, as câmaras do trabalho e a Confederação Geral do Trabalho, para passarem a ser os elementos de confiança em quem a massa delegará para a formação dos Sovietes políticos e para o exercício da ditadura proletária. A existência de um Partido Comunista coeso e fortemente disciplinado, que através dos seus núcleos de fábrica, de sindicato, e de cooperativa coordena e centralize no seu *comité* executivo central toda a acção revolucionária do proletariado, é condição fundamental e indispensável para tentar qualquer experiência de Soviete; na ausência de uma tal condição, cada proposta de experiência deve ser rejeitada como absurda e útil apenas para os difamadores da ideia «sovietista». Do mesmo modo deve ser rejeitada a proposta do pequeno parlamento socialista, que passaria rapidamente a ser um instrumento na mão da maioria reformista e oportunista do grupo parlamentar para difundir utopias democráticas e projectos contra-revolucionários (5).

8) A direcção deve imediatamente estudar, compliar e difundir um programa de governo revolucionário do Partido Socialista, no qual sejam prospectadas as soluções reais que o proletariado, tornado classe dominante, dará a todos os problemas essenciais — económicos, políticos, religiosos, escolares, etc. — que preocupam os diversos estratos da população trabalhadora italiana. Baseando-se na concepção de que o partido fundamenta a sua potência e a sua acção apenas na classe dos operários industriais e agrícolas que não possuem qualquer propriedade privada e considera os outros estratos do povo trabalhador como auxiliares da classe francamente proletária, o partido deve distribuir um documento pelo

(5) Trata-se da proposta de reunir, numa assembleia (que não era nem a direcção nem o Conselho nacional do partido), os socialistas eleitos com os exponentes dos máximos organismos políticos, sindicatos e cooperativos, para elaborar propostas de lei e exercer pressões sobre o governo. Numa tal assembleia, os reformistas estariam em maioria.

qual a conquista revolucionária do poder político seja posta de modo explícito, pelo qual o proletariado industrial e agrícola seja convidado a preparar-se e a armar-se e no qual se faça menção dos elementos das soluções comunistas para os problemas actuais: controlo proletário da produção e da distribuição, desarme dos corpos armados mercenários, controlo dos municípios, exercido pelas organizações operárias.

9) A secção socialista de Turim propõe-se promover, com base nestas considerações, uma aliança com os grupos de camaradas que se queiram constituir em todas as secções para as discutir e aprovar; aliança organizada que prepare, dentro em breve, um congresso destinado a discutir os problemas de táctica e de organização proletária e, ao mesmo tempo, controle a actividade dos organismos executivos do partido.

SUPERSTIÇÃO E REALIDADE (*)

«Passou o tempo, já distante, em que a superstição atribuía as revoluções à perversidade de um punhado de agitadores. Todos sabem hoje que, no fundo, a cada convulsão revolucionária deve existir uma necessidade social que as instituições envelhecidas impedem que seja satisfeito. É possível que esta necessidade não se faça ainda sentir muito profundamente e muito difusamente para assegurar um sucesso imediato, mas cada tentativa para sufocá-lo violentamente conseguirá apenas fazê-lo irromper com maior força até despedaçar as suas algemas. Se, portanto, formos derrotados é nosso dever recomeçar do princípio: o intervalo de espera, breve provavelmente, que nos é consentido entre o fim do primeiro e o início do segundo acto, deixa-nos afortunadamente tempo para um trabalho muito útil: o estudo das causas que determinaram, com o seu confluir, a recente revolução e a sua derrota; causas que não devem ser procuradas nos esforços, na genialidade, nas culpas, nos erros ou nas «traições» de alguns dirigentes, mas no estado geral da sociedade e na condição de existência de cada uma das nações em efervescência.» (1)

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 8-5-1920.

(1) O fragmento é transcrito, segundo a nota de G., de Karl Marx, *Révolution et contrerévolution en Allemagne*, Paris, 1900, pp. 2-3. O ensaio foi porém escrito em grande parte por F. Engels.

A superstição atribui a greve geral de Turim e do Piemont, atribui um movimento que durou dez dias de vida intensíssima, que ocupou meio milhão de operários e camponeses, que determinou rupturas mortais no aparelho do poder de Estado burguês, que demonstrou a sua força de expansão nas simpatias e nos consensos activos suscitados em toda a classe proletária italiana, atribui um tal movimento à vaidade regional de um grupo de «irresponsáveis», à falaz ilusão de um grupúsculo de extremistas «exaltados», às tenebrosas elucubrações «russas» de alguns elementos intlectuais que conspiram no anonimato do famigerado *comité* de estudo dos Conselhos de Turim.

Setenta anos depois que Karl Marx podia presumir «é já distante o tempo», a superstição encontra devotos não só entre os escritores menores do *Corriere della Sera* e do *Giornale d'Italia*, não só em Edoardo Giretti (²) mas também na secretaria de direcção e de gerência do órgão da Confederação Geral dos Trabalho, que comporta dois milhões de proletários italianos e presume actuar a praxis do marxismo em Itália.

A classe operária de Turim foi derrotada. Entre as condições que determinaram a derrota está também a «superstição», a estreiteza da mente dos responsáveis pelo movimento operário ialiano. Entre as condições memediatas, de primeiro grau, que determinaram a derrota está, portanto, também a falta de coesão revolucionária de todo o proletariado italiano que não consegue exprimir do seu interior, orgânica e disciplinadamente, uma hierarquia sindical que seja um reflexo dos seus interesses e do seu espírito revolucionário. Entre as condições mediatas, de primeiro grau, que determinaram a derrota devem, portanto, reter-se o estado geral da sociedade italiana e as condições de existência de cada região e de cada província que constituem uma célula sindical da Confederação Geral do Trabalho. É certo, em suma, que a classe operária de Turim foi derrotada porque não existem, em Itália, não estão ainda maduras as condições necessárias e suficientes para um orgânico e disciplinado

(²) Deputado liberal e exponente do liberalismo económico.

movimento de conjunto da classe operária e camponesa. Desta imaturidade, desta insuficiência do povo trabalhador italiano, é indubitável documento a «superstição» e a estreiteza de ideias dos chefes responsáveis pelo movimento organizado do povo trabalhador italiano.

Em 7 de Março realiza-se em Milão um convívio nacional dos industriais. O comandador Silvestri, presidente da Confederação Geral da Indústria, pronuncia no convénio um discurso violentíssimo contra as oito horas, contra os aumentos de salário, contra o governo pusilânime que não defendeu o capital em Pont Canavese, em Torre Pellice, em Asti (invasão da fábrica de algodão Mazzonis e da serração de Asti), contra o governo pusilâmine que não sabe defender o regime individualista burguês contra os assaltos dos comunistas. Gino Olivetti, secretário confederal, refere ao convénio a questão dos Conselhos de fábrica e conclui proclamando que os Conselhos operários de Turim devem ser destruídos implacavelmente; a concepção capitalista, expressa por Olivetti, é aplicada pelos industriais de Turim na ofensiva contra os Conselhos operários e acha-se resumida nas duas máximas que a propaganda dos capitalistas grita vitoriosamente por todas as ruas da cidade, depois da derrota proletária: «Nas horas de trabalho, trabalha-se e não se discute. Nas fábricas não pode existir mais do que uma autoridade.»

Depois do convénio de Milão, os industriais conseguem ter no governo garantias precisas; em Turim está para suceder alguma coisa de novo e de inaudito: o director do *Giornale d'Italia* farejou, nos ministérios romanos, odor de sangue e manda um correspondente especial a Turim que se precipita nas redacções dos jornais e nas direcções das fábricas a perguntar: — Mas o que é que sucede em Turim? Porque se tem tanto medo em Roma dos operários de Turim? Porque é que o meu director me mandou a Turim para fazer um inquérito sobre o movimento operário e sobre os Conselhos de fábrica? E, subitamente, eis as notícias que chegam ao *comité* de estudo: ontem chegaram mil guardas régios novos; hoje, outros mil; forças militares ingentes acampam aqui e ali nas localidades da periferia, estabelecem baterias em certos pontos da colina; nas igrejas, sobre os tectos

dos edifícios, instalaram metralhadoras; deixam-se formar depósitos de armas para as associações subsidiadas pelos industriais; estas associações puseram-se directamente em contacto com os oficiais aderentes que comandam quartéis na província. Entretanto, o correspondente do *Giornale d'Italia* anuncia, nas suas cartas de Turim, que os industriais estão decididos a enfraquecer a classe operária, que os industriais juraram sustentar-se solidamente na luta até ao *lock-out* geral, que os industriais de Turim serão activamente apoiados por toda a classe capitalista italiana, que o choque entre operários e industriais acontecerá brevemente.

Todo este movimento da classe capitalista e do poder de Estado para barricar Turim, para apanhar a classe operária de Turim num covil de lobos, não foi sequer percebido pelos chefes responsáveis da classe operária italiana organizada. A vasta ofensiva capitalista foi minuciosamente preparada sem que o «estado-maior» da classe operária organizada se desse conta disso, se preocupasse com isso: e esta ausência das centrais da organização tornou-se uma condição da luta, uma arma tremenda nas mãos dos industriais e do poder de Estado, uma fonte de fraqueza para os dirigentes locais da secção metalúrgica.

Os industriais conduziram a acção com extrema habilidade. Os industriais estão divididos entre eles pelo lucro, estão divididos entre eles pela concorrência económica e política, mas para enfrentar a classe operária são um bloco de aço; não existe o derrotismo no seu interno, não existe quem sabote a acção geral, quem semeia o desconforto e o pânico. Os industriais, envolvida a cidade num perfeito sistema militar, encontraram um «nariz de Cleópatra» para mudar a face da história: nas oficinas «Industrie metallurgiche», por uma violação, sem consequências, do relógio, os industriais pediram a inelegibilidade, por um ano, dos camaradas da Comissão Interna, isto é, pediram que seis camaradas fossem privados dos direitos civis proletários, por um ano. O movimento iniciou-se aqui e agravou-se à medida que os industriais explicavam com perspicácia e com método toda a sua manobra; os delegados operários para as negociações eram brinquedos nas mãos dos industriais e

sabiam-no bem, e os industriais sabiam que os operários o sabiam. Os operários estavam persuadidos de que as negociações eram vãs, mas deviam continuar a negociar, porque uma paragem, um desencorajamento, um movimento impulsivo teria provocado o choque sangrento desejado pelos industriais, pela polícia, pela casta militar, pelos círculos reaccionários: os delegados operários conheciam perfeitamente as condições gerais de armamento em que os acontecimentos se desenrolavam e, dias e dias, tiveram que macerar o cérebro e o coração para esperar, para superar o dia, para ver donde surgiria a ofensiva adversária, porque os adversários deviam agir até ao ponto em que fosse impossível deixar de tocar princípios que obrigassem os organismos centrais a pronunciarem-se e a sair para a rua. Assim se chegou à greve geral, ao grandioso alinhamento das forças proletárias piemontesas, assim se chegou ao ponto em que, pelas demonstrações de solidariedade activa dada pelos ferroviários, pelos marinheiros, pelos estivadores, demonstrações que puseram em relevo a íntima fraqueza do aparelho estatal burguês, se pôde até acreditar na possibilidade de uma insurreição geral do proletariado italiano contra o poder de Estado, insurreição que se pensava já destinada a falir no seu fim último, a composição de um governo revolucionário, porque todo o desenrolar do movimento tinha demonstrado que em Itália não existem as energias revolucionárias organizadas capazes de centralizar um movimento vasto e profundo, capazes de dar substância política a uma irresistível e potente revolta da classe oprimida, capazes de criar um Estado e de imprimir-lhe um dinamismo revolucionário.

A classe operária de Turim foi derrotada e não podia deixar de sê-lo. A classe operária de Turim foi arrastada para a luta; não tinha liberdade de escolha, não podia adiar o dia do conflito porque a iniciativa da guerra de classes pertence ainda aos capitalistas e ao poder do Estado burguês. Quem fala de «ilusões falazes» subentende que a classe operária deve sempre dobrar o pescoço perante os capitalistas, subentende necessariamente que a classe operária deve persuadir-se de ser apenas uma manada de gado, um grupo de animais sem cons-

ciência e sem vontade, que a classe operária deve persuadir-se de ser incapaz de ter uma concepção própria a contrapor à concepção burguesa, de ter noções, sentimentos, aspirações, interesses contraditórios às noções, aos sentimentos, às aspirações, aos interesses da classe burguesa.

A classe operária de Turim foi derrotada. Continuam a existir em Turim as grandes oficinas mecânicas, nas quais a refinada divisão do trabalho e o contínuo aperfeiçoamento do automatismo leva os capitalistas às formas mais sórdidas e mais irritantes de opressão do homem pelo homem. Destas condições de trabalho partiram os operários para procurarem incessantemente formas de organização e métodos de luta onde encontrar a sua potência e a sua figura de classe revolucionária que já não encontravam no sindicato profissional: as mesmas condições determinaram os mesmos impulsos revolucionários, mesmo depois da derrota política. Os industriais continuam com as tentativas de suscitar artificialmente a concorrência entre os operários, dividindo-os em categorias arbitrárias, e cada categoria noutras categorias, quando o aperfeiçoamento dos automatismos matou esta concorrência; continuam com as tentativas de exacerbar os técnicos contra os operários e os operários contra os técnicos, quando os sistemas de trabalho tendem a unir estes dois factores da produção e os estimulam a unir-se politicamente; os operários continuarão a sentir não poderem ser ofendidos pelos sindicatos profissionais na luta contra a multiplicidade e a imprevisibilidade das insídias que os capitalistas, favorecidos pelos novos modos de produção, lhes armam incessantemente, e nunca estarão tranquilos, nunca trabalharão com tranquilidade, sentirão mais asperamente o seu estado de opressão, serão mais susceptíveis aos impulsos e aos acessos de cólera.

Destas novas condições de trabalho, amadurecidas durante a guerra, tinha sido determinada em Turim a formação dos Conselhos de fábrica: as condições permanecem, permanece a necessidade na consciência dos operários, necessidade aguda e tornada inteligente pela educação política, e só o Conselho de fábrica e o sistema dos Conselhos poderão satisfazê-la.

A classe operária, pelo desenvolvimento da civilização industrial, pelo desenvolvimento dos meios de opressão e de exploração, é levada a actuar acções, a estabelecer e a tentar finalidades, a aplicar métodos que não são compreendidos pelos homens frios e sem entusiasmo que o mecanismo burocrático pôs nos cargos directivos das suas organizações de luta. Quinhentos mil operários e camponeses são arrastados para a luta: contra eles acampam toda a classe capitalista e as forças do poder de Estado. A intervenção enérgica das centrais do movimento operário organizado poderia equilibrar as forças e, se não determinar uma vitória, manter e consolidar as conquistas feitas pelos operários com um trabalho paciente e tenaz de organização, com centenas e milhares de pequenas acções nas oficinas e nas secções. De quem depende esta intervenção? De um organismo eleito pelos operários, continuamente controlados, cujos membros podem ser revogados em qualquer momento? Não, de empregados chegados àquele lugar por vias burocráticas, por amizades; de empregados de curta inteligência que nem sequer vêem o que os industriais e o Estado preparam, que não conhecem a vida da fábrica e as necessidades dos operários, e são «supersticiosos» como um pastor protestante e vaidosos como o contínuo de um ministério.

A classe operária de Turim já demonstrou não ter saído da luta com a vontade despedaçada, com a consciência desfeita. Continuará na luta: em duas frentes. Luta pela conquista do poder industrial; luta pela conquista das organizações sindicais e pela unidade proletária.

A greve geral demonstrou quanto é expansivo o movimento «literário» surgido no campo industrial de Turim. Em *Ordine Nuovo* de 11 de Outubro de 1919, o mal-estar que ondulava surdamente no meio das massas organizadas era assim descrito:

«Os operários sentem que o conjunto da *sua* organização se transformou num aparelho tão enorme que acabou por obedecer a leis próprias, íntimas à sua estrutura e ao seu complicado funcionamento, mas estranhas à massa que adquiriu consciência da sua missão histórica de classe revolucionária. Sentem que a sua vontade de

potência não consegue exprimir-se, em sentido nítido e preciso, através das actuais hierarquias institucionais. Sentem que também em sua casa, na casa que construiram tenazmente, com esforços pacientes, cimentando-a com o sangue e com as lágrimas, a máquina trai o homem, o funcionalismo esteriliza o espírito criador e o diletantismo banal e verbalista tenta esconder em vão a ausência de conceitos precisos acerca das necessidades da produção industrial e a nenhuma compreensão da psicologia das massas proletárias. Os operários irritam-se por estas condições de facto mas são individualmente impotentes para as modificar (³).»

O movimento para os Conselhos deu uma forma e uma finalidade concretas ao mal-estar, que se compõem na acção disciplinar e consciente. É preciso coordenar Turim com as forças sindicais revolucionárias de toda a Itália, para assentar um plano orgânico de renovação do aparelho sindical que permita a expressão à vontade das massas e impulsione os sindicatos para o campo da luta da III Internacional Comunista.

(³) Cf. *Sindicatos e Conselhos*, pp. 22-26 do presente volume.

UM PROGRAMA DE GOVERNO (*)

O programa de governo, exposto por Giolitti na sua entrevista à *Tribuna* (¹), deve ser examinado e julgado com um duplo ponto de vista. Qual é o valor intrínseco, o alcance político do programa de governo de Giolitti? É actuável em si e por si? Constitui, ou pode constituir, um real passo em frente na história do povo italiano, no desenvolvimento das instituições públicas da nação italiana? No campo da democracia parlamentar existem forças políticas eficientes em tal medida que possam vir a ser a base de um tal programa? No campo da produção, gestida pelos proprietários privados dos instrumentos de trabalho, existem as forças económicas capazes de sustentar um tal programa, isto é, capazes de encontrar na explicação de um tal programa as condições políticas externas, necessárias e indispensáveis, para o seu melhor desenvolvimento?

Giolitti propõe-se restaurar o poder da assembleia electiva e estendê-lo, limitando o poder executivo, limitando as prerrogativas da Coroa. O programa de Giolitti, neste sentido, implica que o Parlamento seja investido dos poderes duma Constituinte ou implica a

(*) Não assinado, *Avanti!*, ed. piemontesa, 30-5-1920.

(¹) Giolitti foi entrevistado, pelo jornal amigo, em 27 de Maio, a propósito da crise ministerial provocada pela demissão do governo Nitti (21 de Maio), resolvida com a continuação do mesmo Nitti. O sentido político da entrevista é comentado no artigo de G. Para o texto preciso, cf. Giovanni Giolitti, *Discorsi extraparlamentari*, Turim, 1952, pp. 328-330.

dissolução do Parlamento e a convocação de uma Assembleia constituinte eleita pela nação, tendo em vista uma nova e radical reorganização do aparelho de Estado. Nesta parte do seu programa, Giolitti suscita pressupostos superficialíssimos pela constatação de que o Parlamento está desacreditado e que a acção legislativa é exercida pelo governo sob a forma de decretos-leis. Mas este descrédito do Parlamento, como deve ser considerado? O descrédito do Parlamento é causa ou efeito da crise geral em que se debate o país? O Parlamento é a forma do Estado burguês; a substância do Estado burguês é constituído por relações de força das classes e estas relações são determinadas pela eficiência e pela importância das forças reais da produção. O Parlamento está desacreditado pelo facto de a economia capitalista passar da época do liberalismo à época do monopólio e nenhum homem político contribuiu tanto como Giolitti para facilitar esta passagem em Itália. Giolitti foi sempre, em Itália, o expoente da alta banca, o exponente da plutocracia siderúrgica, o agente do proteccionismo alfandegário. Giolitti passará à história do Estado burguês italiano como «ministro da delinquência» precisamente porque a sua acção foi sempre preponderante no sentido de sufocar, com a violência da polícia, com a corrupção, com a pressão administrativa, todo o poder legislativo da assembleia eleita, no sentido de aniquilar qualquer participação do povo italiano no governo da função pública. O regime de monopólio não foi criado pela guerra: a guerra foi o período de consolidação deste regime, a guerra, no campo internacional como no campo nacional, foi uma fase orgânica, e necessária deste regime que não pode ser abolido pelos próprios homens políticos que foram e permanecem seu agentes parlamentares, que não pode ser abolido por nenhuma força política burguesa, e que só pode ser *superado* por um regime proletário, por um Estado operário.

Na exposição de Giolitti há uma referência aos «trabalhadores da terra» (²). Poderia supor-se que pela actuação do seu programa Giolitti quisesse apoiar-se na classe dos camponeses, que quisesse passar a ser o *leader* do Partido Popular. Mas esta suposição não tem consistência política. Os grandes proprietários das terras fazem parte integral do aparelho de governo económico que toma forma na alta banca; o rendimento fundiário está estreitamente ligado ao lucro capitalista, ou melhor, é determinado pelo lucro capitalista: o país caminha para a ruína precisamente por este fenómeno. A agricultura, em Itália, ainda em maioria extensiva, concentrando-se num organismo unitário com a grande produção industrial monopolizada, não pode deixar de determinar um contínuo aumento do custo de vida. A agricultura, sem máquinas, sem divisão do trabalho, sem meios técnicos para irrigação, equipara o seu rendimento ao lucro capitalista filtrado do trabalho do operário que trabalha na oficina mecânica, que trabalha nas condições de mais alta produtividade e de maior rendimento. Nesta coexistência — no mesmo aparelho de governo centralizado e monopolizado — de duas formas tão distantes de produção se deve procurar a origem da crise italiana, a origem da decadência das instituições públicas, a origem da degradação e da dissolução do costume. A forma assumida pelo aparelho nacional de produção e de distribuição não assegura a vida elementar das grandes massas da população porque é dirigida unidamente para assegurar altos lucros e grandes rendimentos aos capitalistas, aos proprietários das terras, aos banqueiros. Tende a concentrar-se cada vez mais, tende a enriquecer cada vez mais a minoria de aventureiros e de bandidos que constituem a direcção, em troca da fome e do desespero das grandes massas populares.

É preciso decapitar este aparelho, é preciso eliminar esta minoria do campo da vida política e económica. O programa de Giolitti parece que tende precisamente para isso. Mas o método de Giolitti corresponde à ciência médica de um curioso que receita um tamarindo ao que sofre de tifo. No campo da democracia parlamentar não existem as forças políticas, tal como no campo da produção capitalista não existem as forças económicas capazes de finalizar uma acção de tal género. A produção assume a forma de monopólio concentrado na banca, não

(²) Giolitti afirmou serem «muitas as reformas sociais indispensáveis, especialmente em relação aos trabalhadores da terra».

por acaso mas por motivos contingentes, não é consequência da guerra: esta é a sua tendência orgânica, a sua *normalidade*. É impossível decapitar o aparelho de exploração da nação em regime de propriedade privada, em regime de sufrágio universal, em regime de democracia burguesa: o programa de governo de Giolitti, na melhor das hipóteses, é uma utopia pequeno-burguesa; considerado o homem e o seu passado, é a tentativa de substituir uma oligarquia por outra oligarquia, um grupo por outro grupo.

A crise em que se debate a Itália só pode ser resolvida pelo Estado operário. O proletariado industrial, base do Estado operário, *supera* a concentração plutocrática, não a destrói: a máquina administrativa, criada pelos capitalistas e pelos banqueiros para subjugar e explorar as forças produtivas do país, é expropriada e socializada pelo Estado operário, é dirigida pelo Estado operário para a libertação das forças produtivas hoje oprimidas. A classe operária é a única que tem interesse em igualar realmente as condições de trabalho e de produção da agricultura às condições de trabalho e de produção industrial porque a classe operária se esgota e decai fisicamente por falta de víveres; a classe operária chamará a classe camponesa a colaborar na reorganização do Estado italiano, a partir de bases novas, originais, da fábrica socializada, da grande propriedade agrícola socializada, do campo já não submetido à banca e à usura capitalista. A Constituinte proletária terá de decidir estes problemas vitais que são assumidos nas mãos das forças políticas e económicas reais; Giolitti quer uma caricatura de Constituinte que estude o melhor modo de galvanizar os cadáveres, que estude e invente o melhor modo de perpetrar a última fraude do ministro da delinquência em prejuízo da nação italiana.

O CONSELHO DE FÁBRICA (*)

A revolução proletária não é o acto arbitrário de uma organização que se afirma revolucionária ou de um sistema de organizações que se afirmam revolucionárias. A revolução proletária é um longo processo histórico que se verifica quando surgem e se desenvolvem determinadas forças produtivas (que se resumem na expressão «proletariado») num determinado ambiente histórico (que resumimos nas expressões: «modo de propriedade individual, modo de produção capitalista, sistema de fábrica, modo de organização da Sociedade no Estado democrático-parlamentar»). Numa determinada fase deste processo, as novas forças produtivas deixam de poder desenvolver-se e sistematizar-se, de modo autónomo, nos esquemas oficiais em que se desenvolve a convivência humana; nesta determinada fase acontece o acto revolucionário que consiste num esforço destinado a destruir violentamente estes esquemas, destinado a destruir todo o aparelho de poder económico e político (cujas forças produtivas revolucionárias eram contidas opressivamente), que consiste num esforço destinado a fracturar a máquina do Estado burguês e a construir um tipo de Estado em cujos esquemas as forças produtivas libertas encontrem a forma adequada para o seu ulterior desenvolvimento, para a sua ulterior expansão, em cuja organização,

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 5-6-1920.

encontrem os soldados e as armas necessárias e suficientes para suprimir os seus adversários.

O processo real da revolução proletária não pode ser identificado com o desenvolvimento e a acção das organizações revolucionárias de tipo voluntário e contratual como são o partido político e os sindicatos profissionais: organizações nascidas no campo da democracia burguesa, nascidas no campo da liberdade política, como afirmações e como desenvolvimento da liberdade política. Estas organizações, porque encarnam uma doutrina que interpreta o processo revolucionário e lhe prevê o desenvolvimento (dentro de certos limites de probabilidade histórica), porque são reconhecidas pelas grandes massas como um seu reflexo e um seu embrionário aparelho de governo, são actualmente, e acabarão por ser cada vez mais, os agentes directos e responsáveis pelos sucessivos actos de libertação que toda a classe trabalhadora tentará no decurso do processo revolucionário. Mas elas, todavia, não encarnam este processo, não superam o Estado burguês, não abrangem e não podem abranger todo o múltiplo pulular de forças revolucionárias que o capitalismo desencadeia no seu processo implacável de máquina de exploração e de opressão.

No período de predomínio económico e político da classe burguesa, o desenvolvimento real do processo revolucionário acontece subterraneamente, na obscuridade da fábrica e na obscuridade da consciência das multidões exterminadas que o capitalismo submete às suas leis: não é controlável e documentável, sê-lo-á no futuro quando os elementos que o constituem (os sentimentos, as vontades, os hábitos, os germes de iniciativa e de costume) se desenvolverem e purificarem com o desenvolvimento da sociedade, com o desenvolvimento da situação que a classe operária virá a ocupar no campo da produção. As organizações revolucionárias (o partido político e o sindicato profissional) nasceram no campo da liberdade política, no campo da democracia burguesa, como afirmação e desenvolvimento da liberdade e da democracia em geral, num campo em que subsistem as relações de cidadão a cidadão: o processo revolucionário actua-se no campo da produção, na fábrica, onde as relações são de opressor a oprimido, de explorador a explorado, onde não existe liberdade para o operário, onde não existe democracia: o processo revolucionário actua-se onde o operário não é nada e quer vir a ser tudo, onde o poder do proprietário é ilimitado, é poder de vida e de morte em relação ao operário, à mulher do operário, aos filhos do operário.

Quando é que dizemos que o processo histórico da revolução operária, que é imanente na convivência humana em regime capitalista, que tem as leis em si próprio e se desenvolve necessariamente para o confluir de uma multiplicidade de acções incontroláveis porque criadas por uma situação que não é desejada pelo operário e não é previsível pelo operário, quando é que dizemos que o processo histórico da revolução operária aflorou à superfície, se tornou controlável e documentável?

Dizemos isto quando toda a classe operária se tornou revolucionária, já não com o significado de que ela se recusa genericamente a colaborar com as instituições de governo da classe burguesa, já não no sentido de que ela representa uma oposição no campo da democracia, mas no sentido de que toda a classe operária que se encontra numa fábrica inicia uma acção que deve necessariamente desembocar na fundação de um Estado operário, que deve necessariamente conduzir a configurar a sociedade humana numa forma que é absolutamente original, numa forma universal que abrange toda a Internacional operária e, portanto, toda a Humanidade. E dizemos que o período actual é revolucionário precisamente porque constatamos que a classe operária, em todas as nações, tende a criar, tende a exprimir do seu interior, com todas as suas energias — embora com erros, hesitações e os embaraços próprios de uma classe oprimida que não tem experiência histórica, que deve fazer tudo originalmente —, instituições de tipo novo no campo operário, instituições de base representativa, construídas dentro dum esquema industrial; dizemos que o período actual é revolucionário porque a classe operária tende a fundar o seu Estado, com

todas as suas forças, com toda a sua vontade. Eis por que dizemos que o nascimento dos Conselhos operários de fábrica representa um grandioso acontecimento histórico, representa o início de uma nova era na história do género humano: para ela o processo revolucionário aflorou à superfície, entra na fase em que pode ser controlado e documentado.

Na fase liberal do processo histórico da classe burguesa e da sociedade dominada pela classe burguesa, a célula elementar do Estado era o proprietário que na fábrica subjuga ao seu lucro a classe operária. Na fase liberal, o proprietário era também empresário, era também industrial: o poder industrial, a fonte de poder industrial residia na fábrica, e o operário não conseguia libertar a sua consciência da persuasão da necessidade do proprietário, cuja pessoa se identificava com a pessoa do industrial, com a pessoa do gestor responsável pela produção e, portanto, também responsável pelo seu salário, pelo seu pão, pelo seu fato, pelo seu tecto.

Na fase imperialista do processo histórico da classe burguesa, o poder industrial de cada fábrica destaca-se da fábrica e concentra-se num *trust*, num monopólio, num banco, na burocracia estatal. O poder industrial torna-se irresponsável e, portanto, mais autocrático, mais arbitrário: mas o operário, liberto da sujeição do «chefe», liberto do espírito servil da hierarquia, impulsionado também pelas novas condições gerais em que a sociedade se encontra, dependendo da nova fase histórica, o operário actua inapreciáveis conquistas de autonomia e de iniciativa.

A classe operária passa a ser, na fábrica, um determinado «instrumento de produção» numa determinada constituição orgânica; cada operário passa «casualmente» a fazer parte deste corpo constituído: casualmente pelo que respeita à sua vontade, mas não casualmente pelo que respeita ao seu destino de trabalho, visto que ele representa uma necessidade determinada pelo processo de trabalho e de produção e só por isso é assumido, só por isso pode ganhar o pão: ele é uma engrenagem da máquina-divisão do trabalho, da classe

operária determinada num instrumento de produção. Se o operário adquire consciência clara desta sua «necessidade determinada» e a põe como base de um aparelho representativo de tipo estatal (isto é, não voluntário, contratual, mas absoluto, orgânico, aderente a uma realidade que é necessário reconhecer se se quer ter assegurado o pão, o vestir, o tecto, a produção industrial): se o operário, se a classe operária fizer isto, faz uma coisa grandiosa, inicia uma história nova, inicia a era dos Estados operários que deverão confluir na formação da sociedade comunista, do mundo organizado com base e no tipo da grande oficina mecânica, da Internacional Comunista na qual cada povo, cada parte da Humanidade conquista figura porque exerce uma determinada produção proeminente e não já porque é organizada em forma de Estado e tem determinadas fronteiras.

Enquanto constrói este aparelho representativo, a classe operária completa, na verdade, a expropriação da primeira máquina, do mais importante instrumento de produção: a própria classe operária que se reencontrou, que adquiriu consciência da sua unidade orgânica e que unitariamente se contrapõe ao capitalismo. A classe operária afirma assim que o poder industrial, que a fonte do poder industrial deve voltar à fábrica, põe novamente a fábrica, do ponto de vista operário, como forma em que a classe operária se constitui em corpo orgânico determinado, como célula de um novo Estado, o Estado operário, como base de um novo sistema dos Conselhos. O Estado operário, visto que nasce segundo uma configuração produtiva, cria já as condições do seu desenvolvimento, da sua dissolução como Estado, da sua incorporação orgânica num sistema mundial, a Internacional Comunista.

Tal como hoje no Conselho de uma grande oficina mecânica, cada *esquadra* de laboração (de profissão) se amalgama, do ponto de vista proletário, com as outras esquadras de uma secção, cada momento da produção industrial se funde, do ponto de vista proletário, com os outros momentos e põe em relevo o processo produtivo, assim no mundo, o *carvão* inglês se funde com o *petróleo* russo, o *trigo* siberiano com o *enxofre* da Sicília, o *arroz* de Vercellese com a *madeira* da

Stiria ... num organismo único, submetido a uma administração internacional que governa a riqueza do Globo em nome de toda a Humanidade. Neste sentido, o Conselho operário de fábrica é a primeira célula de um processo histórico que deve culminar na Internacional Comunista, já não como organização política do proletariado revolucionário mas como reorganização da economia mundial e como reorganização de toda a convivência humana, nacional e mundial. Cada acção actual revolucionária tem valor, é historicamente real, porque adere a este processo, porque é concebida e é um acto de libertação deste processo das superstruturas burguesas que o forçam e o embaraçam.

As relações que devem interpor-se entre o partido político e o Conselho de fábrica, entre o sindicato e o Conselho de fábrica, resultam já explicitamente desta exposição: o partido e o sindicato não devem colocar-se como tutores ou como superstruturas já constituídas desta nova instituição na qual toma forma histórica controlável o processo histórico da revolução, devem pôr-se como agentes conscientes da sua libertação das forças de compressão que se resumem no Estado burguês, devem propor-se organizar as condições externas gerais (políticas) em que o processo [da] revolução tenha a sua máxima celeridade, nas quais as forças produtivas libertadas encontrem a máxima expansão.

SINDICATOS E CONSELHOS (*)

O sindicato não é esta ou aquela definição do sindicato: o sindicato *torna-se* uma determinada definição, isto é, assume uma determinada figura histórica porque as forças e a vontade operárias que o constituem lhe imprimem uma direcção e impõem à sua acção uma finalidade, que são afirmadas na definição.

Objectivamente, o sindicato é a forma que a mercadoria-trabalho assume e só pode assumir em regime capitalista quando se organiza para dominar o mercado: esta forma é uma secretaria constituída por funcionários, técnicos da organização (quando são técnicos), especialistas (quando o são) na arte de concentrar e guiar as forças operárias, de modo a estabelecer com a potência do capital um equilíbrio vantajoso para a classe operária.

O desenvolvimento da organização sindical é caracterizado por estes dois factos: 1) o sindicato abrange uma cada vez maior quantidade de efectivos operários, isto é, incorpora na disciplina da sua forma uma cada vez maior quantidade de efectivos operários; 2) o sindicato concentra e generaliza a sua forma até repor numa secretaria central o poder da disciplina e do movimento, isto é, destaca-se das massas que arregimentou, põe-se fora do jogo dos caprichos, das veleidades, da volubilidade que são próprios das grandes massas tumul-

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 12-6-1920.

tuosas. Assim o sindicato se torna capaz de contrair pactos, de assumir compromissos: assim obriga o empresário a aceitar uma legalidade nas suas relações com o operário, legalidade que é condicionada pela confiança que o empresário tem na *solvibilidade* do sindicato, pela confiança que o empresário tem na capacidade de o sindicato obter, por parte das massas operárias, o respeito das obrigações contraídas.

O advento de uma legalidade industrial foi uma grande conquista da classe operária mas não é a última e definitiva conquista: a legalidade industrial melhorou as condições da vida material da classe operária, mas ela não é mais do que um compromisso que foi necessário aceitar, que será necessário suportar até que as relações de força forem desfavoráveis à classe operária. Se os funcionários da organização sindical consideram a legalidade industrial como um compromisso necessário mas não perpétuo, se dirigem todos os meios de que o sindicato pode dispor para melhorar as relações de força em sentido favorável à classe operária, se desenvolvem todo o trabalho de preparação espiritual e material necessário para que a classe operária possa, num momento determinado, iniciar uma ofensiva vitoriosa contra o capital e submetê-lo à sua lei, então o sindicato é um instrumento revolucionário, então a disciplina sindical, mesmo quando é dirigida para fazer respeitar aos operários a legalidade industrial, é disciplina revolucionária.

As relações que devem interpor-se entre sindicato e Conselho de fábrica devem ser consideradas deste ponto de vista: da opinião que se tem da natureza e valor da legalidade industrial.

O Conselho é a negação da legalidade industrial, tende a aniquilá-la a cada instante, tende incessantemente a conduzir a classe operária para a conquista do poder industrial, a fazer com que a classe operária passe a ser a fonte do poder industrial. O sindicato é um elemento da legalidade e deve propor-se fazê-la respeitar pelos seus organizados. O sindicato é responsável em relação aos industriais, mas é responsável em relação aos industriais porque é responsável em relação aos seus organizados: garante a continuidade do trabalho

e do salário, isto é, do pão e do tecto, ao operário e à família do operário. O Conselho, pela sua espontaneidade revolucionária, tende a desencadear a cada momento a guerra das classes; o sindicato, pela sua forma burocrática, tende a não deixar que a guerra de classe chegue a desencadear-se. As relações entre as duas instituições devem tender a criar uma situação em que não aconteça que um impulso caprichoso dos Conselhos determine um passo atrás da classe operária, determine uma derrota da classe operária (isto é, uma situação em que o Conselho aceite e faça própria a disciplina do sindicato) e a criar uma situação em que o carácter revolucionário do Conselho tenha um influxo sobre o sindicato, seja um reagente que dissolva a burocracia e o funcionalismo sindical.

O Conselho desejaria sair, em todos os momentos, da legalidade industrial: o Conselho é a massa explorada, tiranizada, obrigada ao trabalho servil, e por isso tende a universalizar cada rebelião, a dar valor e alcance resolutivo a cada seu acto de poder. O sindicato, como entidade integralmente responsável pela legalidade, tende a universalizar e perpetuar a legalidade. As relações entre sindicato e Conselho devem criar as condições para que a saída da legalidade, a ofensiva da classe operária, aconteça no momento mais oportuno para a classe operária, aconteça quando a classe operária tenha aquele mínimo de preparação que se considera indispensável para vencer duradouramente.

As relações entre sindicato e Conselho não podem ser estabelecidas por outro laço que não seja este: a maioria ou uma parte conspícua dos eleitores do Conselho são organizadas no sindicato. Cada tentativa para ligar com relações de dependência hierárquica as duas instituições só pode conduzir ao aniquilamento de ambas.

Se a concepção que faz do Conselho um mero instrumento de luta sindical se materializa numa discilpina burocrática e numa faculdade de controlo directo do sindicato em relação ao Conselho, o Conselho esteriliza-se como expansão revolucionária, como forma do desenvolvimento real da revolução proletária que tende espontaneamente a criar novos modos de produção e

de trabalho, novos modos de disciplina, que tende a criar a sociedade comunista. Visto que o Conselho nasce dependentemente da posição que a classe operária foi conquistando no campo da produção industrial, visto que o Conselho é uma necessidade histórica da classe operária, a tentativa para subordiná-lo hierarquicamente ao sindicato determinaria, tarde ou cedo, um choque entre as duas instituições. A força do Conselho consiste no facto de ele aderir à consciência da massa operária, é a própria consciência da massa operária que quer emancipar-se autonomamente, que quer afirmar a sua liberdade de iniciativa na criação da história: toda a massa participa da vida do Conselho e sente ser qualquer coisa por esta sua actividade. Na vida do sindicato participa um número restrito de organizados; a força real do sindicato reside neste facto, mas neste facto reside também uma fraqueza que não pode ser posta à prova sem gravíssimos perigos.

Se, além disso, o sindicato se apoiasse directamente nos Conselhos, não para os dominar mas para se tornar a sua forma superior, reflectir-se-ia no sindicato a tendência própria dos Conselhos para sair, a cada instante, da legalidade industrial, para desencadear, em qualquer momento, a acção resolutiva da guerra de classe. O sindicato perderia a sua capacidade para contrair compromissos, perderia o seu carácter de força disciplinadora e reguladora das forças impulsivas da classe operária.

Se os organizados estabelecem no sindicato uma disciplina revolucionária, se estabelecem uma disciplina que aparece à massa como uma necessidade para o triunfo da revolução operária e não como escrava do capital, esta disciplina será sem dúvida aceite e tornada própria do Conselho, tornar-se-á forma natural da acção dirigida pelo Conselho. Se a secretaria do sindicato passa a ser um organismo de preparação revolucionária e tal aparece às massas pela acção que consegue desenvolver, pelos homens que a compõem, pela propaganda que desenvolve, então o seu carácter concentrado e absoluto será visto pelas massas como uma maior força revolucionária, como mais uma condição (e das mais

importantes) para o sucesso da luta empreendida a sério.

Na realidade italiana, o funcionário sindical concebe a legalidade industrial como coisa perpétua. Defende-a muitas vezes com um ponto de vista que é o próprio ponto de vista do proprietário. Só vê caos e arbítrio em tudo o que sucede entre a massa operária: não universaliza como rebelião do operário contra a disciplina capitalista, mas como materialidade do acto que pode ser trivial, em si e por si. Assim aconteceu que a história do impermeável do moço de fretes [1] tenha tido a mesma difusão e tenha sido interpretada pela estupidez jornalística do mesmo modo que a história da «socialização das mulheres na Rússia». Nestas condições, a disciplina sindical não pode deixar de ser um serviço prestado ao capital; nestas condições, cada tentativa para subordinar o Conselho ao sindicato só pode ser julgada reaccionária.

Os comunistas, porque querem que o acto revolucionário seja, tanto quanto possível, consciente e responsável, querem que a escolha (tanto quanto pode ser escolha) do momento a desencadear a ofensiva operária pertença à parte mais consciente e responsável da classe operária, àquela parte que é organizada no Partido Socialista e que mais activamente participa na vida da organização. Por isso os comunistas não podem querer que o sindicato perca a sua energia disciplinadora e a sua concentração sistemática.

Os comunistas, constituindo-se em grupos organizados permanentemente nos sindicatos e nas fábricas, devem transportar para os sindicatos e para as fábricas as concepções, as teses, a táctica da III Internacional, devem influenciar a disciplina sindical e determinar os fins, devem influenciar as deliberações dos Conselhos de fábrica e transformar em consciência e criação revolucionárias os impulsos de rebelião que explodem da situação criada pelo capitalismo à classe operária. Os

(1) Provável alusão a uma notícia insignificante explorada de forma sensacionalista. — *(N. do T.)*

comunistas do Partido têm o maior interesse, porque sobre eles pesa a maior responsabilidade histórica, em suscitar, com a sua acção incessante, entre as diversas instituições da classe operária, relações de compenetração e de natural interdependência que vivifiquem a disciplina e a organização com o espírito revolucionário.

PARA ONDE VAI O PARTIDO SOCIALISTA? (*)

A acção directa das massas não pode deixar de ser eminentemente destrutiva. Se as massas acolhem uma palavra de ordem que as dirige para o exercício do controlo da actividade pública e privada da classe capitalista, a sua acção não pode deixar de atingir a destruição completa de toda a máquina estatal. O proletariado acolheu a palavra de ordem: é preciso controlar o tráfico para que não partam armas e munições destinadas aos inimigos da revolução russa, para que não partam mercadorias destinadas à Hungria dos magnates proprietários, para que não se verifiquem movimentos de tropas destinadas a reacender a guerra nos Balcãs e em toda a Europa; era inelutável que se chegasse aos factos de Ancona, à insurreição armada.

A acção directa das massas operárias é revolucionária, precisamente, porque é eminentemente destrutiva. Visto que a classe operária não tem qualquer poder sobre o governo industrial, é natural que revele a adquirida potência económica tentando destruir a disciplina industrial e toda a disciplina industrial; visto que a classe operária ocupa no exército a mesma posição que ocupa na fábrica, visto que tanto na fábrica como no exército a classe operária deve sofrer uma disciplina e uma lei para cujo estabelecimento não contribuiu, é

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 10-7-1920, secção «La settimana politica».

natural que tenda a destruir a disciplina do exército e a destruí-la completamente; visto que todo o aparelho do Estado burguês é completamente estranho e hostil às massas proletárias, é natural que cada acção orientada para controlar directamente a actividade governativa chegue à destruição completa do aparelho de Estado burguês, à insurreição armada.

Os comunistas estão persuadidos de que assim deve acontecer, que não pode acontecer diversamente; por isso os comunistas não têm medo da acção directa das massas e das destruições que inelutavelmente ela traz consigo. Tem-se medo do imprevisível e do imprevisto, não do que se espera como uma necessidade e que se procura promover: que se procura promover para ser capaz de dominar a realidade que se prevê prestes a explodir, para obter que a destruição contenha já conscientemente os elementos e a vontade de reconstrução, para obter que a violência não seja o estéril desencadear de furores cegos, mas seja potência económica e política que se liberta a si própria e põe as condições do seu desenvolvimento.

A palavra de ordem para o controlo da actividade governativa levou às greves ferroviárias, às greves gerais surgidas das greves ferroviárias, levou à insurreição de Ancona [1]. Visto que a Confederação Geral do Trabalho (isto é, o que exerce as funções de secretário) tem sobre o controlo operário uma concepção de jardineiro inglês, visto que a Confederação Geral do Trabalho quer um controlo operário bem educado, que respeita a liberdade, a ordem e a democracia, a Confederação divulgou subitamente esta circular: «Pela Hungria e pela Rússia devemos fazer o que se pode (?!) e não o que se desejaria. Parece-nos que a verificação de todos os carros, para além de difícil na prática, pode trazer consequências (!) e complicações (?!). A vossa acção, por isso, deve ser limitada ao possível, a *todo o possível* para evitar complicações.» A economia precede a política; visto que os reformistas e os

[1] Trata-se da rebelião de um regimento de caçadores destinado à Albânia, ocorrida em Ancona no fim de Junho.

oportunistas têm na mão todo o mecanismo do movimento sindical italiano, os reformistas e os oportunistas têm na mão a potência do Partido Socialista, impõem ao partido a via e a táctica a seguir: afrouxou a acção do partido, os movimentos de massa serviram ao grupo parlamentar para colher triunfo após triunfo, serviram aos deputados reformistas para consolidar a sua posição e para tornar mais fácil (e, portanto, mais cheia de louros) uma subida ao poder governativo. Assim acontece que, por incapacidade política dos componentes da direcção, o Partido Socialista Italiano perde cada dia a sua força e o seu poder organizativo das massas, assim aconteceu que o Congresso anárquico de Bolonha teve tanta importância para as massas proletárias, assim acontecerá, se os grupos comunistas não reagirem energicamente, que o partido acabará por perder todo o controlo das massas, e estas, sem guia, serão atiradas, pelo desenrolar dos acontecimentos, para uma situação pior do que as massas proletárias de Áustria e da Alemanha.

Nós, de *Ordine Nuovo*, e os socialistas de Turim em geral, fomos apresentados ao proletariado italiano, depois do movimento de Abril, como uma ralé de frenéticos, de agitadores e de indisciplinados. Visto que os dirigentes das secretarias centrais não se ocupam com o que sucede entre os industriais e com o que sucede entre os operários, visto que vêem a história como se se desenvolvesse por obra de abstracções ideológicas (as classes em geral, o partido em geral, a Humanidade em geral) e não por obra dos homens reais que se chamam Pedro, Paulo, João e são aquilo que são realmente, e não por obra das comunidades urbanas e rurais determinadas no espaço e no tempo, que mudam (e rapidamente no período actual) com a mudança de lugares e com o passar dos meses e até das semanas, assim estes dirigentes não prevêem nada e são levados a avistar o diabo em cada acontecimento, e são levados a descarregar a sua responsabilidade histórica sobre os ombros dos multiplicados grupos de indisciplinados e anarquizantes. Entretanto a secção socialista de Turim teve o mérito de iniciar uma acção para tirar aos reformistas o controlo do movimento sindical, prevendo (fácil pre-

visão) que, nos momentos supremos, os chefes sindicalistas teriam sabotado a vontade do partido e das massas: esta acção não teve os resultados que poderia ter com a intervenção própria... da direcção do partido. A secção de Turim, acusada de indisciplina depois do movimento de Abril, tinha preparado, antes do movimento, a sua comunicação ao Conselho Nacional na qual censurava asperamente a direcção por não ter dedicado nenhuma atenção à organização revolucionária e ao estabelecimento de uma disciplina fortemente concentrada e responsável. Infelizmente a comunicação da secção de Turim é hoje ainda actual; os últimos acontécimentos são a repetição agravada dos acontecimentos de Abril. Permanece actual, mais de quanto pudéssemos acreditar, até este parágrafo: «O partido político da classe operária só é justificado quando, centralizando e coordenando fortemente a acção proletária, contrapõe um poder revolucionário de facto ao poder legal do Estado burguês e lhe limita a liberdade de iniciativa e de manobra; se o partido não realiza a unidade e a simultaneidade dos esforços, e o partido se revela um mero organismo burocrático sem alma e sem vontade, a classe operária tende instintivamente a constituir-se noutro partido e desloca-se em direcção às tendências anárquicas, que precisamente criticam, áspera e incessantemente, a centralização e o funcionalismo dos partidos políticos.»

Falta ao partido a organização e a propaganda para a organização revolucionária que adira à configuração das massas proletárias nas fábricas, nos quartéis, nas secretarias e seja capaz de enquadrar as massas em cada sobressalto revolucionário. O partido, porque não procura fundir-se vitalmente com as massas proletárias, continua a conservar, nas suas assembleias que se reúnem quando calha e não podem controlar com eficácia a acção dos dirigentes sindicalistas, a figura de um partido meramente parlamentar, que tem medo da acção directa porque é cheia de imprevistos, que é obrigado cada dia a fazer um passo atrás e a permitir o renascimento do mais frouxo e banal reformismo e da mais simplista propaganda colaboracionista.

Um esforço enorme deve ser cumprido pelos grupos comunistas do Partido Socialista, que é aquilo que é porque, em última análise, a Itália é, no seu conjunto, um país economicamente atrasado. A palavra de ordem «pessimismo da inteligência, optimismo da vontade» deve ser a palavra de ordem de cada comunista consciente dos esforços e dos sacrifícios que são pedidos a quem voluntariamente escolheu um lugar de militante nas fileiras da classe operária.

A RÚSSIA, POTÊNCIA MUNDIAL (*)

O Estado operário, segundo a enérgica definição de Lenine, é um Estado burguês sem a burguesia. O Estado operário deve resolver, no interior como no exterior, os mesmos problemas de um Estado burguês e não pode resolvê-los com sistemas e meios técnicos substancialmente muito diversos dos adoptados por um Estado burguês. O Estado operário russo resolveu no interior os problemas fundamentais da sua existência e do seu desenvolvimento: que os resolveu de modo vistoso, é evidente pela eficiência e pela combatividade do seu exército. O exército é a expressão «fisiologicamente» mais típica da força real de um organismo social: não pode conceber-se Estado sem exército, não pode conceber-se exército disciplinado, valoroso, rico de iniciativa bélica, senão como função de um Estado solidamente fundado, sustentado pela vontade permanente e pelo permanente espírito de disciplina e de sacrifício da população. A classe operária é, na Rússia, uma pequena minoria da população, mas ela era e é a única classe social historicamente preparada para assumir e manter o poder, a única classe capaz, através do seu partido político (o Partido Comunista), de construir um Estado. A classe operária russa era e é historicamente forte e madura, não porque os seus componentes correspondam numericamente à maioria da popu-

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 14-8-1920.

lação mas porque, através do seu partido político, se demonstra capaz de construir um Estado, porque a classe operária consegue convencer a maioria da população (constituída pelos estratos informes das classes médias, das classes intelectuais e das classes camponesas) de que os seus interesses imediatos e futuros coincidem com os interesses da própria maioria; nesta convicção, tornada consciência difusa da sociedade, se fundamenta precisamente o Estado, o consenso nacional para as iniciativas e acções do poder operário, se fundamenta a disciplina e o espírito de hierarquia. Hierarquia? Sim, hierarquia; o poder operário é a fundação de uma nova hierarquia das classes sociais; os intelectuais, os camponeses, todas as classes médias, reconhecem na classe operária a fonte do poder de Estado, reconhecem a classe operária como classe dirigente; interrogadas nos sufrágios para as instituições representativas, escolhem os deputados no partido da classe operária, no Partido Comunista: estas classes fornecem as massas de infantaria e de cavalaria ao exército vermelho que defende o Estado das agressões externas, fornecem a mão-de-obra ao exército do trabalho que combate contra o frio e contra a fome, fornecem os técnicos à indústria e à agricultura, fornecem os técnicos da arte militar, todas estas classes contribuem para dar vida às diversas funções do aparelho estatal da nação russa que está nas mãos da classe operária e não nas mãos dos capitalistas. Eis o fundamental problema histórico resolvido pela classe operária russa, eis por que a classe operária russa demonstrou estar historicamente madura, ser a depositária dos destinos do povo russo: a classe operária organizou a sociedade russa em todos os seus diferentes estratos e organizou-a de modo que os esforços comuns, os sacrifícios comuns e as vontades comuns fossem orientadas para uma finalidade única, para a actuação do programa operário, transformado em ideia e missão do Estado.

Sendo o único Estado operário do mundo, circundado por uma matilha feroz de inimigos implacáveis, a Rússia dos Sovietes devia resolver um segundo problema existencial: fixar a sua posição no sistema mundial das potências. O Estado operário russo resolveu

hoje este problema e resolveu-o com os meios e os sistemas com que o teria resolvido um Estado burguês: com a força militar, vencendo uma guerra. Não podia fazer de outro modo, nenhum outro Estado operário teria podido ou poderá fazer de outro modo. O exército russo bateu a Polónia (1); as potências capitalistas não puderam ajudar a Polónia, tiverem que permitir que acontecesse a derrota polaca, tiveram que suportar a humilhação e concordar sobre a incapacidade de fazer marchar os seus exércitos, tiveram que reconhecer não possuírem um exército, não terem o consenso das massas humanas governadas, de serem apenas vazias e inanimadas organizações burocráticas, sem autoridade, sem prestígio. A Rússia dos Sovietes tornou-se assim uma potência mundial, tornou-se a maior das potências mundiais, capaz de equilibrar com o seu peso e a sua estatura histórica todo o sistema capitalista. A Rússia, com a sua vitória militar, pela virtude do seu exército, pôs-se à cabeça, em escala mundial, do sistema de potências reais que lutam contra a hegemonia do capitalismo: ela encarna a rebelião das classes operárias contra os seus exploradores e é sustentada explicitamente pelas classes operárias; encarna o sofrimento e a fome das nações vencidas na Guerra Mundial, encarna a vingança das nações vencedoras militarmente, mas derrotadas economicamente, encarna a insurreição das colónias sangradas pelas metrópoles, encarna todo o informe conglomerado de rebeliões contra a exploração hegemónica do capitalismo; reproduz, à escala mundial, a própria hierarquia de valores sociais que actuou no interior do seu Estado, realiza, à escala mundial, um momento da ditadura proletária sobre todas as classes médias da sociedade humana para o esmagamento da classe capitalista, antagonista do proletariado!

A Guerra Mundial, vencida pela Aliança, teria podido instaurar, com a paz de Versalhes e com a Liga das Nações, um regime de monopólio no Globo; ao sistema de equilíbrio e de concorrência entre os Esta-

(1) A sorte da guerra mudou de repente nas semanas sucessivas e o exército russo parará, depois de ter chegado próximo de Varsóvia.

dos devia suceder uma incontrastável hegemonia. A Rússia dos Sovietes, conquistando a posição de grande potência, fracturou o sistema hegemónico, restabeleceu o princípio da luta entre os Estados, implantou à escala mundial, de forma absolutamente imprevista para o pensamento socialista, a luta da Internacional operária contra o capitalismo.

O PROGRAMA DE «ORDINE NUOVO» (*)

I

Quando em Abril de 1919, em reuniões de três, quatro ou cinco (e daquelas nossas discussões e deliberações devem ainda existir, porque foram compiladas e transcritas, as actas, sim senhor, precisamente as actas... para a história!), decidimos iniciar a publicação desta revista *Ordine Nuovo*, nenhum de nós (provavelmente nenhum...) pensava mudar a face do mundo, pensava renovar os cérebros e os corações das multidões humanas, pensava abrir um novo ciclo na história. Nenhum de nós (provavelmente nenhum: havia quem fantasiasse 6000 assinantes em pouco tempo) acariciava ilusões róseas sobre o bom resultado da empresa. Quem éramos? Que representávamos? De que nova palavra éramos os portadores? Ai de mim!, o único sentimento que nos unia, naquelas nossas reuniões, era o suscitado por uma vaga paixão de uma vaga cultura proletária; queríamos fazer, fazer, fazer; sentíamo-nos angustiados, sem uma orientação, mergulhados na ardente vida daqueles meses depois do armistício, quando parecia imediato o cataclismo da sociedade italiana. Ai de mim!, a única palavra nova que tinha sido pronunciada naquelas reuniões foi sufocada.

(*) Assinado Antonio Gramsci, *L'Ordine Nuovo*, 14-8 e 28-8-1920.

Foi dito por um, que era técnico: «É preciso estudar a organização da fábrica como instrumento de produção; devemos consagrar toda a nossa atenção aos sistemas capitalistas de produção e de organização e devemos trabalhar para fazer convergir a atenção da classe operária e do partido para este objectivo.» Foi dito por outro, que se preocupava com a organização dos homens, com a história dos homens, com a psicologia da classe operária: «É preciso estudar o que acontece no meio das massas operárias. Existe em Itália, como instituição da classe operária, qualquer coisa que possa ser comparada ao Soviete, que participe da sua natureza? Qualquer coisa que nos autorize a afirmar: o Soviete é uma forma universal, não é uma instituição russa, apenas russo; o Soviete é a forma em que, onde quer que existam proletários em luta para conquistar a autonomia industrial, a classe operária manifesta esta vontade de emancipar-se; o Soviete é a forma de autogoverno das massas operárias; existe um germe, uma veleidade, uma pálida ideia de governo dos Sovietes em Itália, em Turim?» Um outro, impressionado pela pergunta que lhe tinha dirigido, à queima-roupa, um camarada polaco [1]: «Porque nunca se realizou em Itália um congresso das comissões internas?», respondia, naquelas reuniões, às suas próprias perguntas: «Sim, existe em Itália, em Turim, um germe de governo operário, um germe de Soviete; é a Comissão Interna; estudemos esta instituição operária, façamos um inquérito, estudemos também a fábrica capitalista, mas não como organização da produção material, porque deveríamos ter uma cultura especializada que não temos; estudemos a fábrica capitalista como forma necessária da classe operária, como organismo político, como «território nacional» do autogoverno operário.» Esta palavra era nova; foi repudiada precisamente pelo camarada Tasca.

(1) Trata-se de Aron Wizner, militante do clandestino Partido Socialista Revolucionário Polaco, refugiado em Itália em 1914, inscrito no PSI e residente, primeiro em Génova e depois em Turim.

O que queria o camarada Tasca? Queria que não se iniciasse nenhuma propaganda directamente entre as massas operárias, queria um acordo com os secretários das federações e dos sindicatos, queria que se promovesse um convénio com estes secretários e se construísse um plano para uma acção oficial; o grupo de *Ordine Nuovo* teria sido assim reduzido ao nível de uma camarilha irresponsável de presuntuosos e de moscas varejeiras. Qual foi, pois, o programa real dos primeiros números de *Ordine Nuovo*? O programa foi a ausência de um programa concreto, uma vã e vaga aspiração de problemas concretos. Qual foi a *ideia* dos primeiros números de *Ordine Nuovo*? Nenhuma *ideia* central, nenhum organização íntima do material literário publicado. O que entendia o camarada Tasca por «cultura» e, digo, o que entendia concretamente, não abstractamente? Eis o que entendia o camarada Tasca por «cultura»: entendia «recordar», não entendia «pensar», e entendia «recordar» coisas frustradas, coisas consumidas, a pacotilha do pensamento operário; entendia fazer conhecer à classe operária italiana, «recordar» à boa classe operária italiana, que é tão atrasada, que é tão grosseira e inculta, recordar que Louis Blanc elaborou pensamentos sobre a organização do trabalho, e que tais pensamentos deram lugar a experiências reais; «recordar» que Eugenio Fournière compilou uma cuidadosa composição escolar para servir, muito quente (ou muito frio), um esquema de Estado socialista; «recordar», com o espírito de Michelet (ou do bom Luigi Molinari), a Comuna de Paris [2], sem sequer pressentir que os comunistas russos, seguindo as pisadas de Marx, unem o Soviete, o sistema dos Sovietes, à Comuna de Paris, sem sequer pressentir que as observações de Marx sobre o carácter «industrial» da Comuna tinham servido aos comunistas russos para compreender o Soviete, para elaborar a *ideia* do Soviete, para traçar a linha de acção do seu partido, tornado partido de governo. O que foi *Ordine Nuovo* nos primeiros núme-

(2) Cf. na antologia cit. de *Ordine Nuovo*, o artigo de Angelo Tasca, *Dopo la Comune*, pp. 129-133.

ros? Foi uma antologia, nada mais do que uma antologia; foi uma resenha que teria podido sair em Nápoles, em Caltanissetta, em Bríndisi; foi uma resenha de cultura abstracta, de informação abstracta, com tendência para publicar novelazinhas horripilantes e xilografias bem intencionadas; eis o que foi *Ordine Nuovo* nos seus primeiros números, uma desorganização, o produto de um medíocre intelectualismo que desordenadamente procurava um ancoradouro ideal e uma via para a acção. Isto foi *Ordine Nuovo*, tal como foi aprovado depois das reuniões que tivemos em Abril de 1919, reuniões devidamente exaradas em acta, reuniões nas quais o camarada Tasca rejeitou, como não conformista às boas tradições da moderada e pacífica família socialista italiana, a proposta de consagrarmos as nossas energias a «descobrir» uma tradição soviética na classe operária italiana, a escavar o filão do real espírito revolucionário italiano, real porque coincidente com o espírito universal da Internacional operária, porque produto de uma situação histórica real, porque resultado de uma elaboração da própria classe operária.

Urdimos, eu e Togliatti, um golpe de Estado redactorial; o problema das Comissões Internas foi abordado explicitamente no n.º 7 da revista; alguns dias antes de escrever o artigo, tinha adiantado ao camarada Terracini a linha do artigo e Terracini tinha expresso o seu pleno acordo como teoria e como prática; o artigo, pelo consenso de Terracini, com a colaboração de Togliatti, foi publicado (³) e sucedeu quanto tínhamos previsto: fomos convidados, eu, Togliatti e Terracini, a dirigir conversações nos círculos educativos, nas assembleias de fábrica, fomos convidados pelas Comissões Internas a discutir em restritas reuniões de representantes dos operários. Continuámos; o problema do desenvolvimento da Comissão Interna tornou-se problema central, tornou-se a *ideia* de *Ordine Nuovo*; era posto como problema fundamental da revolução operária, era o problema da «liberdade» proletária. *Ordine Nuovo* passou a ser, para nós e para quantos nos seguiam, «o jornal dos Conselhos de Fábrica»; os operários gostaram de *Ordine Nuovo* (isto podemos afirmá-lo com íntima satisfação), e porque é que os operários gostaram de *Ordine Nuovo*? Porque encontravam nos artigos do jornal uma parte de si próprios, a parte melhor de si próprios; porque sentiam os artigos de *Ordine Nuovo* invadidos do mesmo espírito de procura interior: «Como podemos tornar-nos livres? Como podemos tornar-nos nós próprios?» Porque os artigos de *Ordine Nuovo* não eram frias arquitecturas intelectuais mas brotavam da nossa discussão com os operários melhores, elaboravam sentimentos, vontades, paixões reais da classe operária de Turim, que tinham sido por nós ensaiadas e provocadas, porque os artigos de *Ordine Nuovo* eram quase um «actuar» de acontecimentos reais, vistos como momentos de um processo de íntima libertação e expressão de si própria por parte da classe operária. Eis por que os operários gostaram de *Ordine Nuovo* e eis como se «formou» a *ideia* de *Ordine Nuovo*. O camarada Tasca não colaborou nada nesta formação, nesta elaboração; *Ordine Nuovo* desenvolveu a própria *ideia* fora da sua vontade e do seu «contributo» para a revolução. Aqui reside a explicação do seu comportamento actual e do «tom» da sua polémica; ele não trabalhou fadigosamente para atingir a «sua concepção» e não me espanta que ela tenha nascido inconscientemente, porque não amada, e não me espanta que tenha tratado o argumento com tanta grosseria e que, com tanta desconsideração e ausência de disciplina interior, tenha entrado na acção para lhe conferir aquele carácter *oficial* que tinha sustentado e verbalizado um ano antes.

(³) É o artigo *Democracia operária*. Cf. a presente edição, vol. I, pp. 337.

II

No episódio precedente procurei determinar a origem da posição mental do camarada Tasca em relação ao programa de *Ordine Nuovo*, programa que veio organizando-se, consequentemente, pela experiência real, por nós feita, das necessidades espirituais e práticas da classe operária à volta do problema central dos Conselhos de fábrica. Visto que o camarada Tasca não participou desta experiência, visto que ele era, pelo contrário, hostil a que ela se praticasse, o problema dos Conselhos de fábrica escapou-lhe nos seus termos históricos reais e no desenvolvimneto orgânico que, embora através de certa hesitação e certos e compreensíveis erros, ele vinha assumindo nas negociações dirigidas por mim, por Togliatti e por outros camaradas que quiseram ajudar-nos: para Tasca o problema dos Conselhos de fábrica foi simplesmente um problema no sentido aritmético da palavra, foi o problema de como organizar imediatamente *toda* a classe dos operários e camponeses italianos. Num dos seus artigos polémicos (4), Tasca diz considerar num mesmo plano o Partido Comunista, o Sindicato e o Conselho de Fábrica; noutro ponto demonstra não ter percebido o significado

(4) A discussão com Angelo Tasca acerca da concepção e do papel dos Conselhos de fábrica acendeu-se depois da sua comunicação ao Congresso da Câmara de Trabalho de Turim, criticada por Gramsci. Tasca respondeu nas colunas da revista com dois artigos *(Polemica sul programma dell'Ordine Nuovo I e II)*, em

do atributo «voluntário» que *Ordine Nuovo* dá às organizações de partido e de Sindicato, diferentemente do Conselho de fábrica que é assumido como uma forma de associação «histórica» do tipo que hoje só pode ser comparado com o do Estado burguês. Segundo a concepção desenvolvida em *Ordine Nuovo*, concepção que, por ser tal, era organizada à volta duma ideia, a ideia de liberdade (e concretamente, no plano da criação histórica actual, à volta da hipótese de uma acção autónoma revolucionária da classe operária), o Conselho de fábrica é uma instituição de carácter «público», enquanto o partido e o sindicato são associações de carácter «privado». No Conselho de fábrica, o operário entra como produtor, em consequência do seu carácter universal, em consequência da sua posição e da sua função na sociedade, do mesmo modo que o cidadão entra no Estado democrático parlamentar. No partido e no sindicato, o operário entra «voluntariamente», assinando um compromisso escrito, assinando um «contrato» que pode rasgar em qualquer momento: o partido e o sindicato, por este seu carácter de «voluntariedade», por este seu carácter «contratual», não podem ser de modo nenhum confundidos com o Conselho, instituição representativa, que se desenvolve não aritmeticamente mas morfologicamente e tende, nas suas formas superiores, a dar o relevo *proletário* do aparelho de produção e de colocação criado pelo *capitalismo* com finalidades de lucro. O desenvolvimento das formas superiores da organização dos Conselhos não era por isso indicado por *Ordine Nuovo* com a terminologia política própria das sociedade divididas em classes, mas com sinais da organização industrial. O sistema dos Conselhos não pode ser expresso, segundo a concepção desenvolvida em *Ordine Nuovo*, pela palavra «federação» ou de significado semelhante, mas só pode ser representado transportando a todo um centro industrial o complexo de relações industriais que numa fábrica liga uma equipa de laboração a outra equipa, uma secção a outra secção. O exemplo de Turim era para nós transparente e por isso Turim foi assumida, num artigo, como forja histórica da revolução comunista italiana (5). Numa fábrica, os operários são produtores porque colaboram, ordenados de modo determinado exactamente pela técnica industrial que é independente (em certo sentido) do modo de apropriação dos valores produzidos, na preparação do objecto fabricado. Todos os operários de uma fábrica de automóveis, quer sejam metalúrgicos, pedreiros, electricistas, carpinteiros, etc., assumem o carácter e a função de produtores porque são igualmente necessários e indispensáveis à fabricação do automóvel, porque, ordenados industrialmente, constituem um organismo historicamente necessário e absolutamente indivisível. Turim desenvolveu-se historicamente, como cidade, deste modo: pela mudança da capital para Florença e Roma, pelo facto de o Estado italiano se constituir inicialmente como dilatação do Estado piemontês, Turim foi privada da classe pequeno-burguesa cujos elementos forneceram o pessoal ao novo aparelho italiano. Mas a mudança de capital e este rápido depauperamento de um elemento característico das cidades modernas não determinaram uma decadência da cidade; pelo contrário, ela recomeçou a desenvolver-se e o novo desenvolvimento verificou-se organicamente à medida que se desenvolvia a indústria mecânica, o sistema de fábricas da Fiat. Turim tinha dado ao novo Estado a sua classe de intelectuais pequeno-burgueses; o desenvolvimento da economia capitalista, arruinando a pequena indústria e o artesanato da nação italiana, fez afluir a Turim uma compacta massa proletária que deu à cidade a sua figura actual, talvez uma das mais originais de toda a Europa. A cidade assumiu naturalmente à volta de uma indústria que «governa» e mantém uma configuração concentrada e organizada todo o movimento urbano e lhe regula os movimentos:

7 e 14 de Junho. A afirmação de Tasca a que aqui se refere G. dizia assim: «Gramsci considera os Conselhos essencialmente como o início do Estado operário, cujo desenvolvimento devem esforçar-se por garantir o partido e os sindicatos, enquanto eu os vejo num mesmo plano...» (Cf. *L'antologia dell'O.N.*, cit., p. 527).

(5) Cf. nota 1, p. 75 do presente volume.

Turim é a cidade do *automóvel* do mesmo modo que Vercellese é o organismo económico caracterizado pelo *arroz*, o Cáucaso pelo *petróleo*, o País de Gales pelo *carvão*, etc. Assim como, numa *fábrica*, os operários assumem uma figura, ordenando-se para a produção de um determinado objecto que une e organiza trabalhadores do metal e da madeira, pedreiros, electricistas, etc., assim na *cidade*, a classe operária assume uma figura prevalente da indústria, que ordena e governa pela sua existência todo o complexo urbano. Assim, à escala nacional, um povo assume a figura da sua exportação, do contributo real que dá à vida económica do mundo.

O camarada Tasca, leitor muito desatento de *Ordine Nuovo*, não reteve nada deste desenvolvimento histórico, que, de resto, não era mais do que uma tradução, para a realidade histórica italiana, das concepções desenvolvidas pelo camarada Lenine em alguns escritos publicados igualmente por *Ordine Nuovo* e das concepções do teórico americano da associação sindicalista revolucionária dos IWW, o marxista Daniel de Leon (6). De facto o camarada Tasca, num determinado momento, interpreta em sentido meramente «comercial» e contabilista a representação dos complexos económicos de produção, expressa com as palavras «arroz», «madeira», «enxofre», etc.; noutro ponto, pergunta-se que relação deve interligar os Conselhos; num terceiro ponto, encontra na concepção proudhoniana da fábrica que destrói o governo, a origem da ideia desenvolvida em *Ordine Nuovo*, ainda que no próprio número de 5 de Junho, em que se publicavam o artigo *O Conselho de Fábrica* e os comentários ao Congresso da Câmara, fosse reproduzido também um estrato do escrito sobre a Comuna parisiense, onde Marx explicitamente se refere ao carác-

(6) Daniel De Leon, teórico e combatente do sindicalismo revolucionário americano entre 1890 e 1914, data da sua morte, sustentava essencialmente a necessidade da representação operária por iniciativa e o autogoverno dos produtores através do sindicato. De Leon foi o animador dos *Industrial Workers of the World* que criaram um forte movimento de fábrica na América, tornando-se os organizadores da massa no local de trabalho.

ter *industrial* da sociedade comunista dos produtores. Nesta obra de Marx, encontraram De Leon e Lenine os motivos fundamentais das suas concepções; sobre estes elementos tinham sido preparados e elaborados os artigos de *Ordine Nuovo* que, mais uma vez e precisamente pelo número a partir do qual teve origem a polémica, o camarada Tasca mostrou ler muito superficialmente e sem nenhuma inteligência da substância ideal e histórica.

Não quero repetir, para os leitores desta polémica, todos os argumentos já apresentados para desenvolver a ideia da liberdade operária que se actua inicialmente no Conselho de fábrica. Quis apenas aludir a alguns motivos fundamentais para mostrar como escapou ao camarada Tasca o íntimo processo de desenvolvimento do programa de *Ordine Nuovo*. Em apêndice que se seguirá a estes dois breves artigos (7), analisarei alguns pontos da exposição feita por Tasca porque me parece oportuno esclarecê-los e demonstrar a sua inconsistência. Um ponto é preciso porém esclarecer subitamente, quando Tasca, falando do capital financeiro, escreve que o capital «levanta voo», destaca-se da produção e equilibra-se... Todo este problema de levantar voo e de equilibrar... o papel-moeda não tem nada que ver com a teoria dos Conselhos de fábrica; relevámos que a *pessoa* do capitalista se destacou do mundo da produção, não o capital, ainda que seja financeiro; relevámos que a fábrica já não é governada pela pessoa do proprietário mas pela banca através duma burocracia industrial que tende a desinteressar-se da produção do mesmo modo que o funcionário estatal se desinteressa da administração pública. Esta alusão serviu-nos para uma análise histórica das novas relações hierárquicas que se foram estabelecendo na fábrica e para fixar o advento de uma das mais importantes condições históricas da autonomia industrial da classe operária, cuja organização de fábrica tende a incorporar o poder de iniciativa sobre a produção. A ques-

(7) Não resulta que este apêndice tenha sido publicado ou escrito.

tão do «voo» e «equilibrar» é uma fantasia infeliz do camarada Tasca que ao referir-se a uma sua recensão do livro de Arturo Labriola sobre o *Capitalismo,* publicada pelo *Corriere Universitario,* para demonstrar ter-se «ocupado» da questão do capital financeiro (de notar que Labriola sustenta uma tese oposta à de Hilferding, que foi depois a tese dos bolchevistas), demonstra nos factos não ter percebido absolutamente nada e ter construído um castelo sobre vagas reminiscências e vazias palavras.

A polémica serviu para demonstrar que as observações feitas por mim à comunicação de Tasca eram mais que fundadas: Tasca tinha uma superficial informação acerca do problema dos Conselhos e tinha uma ânsia invencível de apresentar uma concepção «sua», de iniciar uma acção «sua», de abrir uma nova era no movimento sindical.

Os comentários ao Congresso da Câmara e à intervenção do camarada Tasca para determinar o voto de uma moção com carácter executivo, tinham sido ditados pela vontade de manter integralmente o programa da revista. Os Conselhos de Fábrica têm a sua lei em si próprios, não podem e não devem aceitar a legislação dos organismos sindicais que eles pretendem renovar fundamentalmente, como finalidade imediata. Do mesmo modo, o movimento dos Conselhos de Fábrica quer que as representações operárias sejam emanação directa das massas e estejam ligadas à massa por um mandato imperativo: a intervenção, num congresso operário, do camarada Tasca, como relator (sem mandato de ninguém) de um problema que interessa toda a massa operária e cuja solução imperativa deveria ligar a massa, estava de tal modo em contraste com a direcção ideal de *Ordine Nuovo,* que os comentários, na sua forma áspera, eram perfeitamente justificados e absolutamente devidos.

A OPINIÃO DE LENINE (*)

Na sua carta, publicada noutra parte do jornal, o camarada D. R. refere-se à tese em que o camarada Lenine exprime a sua solidariedade com o movimento de Turim e com *Ordine Nuovo.* Eis as palavras do camarada Lenine:

«Pelo que respeita ao Partido Socialista Italiano, o II Congresso da III Internacional acha fundamentalmente justa a crítica deste partido e as propostas práticas, que foram publicadas, como orientação da secção de Turim no Conselho do Partido Socialista Italiano, no jornal *Ordine Nuovo* de 8 de Maio de 1920 e que correspondem integralmente a todos os princípios fundamentais da III Internacional. Por estes motivos, o II Congresso da III Internacional solicita ao Partido Socialista Italiano que convoque imediatamente um congresso extraordinário para examinar estas propostas e todas as decisões dos dois congressos da Internacional Comunista, particularmente a respeito do grupo parlamentar e dos elementos não comunistas do partido (1).»

A comunicação que a secção socialista de Turim tinha preparado para o Conselho Nacional de Abril, convocado para Turim e no último momento transferido para Milão,

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo,* 21-8-1920, secção «Cronache dell'Ordine Nuovo». O título é nosso.

(1) Das *Teses sobre as tarefas fundamentais do II Congresso da IC,* ponto 17. Cf. Lenine, *Sul movimento operario italiano,* Roma, 1962, pp. 194 e 195.

só é conhecida dos leitores de *Ordine Nuovo* e dos poucos leitores do opúsculo *Para uma renovação do Partido Socialista Italiano* (²): não foi tomada em nenhuma consideração pelos organismos centrais e responsáveis do Partido. Lida em Moscovo pelos camaradas do *comité* executivo da III Internacional, foi, pelo contrário, assumida como base da opinião sobre o Partido Socialista Italiano e apontada como objecto de útil discussão num congresso extraordinário. A comunicação tinha sido escrita nos primeiros dias da greve dos metalúrgicos de Turim, quando ainda a greve geral não se vislumbrava, nem sequer como possibilidade: era um reflexo do estado de ânimo de preocupação e de ansiedade que naqueles dias atormentava a comissão executiva da secção, que tinha tentado tudo, embora inutilmente, para fazer convergir as atenções do partido para os acontecimentos em fase de desenvolvimento e esperava do Conselho Nacional uma maior compreensão e uma intuição mais viva da necessidade do movimento proletário italiano; infelizmente ela ainda hoje é actual. Os acontecimentos desenvolveram-se então segundo a vontade dos capitalistas e a classe operária de Turim foi derrotada; de nada valeram os esforços da secção de Turim para obter que o Partido se pusesse à cabeça do movimento, a secção foi acusada de indisciplina, de ligeireza, de... anarquismo. Qualquer discussão foi sistematicamente evitada; discutir a comunicação no Conselho, escrita (e com conhecimento do partido) antes que a greve dos metalúrgicos se transformasse em greve geral piemontesa, isto é, quando uma intervenção enérgica dos organismos centrais era ainda possível e podia ser decisiva, teria significado rever as opiniões e as acusações, teria significado fazer um «má figura» perante as massas.

Coisas passadas... Acontecimentos que parecem hoje longínquos. Diz-se que alguns dos mais furiosos contra os «de Turim» mudaram completamente de parecer. E todavia, como recordação das jornadas de paixão vividas em Abril último, agrada-nos, como sem dúvida agradará a todos os camaradas da secção e à massa operária, a informação de que a opinião do *comité* executivo da III Internacional é muito diferente da dos maiores expoentes italianos do Partido, que parecia inapelável; a informação de que precisamente a opinião dos «quatro agitados» de Turim teve o sufrágio da autoridade mais alta do movimento operário internacional.

(²) Cf. pp. 85-90 do presente volume.

O PARTIDO COMUNISTA (*)

I

Depois de Sorel, tornou-se um lugar-comum a referência às primitivas comunidades cristãs para julgar o movimento proletário moderno. Ocorre desde já dizer que Sorel não é de modo nenhum responsável pela mesquinhez e pela grosseria espiritual dos seus admiradores italianos, como Karl Marx não é responsável pelas absurdas pretensões ideológicas dos «marxistas». Sorel é, no campo da análise histórica, um «inventor», não pode ser imitado, não põe ao serviço dos seus aspirantes a discípulos um método que possa aplicar-se mecanicamente, sempre e por todos, com resultados de descobertas inteligentes. Para Sorel, como para a doutrina marxista, o cristianismo representa uma revolução na plenitude do seu desenvolvimento, isto é, uma revolução que chegou às suas extremas consequências, à criação de um novo e original sistema de relações morais, jurídicas, filosóficas, artísticas. Assumir estes resultados como esquemas ideológicos de *qualquer* revolução, eis a grosseira e desinteligente traição da intuição histórica soreliana, a qual só pode dar origem a uma série de análises históri-

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 4-9 e 9-10-1920. O largo intervalo entre a publicação da primeira e da segunda partes do artigo é determinado pela ocupação das fábricas, que teve lugar no mês de Setembro, durante a qual *Ordine Nuovo* suspendeu a publicação.

cas sobre os «germes» que *devem* existir de uma civilização proletária, se é verdade (como o é para Sorel) que a revolução proletária é imanente no cerne da sociedade industrial moderna, se é verdade que também dela resultará a uma regra de vida original e um sistema de relações absolutamente novos, característicos da classe revolucionária. Que significado pode ter, pois, a afirmação de que, diferentemente dos primeiros cristãos, os operários não são castos, não são temperantes, não são originais no seu método de vida? À parte a generalização diletante, pela qual os «operários metalúrgicos de Turim» se tornam uma mixórdia de brutos que todos os dias comem frango assado, que todas as noites se embebedam nos prostíbulos, que não amam a família, que procuram no cinema e na imitação simiesca dos hábitos burgueses a satisfação dos seus ideais de beleza e de vida moral — à parte esta generalização diletante e pueril, a afirmação não pode de facto tornar-se pressuposto de um juízo histórico; equivaleria, na ordem da inteligência histórica, a estoutra: visto que os cristãos modernos comem frango, frequentam as prostitutas, se embebedam, dizem falsos testemunhos, são adúlteros, etc., etc., é uma lenda que tenham existido os ascetas, os mártires, os santos. Cada fenómeno histórico, em suma, deve ser estudado pelos seus caracteres peculiares, no quadro da actualidade real, como desenvolvimento da *liberdade* que se manifesta em finalidade, em instituições, em formas que não podem ser absolutamente confundidas e comparadas (além de metaforicamente) com as finalidades, as instituições, as formas dos fenómenos históricos passados. Cada revolução, a qual, como a cristã e como a comunista, se actua e só pode actuar-se com um movimento das mais profundas e vastas massas populares, não pode deixar de despedaçar e destruir todo o sistema existente de organização social; quem pode imaginar e prever as consequências imediatas que provocará a aparição, no campo da destruição e da criação histórica, das imensas multidões que hoje não têm vontade e poder? Estas, porque nunca «quiseram e puderam», pretenderão ver materializados em cada acto público e privado a vontade e o poder conquistados; estas acharão misteriosamente hostil todo o existente e quererão destruí-lo desde os alicerces; mas justamente por esta imensidade da revolução, por este seu carácter de imprevisibilidade e de imensa liberdade, quem pode arriscar uma única hipótese definitiva sobre os sentimentos, as paixões, as iniciativas, as virtudes que se forjarão numa tal forja incandescente? O que hoje existe, o que hoje vemos, fora da nossa força de vontade e da nossa força de carácter, que mudanças poderá sofrer? Cada dia de uma tal intensa vida não será uma revolução? Cada mudança nas consciências individuais, porque obtida simultaneamente por toda amplitude da massa popular, não terá resultados criativos inimagináveis?

Nada pode ser previsto, na ordem da vida moral e dos sentimentos, partindo das constatações actuais. Um só sentimento, tornado já constante, capaz de caracterizar a classe operária, nos é dado hoje verificar: o da solidariedade. Mas a intensidade e a força deste sentimento só podem ser avaliadas como base da vontade de resistir e de sacrificar-se por um período de tempo que mesmo a escassa capacidade popular de previsão histórica consegue medir com uma certa aproximação; não podem ser avaliadas e, portanto, assumidas como base da vontade histórica para o período da criação revolucionária e da fundação da sociedade nova, quando for impossível fixar cada limite temporal na resistência e no sacrifício, visto que o inimigo a combater e a vencer deixa de estar fora do proletariado, já não será uma potência física externa, limitada e controlável, mas estará no próprio proletariado, na sua ignorância, na sua preguiça, na sua maciça impenetrabilidade às rápidas intuições, quando a dialéctica da luta de classes se tiver interiozado e em cada consciência o homem novo tiver que combater, em cada acto, o «burguês» que espera o seu momento. Por isso o sindicato operário, organismo que realiza e disciplina a solidariedade proletária, não pode ser motivo e base de previsões para o futuro da civilização; ele não contém elementos de desenvolvimento para a liberdade; ele está destinado a sofrer mudanças radicais em consequência do desenvolvimento geral: é determinado, não determinante.

O movimento proletário, na sua fase actual, tende a actuar uma revolução na organização das coisas mate-

riais e das forças físicas; os seus traços característicos não podem ser os sentimentos e as paixões difusas nas massas e que sustentam a vontade das massas; os traços característicos da revolução proletária só podem ser procurados no partido da classe operária, no Partido Comunista, que existe e se desenvolve porque é a organização disciplinada da vontade de fundar um Estado, da vontade de dar uma sistematização proletária à ordem das forças físicas existentes e de lançar as bases da liberdade popular.

O Partido Comunista é, no actual período, a única instituição que pode seriamente confrontar-se com as comunidades religiosas do cristianismo primitivo; nos limites em que já existe o Partido, à escala internacional, pode tentar-se uma comparação e estabelecer-se uma ordem de juízos entre os militantes pela Cidade de Deus e os militantes pela Cidade do Homem; o comunista não é decerto inferior ao cristão das catacumbas. Pelo contrário! O fim inefável que o cristianismo punha aos seus modelos é, pelo seu mistério sugestivo, uma justificação plena de heroísmo, da sede de martírio, da santidade; não é necessário que entrem em jogo as grandes forças humanas do carácter e da vontade para suscitar o espírito de sacrifício de quem crê no prémio celeste e na eterna felicidade. O operário comunista que durante semanas, meses, anos, desinteressadamente, depois de oito horas de trabalho na fábrica, trabalha outras oito horas para o Partido, para o sindicato, para a cooperativa é, do ponto de vista da história do homem, maior do que o escravo e o artesão que desafiavam todos os perigos para comparecerem no convénio clandestino da oração. Do mesmo modo, Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht são maiores do que os maiores santos de Cristo. Precisamente porque a finalidade da sua milícia é concreta, humana, limitada, os lutadores da classe operária são maiores do que os lutadores de Deus: as forças morais que sustentam a sua vontade são tanto mais desmedidas quanto mais é definido o fim proposto pela vontade. Que forças de expansão poderão conquistar os sentimentos do operário, o qual, dobrado sobre a máquina, repete por oito horas ao dia o gesto profissional, monótono como o rezar do círculo fechado da oração, quando for «dominador», quando for a medida dos valores sociais? O próprio facto de o operário conseguir ainda pensar, embora sendo reduzido a operar sem saber o como e o porquê da sua actividade prática, não é um milagre? Este milagre do operário que quotidianamente conquista a própria autonomia espiritual e a própria liberdade de construir na ordem das ideias, lutando contra a fadiga, contra o enfado, contra a monotonia do gesto que tende a mecanizar e, portanto, a matar a vida interior, este milagre organiza-se no Partido Comunista, na vontade de luta e de criação revolucionárias que se exprime no Partido Comunista.

O operário, na fábrica, tem encargos meramente executivos. Não segue o processo geral do trabalho e da produção; não é um ponto que se move para criar uma linha; é um alfinete cravado num local determinado e a linha resulta da sequência de alfinetes que uma vontade estranha dispôs para os seus fins. O operário tende a transportar este seu modo de ser a todos os ambientes da sua vida; acomoda-se facilmente, por toda a parte, ao ofício de executor material, de «massa» guiada por uma vontade estranha à sua; é preguiçoso intelectualmente, não sabe e não quer prever para além do imediato, por isso lhe falta qualquer critério na escolha dos seus dirigentes e deixa-se iludir facilmente pelas promessas; quer acreditar que pode obter sem um grande esforço da sua parte e sem ter que pensar muito. O Partido Comunista é o instrumento e a forma histórica do processo de íntima libertação pela qual o operário passa de *executor* a *iniciador*, passa de *massa* a *dirigente* e *guia*, passa de braço a cérebro e vontade; na formação do Partido Comunista pode-se colher o germe de liberdade que terá o seu desenvolvimento e a sua plena expansão quando o Estado operário tiver organizado as condições materiais necessárias. O escravo ou o artesão do mundo clássico «conheciam-se a si próprios», actuavam a sua libertação entrando para a comunidade cristã onde concretamente sentiam ser iguais, serem irmãos porque filhos do mesmo pai; assim acontece com o operário, entrando para o Partido Comunista, onde colabora para «descobrir» e para «inventar» modos de vida originais, onde colabora «voluntariamente na actividade do mundo, onde pensa, prevê, tem uma respon-

sabilidade, onde é organizador para além de ser organizado, onde sente constituir uma vanguarda que marcha em frente arrastando consigo toda a massa popular.

O Partido Comunista, mesmo como mera organização, revelou-se forma particular da revolução proletária. Nenhuma revolução do passado conheceu os partidos; estes nasceram depois da revolução burguesa e decompuseram-se no terreno da democracia parlamentar. Também neste campo se verificou a ideia marxista de que o capitalismo cria forças que depois não consegue dominar. Os partidos democráticos serviam para indicar homens políticos de valor e para fazê-lo triunfar na concorrência política; hoje, os homens de governo são impostos pelos bancos, pelos grandes jornais, pelas associações industriais; os partidos decompuseram-se numa multiplicidade de camarilhas pessoais. O Partido Comunista, surgindo das cinzas dos partidos socialistas, repudia as suas origens democráticas e parlamentares e revela os seus caracteres essenciais que são originais na história: a revolução russa é revolução executada pelos homens organizados no Partido Comunista, que plasmaram no partido uma personalidade nova, conquistaram novos sentimentos, realizaram uma vida moral que tende a tornar-se consciência universal e finalidade para todos os homens.

II

Os partidos políticos são o reflexo e a nomenclatura das classes sociais. Surgem, desenvolvem-se, decompõem-se, renovam-se conforme os diversos estratos das classes sociais em luta, sofrem mudanças de real interesse histórico, vêem radicalmente mudadas as suas condições de existência e de desenvolvimento, conquistam uma maior e mais clara consciência de si e dos seus vitais interesses. No actual período histórico, e como consequência da guerra imperialista que mudou profundamente a estrutura do aparelho nacional e internacional de produção e de colocação, tornou-se característica a rapidez com que se desenvolve o processo de dissociação dos partidos políticos tradicionais, nascidos no terreno da democracia parlamentar, e o surgir de novas organizações políticas: este processo geral obedece a uma íntima lógica implacável, substanciada pela decomposição das velhas classes e dos velhos sectores e pelas vertiginosas passagens de uma condição a outra de completos estratos da população em todo o território do Estado e, frequentemente, em todo o território do domínio capitalista.

Também as classes sociais historicamente mais preguiçosas e tardias a diferenciarem-se, como a classe dos camponeses, não fogem à acção enérgica dos reagentes que dissolvem o corpo social; parece até que estas classes, quanto mais preguiçosas e tardias foram no passado, tanto mais querem hoje alcançar aceleradamente as consequências dialecticamente extremas da luta de classes, a guerra civil e a violação das relações económicas.

Vimos, em Itália, no espaço de dois anos, surgir como que do nada um potente partido da classe camponesa, o Partido Popular, que com o seu nascimento presumia representar os interesses económicos e as aspirações políticas de todos os estratos sociais do campo, desde o barão latifundiário ao médio proprietário de terras, do pequeno proprietário ao arrendatário, do meeiro ao camponês pobre. Vimos o Partido Popular conquistar quase cem lugares no Parlamento com listas unitárias nas quais tinham absoluta prevalência os representantes do barão latifundiário, do grande proprietário dos bosques, do grande e médio proprietário e exígua minoria da população camponesa. Vimos iniciar-se imedita e rapidamente, tornando-se espasmódicas, as lutas internas de tendência no Partido Popular, reflexo da diferenciação que se actuava na primitiva massa eleitoral; as grandes massas dos pequenos proprietários e dos camponeses pobres não quiseram continuar a ser a passiva massa de manobra para a actuação dos interesses dos médios e grandes proprietários; sob a sua enérgica pressão, o Partido Popular dividiu-se numa facção de direita, num centro e numa esquerda, e vimos, portanto, sob a pressão dos camponeses pobres, a extrema esquerda exprimir-se como revolucionária, entrar em concorrência com o Partido Socialista, tornado também ele representante de vastíssimas massas camponesas; observamos já a decomposição do Partido Popular, cuja fracção parlamentar e cujo *Comité* Central já não representam os interesses e a conquistada consciência das massas eleitorais e das forças organizadas nos sindicatos brancos, representadas, pelo contrário, pelos extremistas, os quais não querem perder o controlo delas, não podem iludi-las com uma acção legal no Parlamento e são portanto levados a recorrer à luta violenta e a desejar novas instituições políticas de governo. O mesmo processo de rápida organização e rapidíssima dissociação se verificou na outra corrente política que quis representar os interesses dos camponeses, a associação dos ex-combatentes; isso é o reflexo da formidável crise interna que atormenta o território rural italiano e manifesta-se nas gigantescas greves da Itália setentrional e central, na invasão e repartição dos latifúndios da Puglia, nos assaltos a castelos feudais e na

aparição, nas cidades da Sicília, de centenas e milhares de camponeses armados.

Este profundo movimento das classes camponesas abana os alicerces da estrutura do Estado parlamentar democrático. O capitalismo, como força política, é reduzido às associações sindicais dos proprietários de fábricas; já não tem um partido político cuja ideologia abranja também os estratos pequeno-burgueses da cidade e do campo e permita, portanto, a permanência de um Estado legal com largas bases. O capitalismo vê-se reduzido a uma representação política só nos grandes jornais (400 mil exemplares de tiragem, mil eleitores) e no Senado, imune, como formação, às acções e reacções das grandes massas populares, mas sem autoridade e prestígio no país; por isso a força política do capitalismo tende a identificar-se cada vez mais com a alta hierarquia militar, com a guarda real, com os múltiplos aventureiros, pululando depois do armistício e aspirantes a tornarem-se, cada um contra os outros, o Kornilov [1] e o Napoleão italianos e, por isso, a força política do capitalismo não pode hoje actuar-se senão num golpe de estado militar e na tentativa de impor uma férrea ditadura nacionalista que leve as embrutecidas massas italianas a restaurarem a economia com o saque à mão armada dos países vizinhos.

Esgotada e consumida a burguesia como classe dirigente, com o esgotamento do capitalismo como modo de produção e de venda, não existindo na classe camponesa uma força política homogénea capaz de criar um Estado, a classe operária é inelutavelmente chamada pela história a assumir a responsabilidade de classe dirigente. Só o proletariado é capaz de criar um Estado forte e temido, porque tem um programa de reconstrução económica, o comunismo, que encontra as suas necessárias premissas e condições na fase de desenvolvimento alcançada pelo capitalismo com a guerra imperialista de 1914-18; só o

(1) O general russo Kornilov moveu-se, em Setembro de 1917, contra Petrogrado, para expulsar o Governo Provisório e reconduzir o czar ao poder. O golpe de mão faliu dada a resistência oposta pelos soldados e operários de Petrogrado, organizados pelos bolchevistas.

proletariado, criando um novo órgão de direito público, o sistema dos Sovietes, pode dar uma forma dinâmica à fluida e incandescente massa social e restaurar uma ordem na geral perturbação das forças produtivas. É natural e historicamente justificado que, precisamente num período como este, se ponha o problema da formação do Partido Comunista, expressão de vanguarda proletária que tem exacta consciência da sua missão histórica, que fundará as novas ordens, que será o iniciador e o protagonista do novo e original período histórico.

Até o tradicional partido político da classe operária italiana, o Partido Socialista, não fugiu ao processo de decomposição de todas as formas associativas, processo que é característico do período que atravessamos. O ter acreditado que podia salvar a velha unidade do partido da sua íntima dissolução foi o colossal erro histórico dos homens que, desde o rebentar da guerra mundial até hoje, controlam os órgãos de governo da nossa associação. Na verdade, o Partido Socialista Italiano, pelas suas tradições, pelas origens históricas das várias correntes que o constituiram, pelo pacto de aliança, tácito ou explícito, com a Confederação Geral do Trabalho (pacto que nos congressos, nos conselhos e em todas as reuniões deliberativas serve para dar um poder e um influxo injustificado aos funcionários sindicais), pela autonomia ilimitada concedida ao grupo parlamentar (que dá, mesmo aos deputados nos congressos, nos conselhos e nas deliberações da mais alta importância, um poder e um influxo semelhante ao dos funcionários sindicais e do mesmo modo injustificado), o Partido Socialista Italiano não difere, em nada, do *Labour Party* inglês e só é revolucionário pelas afirmações gerais do seu programa. É um conglomerado de partidos; move-se e não pode deixar de mover-se preguiçosa e tardiamente; é exposto continuamente a tornar-se o fácil país de conquista de aventureiros, de carreiristas, de ambiciosos sem seriedade e capacidade política; pela sua heterogeneidade, pelos atritos inumeráveis das suas engrenagens, gastas e sabotadas pelos servos-patrões (*), já não é capaz de assumir o peso e a responsabilidade das iniciativas e das acções revolucionárias que os acontecimentos prementes incessantemente lhe impõem. Isto explica o paradoxo histórico pelo qual em Itália são as massas que impulsionam e «educam» o partido da classe operária e não é o Partido que guia e educa as massas.

(*) Que se crêem patrões mas que, na realidade, não passam de servos. — *(N. do T.)*

O Partido Socialista diz-se defensor das doutrinas marxistas; o partido deveria portanto ter nestas doutrinas uma bússola para se orientar no enredo dos acontecimentos, deveria possuir aquela capacidade de previsão histórica que caracteriza os sequazes inteligentes da dialéctica marxista, deveria ter um plano geral de acção baseado nesta previsão histórica, ser capaz de lançar à classe operária em luta palavras de ordem claras e precisas; em vez disso, o Partido Socialista, o partido defensor do marxismo em Itália, como o Partido Popular, como o partido das classes mais atrasadas da população italiana, está exposto a todas as pressões das massas, move-se e diferencia-se quando as massas já se deslocaram e diferenciaram. Na verdade, este Partido Socialista, que se proclama guia e mestre das massas, não é mais do que um pobre notário que regista as operações cumpridas expontaneamente pelas massas; este pobre Partido Socialista, que se proclama dirigente da classe operária, não é mais do que *impedimenta* do exército proletário.

Se este estranho proceder do Partido Socialista, se esta bizarra condição do partido político da classe operária não provocaram até agora uma catástrofe, o facto deve-se a que no interior da classe operária, nas secções urbanas do partido, nos sindicatos, nas fábricas, nas aldeias, existem grupos enérgicos de comunistas conscientes do seu trabalho histórico, enérgicos e prevenidos para a acção, capazes de guiarem e de educarem as massas locais do proletariado; o facto deve-se à existência potencial, no interior do Partido Socialista, de um Partido Comunista, ao qual só falta a organização explícita, a centralização e uma sua disciplina para se desenvolver rapidamente, para conquistar e renovar o conjunto do partido da classe operária, para dar uma nova orientação à Confederação Geral do Trabalho e ao movimento cooperativo.

O problema imediato deste período, que sucede à luta dos operários metalúrgicos e precede o congresso em que o partido deve assumir uma posição séria e precisa perante a Internacional Comunista, é precisamente o de organizar e centralizar estas forças comunistas já existentes e operantes. O Partido Socialista, dia após dia, com uma rapidez fulminante, decompõe-se e caminha para a ruína; as tendências, num brevíssimo espaço de tempo, conquistaram já uma nova configuração; postos perante as responsabilidades de acção histórica e os compromissos assumidos ao aderirem à Internacional Comunista, os homens e os grupos confundiram-se, deslocaram-se; o equívoco centrista e oportunista ganhou uma parte da direcção do partido, lançou a perturbação e a confusão nas secções. O dever dos comunistas, neste geral abaixamento das consciências, da fé, da vontade, neste enfurecer de baixezas, de covardias, de derrotismo, é o de apertar-se fortemente em grupos, de ajustar-se, de estarem prontos para as palavras de ordem que serão lançadas. Os comunistas sinceros e desinteressados, com base nas teses aprovadas no II Congresso da III Internacional, com base na leal disciplina e na suprema autoridade do movimento operário mundial, devem desenvolver o trabalho necesssário para que, no mais breve espaço de tempo possível, seja constituída a fracção comunista do Partido Socialista Italiano, a qual, para o bom nome do proletariado italiano, deve tornar-se, no Congresso de Florença [2], de nome e de facto, no Partido Comunista Italiano, secção da III Internacional Comunista; para que a fracção comunista se constitua com um aparelho directivo orgânico e fortemente centralizado, com articulações próprias e disciplinadas em todos os ambientes onde actua, reúne-se e luta a classe operária com um conjunto de serviços e de instrumentos para o controlo, para a acção, para que ponham a propaganda em condições de funcionar e de desenvolver-se, a partir de agora, como um verdadeiro e próprio partido.

[2] A sede do congresso foi depois mudada para Livorno, por motivos de segurança: em Florença já se assanhavam os fascistas, enquanto em Livorno os trabalhadores tinham ainda a situação nas mãos.

Os comunistas, que na luta metalúrgica, com a sua energia e o seu espírito de iniciativa, salvaram a classe operária de um desastre, devem chegar até às últimas conclusões da sua posição e da sua acção: salvar a unidade primordial (reconstruindo-a) do Partido da classe operária, dar ao proletariado italiano o Partido Comunista que seja capaz de organizar o Estado operário e as condições para o advento da sociedade comunista.

VILEZA E LEVIANDADE (*)

A delegação confederal, ida à Rússia ([1]) para informar as massas operárias sobre os problemas que o desenvolvimento histórico da sociedade capitalista põe inelutavelmente ao proletário e sobre as condições económicas e políticas que um Estado operário, em circunstâncias bem determinadas, pode dar, transmitiu o seu comunicado ao... *Resto del Carlino*. Assim este comunicado, escrito com frigidez ostentada de quem quer esconder atrás do ténue véu da objectividade a íntima satisfação, que não pôde exprimir-se, de um triunfante «Já o tinha previsto!», foi servido à reacção nacional e internacional antes que uma discussão entre as várias correntes representadas na missão pudesse fixar, para as massas proletárias italianas, um ponto de referência crítico, um critério metodológico para subir do facto brutal à compreensão histórica, do número ao pensamento.

O comunicado de D'Aragona, Bianchi e Colombino não revela nenhuma novidade sobre a situação *real* da

---

(*) Não assinado, *Avanti!*, ed. piemontesa, 8-10-1920.

([1]) A convite das organizações sindicais e cooperativas soviéticas, partiram para a Rússia em Maio, com uma estada de numerosas semanas (e, para alguns, de meses), Ludovico D'Aragona, Giuseppe Bianchi e Emilio Colombino pela CGL, Dugoni, Pozzani e Nofri pela Liga Nacional das Cooperativas. No seu regresso, alguns fizeram declarações à Imprensa sobre o estado da Rússia, que serviram de base para uma forte campanha anti-soviética.

Rússia: visto que eram conhecidas, já antecipadamente, a angústia mental e a incapacidade dos três para compreender a história, o comentário não revela nada de novo nem mesmo neste campo. A insistência com que o fenómeno da prostituição é assumido como índice da situação russa é a única originalidade do comentário; quem conhece os costumes difundidos no sector dos organizadores, pode extrair deste motivo psicológico um guia para se orientar no quadro que lhe é descrito. Parece evidente que os nossos funcionários sindicais foram à Rússia com as mesmas disposições espirituais com que costumavam ir aos convénios, aos congressos, às visitas, às inaugurações de bandeiras e de círculos: queriam especialmente divertir-se e a sua primeira preocupação foi a de se informarem sobre os prostíbulos e sobre os *restaurants* melhores. Na Rússia, não indagaram sobre a energia criadora da classe operária no campo económico e no campo político, não procuraram aprofundar a história do povo russo e compreender o «milagre» da revolução russa; ficaram-se pela «energia sexual», preocuparam-se e espantaram-se pela constatação de que na Rússia se frequentam pouco as prostitutas. É de corar ao ser obrigado a escrever coisas deste género: estes senhores, que se gabam de independência nacional e querem rebelar-se contra a «autoridade ditatorial de Moscovo», dão um tal documento de baixeza intelectual e de miséria espiritual, que um revolucionário italiano é levado, na verdade, a desejar um mais directo e enérgico exercício desta autoridade. Quando não é possível esperar nada de vital e de inteligente dos dirigentes indígenas oficiais, não há nada a fazer senão refugiar-se na esperança que os dirigentes venham de fora, que sejam reconhecidos ilimitadamente e nos entregamos cegamente à autoridade mais alta da classe operária mundial.

Sobre a situação económica da Rússia, D'Aragona, Bianchi e Colombino dizem-nos mais do que se contém no relatório Rykov (publicado em Itália e conhecido por muitos operários) e de quanto escreve quotidianamente o *Ekonomiceskaia Gisn*, órgão do Conselho Supremo de Economia Popular. O que eles dizem a mais e o que circula em todo o seu comentário é a persuasão de que a revolução operária russa foi um *erro*, foi uma experiência *in corpore vili* feita por um punhado de aventureiros incapazes e impreparados.

Toda a vileza e toda a baixa leviandade do carácter italiano se coagularam nesta comunicação. Sente-se um asco ao emitir um juízo sobre estes homens que, bem nutridos, bem vestidos, frequentadores de prostíbulos e de *gargottes*, jogadores de cartas, se apresentam como superiores e como desdenhosos observadores imparciais da classe operária russa que há três anos se esgota pela revolução, que sofre estoicamente o frio e a fome pela sua independência; depois do *Ebreo di Verona*, do jesuíta padre Antonio Bresciani, não houve em Itália um episódio mais claroroso de covardia e de incompreensão mais absoluta da história contemporânea.

D'Aragona, Bianchi e Colombino fizeram pagar inutilmente milhares e milhares de liras ao proletariado italiano: eis a conclusão desta aventura russa. Os pormenores... objectivos contidos na comunicação, já a classe operária italiana os conhecia através do *Matin* e do *Corriere della Sera*. Como expedição de especialistas e de inteligentes que deveriam propor-se compreender a revolução russa como desenvolvimento histórico geral e deveriam identificar os sentimentos e as vontades reais que sustentam o sistema dos Sovietes, a missão confederal faliu, faltava a condição elementar, a inteligência e a capacidade técnica; é um erro totalmente italiano a confusão da «prática» burocrática com a capacidade técnica em economia e em política.

O proletariado italiano quereria saber: como é que, se a situação russa é tão desoladora como constataram os lúcidos e frios olhos de D'Aragona, Bianchi e Colombino, a classe operária que derrubou o czar e Kerenski, não derruba também Lenine? Que elemento *subjectivo*, que espírito, que convicção, que *necessidade histórica* sustenta o Governo dos Sovietes? *Porque é* que os camponeses se deixam governar pelos operários? *Porque é* que eles permitem que *um* operário conte politicamente por *cinco* camponeses? Qual foi a influência do bloqueio que determinou a queda de Petrogrado como cidade industrial? É verdade que Petrogrado dependia do estrangeiro para as suas provisões e que tal queda era inevitável? É verdade que a indústria russa produzia antes da guer-

ra só 15% da mercadoria absorvida pelo mercado russo e que o bloqueio privou, portanto, em sentido absoluto, a Rússia de 85% do necessário? A necessidade de criar um exército vermelho e de mobilizar os operários industriais para repelir as agressões dos contra-revolucionários não podia deixar de desarticular o operariado de fábrica; este facto contribuiu para fazer descer ainda mais os 15% da produção efectiva da indústria russa? Que fenómeno de interferência económica determinou no mercado russo a ausência de importação que satisfazia 85% das necessidades industriais? Que esforços foram realizados pela classe operária russa e pelo Governo dos Sovietes para obviar a estes fenómenos que eram independentes do desenvolvimento revolucionário e dependiam da situação criada pelo imperialismo da Aliança e pela traição ou incapacidade dos dirigentes das organizações proletárias e socialistas da Europa central e ocidental, incluindo a Itália? É verdade que o sistema industrial russo, que conseguiu produzir só 15% das necessidades nacionais, se fundamentava, em grande parte, no proteccionismo estatal e era, portanto, artificial e destinado a cair? O fenómeno do nascimento da pequena indústria no lugar de produção das matérias-primas não representa, em tal caso, o início de um desenvolvimento novo e vital da indústria russa, que, verificando-se sob o controlo do Estado operário, pode rapidamente concentrar-se e substituir o normal desenvolvimento do capitalismo e do instrumento de trabalho, do mesmo modo que, tendo-se verificado o desenvolvimento histórico, na América do Norte, sob o controlo e a direcção dos ingleses, possuidores de um alto nível de civilização política e industrial, poupou as fases intermédias de desenvolvimento do pele-vermelha até ao médio industrial?

Em todas estas perguntas que o proletariado italiano, ávido de notícias exactas e inteligentes sobre a revolução russa, tem o direito de dirigir aos seus funcionários em missão, contém-se implicitamente uma crítica à comunicação de D'Aragona, Bianchi e Colombino. Mas eles foram à Rússia para recolher material para os discursos sobre as mulheres e sobre a capacidade sexual que se desenvolve nos cafés e nos hotéis, entre duas partidas de cartas. Esta comunicação, no fundo, para além de ser um

documento de vileza e leviandade, para além de ser um documento para o estudo da capacidade dos italianos em compreenderam a história (desde o padre Bresciani a Ludovico D'Aragona), é também um documento da insuficiência da democracia sindical em exprimir as competências; como na democracia burguesa, também na democracia sindical se pedem engenheiros e se obtêm bailarinos...

«ORDINE NUOVO» EM MOSCOVO (*)

No *Soviete* de 3 de Outubro, o camarada Bordiga refere o modo como se desenvolveu a discussão entre os delegados italianos e a respectiva comissão do Congresso de Moscovo, a propósito da famosa tese 17 do relatório de Lenine sobre as *Tarefas do II Congresso da Internacional Comunista*. Depois de ter lido o texto da tese, por nós publicado na secção «Cronache» do n.° 13 [21 de Agosto] (1), o camarada Bordiga refere:

«Nenhum dos delegados italianos aceitou esta formulação. Serrati e Graziadei observaram no Conselho Nacional que a secção de Turim se tinha alinhado contra a direcção do partido sobre a questão da greve piemontesa e valorizá-la equivalia a sancionar, além das suas acusações, a sua posição 'contrária à disciplina'.» Bombacci observou que era também perigoso valorizar as tendências sindicalistas de *Ordine Nuovo* e a sua interpretação do movimento dos Conselhos de fábrica. Polano sustentou que sendo a Comissão executiva da secção de Turim formada em grande parte por abstencionistas, acabava por aprovar-se o trabalho da nossa fracção, censurado a propósito da questão parlamentar. Bordiga relevou, também ele, a possibilidade de equívoco acerca da sanção a toda a orientação de *Ordine Nuovo* que, para

---

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 9-10-1920, secção «Cronache dell'Ordine Nuovo». O título é nosso.

(1) Cf. *A opinião de Lenine*, pp. 121-122 do presente volume.

além de ser contrária às directivas do congresso sobre a questão sindical e a constituição dos Sovietes, tinha sido elemento da unidade do partido até pouco antes do Convénio de Milão (²).

Lenine e Boukharine declararam formalmente que não tinham entendido exprimir uma opinião sobre a orientação de *Ordine Nuovo*, sobre a qual não estavam suficientemente documentados, mas só indicar a citação precisa de um documento ao qual apenas se referia a sua aprovação.

Em tal sentido, foi depois modificada só a forma gramatical: «Propostas endereçadas pela secção etc. e publicadas no número... etc.» Além disso, por proposta de Bordiga, foi acrescentado no fim do segundo período: «E do trabalho a desenvolver nos sindicatos.»

É interessante que os camaradas e os leitores conheçam estas opiniões sobre a secção de Turim e sobre *Ordine Nuovo*. Que a secção de Turim tenha quebrado a disciplina, na greve de Abril, tinha sido sussurrado, mas nunca provado e seria muito difícil prová-lo. As tendências sindicalistas de *Ordine Nuovo* são, também essas, um mito: temos simplesmente a sem razão de crer que a revolução comunista só pode ser actuada pelas massas, não a pode actuar nem um secretário de partido nem um presidente da república por decreto; parece que esta era também a opinião de Karl Marx e de Rosa Luxemburgo e é a opinião de Lenine, os quais, para Treves e Turati, são todos sindicalistas anárquicos. É verdade que *Ordine Nuovo*, quando era ainda «ginásio» (*) publicou um editorial (do camarada Tasca) favorável à unidade (³). As teses que publicamos neste número sobre sindicatos, sobre Conselhos de Fábrica e sobre a formação dos Sovietes (⁴) podem dar aos leitores um modo

(²) É o convénio de 19-20 de Abril.

(*) No sentido de lugar onde se fazem exercícios. — *(N. do T.)*

(³) Angelo Tasca, *L'unitá del Partido*, in *Ordine Nuovo*, 18-10-1919. Reproduzido na antologia cit., pp. 310-313.

(⁴) São as teses sobre *Sindicatos, Conselhos de Fábrica e Soviete* redigidas por Karl Radek e aprovadas no II Congresso da IC e as sobre *A Constituição dos Sovietes*, redigidas por Grigori Zinoviev.

de julgar se a orientação de *Ordine Nuovo* foi contrária às directivas do congresso: as teses de Radek são de facto novas para os nossos leitores? São de facto contrárias a quanto sustenta, a propósito, *Ordine Nuovo?* Mesmo, recentemente, na polémica com Tasca, não se tratou de impedir que os Conselhos fossem subordinados aos sindicalistas oportunistas? A verdade é que os socialistas italianos não quiseram tomar a sério o movimento dos Conselhos de fábrica e por isso receberam uma lição do *comité* executivo da Internacional Comunista.

A REACÇÃO (*)

O *Giornale d'Italia*, o *Messaggero*, a *Idea Nazionale* e o *Corriere della Sera* identificam-se francamente com a *reacção*, invocam *um homem* que reconduza a ordem e a disciplina ao povo italiano envenenado pela propaganda dos comunistas e dos anarquistas. O *Corriere della Sera* conseguiu até identificar o centro desta propaganda: o comando das forças subversivas e instigadoras está nas mãos — adivinhem de quem! — «dos de *Ordine Nuovo* e do *Avanti!* de Turim e da *Umanità Nuova* de Milão, isto é, de Malatesta». A *Stampa* está de acordo com o *Corriere* na identificação dos propagadores; mas a *Stampa* não invoca a reacção, limita-se a anunciá-la como uma desgraça que cairá sobre o povo italiano por culpa dos ditos instigadores. Este levantar de escudos, por parte dos jornais da «democracia burguesa», contra os comunistas de Turim verificou-se depois dos conflitos dos últimos dias [1]: é de notar que precisamente em Turim não se verificaram conflitos, precisamente em Turim, onde existe a central da delinquência revolu-

(*) Não assinado, *Avanti!*, ed. piemontesa, 17-10-1920.

[1] Em 14-10-1920, a direcção do PSI estabelecia uma jornada de manifestações, de acordo com a CGL, para obter do governo a liberdade das vítimas políticas e o reconhecimento da República dos Sovietes. Verificaram-se graves incidentes em muitas cidades: dois mortos e 14 feridos em Bolonha, um morto em Brescia, um em Milão; em Trieste, os fascistas assaltavam o jornal socialista *Il Lavoratore*.

cionária, e portanto deveriam verificar-se os máximos episódios de «vandalismo, de anarquia, de canibalismo revolucionário». É de notar que os mesmos jornais que hoje indicam o movimento comunista de Turim como causa de todos os males que afligem a Itália e como a determinante da futura reacção, registaram, a seu tempo, com um suspiro de alívio, o momento em que o representante da classe operária de Turim no Conselho Nacional da Confederação Geral do Trabalho abafou precisamente os ardores revolucionários da assembleia e dos dirigentes sindicais reformistas, determinando a maioria dos votos à proposta de D'Aragona.

Neste levantar de escudos, nesta fúria demagógica ao acusar o movimento de Turim deve identificar-se, portanto, uma tentativa da reacção que quer ferir Turim não como ninho de delinquência mas como sede de um preciso pensamento político que ameaça conquistar a maioria do Partido Socialista Italiano, que ameça transformar o partido, de órgão de conservação da agonia capitalista em organismo de luta e de reconstrução revolucionária. Aproveitando as polémicas internas de partido, procura-se evidentemente reproduzir, neste resto do ano, a mesma situação de Agosto de 1917 ou de Abril de 1920: derrubada a Turim proletária, destruído o ninho de vespas piemontesas, espera-se que o partido se enfraqueça e que o advento dos reformistas no poder seja possível com o consenso das massas operárias esfomeadas e embrutecidas pelo terror branco.

É certo que a reacção italiana se reforça e procurará impor-se violentamente dentro de pouco tempo: *a reacção que sempre existiu,* que obedece a leis próprias de desenvolvimento, que culminará no mais atroz terrorismo da história. Não é por acaso que os olhos de todos se dirigem hoje para Fiume e Dalmazia, para D'Annunzio, Millo e Caviglia. A reacção é o desenvolvimento da falência da guerra imperialista, é o desenvolvimento das desastrosas condições económicas a que o capitalismo reduziu o povo italiano, é o desenvolvimento das ilusões nacionalistas e das desilusões oportunistas de um Estado que não consegue assegurar o pão, o tecto e o vestir à população. A reacção é a tentativa de sair da situação actual com uma nova guerra, é atentativa de colmar, com

o assalto às nações vizinhas, o *deficit* do balanço interno, é a natural e fisiológica expressão do regime de propriedade privada e nacional que quer, a todo o custo, salvar-se do abismo.

A reacção sempre existiu em Itália; não ameaça surgir agora por culpa dos comunistas. A reacção é o resultado da decadência do Estado legal: não é de hoje que o Estado legal está em decadência, e não está precisamente em decadência por culpa dos comunistas. Era um comunista D'Annunzio, que amotinava soldados e generais contra o governo «legítimo»? Era um comunista Millo, que recusa obediência aos seus superiores «legítimos»? Eram comunistas os incendiários do *Avanti!* de Milão e de Roma? Era comunista Cardona quando, em 1917, preparava a ditadura militar? São comunistas os fornecedores militares e os especuladores que saquearam a riqueza nacional exportando-a para o estrangeiro? Este quadro é o quadro da reacção italiana, que nenhum governo procurou sequer sufocar, que cada governo, pelo contrário, solicitou, promoveu e ajudou mais ou menos abertamente; cada empresa da reacção ficou impune, cada excesso da deliquência reaccionária foi legalizado porque não foi sancionado pela justiça punitiva. É um delito incendiar um jornal socialista? Não, visto que os culpados de tal delito, conhecidos, confessos, não foram presos, pelo contrário, puderam até organizar outras empresas do género. É um delito matar um representante da classe operária? Não, porque os assassinos, conhecidos, confessos, auto-elogiadores, não foram punidos, não foram sequer moletados. Há dois anos, desde o dia do armistício, que o povo italiano vive em pleno terrorismo, em plena reacção; deixou de existir segurança pessoal para a classe operária, deixou de existir qualquer garantia civil de tranquilidade e de paz. No período actual, o terrorismo quer passar do campo privado para o campo público; já não se contenta com a impunidade que lhe é concedida pelo Estado, quer tornar-se o próprio Estado. Eis o que significa hoje a palavra «advento» da reacção: significa que a reacção se tornou tão forte que já não considera útil, para os seus fins, a máscara de um Estado legal; significa que quer servir-se, para os seus fins, de todos os meios do Estado; significa que a Itália

se aproxima de uma nova guerra imperialista destinada ao saque, à mão armada, de qualquer povo rico confinante.

A reacção é imanente às condições económicas do país. E a reacção não tem por fim restabelecer a ordem interna, tem por fim preparar a guerra no exterior. A ordem interna não significa nada nas condições actuais: é uma utopia. Mesmo que o proletariado trabalhasse dezasseis horas por dia, o governo burguês não poderia sanar o *deficit* do balanço estatal, não poderia reorganizar a produção nacional. O governo não foi capaz de impedir o êxodo dos capitais para o estrangeiro; o governo não pode fazer ressuscitar os quinhentos mil mortos da guerra e não pode fazê-los trabalhar; o governo não pode restituir a robustez física e a eficiência produtiva aos quinhentos mil inválidos de guerra; não pode restituir o apoio económico às centenas de milhar de famílias que o perderam e devem viver da caridade e são obrigadas a consumir sem produzir e estão reduzidas ao parasitismo obrigatório. O governo não pode reconduzir em Itália a corrente dos turistas que, antes da guerra, deixavam meio bilião em ouro no nosso país. O governo não pode reorganizar as correntes emigratórias que, antes da guerra, aligeiravam o território de 250 mil desesperados ao ano e representavam para o balanço italiano uma subida de 700 milhões em ouro. O governo não pode sanar a crise da indústria siderúrgica que consome em cada ano centenas e centenas de milhões em ouro, que corrompe a organização do crédito, que impede que os camponeses tenham instrumentos agrícolas a baixo preço, que impede, portanto, uma subida na produção dos alimentos. A Itália foi reduzida a uma chaga da guerra e o sangue corre como riachos pelo corpo retalhado. Eis a origem da reacção: o medo louco da morte por esgotamento misturado ao desejo desenfreado de entregar-se a um organismo nacional ainda com qualquer eficiência para o devorar, para procurar salvar-se com uma transfusão de sangue. E eis a origem do comunismo, que é consequência da reacção, que é o comportamento da classe operária em relação à reacção. Só a classe operária não é responsável no interior das condições em que se precipitou a nação; só a classe operária pode esperar

ter no estrangeiro, pela organização internacional, o apoio que impeça ao país uma precipitação ainda mais profunda na extrema barbárie; só a classe operária, que não tem privilégios de nascimento, pode dar à minoria da população italiana a segurança que o Estado proletário não consolidará privilégios e fará tudo para fazer sair o país do caos. A reacção está furiosa também por isso: porque deve reconhecer que a classe operária é a única força viva do país, porque deve reconhecer em si própria nada mais do que os últimos espasmos raivosos de um organismo esgotado.

A DISCIPLINA INTERNACIONAL (*)

A III Internacional Comunista, diferentemente da II, quer que sejam actuadas entre os partidos que entram na sua organização o máximo de disciplina e o máximo de centralização: esta é uma necessidade histórica absoluta, especialmente para os revolucionários italianos. Nenhum Estado operário, mais do que o Estado operário italiano, terá necessidade da solidariedade do proletário mundial: é para nós condição existencial a instauração de uma férrea disciplina e de uma centralização do movimento revolucionário internacional; devemos querer que a Internacional Comunista seja um potente aparelho de luta, capaz de pedir e obter de cada partido aderente toda a disciplina e todo o espírito de sacrifício que pode ser solicitado e obtido. Naturalmente que temos o direito de pedir só o que demonstramos desejar que nos concedam, voluntariamente, e o direito de desejar conceder porque retemos que é absolutamente necessário de um ponto de vista geral, porque vemos e explicamos a nossa posição histórica num quadro internacional, porque a nossa acção e a nossa vontade aderem ao processo histórico que conduz todas as classes operárias do mundo à reorganização da economia mundial, com bases comunistas e à escala mundial.

A Itália é já bloqueada antes da revolução. O bloqueio da Itália é dependente não tanto da vontade reacciona-

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 16-23 de Outubro de 1920, secção «La settimana politica».

ria como do facto de a Itália não ter uma grande *propriedade nacional*. A Itália é bloqueada porque não tem meios, do ponto de vista nacional, para pagar as importações necessárias à vida das suas indústrias e à vida dos seus habitantes; a Itália não tem reservas áureas nos bancos, não tem minas, não tem grandes bosques, não tem qualquer matéria-prima no seu solo e subsolo; a Itália é como um limão espremido, foi reduzida pelo regime de exploração intensiva do capitalismo às mesmas condições (ou quase) da Palestina com o aflorar dos betumes e dos miasmas. Quando um burguês ou um reformista afirmam «Se em Itália rebenta a revolução operária, a Itália será bloqueada e morrerá de fome», o burguês ou o reformista raciocinam como uma mula vendada; de facto a Itália está bloqueada; o bloqueio começou, como para a Rússia, a partir do dia em que rebentou a guerra; o bloqueio foi-se intensificando à medida que se esgotava o crédito, à medida que se iam esgotando as riquezas comerciais e consumíveis existentes no território nacional. Esta condição de bloqueio efectivo, de bloqueio implacável, tanto mais tremendo quanto mais depende de causas económicas gerais, da pobreza absoluta do país, foi agravada pela táctica reformista de desencadear movimentos revolucionários sem uma conclusão revolucionária; calcula-se que o movimento metalúrgico tenha determinado um êxodo de trinta mil milhões de capital comerciável; com medo do bloqueio, o movimento foi travado; este medo «neomaltusiano» agravou o bloqueio efectivo, à razão de trinta mil milhões, da nova pobreza italiana.

Os reformistas e os burgueses, que acusam os revolucionários de ver a Rússia como modelo histórico, caem assim num estúpido paralelismo entre a Itália e a Rússia a propósito do bloqueio. A verdade é que a Itália se encontra em condições diversas e em condições enormemente piores do que a Rússia, se estas condições são apreciadas do ponto de vista da propriedade privada e nacional. A Rússia possui ouro e platina (os bancos russos, como é sabido, possuiam as mais ingentes massas áureas do mundo); a Rússia possui algumas provisões de trigo e de peles, possui muitas madeiras e muito mineral. A Rússia poderia comerciar esta riqueza; é real-

mente o bloqueio que a impede de comerciar a sua riqueza o capitalismo mundial sustenta que a riqueza existente na Rússia é propriedade dos burgueses e não dos operários e não quer permitir que os operários russos cumpram actos de comérico internacional. Se a Rússia dos Sovietes não fosse obrigada a defender-se das agressões da reacção internacional, o povo russo poderia dirigir toda a sua energia criativa para reproduzir a riqueza destruída pela guerra, para produzir novos instrumentos e nova organização económica; ele pode fazer isso porque a Rússia é rica como solo e como subsolo, porque a Rússia tem uma população escassíssima para um território interminável.

A Itália é pobre «nacionalmente»; o operário italiano só pode salvar-se, o povo italiano só pode salvar-se quando se realizar a Internacional Comunista, isto é, só quando for abolida, além da propriedade privada, também a *propriedade nacional*, só quando se actuar uma organização internacional das economias nacionais que ponha o produtor italiano em pé de igualdade com o produtor inglês, americano, russo, indiano, etc... A burguesia imperialista actuou qualquer coisa de semelhante durante a guerra, com vista às suas finalidades; obtida a vitória, caiu a organização económica que dava o pão, o arroz, o ferro e o carvão ao povo italiano para que resistisse até à vitória; o povo reentrou nos quadros da propriedade e da possibilidade nacionais: a ajuda dada, uma vez alcançada a finalidade, tornou-se em débito, tornou-se uma pedra sobre o pescoço. Trata-se de reconstruir esta organização para um fim não transitório, não episódico, mas que represente uma necessidade permanente que se identifique com o processo de desenvolvimento histórico da civilização mundial. Este fim pode ser actuado pela Internacional Comunista se ela conseguir obter do proletariado o rendimento histórico que ele é capaz de dar: o proletariado italiano, pela sua riqueza demográfica, pela sua riqueza de energia revolucionária, pode ser a determinante da revolução mundial, pode ser a força vulcânica capaz de fazer saltar os últimos baluartes da reacção mundial. Mas para cumprir esta missão, cheia de dificuldades, plena de sacrifícios e de dores sem fim, o proletariado italiano deve submeter-se

a uma disciplina de ferro, nacional e internacional. Só em tais condições se salvará o povo italiano do abismo para onde o atiraram os seus dirigentes burgueses, cegos, ignorantes, vaidosos, que ainda continuam a raciocinar como se a Guerra Mundial só tivesse deixado vestígios na ordem do sentimento e da política.

COORDENAR VONTADES E ACÇÕES (*)

Mesmo depois da constituição da fracção comunista, que tem a missão histórica, quando se chamar partido, de organizar as energias revolucionárias capazes de conduzir à vitória a classe operária italiana e de fundar o Estado operário, não terminou a tarefa específica da nossa revista e dos grupos de camaradas que lhe seguem a actividade com atenção e simpatia. Cremos, pelo contrário, que precisamente hoje começa a parte mais difícil e mais importante do trabalho que devemos desenvolver.

Não devemos ter ilusões. As condições de confusão, de grosseria espiritual, de incapacidade política, de ausência de qualquer preparação administrativa em que se encontra o movimento operário italiano, não podem ser mudadas pelos simples facto de se constituir um partido político. Se nos pomos o problema do Estado operário nos seus termos imediatos, cruamente materiais, concluímos que é necessário, em todas as funções vitais e dinâmicas da vida nacional organizada do Estado, substituir o pessoal burguês por um pessoal comunista; se nos pomos a questão: tem a classe operária italiana, entre os seus homens de confiança, entre os homens que lhe dão absoluta garantia de lealdade e de desinteresse, a possibilidade de encontrar modo de constituir uma organização militar que guie até à

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 4-12-1920, secção «Cronache dell-Ordine Nuovo». O título é nosso.

vitória a milícia vermelha, uma organização económica que consiga, nas atrozes condições em que a guerra imperialista precipitou o nosso país, fazer viver a população, uma organização industrial que faça funcionar as fábricas, uma organização judicial que faça justiça e não vexames, uma organização burocrática que administre e não provoque o marasmo e não se torne odiosa com os favoritismos e com a indiferença pelos interesses populares? Se nos pomos estes problemas, verificamos quanto a nossa tarefa é difícil e áspera. Certamente que não nos desencorajamos: a classe operária é jovem, a classe operária não pode ter toda uma rede de quadros já predispostos para dar vida ao Estado; o dilettantismo e os erros serão inevitáveis na via das actuações revolucionárias; inicialmente, temos especial necessidade de homens enérgicos, leais, desinteressados, que estejam ligados até à morte à causa da revolução comunista, que nunca percam a confiança na eficácia do fim que querem alcançar, que tenham espírito de iniciativa e saibam improvisar todos os trabalhos necessários para tornar invencível a potência operária.

Mas se não nos desencorajamos, se temos fé e vontade, se a nossa consciência é inabalável na persuasão irrevogável de que a classe operária deve possuir o governo de Estado e deve reorganizar a sociedade para evitar o abismo e a barbárie, devemos também preocuparmo-nos com problemas concretos, nos seus termos reais e imediatos. Devemos intensificar o nosso trabalho de educação económica e política dos melhores elementos da classe operária, de preparação teórica, de elevação espiritual, de consolidação do sentido das responsabilidades, de formação dos quadros para a gestão dos bens materiais e espirituais do nosso povo. A constituição do Partido Comunista cria as condições para intensificar e aprofundar o nosso trabalho: libertos do peso morto dos cépticos, dos palradores, dos irresponsáveis, libertos da preocupação de ter de lutar continuamente, no interior do partido, contra os reformistas e os oportunistas, de ter que frustar as suas insídias, de ter que analisar e criticar as suas posições equívocas e a sua fraseologia pseudo-revolucionária, poderemos dedicar-nos inteiramente ao trabalho positivo, à ex-

pansão do nosso programa de renovação, de organização, de despertar das consciências e das vontades.

Eis por que a acção de cultura da nossa revista deve continuar e intensificar-se. Os nossos amigos devem trabalhar, até ao Congresso de Florença [1], pelo triunfo da fracção comunista, colaborando com os outros grupos comunistas que nas secções tendem para o mesmo fim, mas não devem esquecer que o programa do nosso movimento não se preocupa com as maiorias senão enquanto elas criam as condições para organizar, para educar, para difundir convicções, para coordenar vontades e acções.

(1) Trata-se do iminente XVII Congresso do PSI que se deveria realizar em Florença, depois alterado para Livorno (15-21 de Janeiro de 1921).

CISÃO OU RUÍNA? (*)

Os sociais-comunistas unitários [1] não querem a cisão do partido porque não querem arruinar a revolução proletária italiana. Reconhecemos imediatamente que os sociais-comunistas unitários representam e encarnam todas as mais «gloriosas» tradições do grande e glorioso Partido Socialista Italiano (que se transformará em partido social-comunista unitário italiano): gloriosa ignorância, gloriosa e petulante ausência de qualquer escrúpulo na polémica e de qualquer sentido de responsabilidade na política nacional, gloriosa e baixa demagogia, gloriosa vaidade, gloriosíssima charlatanaria, eis o corpo de tradições gloriosas e italianíssimas que se encarnam e são representadas pelos sociais-comunistas unitários.

O II Congresso da Internacional Comunista pôs ao Partido Socialista Italiano o problema de se organizar com base na aceitação das deliberações aprovadas pela sua assembleia. Tratava-se de cindir-se dos reformistas, isto é, cindir-se de uma parte mínima do próprio corpo, de uma parte que não tem qualquer função vital no organismo, que está longe das massas proletárias, que

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 11-18 de Dezembro de 1920.

[1] Trata-se da corrente, encabeçada por Serrati, dos «comunistas unitários», frequentemente indicada como «centrista», que recolherá no Congresso de Livorno grande parte da tendência maximalista do PSI, conseguindo a maioria dos votos.

pode dizer que representa as massas só quando estas foram desmoralizadas pelos erros, pelas incertezas, pelo absentismo dos dirigentes revolucionários. Os sociais-comunistas unitários não quiseram aceitar as deliberações do II Congresso para não cindir o partido dos reformistas e para não cindir as massas; precipitaram as massas, do Partido e das fábricas, no caos mais profundo; puseram em dúvida a correcção do Congresso Internacional, repudiaram a adesão do Partido ao Congresso (Serrati voltou de Moscovo como Orlando um dia voltou de Versalhes, para protestar, para dividir as responsabilidades, para salvar a honra e a glória dos italianos), desacreditaram (ou procuraram desacreditar) a mais alta autoridade da Internacional Operária, fizeram inundar, num ambiente propício como o nosso, uma maré pútrida de intrigas, de insinuações, de covardias, de cepticismos. O que obtiveram? Cindiram o partido em três, quatro, cinco tendências; cindiram as massas operárias, nas grandes cidades, que eram compactas contra o reformismo e os reformistas, semearam às mãos cheias os germes da ruína e da decomposição nas fileiras do partido. O que é, pois, o unitarismo? Que malefício oculto representa esta palavra que determina discórdia e cisão maiores e mais vastas quando afirma querer evitar uma limitada e bem precisa cisão? o que é, devia acontecer. Se o unitarismo provocou a actual ruína, a verdade deve-se procurar no facto de a ruína existir já: o unitarismo só tem a culpa de ter violentamente rasgado um fechar de cloaca transbordante. A verdade é que o Partido Socialista não era uma «urbe», era uma «horda»: não era um organismo, era um aglomerado de indivíduos que tinham um tanto de consciência classista necessária para se organizarem num sindicato profissional, mas não tinham, em grande parte, a capacidade e a preparação política necessárias para se organizarem num partido revolucionário que é solicitado pelo actual período histórico. A vaidade italiana fazia sempre afirmar que existia, entre nós, um Partido Socialista muito particular, que não devia sofrer as mesmas crises dos outros partidos socialistas: aconteceu assim que, em Itália, a crise foi artificialmente retardada e rebenta precisamente no momento em que teria sido melhor evitá-la e rebenta ainda mais violenta e devastadora precisamente por vontade e teimosia daqueles que sempre a negaram e que ainda hoje a negam verbalmente (nós somos unitários, que diabo!).

Seria ridículo choramingar sobre o acontecido e sobre o irremediável. Os comunistas são e devem ser frios e calmos pensadores: se tudo está em ruína, é preciso refazer tudo, é preciso refazer o Partido, é preciso, a partir de hoje, considerar e amar a fracção comunista como um partido verdadeiro e próprio, como a sólida estrutura do Partido Comunista Italiano que chama adeptos, organiza-os solidamente, educa-os, faz deles células activas do organismo novo que se desenvolve e se desenvolverá até se transformar em toda a classe operária, até se tornar a alma e a vontade de todo o povo trabalhador.

A crise que hoje atravessamos é talvez a maior crise revolucionária do povo italiano. Para compreender esta verdade os camaradas devem pensar nesta hipótese: o que aconteceria se o Partido Socialista sofresse esta crise em plena revolução, tendo sobre si toda a responsabilidade dum Estado? Que aconteceria se o governo de um Estado revolucionário se encontrasse nas mãos de homens que lutam pelas tendências e que na paixão desta luta põem em dúvida o mais sagrado património de um operário: a confiança na Internacional e na capacidade e lealdade dos homens que exercem os cargos mais altos? Aconteceria o que aconteceu na Hungria: debandada das massas, afrouxamento da energia revolucionária, vitória fulmínea da contra-revolução.

Os unitários, pela mania charlatanesca da unidade, desfizeram hoje um partido: amanhã, teriam determinado a queda da revolução.

Por muito que tenham danificado a classe operária e reforçado a reacção, o malefício não é decisivo: os homens de boa vontade têm ainda um campo interminável para recultivar e tornar frutuoso.

O POVO DOS SÍMIOS (*)

O fascismo foi a última «representação» oferecida pela pequena burguesia urbana no teatro da vida política nacional. O miserável fim da aventura de Fiume [1] é a última cena da representação, podendo assumir-se como o episódio mais importante do processo de íntima dissolução desta classe da população italiana.

O processo de ruína da pequena burguesia inicia-se no último decénio do século passado. A pequena burguesia perde toda a importância e sai das funções vitais no campo da produção, com o desenvolvimento da grande indústria e do capital financeiro: torna-se pura classe política e especializa-se na «cretinice parlamentar». Este fenómeno, que ocupa uma grande parte da história contemporânea italiana, toma diversos nomes nas suas várias fases: chama-se inicialmente «advento da esquerda no poder», passa ao giolittismo, é luta contra as tentativas «kaiserianas» de Umberto I, alarga-se ao reformismo socialista. A pequena burguesia agarra-se ao instituto parlamentar: de organismo de con-

---

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo* (quotidiano), 2-1-1921. O título do artigo é tirado de uma novela do primeiro *Livro da Selva*, de Kipling.

[1] Depois do tratado de Rapallo, de Novembro de 1920, que tinha feito de Fiume um Estado independente, o bloqueio naval obrigou D'Annunzio a capitular. Nos princípios de Janeiro, começou o êxodo dos legionários da cidade.

trolo da burguesia capitalista em relação à Coroa e à administração pública, o Parlamento passa a ser uma loja de palavreado e de escândalos, passa a ser um meio de parasitismo. Corrompido até à medula, enfeudado completamente ao poder governativo, o Parlamento perde todo o prestígio junto das massas populares. As massas populares persuadem-se que o único instrumento de controlo e de oposição aos arbítrios do poder administrativo é a acção directa, é a pressão externa. A semana vermelha de Junho de 1914 (²), contra os excídios, é a primeira e grandiosa intervenção das massas populares na cena política para se oporem directamente aos arbítrios do poder, para exercerem realmente a soberania popular que já não encontra qualquer expressão na Câmara representativa. Pode dizer-se que em Junho de 1914 o parlamentarismo entrou, em Itália, na via da sua orgânica dissolução e, com o parlamentarismo, a função política da pequena burguesia.

A pequena burguesia, que perdeu definitivamente todas as esperanças de reconquistar uma função produtiva (uma esperança deste género reaparece hoje, com as tentativas do Partido Popular para restabelecer importância à pequena propriedade agrícola e com as tentativas dos funcionários da Confedeação Geral do Trabalho para galvanizar o morto controlo sindical), procura a todo o custo conservar uma posição de inicia-

(²) Em Junho de 1914, verifica-se a última greve geral de protesto, antes da guerra, contra os excídios dos trabalhadores, conhecida pelo nome de «semana vermelha» pela violência e duração da luta. Em 7 de Junho, teve lugar em Ancona um comício contra as companhias de disciplina no exército. À saída do comício, as forças da polícia carregaram sobre os manifestantes: verificaram-se 3 mortos. A câmara de trabalho proclama a greve geral que, sob a direcção dos anarquistas, se transforma num verdadeiro levantamento nas Marche e na Romagna e se estende a Milão e a outras cidades. Desaprovado pela Confederação Geral do Trabalho, dirigida pelos reformistas, o levantamento termina pouco a pouco, deixando no terreno uma centena de mortos. Gramsci escreverá em seguida que «aqueles acontecimentos tinham um grande valor porque renovavam as relações entre Norte e Sul, entre as classes urbanas setentrionais e as classes rurais meridionais» (Cf. A. Gramsci, *Passato e presente*, Turim, 1951, pp. 39-40).

tiva histórica: macaqueia a classe operária, desce à rua. Esta nova táctica actua-se nos modos e nas formas consentidos por uma classe de palradores, de cépticos, de corruptos: o desenvolver dos factos que receberam o nome de «radiosas jornadas de Maio» (¹), com todos os seus reflexos jornalísticos, oratórios, teatrais, demagógicos durante a guerra, é como que a projecção, na realidade, de uma novela da selva de Kipling: a novela do Bandar-Log, do povo dos símios, o qual crê ser superior a todos os outros povos da selva, possuir toda a inteligência, toda a intuição histórica, todo o espírito revolucionário, toda a sapiência de governo, etc., etc. Tinha acontecido isto: a pequena burguesia, que se tinha enfeudado ao poder governativo através da corrupção parlamentar, muda a forma da sua prestação de trabalho, torna-se antiparlamentar e procura corromper a rua.

No período da guerra, o Parlamento cai completamente: a pequena burguesia procura consolidar a sua nova posição e julga ter alcançado realmente este fim, julga ter realmente destruído a luta de classes, ter tomado a direcção da classe operária e camponesa, ter substituído a ideia socialista, imanente nas massas, com uma estranha e singular mistura ideológica de imperialismo nacionalista, de «verdadeiro revolucionarismo», de «sindicalismo nacional». A acção directa das massas, nos dias 2 e 3 de Dezembro, depois das violências verificadas em Roma por parte dos oficiais contra os deputados socialistas, põe um travão à actividade política da pequena burguesia que a partir daquele momento procura organizar-se e sistematizar-se à volta dos patrões mais ricos e seguros do que o poder de Estado oficial, enfraquecido e esgotado pela guerra.

A aventura de Fiume é o motivo sentimental e o mecanismo prático desta organização sistemática, mas parece logo evidente que a base sólida da organização é a directa defesa da propriedade industrial e agrícola

(¹) Sobre as agitações que precederam a entrada da Itália na guerra, em Maio de 1915, cf. R. De Felice, *Mussolini, il rivoluzionario*, Turim, 1965, pp. 287 e segs.

contra os vassalos da classe revolucionária dos operários e dos camponesse pobres. Esta actividade da pequena burguesia, tornada oficialmente «o fascismo», não se apresenta sem consequências para o conjunto do Estado. *Depois de ter corrompido e arruinado o instituto parlamentar, a pequena burguesia corrompe e arruína também os outros institutos, os fundamentais apoios do Estado: o exército, a polícia, a magistratura,* corrupção e ruína conduzidas em pura perda, sem nenhum fim preciso (o único fim preciso deveria ser a criação dum novo Estado, mas o «povo dos símios» caracteriza-se precisamente pela incapacidade orgânica de estabelecer uma lei, de fundar um Estado): o proprietário para se defender, financia e sustenta uma organização privada, a qual, para mascarar a sua real natureza, deve assumir comportamentos políticos «revolucionários» e desagregar a mais potente defesa da propriedade, o Estado. A classe proprietária repete, em relação ao poder executivo, o mesmo erro que tinha cometido em relação ao Parlamento: crê poder defender-se melhor dos assaltos da classe revolucionária abandonando as instituições do seu Estado aos caprichos histéricos do «povo dos símios», da pequena burguesia.

Desenvolvendo-se, o fascismo torna-se rígido à volta do seu núcleo primordial, já não consegue esconder a sua verdadeira natureza. Conduz uma campanha feroz contra Nitti, presidente do Conselho, campanha que vai até ao aberto convite ao assassínio do primeiro-ministro; deixa tranquilo Giolitti e permite-lhe completar «afortunadamente» a liquidação da aventura de Fiume; o comportamento do fascismo em relação a Giolitti determinou imediatamente a sorte de D'Annunzio e pôs em relevo a verdadeira finalidade histórica da organização da pequena burguesia italiana. Quanto mais fortes se tornaram os «fascios», quanto melhor enquadrados são os seus efectivos, quanto mais audazes e agressivos eles se mostram contra a Câmaras de Trabalho e os comunistas socialistas, tanto mais caracteristicamente expressivo foi o seu comportamento em relação a D'Annunzio, invocando a insurreição e as barricadas. As pomposas declarações de «verdadeiro revolucionarismo» concretizaram-se num petardo inofensivo feito explodir num saguão da *Stampa*!

A pequena burguesia, mesmo nesta sua última encarnação política do «fascismo», mostrou-se definitivamente na sua verdadeira natureza de serva do capitalismo e da propriedade das terras, de agente da contra-revolução. Mas mostrou também ser fundamentalmente incapaz de desenvolver qualquer tarefa histórica: o povo dos símios enche a crónica, não cria história, deixa vestígios no jornal, não oferece materiais para escrever livros. A pequena burguesia, depois de ter arruinado o Parlamento está arruinando o Estado burguês: substitui cada vez em mais larga escala a violência reservada à «autoridade» da lei exercita (e não pode fazer de outro modo) esta violência caótica e brutal, e faz levantar contra o Estado, contra o capitalismo, cada vez mais largos estratos da população.

BERGSONIANO! (*)

Decididamente, a filosofia nas fileiras do Partido Socialista Italiano e na mente dos seus teóricos e dos seus *leaders*, é destinada a nunca ter fortuna. Houve uma vez um período de exaltação, um período em que a fé política e a fé social pareciam concordar, por necessidade, com uma determinada fé científica. Eram os dias aventurosos em que duma e doutra fé eram sacerdotes Cesare Lombroso e os seus seguidores, em que Enrico Ferri era um grande filósofo e grande chefe revolucionário. Ai de mim!, o socialismo italiano, que para as grandes massas era então espontâneo movimento de desforra e de despertar, movimento de libertação, iniciado por formas decompostas, sem uma muito clara consciência de si, tumultuoso mas pleno de calor e pleno de todas as possibilidades de desenvolvimento e pleno, sobretudo, de fecundo espírito de iniciativa e de tenaz vontade de acção, o socialismo italiano, na mente dos seus teóricos, na mente dos dirigentes e dos inspiradores, tinha a triste sorte de se ter aproximado do mais árido, seco, estéril, desconsoladamente

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 2-1-1921. Os reformistas acusavam os «ordinovistas» de «voluntarismo bergsoniano». Numa nota dos *Quaderni*, Gramsci recorda que a «primeira referência ao bergsonismo» remonta ao convénio secreto da esquerda socialista de Florença, de Novembro de 1917, onde se tinham discutido as perspectivas da acção socialista no após-guerra (cf. P. Spriano, *Torino operaia nella grande guerra*, cit., pp. 281-287).

estéril, pensamento do século XIX, do positivismo. A vingança, fizeram-na as próprias massas. Depois de ter lido ou ouvido exaltar os livros dos Lombroso e dos Ferri e dos Sergi e outras coisas semelhantes, positivamente científicas, elas que até tinham necessidade de acreditar para operar, vingaram-se da ciência tornando-a numa fé. E dos ensaios do positivismo científico fizeram outros tantos santos. Os que eram verdadeiros cientistas levaram isso a mal e calaram-se; os outros revelaram-se tal como eram, isto é, charlatães vendedores de uma mercadoria e fabricantes de celebridade. Mas o socialismo italiano ficou com esta marca, a de ter nascido e ter vivido tanto tempo em comum com o positivismo.

Não vinha um grande mal ao mundo se não se corresse o risco de ver a pouco e pouco trocar a marca com a substância que lhe está adjacente, o risco que corre todo o movimento político que tenha querido ou queira fazer-se passar por autorizado, justificado ou valorizado por uma orientação especial do pensamento filosófico. Deste risco sofreu igualmente o sindicalismo francês, obrigado a sentir e a sofrer os influxos e as consequências das críticas feitas à corrente de pensamento de que ele se disse iniciado: o bergsonismo. A comparação é muito grosseira, quer porque Bergson é uma montanha e os nossos positivistas eram rãs num pântano e quer também porque nunca nenhum socialista italiano teve a precisão, a originalidade e, ao mesmo tempo, a faculdade de penetração e de adaptação de um Sorel. Mas quando caiu um colosso, imaginemos os anões! Para encontrar a pista justa é preciso remontar a Karl Marx e a Federico Engels, que dum pensamento filosófico extraíram uma precisa doutrina de interpretação histórica e política. Mas esses tinham passado pelo idealismo e, antes ainda, eram gente que tinha lido, compreendido e assimilado os filósofos.

Hoje torna-se necessário discutir com gente que os conhece muito de longe. E então acontece-vos o curiosíssimo caso de ver o nome duma escola filosófica tornar-se qualquer coisa de semelhante a um epíteto injurioso. Já não sabeis que coisa responder ao vosso contraditor? Dizei-lhe que é um voluntarista ou um

pragmatista ou — fazei o sinal da cruz — um bergsoniano. O sistema é de efeito seguro.

[Oh! Saber ser como o operário que sente uma sua precisa directiva de acção e de pensamento, e é filósofo sem o saber, como o burguês gentil-homem era prosador!] (1)

(1) Estas últimas linhas não são provavelmente de Gramsci.

MARINETTI REVOLUCIONARIO? (*)

Aconteceu este facto inaudito, enorme, colossal, cuja divulgação ameaça negar totalmente o prestígio e o crédito da Internacional Comunista: em Moscovo, durante o II Congresso, o camarada Lunacharski, no seu discurso aos delegados italianos (discurso, repare-se, pronunciado em italiano, ou melhor, num italiano correctíssimo, pelo que qualquer suspeita de duvidosa interpretação deve ser, *a priori*, afastada) disse que em Itália existe um intelectual revolucionário, Filippo Tommaso Marinetti. Os filisteus do movimento operário estão escandalizados; é certo, portanto, que às injúrias de «bergsonianos, voluntaristas, pragmatistas, espiritualistas» se acrescentará uma injúria mais sanguinosa de «futuristas! marinettianos!» Visto que uma tal sorte nos espera, procuremos elevar até ao autoconhecimento esta nossa nova posição intelectual.

Muitos grupos de operários viram com simpatia (antes da guerra europeia) o futurismo. Aconteceu muitas vezes (antes da guerra) que grupos de operários defendessem os futuristas das agressões intriguistas de «literatos» e de «artistas» de carreira. Fixado este ponto, feita esta constatação histórica, vem-nos espontânea a pergunta: «neste comportamento dos operários existia a intuição (eis-nos na intuição: bergsonianos, bergsonianos!) de uma necessidade não satisfeita no campo proletário?» Devemos responder: «Sim.

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 5-1-1921.

A classe operária revolucionária tinha e tem a consciência de dever fundar um novo Estado, de dever elaborar com o seu tenaz e paciente trabalho uma nova estrutura económica, de dever fundar uma nova civilização.» É relativamente fácil delinear, já a partir de hoje, a configuração do novo Estado e da nova estrutura económica. Estamos persuadidos que neste campo, absolutamente prático, por um certo período de tempo, não se poderá fazer mais do que exercitar um poder férreo sobre a organização existente, sobre a organização construída pela burguesia; desta persuasão nasce o estímulo para a luta pela conquista do poder e nasce a fórmula com a qual Lenine caracterizou o Estado operário: «O Estado operário não pode ser, por um certo tempo, mais do que um Estado burguês *sem a burguesia* (¹).»

O campo da luta para a criação de uma nova civilização é, pelo contrário, absolutamente misterioso, absolutamente caracterizado pelo imprevisível e pelo impensável. Uma fábrica, passada do poder capitalista ao poder operário, continuará a produzir as mesmas coisas materiais que hoje produz. Mas em que modo e em que formas nascerão as obras de poesia, do drama, do romance, da música, da pintura, do costume, da linguagem? Não é uma fábrica material a que produz estas obras: não pode ser reorganizada por um poder operário segundo um plano, não pode ser-lhe fixada a produção para a satisfação das necessidades imediatas controláveis e fixáveis pela estatística. Nada é previsível neste campo que não seja esta hipótese geral: existirá uma cultura (uma cviilização) proletária, totalmente diversa da burguesa; mesmo neste campo serão destruídas as distinções de classe, será destruído o carreirismo burguês; existirão uma poesia, um romance, um teatro, um costume, uma língua, uma pintura, uma música característicos da civilização proletária, florescência e ornamento da organização social proletária. O que se deve fazer? Nada mais do que destruir a presente forma de civilização. Neste campo, «destruir» não

(¹) Cf. *Estado e revolução*, in Lenine, *Obras escolhidas*.

tem o mesmo significado que tem no campo económico: destruir não significa privar a humanidade de produtos materiais necessários à sua subsistência e ao seu desenvolvimento; significa destruir hierarquias espirituais, preconceitos, ídolos, tradições rígidas, significa não ter medo das novidades e das audácias, não ter medo dos monstros, não crer que o mundo acaba se um operário comete erros de gramática, se uma poesia é coxa, se um quadro se assemelha a um cartaz, se a juventude torce o nariz à senilidade académica e apalermada. Os futuristas desempenharam esta missão no campo da cultura burguesa: destruíram, destruíram, destruíram, sem se preocuparem se as novas criações, produzidas pela sua actividade, eram, no conjunto, uma obra superior à destruída: tiveram confiança em si próprios, no entusiasmo das energias jovens, *tiveram a concepção nítida e clara que a nossa época, a época da grande indústria, da grande cidade operária, da vida intensa e tumultuosa, devia ter novas formas de arte, de filosofia, de costume, de linguagem*; tiveram esta concepção nitidamente revolucionária, absolutamente *marxista*, quando os socialistas não se ocupavam, nem sequer longinquamente, com semelhante questão, quando os socialistas não tinham certamente uma concepção do mesmo modo precisa no campo da política e da economia, quando os socialistas se teriam espantado (e vê-se pelo espanto actual de muitos deles) com o pensamento de que era preciso destruir a máquina do poder burguês no Estado e na fábrica. Os futuristas, no seu campo, no campo da cultura, são revolucionários; neste campo, como obra criativa, é provável que a classe operária não consiga por muito tempo fazer mais do que fizeram os futuristas: quando apoiavam os futuristas, os grupos de operários mostravam não se espantarem com a *destruição*, seguros de poder, eles operários, fazer poesia, pintura, drama, como os futuristas; estes operários apoiavam a historicidade, a possibilidade de uma cultura proletária criada pelos próprios operários (²).

(²) Para um juízo crítico sobre Marinetti e sobre o movimento futurista, cf. o vol. III da presente edição, pp. 48-50.

A RÚSSIA E A INTERNACIONAL (*)

A Rússia dos Sovietes conquistou, e cada dia conquista mais, as simpatias da classe operária do mundo inteiro. O facto é natural. A revolução proletária russa divide o mundo inteiro em dois campos: de um lado, os que a defendem, que são pelo seu desenvolvimento e pela sua vitória no mundo inteiro; do outro, os que lhe são contrários e que desejam que ela seja sufocada no sangue do povo revolucionário russo, vendo nesse facto o esmagamento da revolução mundial universal. De um lado encontram-se a classe operária e as classes semi-proletárias, isto é, dos pequenos camponeses, de todos os países; da outra parte estão os capitalistas, os banqueiros, os grandes latifundiários, os especuladores de todo o mundo.

As simpatias que a Rússia soviética ganhou junto do proletariado internacional são tão grandes que os próprios governos capitalistas, que organizam o bloqueio contra ela, já não ousam lutar abertamente contra o seu governo e são obrigados a reconhecê-lo e a estabelecer com ele relações comerciais.

Mas um facto é especialmente importante e deve ser posto em evidência: nenhum partido operário, nenhuma organização de operários, nem sequer os que se põem no terreno do oportunismo e do reformismo, ousam dizer-se abertamente contrários à Rússia dos Sovietes, mesmo se

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 9-1-1921.

de facto, nos seus países, estes partidos sustentam o poder da burguesia.

Porque é que os partidos e as organizações reformistas e oportunistas são obrigados, deste modo, a esconder a sua oposição real e de princípio contra a Rússia dos Sovietes, sob a máscara de uma hipócrita amizade? Porque se assim não fizessem, perderiam em breve tempo o apoio das massas operárias. É portanto um motivo utilitário o que os obriga a declararem-se pela Rússia. Do mesmo modo se comportam os centristas e os semi-reformistas, os quais, ainda que se digam contrários à Internacional Comunista, aos seus princípios, à sua táctica e à sua organização centralizada, se apresentam à classe operária como defensores da revolução proletária russa. Se assim não fizessem, estariam perdidos, e as massas afastar-se-iam. Seguem uma hipócrita política de amizade e de simpatia pela Rússia para poder continuar a sua obra de confusão, para impedir a revolução do proletariado.

Isto é verdade para todos os países e sobretudo para a Itália. Não falemos dos reformistas, porque os operários conscientes já sabem como julgar a sua política, sabem que eles são inimigos da revolução proletária russa, ainda que não ousem francamente condená-la.

Falemos, pelo contrário, dos centristas e dos semi-reformistas, dos que escondem a sua traição sob a máscara da conservação da unidade do Partido e que se baptizaram com o nome de comunistas-unitários. Estes declaram em voz alta serem defensores aguerridos da Rússia dos Sovietes e apoiadores decisivos da Internacional Comunista, depois que lhe declararm guerra aberta! Porque é que o camarada Serrati e os seus apoiadores demonstram com tanto barulho a sua solidariedade à Rússia? Porque a Rússia, a sua revolução, os seus princípios e os seus métodos de luta gozam de uma imensa popularidade entre as massas proletárias italianas. Porque o proletariado italiano admira e aclama a Rússia dos Sovietes, porque ele é completamente solidário com a Rússia dos Sovietes. Porque o camarada Serrati e os comunistas-unitários adaptam-se às circunstâncias para não perderem a sua influência junto do proletariado.

Mas não é só em relação à Rússia e à sua revolução

que eles demonstram amizade e simpatia mas também em relação à Internacional Comunista. Na consciência do proletariado italiano, a revolução russa está de facto ligada de modo inseparável e solidário à Internacional Comunista. O proletariado italiano, guiado pela sua consciência e pelo seu instinto proletário, não separa a revolução russa da Internacional Comunista mas une-as do mesmo modo que elas estão unidas na vida real. O camarada Serrati e os seu seguidores são, pois, obrigados, também aqui, a adaptar-se ao estado de ânimo do proletariado para não perderem o seu ascendente. Eles não têm a coragem de dizer franca e abertamente que, uma vez que são contrários às 21 condições [1], às teses sobre a questão colonial e nacional, às teses sobre a questão agrária e ao próprio princípio centralizador da Internacional Comunista, são contra a própria Internacional.

Em substância, tanto os reformistas e os oportunistas, que têm a coragem de dizê-lo abertamente, como os centristas e os semicentristas que não ousam dizer-se abertamente contrários à Internacional Comunista, mas recusam as resoluçõs substanciais e trabalham contra ela, tanto uns como os outros são de facto inimigos da Rússia do Sovietes e da revolução proletária russa, porque quem se declara de modo encoberto ou patente contrário à organização Internacional Comunista dos trabalhadores é também um inimigo da Rússia e da sua revolução.

---

(1) Nos chamados 21 pontos de Moscovo estavam contidas as condições de admissão dos partidos socialistas à Internacional Comunista, entre as quais o empenho de romper com a política centrista e reformista e de expulsar os reformistas e centristas. Serrati, ainda que aderente entusiasta da revolução russa, para manter a unidade do partido, mostrou-se desde o início contrário quer à expulsão dos reformistas, quer à mudança de nome do partido quer em relação a outros pontos. Daí a polémica do grupo de *Ordine Nuovo*, que começou logo a seguir ao regresso de Serrati do II Congresso da Internacional Comunista e atingiu pontos particularmente ásperos em 1921. Como é sabido, Serrati acolherá as teses internacionalistas no XVIII Congresso do Partido Socialista (1-3 de Outubro de 1922) e em Agosto de 1924 entrará para o Partido Comunista. (Acerca dos 21 pontos de Moscovo, cf. Lenine, *Sul movimento operaio italiano*, cit., pp. 287-289).

O que é, de facto, a Internacional Comunista? É a realização internacional dos princípios e dos métodos da revolução russa.

A revolução proletária russa é a primeira grande revolução proletária que se fechou vitoriosamente com a conquista do poder, por parte do proletariado, no maior país capitalista do mundo e com a instauração, verificada pela primeira vez na história, da ditadura proletária. Esta experiência histórica da classe revolucionária russa é de uma imensa importância para todo o proletariado internacional e para a sua luta de emancipação. Por outro lado, a revolução russa não é apenas o produto de condições particulares e especiais daquele país, mas um produto da guerra imperialista mundial. Hoje, depois da guerra, em todos os países capitalistas, a crise económica, o desemprego, o aumento do custo dos víveres e a desvalorização da moeda são fenómenos comuns que tornam as condições de cada país semelhantes às da Rússia antes de 1917. E não só a eclosão (mas também o desenvolvimento da revolução russa) está ligada e depende da crise económica e política mundial, a qual crise vem tornando-se sempre mais larga e profunda. As condições da revolução mundial amadurecem rapidamente e apenas a vitória da revolução universal pode assegurar a vitória definitiva da revolução russa.

Pois bem, a Internacional Comunista não faz mais do que organizar o proletariado internacional extraindo proveito da preciosa e colossal experiência da revolução russa para a preparação da revolução universal.

Esmagamento da revolução russa quer portanto dizer esmagamento da revolução mundial. Os governos capitalistas sabem-nos e por isso combatem a fundo a Rússia dos Sovietes. Isto, porém, começa a perceber cada vez mais até o proletariado internacional, da consciência do qual desaparece qualquer dúvida de que o estar a favor da revolução russa é a mesma coisa do que aderir à Internacional Comunista.

Os que lutam, portanto, abertamente ou com máscaras contra a Internacional Comunista, lutam de facto contra a Rússia dos Sovietes: são seus inimigos e são inimigos tanto mais perigosos porque militam nas próprias filas da classe operária. É sua a culpa se a burguesia consegue ainda manter uma parte dos operários sob a sua influência.

O dever supremo dos comunistas italianos é o de desmascarar e combater esta perigosa política dos centristas. Abaixo a máscara!, gritamos nós aos hipócritas amigos da Rússia e da Internacional. Vós trabalhais e lutais contra a Internacional, sois portanto inimigos da primeira grande revolução proletária. O proletariado italiano, quando compreender esta verdade, não poderá deixar de condenar-vos.

O CONGRESSO DE LIVORNO (*)

O Congresso de Livorno está destinado a tornar-se um dos acontecimentos históricos mais importantes da vida italiana contemporânea. Em Livorno será finalmente averiguado se a classe operária italiana tem a capacidade de exprimir das suas filas um partido autónomo de classe, será finalmente averiguado se as experiências de quatro anos de guerra imperialista e de dois anos de agonia das forças produtivas mundiais foram suficientes para tornar consciente a classe operária italiana da sua missão histórica.

A classe operária é classe nacional e internacional. Deve pôr-se à cabeça do povo trabalhador que luta para se emancipar do jugo do capitalismo mundial e finan-

---

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 13-1-1921. Estava-se na vigília do XVII Congresso do Partido Socialista, que se realizou em Livorno de 15 a 21 de Janeiro de 1921 com a participação de 2500 delegados e onde se enfrentaram as três correntes: comunista, maximalista e reformista. A corrente maximalista unitária (serratiana), a mais forte, favorável à Internacional Comunista mas com a condição de conservar o nome do Partido Socialista e de não se dividir dos reformistas, teve 98 028 votos; a corrente comunista 58 783, os reformistas 14 685. Os comunistas (isto é, os abstensionistas da fracção Bordiga, os elementos agrupados à volta de *Ordine Nuovo* e do *Avanti!* piemontês, e os elementos que seguiam os grupos Gennari, pelos maximalistas, e Graziadei-Marabini), depois da votação, saíram do teatro Goldoni, sede do congresso, e reuniram-se no teatro San Marco onde proclamaram a constituição do Partido Comunista, secção italiana da Internacional Comunista. O ponto de vista da III In-

ceiro, nacional e internacionalmente. A tarefa nacional da classe operária é fixada pelo processo de desenvolvimento do capitalismo italiano e pelo Estado burguês de que é a expressão oficial. O capitalismo italiano conquistou o poder seguindo esta linha de desenvolvimento: subjugou a província às cidades industriais e subjugou a Itália central e meridional à setentrional. A questão das relações entre cidade e campo apresenta-se no Estado burguês italiano não só como questão de relações entre as grandes cidades industriais e os campos imediatamente vinculados a elas na mesma região mas como questão das relações entre uma parte do território nacional e uma outra parte absolutamente distinta e caracterizada pelas suas notas particulares. O capitalismo exercita assim a sua exploração e o seu predomínio: na fábrica, directamente sobre a classe operária; no Estado, sobre mais largos estratos do povo trabalhador italiano formado por camponeses pobres e semiproletários. É certo que só a classe operária, arrebatando das mãos dos capitalistas e dos banqueiros o poder político e económico, é capaz de resolver o problema central da vida nacional italiana, a questão meridional; é certo que só a classe operária pode concluir o laborioso esforço de unificação iniciado com o Ressurgimento. A burguesia unificou territorialmente o povo italiano; a classe operária tem a tarefa de concluir a obra da burguesia, tem a tarefa de unificar económica e espiritualmente o povo italiano. Isto só pode acontecer despedaçando a máquina actual do Estado burguês que é construída sobre uma sobreposição hierárquica do capitalismo industrial e financeiro

ternacional foi defendido no Congresso de Livorno pelo delegado da Internacional, o búlgaro Kristo Kabakcev.

Com a saída dos comunistas da sala, o Congresso Socialista votou a proposta de Bentivoglio, com a qual o congresso sustentava o seu direito de cidadania na Internacional Comunista, confirmava a sua adesão à mesma e remetia para o próximo Congresso de Moscovo a decisão da controvérsia, comprometendo-se a aceitar e a aplicar as decisões de tal congresso. Foi decidido mandar a Moscovo, para sustentar o recurso do Partido Socialista, Lazzari, Maffi e Riboldi (depois chamados «os peregrinos de Moscovo») (cf. *Resoconto stenografico del XVII Congresso Nazionale del Partido Socialista Italiano*, Soc. ed. *Avanti!*, Milão, 1921).

em detrimento das outras forças produtivas da nação; esta revolução só pode acontecer pelo esforço revolucionário da classe operária directamente subjugada ao capitalismo, só pode acontecer em Milão, em Turim, em Bolonha, nas grandes cidades donde partem os milhões de fios que constituem o sistema de domínio do capitalismo industrial e bancário sobre todas as forças produtivas do país. Em Itália, pela configuração particular da sua estrutura económica e política, não só é verdade que, emancipando-se a classe operária, se emanciparão todas as outras classes oprimidas e exploradas mas é também verdade que estas outras classes nunca conseguirão emancipar-se se não se aliarem estreitamente à classe operária e mantendo permanente esta aliança, mesmo à custa dos mais duros sofrimentos e das mais cruéis provas. A separação que acontecerá em Livorno entre comunistas e reformistas terá especialmente este significado: a classe operária revolucionária separa-se das correntes degeneradas do socialismo que apodreceram no parasitismo estatal, separa-se das correntes que procuravam explorar a posição de superioridade do Norte em relação ao Sul, para criar aristocracias proletárias que juntamente com o proteccionismo alfandegário burguês (forma legal do predomínio do capitalismo industrial e financeiro em relação às outras forças produtivas nacionais) tinham criado um proteccionismo cooperativo e acreditavam emancipar a classe operária nas costas da maioria do povo trabalhador. Os reformistas apresentam como «exemplar» o socialismo reggiano, desejariam fazer acreditar que toda a Itália e todo o mundo podem tornar-se uma única e grande Reggio Emilia. A classe operária revolucionária afirma repudiar tais formas espúrias de socialismo: a emancipação dos trabalhadores não pode acontecer através do privilégio arrancado por uma aristocracia operária, com o compromisso parlamentar e com a chantagem ministerial; a emancipação dos trabalhadores só pode acontecer através da aliança dos operários industriais do Norte e dos camponeses pobres do Sul para abater o Estado burguês, para fundar o Estado dos operários e camponeses, para construir um novo aparelho de produção industrial que sirva as necessidades da agricultura, que sirva para

industrializar a atrasada agricultura italiana e elevar, portanto o nível de bem-estar nacional em proveito das classes trabalhadoras.

A revolução operária italiana e a participação do povo trabalhador italiano na vida do mundo não podem verificar-se fora dos quadros da revolução mundial. Existe já um gérmen de governo mundial operário: é o *Comité* Executivo da Internacional Comunista saído do II Congresso. A vanguarda da classe operária italiana, (a fracção comunista do Partido Socialista) afirmará em Livorno ser necessária e imprescindível a disciplina e a fidelidade ao primeiro governo mundial da classe operária: melhor, deste ponto de vista fará o ponto central da discussão no congresso. A classe operária italiana aceita a máxima disciplina porque quer que todas as outras classes operárias nacionais aceitem e observem a máxima disciplina.

A classe operária italiana sabe que não pode emancipar-se e não pode emancipar todas as outras classes oprimidas e exploradas do capitalismo nacional, se não existir um sistema de forças revolucionárias mundiais conspirando para o mesmo fim. A classe operária italiana está disposta a ajudar as outras classes operárias nos seus esforços de libertação, mas quer ter também uma certa garantia que as outras classes a ajudarão nos seus esforços. Esta garantia só pode ser dada pela existência de um poder internacional fortemente centralizado, que goze da confiança plena e sincera de todos os associados, que seja capaz de pôr em movimento os seus efectivos com a mesma rapidez e a mesma precisão conseguidas por sua conta e no interesse da burguesia, pelo poder mundial do capitalismo.

Parece assim evidente que as questões que atormentam hoje o Partido Socialista e que serão definidas no Congresso de Livorno não são meras questões internas de partido, não são conflitos pessoais entre cada um dos indivíduos. Discutir-se-á em Livorno o destino do povo trabalhador italiano, iniciar-se-á em Livorno um novo período na história da nação italiana.

UMA ADMOESTAÇÃO (*)

É o caso ou a sorte que quer que o Congresso do Partido Socialista Italiano se reúna em Livorno no aniversário do sacrifício de Karl Liebknecht? Não acreditamos nas datas fatais nem nas fatídicas coincidências da história e muito menos acreditamos que o espírito dos mortos tenha o poder de regressar entre os vivos e de inspirá-los. Mas se aqueles de quem se comemora a morte são os «nossos» mortos, os que caíram com as armas levantadas no fervor da luta, e com o espírito tenso, nas alternativas desesperadas do combate, a resistir, a esperar — destes mortos também nós sentimos a vitalidade eterna, sentimos também a permanência do seu espírito animador entre nós —, por estes mortos também nós quase nos sentimos repetir as palavras da esperançosa superstição cristã: esses estão ainda vivos e julgam e esperam. Na realidade, somos nós próprios que julgamos e esperamos, mas queremos pensar a acção e o juízo, nestes momentos supremos, como que inspirados, quase ditados por um ensinamento que brota da vida de quem mais intensamente do que nós operou pela afirmação e vitória dos nossos princípios.

Sob os auspícios do nome de Karl Liebknecht se abre, pois, o Congresso de Livorno. Quem evocar, com o nome, os factos e os ensinamentos, só poderá extrair deles uma

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 15-1-1921.

admoestação, de acordo com a nossa espera, a nossa confiança, os nossos propósitos.

Com a morte de Karl Liebknecht, em Janeiro de 1919, acabava no sacrifício cruel a primeira grande afirmação dos comunistas da Europa central e ocidental. A insurreição armada do proletariado alemão que ele dirigiu com a autoridade da sua pessoa, enorme quando comparada às meias figuras de traidores e de hesitantes, e com uma precisão de pensamento e de propósitos igual ao ardor e à tenácia inquebrável da vontade, aquela insurreição foi na verdade a primeira, a *única* grande tentativa séria e apetrechada de probabilidades de sucesso, de inserir e compreender o desenvolvimento da crise europeia pós-bélica no mesmo quadro a revolução russa. A insurreição dos comunistas alemães pareceu por um instante realizar a soldagem entre a revolução russa vitoriosa e os esforços das minorias revolucionárias dos países da Europa central e ocidental. Se a soldagem se tivesse completado, em vez de esgotar-se numa série de tentativas esporádicas e no grande, épico mas doloroso esforço de um povo isolado, a revolução europeia teria tido a sua orientação natural numa revolta de todo o proletariado contra todos os governos da Aliança. Por isso nos dias trágicos de Janeiro de 1919, o coração do mundo inteiro pulsou à volta de Berlim, e o destino do mundo inteiro pareceu suspenso do êxito dos confrontos raivosos nos quais vertia o seu sangue a flor dos proletários da Alemanha. O próprio nome de Liebknecht pareceu então a todo o mundo concreto, de modo evidente, o que tinha parecido nos anos da guerra à fantasia de Henri Barbusse, uma síntese viva, um símbolo: a síntese e o símbolo da revolta proletária contra as infâmias, contra os horrores, contra a escravidão da guerra e da paz capitalistas.

Mas hoje que recordamos estes factos à distância de dois anos, podemos acrescentar qualquer coisa àquela representação simbólica, podemos acrescentar a experiência de um período revolucionário aberto com as maiores esperanças e com a maior audácia, e ainda não concluído, embora a recordação dos acontecimentos, mais lenta e menos febril, pareça indicar uma depressão dos espíritos e da vontade de revolta. O desenvolvimento dos

factos apresenta-se-nos hoje, também ele, mais claro, em conjunto com o lógico encadear das causas e dos efeitos, e o sacrifício de Liebknecht aparece-nos em toda a sua plenitude de valor que teve, não só na história da revolução europeia mas na própria e íntima história da formação, nas fileiras do proletariado, de uma preciosa consciência e de uma válida capacidade de acção. Por isso, antes de qualquer outra coisa, ao recordar a morte atroz, recordamos que os seus instrumentos foram preparados, ainda antes do que pela classe burguesa, pelos traidores saídos das filas do partido do proletariado. Comemoramos o mártir e o herói, o homem em cuja vida se resumiu, num instante, a sorte de toda a classe rebelde, e não podemos deixar de recordar, como parte essencial de um ensinamento que não se apaga, que a sua sorte foi traçada por aqueles que tinham menos fé, que tinham passado pelas fileiras adversárias ou permanecido entre as fileiras dos combatentes para semear ali a dúvida, incerteza, cepticismo. A insurreição de Berlim, de Janeiro de 1919, faliu porque encontrou contra si, organizadas pelos sociais-democratas, as forças da reacção; depois dela, o proletariado alemão esteve impedido de ressurgir, válido e potente, pelos mesmos que um dia pareciam ser os guias da acção e depois se revelaram traidores escondidos sob a capa do teórico ou do funcionário ou do parlamentar. Apenas actualmente, depois de um longo período de elaboração interior, depois de um período fatigante de libertação e de renovação, a classe operária alemã está encontrando a sua estrada. E encontra-a através das directrizes de Karl Liebknecht.

Mas nós dissemos que no seu nome e na sua acção víamos um exemplo para todos os povos. Mais do que um exemplo, é uma prova. Karl Liebknecht provou-nos da maneira mais válida, com o sacrifício, qual é a estrada e quais são os obstáculos.

Quem evocar o seu nome no Congresso de Livorno saberá exprimir completamente a admoestação que esse facto contém?

Sob os auspícios do seu nome — e agora parece-nos realmente que a coincidência é fatídica — queremos pôr a origem do Partido Comunista Italiano.

O CONGRESSO DOS JOVENS (*)

A poucos dias de distância do Congresso de Livorno, abre-se hoje em Florença o Congresso dos Jovens Socialistas Italianos. Não há grande expectativa à sua volta. O esforço de atenção e de polémica desenvolvidos pelos camaradas para seguirem o debate das tendências que culminaram em Livorno parece ter esgotado a sua capacidade para dar relevo a factos que, todavia, são dignos de serem considerados com o maior valor. As declarações explícitas feitas nos dois Congressos de Livorno pelo secretário da Federação Juvenil Italiana (1) contribuiram talvez para diminuir o interesse que de outro modo seria enorme. O que dirão os jovens dos acontecimentos do Partido? O que pensam da sorte do movimento proletário italiano? Com que olhos, com que ânimo consideram os acontecimentos actuais e, o que é mais importante, com que propósitos consideram eles o futuro, o futuro do Partido que trazem consigo, que representam, de que são a continuidade e de todo o movimento proletário e subversivo?

Confessamo-lo: os «adultos» não só se desinteressam, não só transcuram mas têm em pouca conta, em parte de propósito, o movimento dos jovens. Nas assembleias

---

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 29-1-1921.

(1) O secretário da Federação Juvenil Socialista, Luigi Polano, tinha levado aos dois Congressos de Livorno — ao teatro Goldoni, primeiro, e ao teatro San Marco, depois — a adesão da Federação à III Internacional e ao Partido Comunista.

eles são sempre um pouco os tolerados e nas últimas discussões, que se verificaram como preparação do congresso e que em alguns sítios foram longas, vivazes, por vezes tempestuosas, não faltou quem insultasse o ardor e a impetuosidade juvenis, considerando-os quase como uma *claque*. É inuútil lamentar-se: a organização dos jovens foi sempre ou quase sempre tida um pouco à parte e não se pode culpar ningué msenão o Partido no seu conjunto, o Partido no qual nunca esteve presente, de modo claro, a consciência do que devia representar, no seu íntimo, esta organização.

Defeito de visão orgânica, portanto, defeito que se explica com os próprios caracteres que teve o movimento juvenil nos diversos períodos da história do socialismo italiano. Nos primeiros tempos, os jovens vinham ao Partido, em tropel, movidos por um impulso ideal, por um ímpeto do ânimo desgostoso com a visão de um presente triste e iníquio, ávido de liberdade e de batalhas. Chegavam-se então a nós, sem distinção, os jovens de todas as classes. Eram estudantes, empregados, burgueses, gente a quem o estudo tinha aberto a mentalidade à compreensão das doutrinas e procurado em abundância a capacidade de assimilá-las e de expô-las. Animava-os um fervor idealista, desejo ardente de acção e de sacrifício; quase parecia representarem os últimos fulgores das virtudes que a burguesia italiana tinha dado prova de possuir durante os anos das lutas do Ressurgimento, quando o heroísmo ainda não tinha sido sufocado pela corrupção do Estado italiano. Aqueles jovens, chegando ao socialismo, não podiam deixar de tornar-se imediatamente guias e dirigentes. E um verdadeiro viveiro destas energias, destinadas a impor-se e a conquistar os primeiros lugares do combate, eram então os centros juvenis. Mais uma verdadeira e própria organização de jovens, que tivesse um exclusivo carácter proletário e fosse feita para satisfazer as necessidades dos jovens proletários e acontentar as suas exigências ao debruçarem-se pela primeira vez na vida da sua classe, não existia, ou melhor, pode dizer-se que nunca chegou a existir.

E todavia, hoje, o movimento dos jovens, passados os ímpetos generosos dos primeiros voluntários, tem um exclusivo carácter de classe. São operários e camponeses, já não são os desertores das fileiras da burguesia. São operários e camponeses nos quais não existe e não pode existir grande capacidade de imediata compreensão dos princípios da doutrina, mas é profunda, pelo contrário, a intuição das necessidades da classe de que provêm. Sentem uma necessidade instintiva de clarificação e de precisão, uma necessidade de conhecer e de saber, mas ao mesmo tempo sentem que não têm tempo para perder nas academias e nas discussões estéreis, porque as necessidades de acção os impulsionam e, estas, sentem-nas eles do modo mais vivaz. E eis então que se apresenta em toda a sua amplitude o problema dos jovens, o problema de fazer com que esta energia não se perca, não se gaste em tentativas vãs, mas seja guiada de modo a dar o máximo rendimento ao partido. É um problema de educação, mas de educação entendida no significado mais amplo da palavra, educação dos jovens para a disciplina da acção e do pensamento mas educação também de todo o organismo do partido, isto é, a transfusão para ele de novo sangue, de nova energia, de novo desejo e de nova capacidade de conhecer e actuar.

No Partido Socialista, a consciência deste problema, dos seus termos e da sua solução, tinha-se perdido pouco a pouco. A organização dos jovens era insegura de si, oscilava entre o fim educativo e o fim de preparação material, não tinha encontrado em si própria um equilíbrio, não tinha encontrado sobretudo um equilíbrio que lhe permitisse engrenar a sua obra, de modo harmónico, com a da organização dos «adultos». Alguns consideravam-na uma coisa inútil, outros um duplicado. Os próprios jovens eram inertes, perdidos: por um lado, desdenhavam de serem considerados, sempre e apenas, como matéria apta para absorverem os discursos deste ou daquele para e, por outro, sentiam que o sacrifício que lhes pediam nos momentos supremos deveria ter como correspondência a atribuição de um peso e de uma importância maiores.

O Partido Comunista deverá evitar os erros do passado, deverá procurar conquistar e manter clara a percepção, em todos os seus aderentes, do trabalho educativo que espera a organização juvenil, trabalho educativo

que se cumpre no interesse e por conta de todo o Partido. Não podemos, não poderemos viver sem nos pormos continuamente em contacto com esta fresca e nova realidade que é a vida dos jovens, esperança e promessa de futuro.

Devemos sentir que os problemas que a eles se apresentam são também os problemas essenciais de toda a nossa organização, são, no fundo, um só problema: o problema de fazer com que a nova geração dos operários e dos camponeses cresça válida e pronta para as batalhas que a esperam.

Seja benvindo, portanto, depois de Livorno, o Congresso Juvenil de Florença. Se ele nos disser que os jovens estão connosco, ter-nos-á dado a maior asseveração de vitalidade e de força que podíamos esperar.

CONTROLO OPERARIO (*)

Antes de examinar, na sua arquitectura e nas suas possibilidades, o projecto de lei apresentado à Câmara dos deputados por Giolitti (¹), ocorre fixar o ponto de vista do comunistas na discussão do problema.

Para os comunistas, colocar o problema do controlo significa colocar o problema máximo do actual período histórico, significa colocar o problema do poder operário em relação aos meios de produção e, portanto, o problema da conquista do Estado. Deste ponto de vista, a apresentação de um projecto de lei, a sua aprovação e a sua execução do âmbito do Estado burguês são acontecimentos de segunda importância: o poder operário tem e só pode ter a sua razão de ser e da sua imposição no interior da classe operária, na capacidade política da classe operária, na potência real que a classe operária possui como factor indispensável e insuprimível da produção e como organização de força política e militar. Qualquer lei que, a este propósito, provenha do poder burguês, tem um só significado e um só valor, este: significa que realmente, e não apenas verbalmente, mudou o terreno da luta de classes e quando a burguesia é obrigada

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 10-2-1921.

(¹) O projecto de lei giolittiano constituía a manutenção do empenho tomado pelo presidente do Conselho no compromisso estabelecido para fazer cessar a ocupação das fábricas. O projecto de controlo sindical da produção permaneceu depois letra morta e nunca chegou a transformar-se em lei.

a fazer concessões no novo terreno e criar novos estatutos jurídicos, tem o valor demonstrativo e real de uma fraqueza orgânica da classe dominante.

Admitir que o poder de iniciativa na indústria possa sofrer limitações, admitir que a autocracia industrial possa tornar-se «democracia», mesmo formal, significa admitir que a burguesia desceu efectivamente da posição histórica de classe dirigente, significa admitir que a burguesia é efectivamente incapaz de garantir às massas populares as condições de existência e de desenvolvimento. Para aliviar pelo menos uma parte das suas responsabilidades, para criar um alibi, a burguesia deixa-se «controlar», finge que se deixa pôr sob tutela. Seria decerto muito útil para os intuitos da conservação burguesa que um fiador como o proletariado assumisse perante as grandes massas populares a tarefa de testemunhar que da ruína económica actual não se pode culpar ninguém mas que o dever universal é o de sofrer pacientemente, trabalhar tenazmente, esperando que as actuais fracturas sejam consolidadas e que um novo edifício seja construído sobre as actuais ruínas.

O campo do controlo resulta, portanto, o campo sobre o qual lutam a burguesia e o proletariado para disputarem a posição de classe dirigente das grandes massas populares. O campo de controlo resulta, pois, o fundamento sobre a qual a classe operária, tendo conquistado a confiança e o consenso das grandes massas populares, constrói o seu Estado, organiza as instituições do seu governo, chamado a tomar parte nele todas as classes oprimidas e exploradas, e inicia o trabalho positivo de organização do novo sistema económico e social. Através da luta pelo controlo (luta que não se desenvolve no Parlamento mas que é luta revolucionária de massas e actividade de propaganda e de organização do partido histórico da classe operária, o Partido Comunista), a classe operária deve conquistar, espiritualmente e como organização, consciência na sua autonomia e da sua personalidade histórica. Eis por que a primeira fase da luta se apresentará como luta para uma determinada forma de organização. Esta forma de organização só pode ser o Conselho de fábrica e a organização, centralizada nacionalmente, do Conselho de fábrica. Esta luta deve ter

como resultado a constituição de um conselho nacional da classe operária que seja eleito, em todos os seus graus, do Conselho de fábrica ao Conselho urbano, ao Conselho nacional, com sistemas e segundo um processo fixados pela própria classe operária, não pelo Parlamento Nacional, não pelo poder burguês. Esta luta deve ser conduzida no sentido de demonstrar às grandes massas da população que todos os problemas existenciais do actual período histórico, os problemas do pão, do tecto, da luz, do vestir, só podem ser resolvidos quando todo o poder económico e, portanto, todo o poder político, passar para as mãos da classe operária, isto é, deve ser conduzida no sentido de organizar à volta da classe operária todas as forças populares em revolta contra o regime capitalista, para obter que a classe operária se torne efectivamente classe dirigente e guie todas as forças produtivas no sentido da emancipação através da actuação do programa comunista. Esta luta deve servir para colocar a classe operária em grau de escolher, na sua organização, os elementos mais capazes e enérigos para seus novos dirigentes industriais, os seus novos guias no trabalho de reconstrução económica.

Deste ponto de vista, o projecto de lei apresentado por Giolitti à Câmara dos deputados representa só um meio de agitação e de propaganda. Assim deve ser examinado pelos comunistas, para os quais, além de não ser um ponto de chegada, nem sequer é um ponto de partida e de apoio.

A PALAVRA DE ORDEM (*)

O Partido Comunista lançou a sua palavra de ordem (1). É a palavra de ordem da sabedoria revolucionária. A partir deste momento, o Partido Comunista põe-se realmente à cabeça da classe operária italiana porque dá uma orientação à classe operária, porque demonstra ter capacidade política e a força moral necessárias para merecer a confiança das massas. O partido põe-se no terreno da sinceridade e da verdade. O partido sabe que representa neste momento, para além dos interesses do proletariado italiano, os interesses do proletariado internacional, a sorte da revolução mundial. Os operários devem recordar neste momento qual é o quadro da situação internacional. A Aliança prepara uma ofensiva primaveril contra a Rússia dos Sovietes: a base militar para a ofensiva é a península balcânica.

A Itália é a ponte entre a Aliança reaccionária e a península balcânica: a posição de potência do proletariado italiano é o máximo obstáculo à preparação da

---

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 2-3-1921.

(1) Trata-se de um apelo do Partido Comunista e da Federação Juvenil Comunista aos trabalhadores italianos, a seguir ao assassínio de Spartaco Lavagnini, em que, entre outras coisas, se dizia: «A palavra de ordem do Partido Comunista é, pois, a de aceitar a luta no próprio terreno da burguesia...; é a de responder com a preparação à preparação, com a organização à organização, com o enquadramento ao enquadramento, com a disciplina à disciplina, com a força à força, com as armas às armas.»

ofensiva e ao seu desenvolvimento. Se o proletariado italiano não mantém esta posição, se o proletariado italiano não tem a máxima confiança no organismo político de classe que está ligado à Internacional, que é o olhar vigilante e pronto da Internacional em Itália, não está só em jogo a sorte do proletariado italiano, está em jogo também a sorte da Rússia dos Sovietes e da revolução mundial. Não é, por isso, esta a hora da demagogia e das palavras retumbantes: é a hora das frias responsabilidades de quem dirige, é a hora da ilimitada confiança das massas no organismo qualificado, pela sua posição nacional e internacional, para dirigir as massas na tremenda situação que se criou em Itália. Cada operário que tenha consciência dos seus deveres de classe, cada operariado de fábrica, cada organização sindical, devem, neste momento, dar aos seus representantes e aos seus delegados esta ordem precisa e nítida: disciplina de ferro em relação às deliberações do Partido Comunista, voto de confiança à Internacional Comunista que guiou até à vitória e até à liberdade o proletariado russo e dirige com pulso firme e olhar seguro a revolução mundial.

FUNCIONALISMO (*)

Terminou o Congresso Confederal de Livorno (1). Nenhuma palavra nova, nenhuma orientação transpirou deste congresso. As grandes massas populares italianas esperaram em vão que as orientassem, esperaram em vão uma palavra de ordem que as iluminasse, que conseguisse acalmar o seu espasmo e dar uma forma à sua paixão. O congresso não apresentou e não resolveu sequer um dos problemas vitais para o proletariado no actual período histórico: nem o problema da emigração, nem o problema do desemprego, nem o problema das relações entre operários e camponeses, nem o problema das instituições que possam conter melhor o desenvolvimento da luta de classes, nem o problema da defesa material dos edifícios de classe e da integridade pessoal dos militantes operários. A única preocupação da maioria do congresso foi a de salvaguardar e garantir a posição e o poder político dos actuais dirigentes sindicais, de salvaguardar e garantir a posição e o poder (poder impotente) do Partido Socialista (2).

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 4-3-1921.

(1) O V Congresso da CGL (26 de Fevereiro — 3 de Março) aprovou o relatório do *comité* directivo com 1 435 873 votos, enquanto a moção comunista obteve 432 564 votos. No último dia votou-se a separação da Internacional sindical (reformista) de Amesterdão, desde que se chegasse a um acordo com a Internacional sindical vermelha, de Moscovo.

(2) A moção comunista, recusada, pedia, entre outras coisas, que se denunciasse o «pacto de aliança» com o Partido Socialista.

A nossa luta contra o funcionalismo sindical não podia ser melhor justificada. Em muitas regiões de Itália, a multidão dos trabalhadores vieram para a rua para defender o seu elementar direito à vida, à liberdade de se moverem nas estradas, à liberdade de se associarem, de se reunirem, de terem os seus locais de reunião. O campo da luta tornou-se rapidamente trágico: focos de incêndio, tiros, fogo de metralhadoras, dezenas e dezenas de mortos. A maioria do congresso não se comoveu com estes acontecimentos; a tragédia das multidões de populares que desesperadamente se defendiam de inimigos implacáveis e cruéis não foi capaz de tornar séria, de infundir o sentido das suas responsabilidades históricas a esta maioria formada por homens de coração árido e de cérebro dissecado. Estes homens deixaram de viver pela luta de classes, deixaram de sentir as mesmas paixões, os mesmos desejos, as mesmas esperanças das massas: entre eles e as massas cavou-se um enorme abismo, o único contacto entre eles e as massas é o registo de contas e o ficheiro dos sócios. Estes homens deixaram de ver o inimigo na burguesia, vêem-no nos comunistas; têm medo da concorrência, de dirigentes passaram a banqueiros de homens em regime de monopólio e o mínimo sinal de concorrência torna-os loucos de terror e de desespero.

O Congresso Confederal de Livorno foi para nós uma experiência formidável; o nosso pessimismo foi superado por esta experiência. Nós, os de *Ordine Nuovo,* vimos sempre no problema sindical, no problema da organização das grandes massas, no problema da escolha do pessoal dirigente desta organização, o problema central do movimento revolucionário moderno; nunca porém, como hoje, sentimos toda a gravidade e extensão do problema, nunca, como hoje, sentimos toda a gangrena que corrói o movimento. Os artigos de *Ordine Nuovo* foram lidos no Congresso, anotados, comentados, encheram a sala de clamores e de tumultos: e todavia estes artigos não diziam sequer a décima parte do nosso juízo pessimista acerca da insuficiência dos homens e das instituições. E todavia este juízo agravou-se ainda mais depois do congresso. Sim, porque enquanto os operários se batiam nas ruas e nas praças, enquanto as chamas enchiam de terror as populações e as induziam ao desespero individual

e às mais espantosas represálias, não poderíamos conceber que os chamados delegados destas massas populares se perdessem nas baixezas mais pantanosas e miasmáticas da luta pessoal; as multidões esgotavam-se nas ruas e nas praças, entravam em cena os canhões e as metralhadoras, e estes dirigentes, estes chefes, estes futuros administradores da sociedade endoideciam e espumavam por um artigo de jornal, por uma coluna, por um título. E queriam convencer-nos eles que temos procedido mal, que cometemos um erro separando-nos deles; e queriam convencer-nos que somos os levianos, os irresponsáveis, que somos os «milagreiros», que não somos capazes de compreender e pesar as dificuldades das situações históricas e dos movimentos revolucionários. E queriam que nós nos persuadíssemos que neles se realiza a sabedoria, a competência, a técnica, o bom senso, a capacidade política e administrativa acumulada pelo proletariado na sua luta e nas suas experiências históricas de classe. Passemos à frente... O Congresso Confederal reabilita o Parlamento, reabilita as piores assembleias das classes que no passado se revelaram mais corruptas e putrefactas.

Aumentou o nosso pessimismo, não diminuiu a nossa vontade. Os funcionários não representam as massas. Os Estados absolutos eram precisamente os Estados dos funcionários, os Estados da burocracia: não representavam as populações e foram substituídos pelos Estados parlamentares. A Confederação representa, no desenvolvimento histórico do proletariado, o que o Estado absoluto representou no desenvolvimento histórico das classes burguesas; será substituída pela organização dos Conselhos, que são os parlamentos operários, que têm a função de corroer os sedimentos burocráticos e de transformar as velhas relações organizativas. Aumentou o nosso pessimismo mas é sempre viva e actual a nossa divisa: pessimismo da inteligência, optimismo da vontade (3).

(3) A máxima de Romain Rolland (de inspiração pascaliana) assumida e evocada, mais do que uma vez, por Gramsci.

DISCIPLINA (*)

No Congresso Confederal de Livorno, o Partido Socialista obteve a maioria dos sufrágios dos operários italianos organizados. A Confederação Geral do Trabalho deve ser hoje considerada como um organismo socialista, que recebe o impulso e está ligada à disciplina do partido; de tudo o que faz bem feito a direcção confederal, uma grande parte do mérito deve ser atribuída ao Partido Socialista, mas ao Partido Socialista deve ser atribuída também, reciprocamente, uma grande parte de responsabilidade pela inacção e pelos erros da direcção confederal.

Desde o Congresso de Livorno até hoje, a crise industrial foi-se agudizando. A ameaça de um *lock-out* geral apresenta-se cada vez mais nitidamente no horizonte proletário. Que palavra de ordem entendem a Confederação e o Partido Socialista lançar aos operários e aos camponeses? Que acção entendem desenvolver? Como devem comportar-se as Câmaras de trabalho e cada uma das ligas perante a crise? O que devem dizer os dirigentes locais às massas dos desempregados que têm fome, que já não podem recorrer ao crédito, que não podem esperar mais?

A maioria socialista insistiu em Livorno sobre a necessidade da disciplina sindical. Muito bem. Mas a que palavra de ordem se deve ser disciplinado no movimento

---

* **Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 19-3-1921.**

sindical? Este é o ponto sobre o qual se pedem esclarecimentos e precisões. Neste ponto devem insistir quotidianamente os camaradas comunistas nas câmaras do trabalho, nas ligas, nas fábricas. É necessário pôr os dirigentes perante todas as suas responsabilidades, é necessário obrigar os dirigentes a assumirem estas responsabilidades perante as massas.

A Confederação Geral do Trabalho é o Estado dos operários em regime burguês. Neste Estado, o governo está nas mãos dos socialistas: sobre o governo socialista pesam as responsabilidades do pão, da casa, do vestir, de que os operários e as famílias dos operários têm necessidade para a sua existência elementar. O que faz este governo para assegurar a existência elementar aos seus súbditos? Este governo quer evitar a guerra (a guerra civil) e parece que se preocupa apenas em evitar a guerra. É um método. Os comunistas não crêem que seja o método melhor; os comunistas crêem que a guerra é inevitável e proclamam que todas as energias do proletariado e dos camponeses pobres devem ser mobilizadas para resistir ao choque e sairem vitoriosas da luta. Mas como desenvolvem o seu método os socialistas que estão na direcção confederal em nome e por conta do Partido Socialista? Afirmam-no mas não o desenvolvem. Limitam-se a não assumirem responsabilidades, limitam-se a fazer ouvidos de mercador aos lamentos das massas que sofrem cruelmente e já não são capazes de resistir à pressão da fome. É necessário, portanto, que os dirigentes sejam obrigados a pronunciarem-se, sejam obrigados a assumirem toda a responsabilidade de um governo legítimo que está no poder porque obteve a grande maioria dos sufrágios sindicais.

Os comunistas não concederão trégua ao Partido Socialista que declarou ser perfeitamente disciplinado e centralizado e é, portanto, responsável integralmente do que fazem e do que não fazem todos os seus inscritos. O problema do desemprego é um problema nacional, só pode ser afrontado nacionalmente, com uma acção de conjunto, coordenada. A Confederação é a Central do movimento operário italiano; deve dizer aberta e claramente o que aconselha que se faça ou que se não faça. É justo que o movimento sindical esteja perfeitamente

disciplinado. Mas disciplina subentende programa de acção, subentende uma concepção geral do momento que se atravessa, subentende uma previsão do desenvolvimento dos factos. Qual é o programa de acção, qual é a concepção geral, quais são as previsões dos homens que a maioria dos operários italianos organizados investiu no poder supremo, investiu nas responsabilidades de superentender nos mais vitais interesses das grandes massas populares?

OS COMUNISTAS E AS ELEIÇÕES (*)

O Partido Comunista é o partido político, historicamente determinado, da classe operária revolucionária.

A classe operária nasceu e organizou-se no terreno da democracia burguesa, nos quadros do regime constitucional e parlamentar. Ligado à sorte da grande indústria moderna, com as suas grandes oficinas e as suas cidades imensas, formigueiros de multidões diversas e caóticas, a classe operária só lentamente, e através das mais cruéis experiências e das mais amargas desilusões, tomou consciência da sua unidade e dos seus destinos de classe.

Eis por que, nas várias fases do seu desenvolvimento, a classe operária tem apoiado os partidos políticos mais diversos. Começou por apoiar os partidos liberais, isto é, uniu-se à burguesia citadina e lutou para aniquilar os resíduos do feudalismo económico nos campos; a burguesia industrial conseguiu assim dividir o monopólio dos víveres, introduziu também nos campos um pouco de liberalismo económico, fazer baixar o custo da vida, mas toda esta acção se revelou desastrosa para a classe operária que viu baixar a média dos seus salários. A classe operária, num segundo período, apoiou os partidos democráticos pequeno-burgueses e lutou para alargar os quadros do Estado burguês, para introduzir novas instituições, para desenvolver as instituições existentes

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 12-4-1921.

Foi enganada uma segunda vez; todo o novo pessoal dirigente, que se tinha formado nesta luta, passou-se com armas e bagagens para o campo da burguesia, renovou a antiga classe dominante, forneceu os novos ministros e os novos grandes funcionários ao Estado parlamentar burocrático. O Estado nem sequer se transformou; continuou a viver nos limites fixados pelo Estatuto «albertino» (**), nenhuma liberdade efectiva foi conquistada pelo povo; a Coroa continuou a ser o único poder real da sociedade italiana, visto que, através do governo, continuou a ter submetidos ao seu querer a magistratura, o Parlamento, a força armada do país.

Com a criação do Partido Comunista, a classe operária rompe todas as tradições e afirma a sua maturidade política. A classe operária já não quer colaborar com as outras classes para o desenvolvimento ou a transformação do Estado parlamentar burocrático: quer trabalhar positivamente para o seu desenvolvimento autónomo de classe; põe a sua candidatura como classe dirigente e afirma poder exercer esta função histórica só num ambiente institucional diferente do actual, num novo sistema estatal e não nos quadros do Estado parlamentar burocrático.

Com a criação do Partido Comunista, a classe operária apresenta-se na luta política como iniciadora, como guia, já não como massa de manobra guiada e dirigida pelo estado-maior de uma outra classe social. A classe operária quer governar o país, afirma ser a única classe capaz de resolver, com os seus meios e as suas instituições nacionais e internacionais, os problemas prementes da situação histórica geral. Quais são as forças reais da classe operária? Quantos são, em Itália, os proletários que consquistaram exacta consciência da missão histórica própria da sua classe? Que influência tem o Partido Comunista na sociedade italiana? Na confusão, no caos actual, existem já as grandes linhas da nova configuração histórica? Neste contínuo desintegrar-se e reintegrar-se, decompor-se e recompor-se das forças sociais,

(**) Referência à primeira constituição do reino de Itália, promulgada por Carlos Alberto. — *(N. do T.)*

das classes e dos estratos da população italiana, constituiu-se já um nó primordial, compacto e sólido, permanentemente fiel às ideias e aos programas da Internacional Comunista e da revolução mundial, à volta do qual possa advir a nova e definitiva organização política, de governo, da classe operária?

Eis as perguntas que encontrarão uma resposta nas eleições. Para ter uma resposta positiva, concreta, historicamente controlável e documentável, o Partido Comunista apresenta-se às eleições. O Partido Comunista, no alinhamento das forças sociais que será determinado pelos programas eleitoriais, quer identificar as suas fileiras, quer contar os seus efectivos. Esta é uma fase necessária do processo histórico que deve conduzir à ditadura do proletariado, à função do Estado operário. As eleições são, para os comunistas, uma das tantas formas de organização política próprias da sociedade moderna. O partido é a superior forma organizativa; o sindicato e o Conselho de fábrica são formas organizativas intermédias em que se enquadram os proletários mais conscientes para a luta quotidiana contra o capital, em que o enquadramento tem lugar numa plataforma de carácter sindical. Nas eleições, as massas pronunciam-se para o supremo fim político, para a forma do Estado, para a afirmação da classe operária como classe dirigente. O Partido Comunista é essencialmente o partido do proletariado revolucionário, isto é, dos operários agregados à indústria urbana, mas ele não pode alcançar a meta sem o apoio e o consenso de outros sectores, dos camponeses pobres e do proletariado intelectual. Eis a afirmação de princípio: qual é hoje a força expansiva do proletariado revolucionário? Quantos são os elementos das outras classes trabalhadoras que reconhecem no proletariado a futura classe dirigente e que a partir de hoje, não obstante a situação caótica, não obstante as desilusões sofridas, não obstante o terrorismo que a reacção exerce, entendem apoiá-lo no seu esforço de organização e de enquadramento? O Partido Comunista não tem ilusões quanto aos resultados, tanto mais que já demonstrou querer abandonar os sistemas demagógicos da feira com que o Partido Socialista «conquistava gente» no passado. Mas quanto mais a população italiana

está mergulhada no caos e na desorientação, quanto mais trabalharam e continuam a trabalhar as forças dissolventes do passado alinhamento de forças revolucionárias, mais parece evidente a necessidade de provocar um novo alinhamento de fiéis e leais soldados da revolução mundial e do comunismo. O seu valor dinâmico e expansivo revelar-se-á tanto maior quanto mais a situação é confusa e escassos são os meios do novo partido que se apresenta no campo da política geral italiana.

REACÇÃO? (*)

Num comentário ao programa eleitoral do Partido Socialista, publicada pela *Critica sociale* [1], Filippo Turati afirma acidentalmente que nenhuma das passadas reacções teve o carácter desta que hoje se abate sobre as classes trabalhadoras. Turati entende, porém, só com a palavra «carácter», estabelecer uma diferença quantitativa, não uma diferença qualitativa entre o passado e o presente: espera pela XXVII legislatura, está persuadido que a crise actual é ainda resolúvel no âmbito parlamentar, está persuadido que a estas eleições sucederão, dentro em breve, outras eleições e então tudo se recompõe no melhor dos modos possíveis. Para Turati, em suma, a burguesia continuará a ser a classe dominante ainda por muitas dezenas de anos e o regime parlamentar continuará a ser o melhor, o mais perfeito dos regimes populares, o sistema garantido para dar a felicidade aos italianos: ao proletariado não resta mais do que esperar, com calma, com confiança, passivamente; ao Partido Socialista não resta mais do que tornar-se um ramo proletário da Cruz Vermelha.

A questão de saber se o período actual é de considerar-se «reaccionário» torna-se assim o ponto central da

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 23-4-1921.

[1] *La pregiudiziale al programma*, XXXI, n.° 8, 16-30 de Abril de 1921.

polémica entre revolucionários e reformistas, entre comunistas e socialistas. Pelas soluções diversas que se dão ao problema depende toda a orientação a imprimir ao movimento proletário, dependem todas as questões de táctica e de organização dos partidos revolucionários (é o Partido Socialista um partido revolucionário? Têm ainda a maioria no Partido Socialista os comunistas unitários que pretendiam ficar no terreno das teses da Internacional Comunista?).

Os comunistas negam que o período actual seja de considerar-se «reaccionário»: sustentam, pelo contrário, que o complexo dos acontecimentos em curso é a decomposição mais vistosa e abundante da definitiva decomposição do regime burguês. Esta tese fundamenta-se na experiência política mais comum, nas próprias doutrinas dos homens de Estado da burguesia.

A reacção é caracterizada por uma forma de organização estatal igual à organização estatal revolucionária: pela concentração do poder num único organismo político. Nos períodos de reacção o Estado conserva a sua funcionalidade governativa, o período reaccionário é precisamente o período de mais aguda e espasmódica funcionalidade governativa, de militarização de todos os órgãos do Estado, de extrema concentração, de inflexível disciplina das hierarquias inferiores em relação às superiores ou em relação a *um* que se apresenta ditatorialmente a toda a estrutura organizativa da sociedade. A diferença entre reacção e revolução é apenas esta: a reacção concentra o poder do Estado para restaurar a autoridade burguesa, para soldar o conjunto enfraquecido da estrutura hierárquica da sociedade capitalista; a revolução usa o mesmo instrumento para afirmar a autoridade proletária, para construir uma nova estrutura social não hierárquica mas igualitária: diferença fundamental, evidentemente, e que explica como a burguesia aceita da reacção até as medidas coercitivas que transitoriamente limitam a sua liberdade, do mesmo modo que o proletariado aceita da revolução o peso e a coerção que entende ser necessário suportar transitoriamente para actuar os fins permanentes da sua emancipação.

Em Itália, não existe hoje uma concentração dos poderes nas mãos do governo e de Giolitti. Em Itália, verifica-se a dissolução de toda a estrutura do regime. O governo não funciona, o Parlamento não funciona porque o Estado está em completa decomposição, porque a magistratura, a hierarquia militar, a polícia e a burocracia já não obedecem ao seu centro natural, ao governo político, mas são controladas arbitrária e caoticamente pro grupos privados, incapazes de organizar-se como nova classe dominante e de exprimir do interior desta organização um governo próprio e regular.

A crise geral italiana é crise das classes médias, é crise do princípio de autoridade nos comandos sociais subalternos que constituem precisamente o máximo da estrutura burguesa do Estado. Como poderia o Parlamento sanar uma crise semelhante? De que fonte poderia extrair a força necessária para se impor, para restaurar o espírito hierárquico? Não certamente do capitalismo que é a razão de ser da crise porque já não consegue dominar as forças produtivas, porque já demonstrou ser incapaz de assegurar à sociedade os meios de subsistência e de desenvolvimento. Só o proletariado pode dar a força necessária para restaurar uma ordem elementar, uma segurança pública, uma justiça, uma milícia disciplinada para o governo: mas é de considerar que o proletariado não dará a sua força ao Parlamento e, mesmo que o quisesse, não poderia restaurar o regime parlamentar.

O Parlamento é uma superstrutura do Estado; é preciso, em vez dele, construir uma nova estrutura, é preciso criar uma nova organização militar, judicial, burocrática, de polícia, com meios proletários, com pessoal proletário, com um método novo de recrutamento baseado na elegibilidade e não na carreira e no orgânico; é preciso fundar um novo Estado que seja revolucionário no sentido de dirigir todos os poderes conquistados pelo povo em armas para a reorganização das forças produtivas desbaratadas pelo capitalismo.

Os reformistas, sustentando a tese de que o período actual é de «reacção», além de darem uma outra demonstração da sua absoluta cegueira política devida à cretinice parlamentar, demonstram querer consumar uma alta

traição em prejuízo da classe operária. Desta traição há já um anúncio no artigo de Turati:

> A Câmara que sairá desta tropa não será a Câmara italiana. Esta é morta antes de nascer. Que reformas poderíamos esperar dela? O único dever dos que conseguissem escapar à ameaça e à devastação e alcançar Montecitorio, seria o de se coligarem entre si e com o diabo para derrubar o ministério que se manchou com o delito inexpiável e o de decepar, o mais depressa possível, a vida a uma assembleia emersa pelo terror e pelo sangue. Será também a obra mais sabiamente conservadora que possa ser feita por eles: *porque provavelmente conseguirá afastar do país as vinganças ferozes, que infalivelmente amadurecem hoje nos campos infestados.*

FORÇAS ELEMENTARES (*)

Numa entrevista ao correspondente do *Temps*, Giolitti declarou solenamente querer que a ordem seja restabelecida a todo o custo. Foram convocados pelo governo o general dos carabineiros, o comandante da guarda real, o chefe do estado-maior e todos os comandantes do corpo do exército: dicutiu-se, prover-se-á. Com que meios? Entre que limites? É possível que o governo, mesmo que o queira, possa prover? Às circulares e às convocações do governo sucedem-se as ordens, as reclamações, as excomunhões das autoridades fascistas, também elas seriamente preocupadas pelo aspecto que assumem os acontecimentos e os inevitáveis contragolpes: mas também estas autoridades, por muito «respeitadas e temidas» que sejam, não parecem conseguir muita obediência nos ramos e nas filas dos seus partidários. Como não existe um Estado político, como já não existe coesão moral e disciplinar nos organismos e entre os indivíduos que constituem a máquina estatal, também não existe uma coesão e uma disciplina nem sequer na «organização» fascista, no Estado oficioso que dispõe a seu bel-prazer da vida e dos bens da nação italiana. Tornou-se já evidente que o fascismo só pode ser assumido parcialmente como fenómeno de classe, como movimento de forças políticas conscientes de um fim real: ele inundou e rompeu qualquer possível quadro organizativo, é su-

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 26-4-1921.

perior às vontades e aos propósitos de cada *comité* central ou regional, tornou-se um desencadear de forças elementares intraváveis no sistema burguês de Governo económico e político; o fascismo é o nome da profunda decomposição da sociedade italiana, que não podia deixar de ser seguido pela profunda decomposição do Estado, e hoje só pode ser explicado tendo em consideração o baixo nível de civilização que a nação italiana pôde alcançar nestes sessenta anos de administração unitária.

O fascismo apresentou-se como o antipartido, abriu as portas a todos os candidatos, encontrou o modo, com a sua promessa de impunidade, de uma multidão incaracterística cobrir com um verniz de idealidades políticas, vagas e nebulosas, o transbordar selvagem das paixões, dos ódios, das ambições. O fascismo tornou-se assim um facto de costume, identificou-se com a psicologia bárbara e anti-social de alguns estratos do povo italiano, ainda não modificados por uma tradição nova, pela escola, pela convivência num Estado bem ordenado e bem administrado. Para compreender todo o significado destas afirmações, basta recordar: que a Itália tinha o primado dos homicídios e dos excídios; que a Itália é o país onde as mães educam os filhos com golpes de tamancos na cabeça, é o país onde as gerações jovens são menos respeitadas e protegidas; que em algumas regiões italianas parecia natural, até há alguns anos, pôr o açamo aos vindimadores para que não comessem as uvas; que em algumas regiões os proprietários fechavam à chave, nos estábulos, os seus dependentes regressados do trabalho, para impedir as reuniões e a frequência das escolas nocturnas.

A luta de classes assumiu sempre, em Itália, um carácter muito áspero por esta imaturidade «humana» de alguns estratos da população. A crueldade e a ausência de *simpatia* são dois aspectos peculiares do povo italiano que passa do sentimentalismo pueril à ferocidade mais brutal e sanguinária, da ira passional à fria contemplação do mal dos outros. Sobre este terreno semibárbaro, que o Estado, ainda débil e incerto nas suas organizações mais vitais, com dificuldade conseguiu lentamente cultivar, pululam hoje, depois da decomposição do Estado, todos os miasmas. Há muito de verdade na afirmação

dos jornais fascistas quando dizem que nem todos os que se intitulam fascistas e operam em nome dos «fascios» pertencem à organização: mas que dizer duma organização cujo símbolo pode ser usado para cobrir acções da natureza daquelas que quotidianamente conspurcam a Itália? A afirmação, por outro lado, dá aos acontecimentos um carácter muito mais grave e decisivo do que desejariam dar-lhe os jornalistas dos jornais burgueses. Quem poderá travá-los se o Estado é incapaz e as organizações privadas se mostram impotentes?

E eis justificada a tese comunista de que o fascismo, como fenómeno geral, como flagelo que supera a vontade e os meios disciplinares dos seus exponentes, com as suas violências, com os seus arbítrios monstruosos, com as suas tão sistemáticas como irracionais destruições, só pode ser extirpado por um novo poder de Estado, por um Estado «restaurado» como entendem os comunistas, isto é, por um Estado cujo poder esteja nas mãos do proletariado, a única classe capaz de organizar a produção e, portanto, todas as relações sociais que dependem das relações de produção.

HOMENS DE CARNE E OSSO (*)

Os operários da Fiat voltaram ao trabalho (1). Traição? Renegação dos ideais revolucionários? Os operários da Fiat são homens de carne e osso. Resistiram durante um mês. Sabiam que lutavam e resistiam não apenas por si, não apenas pela restante massa operária de Turim mas por toda a classe operária italiana. Resistiram durante um mês. Estavam fisicamente extenuados porque há muitas semanas e muitos meses que os seus salários tinham sido reduzidos e não eram suficientes ao sustento familiar e, todavia, resistiram durante um mês. Estavam completamente isolados na nação, imersos num ambiente geral de fadiga, de indiferença, de hostilidade e, todavia, resistiram durante um mês. Sabiam que não podiam esperar qualquer ajuda de fora: sabiam que à classe operária italiana tinham sido cortados os tendões, sabiam que estavam condenados à derrota e, todavia, resistiram por um mês. Não há desonra na derrota dos operários da Fiat. Não se pode pedir a uma massa

---

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 8-5-1921.

(1) Nos fins de Março, a Fiat e outras empresas de Turim, despediram milhares de operários. Em seguimento à resistência dos trabalhadores, a direcção da Fiat proclamou o *lock-out* das suas fábricas, em 5 de Abril. As oficinas foram ocupadas pelo exército. Os dirigentes sindicais procuraram um compromisso e a readmissão dos despedidos, mas sem resultado. As fábricas reabriram em 25 de Abril, sem restrições por parte da FIOM, com base na chamada individual ao trabalho dos não despedidos, por parte da direcção.

de homens que é agredida pelas mais duras necessidades de subsistência, que tem a responsabilidade pela existência de uma população de 40 000 pessoas, não se pode pedir mais do que deram estes camaradas que voltaram ao trabalho com tristeza, amarguradamente, conscientes da imediata impossibilidade de resistir por mais tempo ou de reagir.

Especialmente nós, comunistas, que vivemos lado a lado com os operários, dos quais conhecemos as necessidades, que da situação temos uma concepção realista, devemos compreender o porquê desta conclusão da luta de Turim. Há muitos anos que as massas lutam, há muitos anos que se esgotam em acções de pormenor, desbaratando os seus meios e as suas energias. Foi esta a crítica que desde Maio de 1919, nós os de *Ordine Nuovo*, fizemos incessantemente às Centrais do movimento operário e socialista: não abusem demasiado da resistência e da virtude de sacrifício do proletariado; trata-se de homens, homens reais, submetidos às mesmas fraquezas de todos os homens comuns que se vêm passar nas ruas, beber nas tabernas, discorrer em círculo nas praças, que se cansam, que têm fome e frio, que se comovem ao sentir chorar os seus filhos e lamentar amargamente as suas mulheres. O nosso optimismo revolucionário foi sempre substanciado por esta visão cruamente pessimista da realidade humana, com a qual, inexoravelmente, é preciso ajustar contas.

Já em Abril de 1920, quando se desencadeou a primeira ofensiva contra o proletariado de Turim, nos primeiros dias do *lock-out* metalúrgico ocasionado pelo caso do relógio, nós, os de *Ordine Nuovo*, enviámos à secção socialista de Turim o relatório que devia ser apresentado ao Conselho Nacional do Partido Socialista e notávamos:

«Os industriais e os proprietários das terras realizaram a máxima concentração da disciplina e da potência de classe: uma palavra de ordem lançada pela Confederação Geral da Indústria Italiana encontra imediata actuação em cada uma das fábricas. O Estado burguês criou um corpo armado mercenário predisposto a funcionar como instrumento executivo da vontade desta nova forte organização da classe proprietária, que tende a

restaurar, através do *lock-out* aplicado em larga escala e do terrorismo, o seu poder sobre os meios de produção, obrigando os operários e os camponeses a deixarem-se expropriar por uma multiplicada quantidade de trabalho não pago. O último *lock-out* nas fábricas metalúrgicas de Turim foi um episódio desta vontade dos industriais de porem o calcanhar sobre a nuca da classe operária: os industriais aproveitaram a falta de coordenação e de concentração revolucionária nas forças operárias italianas para tentarem despedaçar a unidade do proletariado de Turim a aniquilar na consciência dos operários o prestígio e a autoridade das instituições de fábrica (Conselhos e delegados de secção) que tinham iniciado a luta pelo controlo operário. O prolongamento das greves agrícolas em Novarese e Lomellina demonstra como os proprietários das terras estão dispostos a aniquilar a produção para reduzir ao desespero e à fome o proletariado agrícola e subjugá-lo implacavelmente às mais duras e humilhantes condições de trabalho e de existência.

«A fase actual da luta de classes em Itália é a seguinte: ou a conquista do poder político, por parte do proletariado revolucionário, para a passagem a novos modos de produção e de distribuição que permitam uma recuperação da produtividade; *ou uma tremenda reacção por parte da classe proprietária e da casta governativa. Não será transcurada nenhuma violência para subjugar o proletariado industrial e agrícola a um trabalho servil:* procurarão despedaçar inexoravelmente os organismos de luta política da classe operária (Partido Socialista) e incorporar os organismos de resistência económica (os sindicatos e as cooperativas) nas engrenagens do Estado burguês.» (²)

Já um ano antes tínhamos previsto que fim teria fatalmente a situação italiana se os dirigentes responsáveis continuassem na sua táctica de confusão revolucionária e de prática oportunista. E lutámos desesperadamente para chamar estes responsáveis a uma visão mais

---

(²) Cf. *Para uma renovação do Partido Socialista*, pp. 85-90 do presente volume.

real, a uma prática mais consentânea e mais adequada com o desenvolvimento dos acontecimentos. Hoje sofremos o castigo, também nós, da inépcia e cegueira dos outros; também o proletariado de Turim tem que aguentar hoje o choque do adversário, reforçado pela não resistência dos outros. Não há desonra na rendição dos operários da Fiat. O que devia acontecer, aconteceu implacavelmente. A classe operária italiana é nivelada sob o rolo compressor da reacção capitalista. Por quanto tempo? Nada se perdeu se permanece intacta a consciência e a fé, se se rendem os corpos mas não os espíritos. Os operários da Fiat lutaram corajosamente anos e anos, banharam com o seu sangue as ruas, sofreram a fome e o frio; eles permanecem, por este passado glorioso, na vanguarda do proletariado italiano, permanecem soldados fiéis e devotados da revolução. Fizeram quanto é possível fazer por homens de carne e osso; tiremos o chapéu à sua humilhação porque até essa é qualquer coisa de grande que se impôs aos homens sinceros e honestos.

SOCIALISTA OU COMUNISTA? (*)

É a pergunta fundamental, aquela perante a qual ficarão perplexos no próximo domingo, andando às urnas, todos os operários. O que quer dizer para um operário, para um camponês, para um empregado, para um proletário ou para um trabalhador de qualquer categoria cumprir este acto novo, dar o seu voto ao Partido Comunista? Antes de mais, este é um acto novo e, ao dar o voto ao Partido Comunista, como e porquê cumpre o proletário um acto diverso do que cumpria quando o seu voto era dado a partidos de classe que não se intitulavam deste modo?

É preciso dizer que a consciência de classe, desde que começou a formar-se nas grandes massas trabalhadoras, teve sempre originariamente, como seu conteúdo, o desejo duma libertação completa dos vínculos de escravidão económica e civil que, na sociedade capitalista, amarram os que vivem do seu trabalho. Mesmo quando fazem uma greve para melhoria de horário, de salário, ou das condições de trabalho, os proletários não podem deixar de sentir, no seu ânimo, que toda a luta é iluminada por uma solução final, por uma finalidade última que nunca se poderá alcançar com nenhuma das lutas particulares, as quais se travam e se devem combater porque constituem a própria vida da classe como organismo de luta

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 13-5-1921, edição extraordinária.

e de preparação moral e material, mas não esgotam a sua função nem a actividade dos seus membros. O significado da adesão e do voto dado ao Partido Comunista é preciso procurá-lo nas finalidades últimas da luta de classes.

O Partido Comunista pede aos operários e camponeses, pede aos proletários de todas as categorias que reflictam, ao votar, nos destinos supremos da sua classe, que pensem, antes de depor o voto na urna, qual pode ser, no momento presente, o futuro que lhes está reservado e aos seus camaradas, qual crêem, portanto, ser o seu preciso dever.

Crêem os proletários que a sua acção se pode esgotar na luta de cada dia, pela defesa dos salários e do horário?

Se crêem nisso, é melhor não ir votar, ou então votem só para mandar ao Parlamento gente que contrate com o governo quando não se pode contratar com os industriais, gente que se sirva da sua autoridade parlamentar para fazer apor nos contratos sindicais uma assinatura de garantia dos governantes do Estado burguês.

Crêem os proletários que, no momento actual, lhes é possível continuar na via seguida nos primeiros decénios da luta de classes, de recolher lentamente, grão a grão, energias para construir instituições de defesa do proletariado, para erguer ao mesmo tempo organismos de adestramento das capacidades administrativas e técnicas dos trabalhadores: cooperativas, bancos, repartições de emprego e por aí adiante? Se crêem que isto baste, mandem deputados ao Parlamento só para defender estas instituições, para lhes criar, na órbita do Estado burbuês, uma possibilidade de existência.

Crêem os proletários que a conquista de cada vez maior número de lugares nos organismos do Estado burguês constitui um acréscimo efectivo das forças e das capacidades da classe trabalhadora, uma conquista real e concreta de poder por parte dela? Crêem que a vitória dos proletários possa ser concebida como resultante de uma conquista, por parte dos proletários, de uma maioria de lugares no Parlamento burguês ou do maior número possível de administrações locais?

Se crêem nisto, mandem deputados ao Parlamento para conseguirem, com um aumento do seu número, a revolução e a libertação.

Crêem os proletários que os organismos da classe burguesa podem servir como órgãos de governo mesmo para a classe proletária, que podem servir para dar liberdade e justiça aos trabalhadores, enquanto até hoje só serviram para lhes dar escravidão e tormentos?

Se crêem nisto, convidem os socialistas a falar claro, a declarar o fundo do seu pensamento, a dizer que vão para o Parlamento para preparar a colaboração com os burgueses e com o governo... proletário em Estado burguês; convidem expressamente os socialistas a colaborar e votem no Partido Socialista.

Mas pensem os proletários quais são as condições do momento presente. Pensem que a guerra abriu a maior crise que a história recorda, crise que não é dum governo ou dum Estado mas dum regime e dum mundo, do regime e do mundo dos patrões.

Observem os proletários como desde que esta crise se abriu e quanto mais ela se torna aguda, tanto mais se revela que a táctica seguida nos anos da paz e da tranquilidade não serve para nada no momento actual.

Tudo o que outrora podia significar um passo em frente, cada acção que antigamente servia para garantir um pouco de liberdade, para dar um pouco de justiça aos trabalhadores, hoje só serve para tornar a crise mais aguda, para fazer enfurecer os inimigos, para suscitar reacções mais fortes, para tornar mais dura a vida e mais áspera a batalha.

Cada aumento de salários aumenta dez vezes mais o custo de vida, cada tentativa para conquistar um pouco de liberdade suscita as iras brutais e as represálias ferozes dos patrões. O aumento do número de deputados, o acréscimo do poder das organizações e a conquista de dois mil municípios levaram os burgueses a armarem-se, a perseguir com as armas os operários e os camponeses, a incendiar as suas casas, a destruir as suas instituições, a reduzir inteiras regiões a um regime que é pior do que o da escravidão, porque já não há lei, já não há direito fora da lei do punho e do bastão e o direito da pistola apontada à cara dos trabalhadores e contra o peito das suas mulheres e dos seus filhos.

Que significa isto? Para que tende a burguesia com este exercício de violência? Para demonstrar aos prole-

tários que até que ela tiver o poder nas mãos não nos serve criar ilusões acerca da possibilidade de conquistar gradualmente justiça e liberdade.

É preciso que o próprio poder passe para os trabalhadores, mas estes nunca o poderão ter até que se iludam de podê-lo conquistar e exercer através dos órgãos do Estado burguês.

A acção sindical de defesa, a constituição de órgãos, de experiências socialistas em regime burguês, a conquista de cada vez mais novos lugares nos organismos com os quais os burgueses governam a sociedade, tudo isto não basta hoje, deixou de servir. Ocorre outra acção se não queremos ser dominados e perder tudo. Ocorre que os dominadores de toda a sociedade passem a ser os operários, os camponeses, os trabalhadores de todas as categorias, que estes tenham o poder e o exerçam através de instituições novas, as quais dêm à sociedade uma nova forma e uma férrea disciplina de ordem e de trabalho para todos. Ocorre que qualquer outra luta seja subordinada e esta para a conquista do poder, para a criação do novo Estado, do Estado dos operários e dos camponeses.

Esta é a táctica seguida pelos trabalhadores russos, que lhes permite hoje olhar com segurança para o futuro, enquanto em todos os outros países os trabalhadores o olham com apreensão, com medo, com ânsia.

É esta a táctica que o Partido Comunista propõe aos operários e aos camponeses de Itália, o programa sobre o qual os chama a afirmarem-se.

Ser comunista, votar no Partido Comunista, quer dizer afirmar-se convencido da verdade deste programa, declarar-se pronto a lutar pela sua realização, mandar ao Parlamento homens que só se proponham afirmar estes princípios, dar força ao organismo que guia a melhor parte da classe operária para actuá-la em todo o mundo.

SOCIALISTAS E FASCISTAS (*)

A posição política do fascismo é determinada por estas circunstâncias elementares:

1) Os fascistas, nos seis meses da sua actividade militante, carregaram-se de uma pesadíssima bagagem de actos delituosos que permanecerão impunes só até ao momento em que a organização fascista for forte e temida.

2) Os fascistas puderam desenvolver a sua actividade apenas porque dezenas de milhares de funcionários do Estado, especialmente dos corpos da segurança pública (administrações, guardas reais, carabineiros) e da magistratura se tornaram os seus cúmplices morais e materiais. Estes funcionários sabem que a sua impunidade e a sua carreira estão estreitamente ligados à sorte da organização fascista e por isso têm todo o interesse em apoiar o fascismo e qualquer tentativa que queira fazer para consolidar a sua posição política.

3) Os fascistas possuem, disseminados em todo o território nacional, depósitos de armas e munições em tal quantidade que seria pelo menos suficiente para constituir um exército de meio milhão de homens.

4) Os fascistas organizaram um sistema hierárquico de tipo militar que contra a sua natural e orgânica cúpula no estado-maior.

Entra na lógica comum dos factos elementares que os fascistas não querem ser presos e que querem, pelo

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 11-6-1921.

contrário, usar a sua força, toda a força de que dispõem, para permanecerem impunes e para alcançarem o fim máximo de cada movimento: a posse do governo político.

O que pensam fazer os socialistas e os dirigentes confederais para impedir que sobre o povo italiano venha a alastrar a tirania do estado-maior, dos latifundiários e dos banqueiros? Estabeleceram um plano? Têm um programa? Não parece. Os socialistas e os dirigentes confederados poderiam ter estabelecido um plano «clandestino»? Este seria ineficaz porque só uma insurreição das grandes massas pode despedaçar um golpe de força reaccionário, e as insurreições das grandes massas, se têm necessidade de uma preparação clandestina, têm também necessidade de uma propaganda legal, aberta, que dê uma orientação, que oriente os espíritos, que prepare as consciências.

Os socialistas nunca se puseram seriamente a questão da possibilidade de um golpe de estado e dos meios a predispor para se defenderem e passarem à ofensiva. Os socialistas, habituados a mastigar estupidamente algumas fórmulas pseudo-marxistas, negam a revolução «volutarista», «milagreira», etc., etc. Mas se a insurreição do proletariado fosse *imposta* pela vontade dos reaccionários, que não podem ter escrúpulos «marxistas», como se comportaria o Partido Socialista? Deixaria, sem resistência, a vitória à reacção? E se a resistência fosse vitoriosa, se os proletários, insurrectos e armados, derrotassem a reacção, que palavra de ordem daria o Partido Socialista: entregar as armas ou continuar a luta até ao fim? Cremos que estas perguntas, neste momento, são tudo menos académicas e abstractas. Pode acontecer, é verdade, que os fascistas, que são italianos, que têm todas as indecisões e as fraquezas de carácter da pequena burguesia italiana, imitem a táctica seguida pelos socialistas na ocupação das fábricas: se afastem e abandonem à justiça punitiva de um governo reconstrutor da legalidade os que cometeram delitos e os seus cúmplices. Pode acontecer; é porém má táctica fiar-se nos erros dos adversários, imaginar os seus adversários incapazes e ineptos. Quem tem a força, serve-se dela. Quem sente o perigo de ser preso tenta o impossível para conservar a liberdade. O golpe de estado dos fascistas,

isto é, do estado-maior, dos latifundiários, dos banqueiros, é o espectro ameaçador que desde a início pesa sobre esta legislatura. O Partido Comunista tem a sua orientação: lançar a palavra de ordem da insurreição, conduzir o povo em armas até à liberdade garantida pelo Estado operário. Qual é a palavra de ordem do Partido Socialista? Como podem ainda as massas confiar neste partido que esgota a sua actividade política na lamentação e só se propõe exigir dos seus deputados «belíssimos» discursos no Parlamento?

POBRE PARTIDO COMUNISTA! (*)

Os «grandes homens» do *Avanti!* não perdem nenhuma oportunidade para exteriorizar os sentimentos do seu entranhado amor pelo jovem, delicado, inexperiente e ingénuo Partido Comunista de Itália. Como proceder mal este pobre Partido Comunista! Como são pequenos os homens que o dirigem! Ah, se à cabeça do Partido Comunista, em vez de Bordiga e Fortichiari estivessem Giovanni Bacci e Gian La Terra (1), decerto que a esta hora o Partido Comunista, pela grande ideia que exprime, teria feito pelo menos dez revoluções, teria duzentos deputados na Câmara, teria quatro mil conselhos municipais, dez mil cooperativas, vinte mil caixas de crédito, uma dúzia de bancos e quem sabe quantas outras coisas! Que pena!

Pelo contrário, o pobre Partido Comunista só pensa em dissolver-se, em cindir-se, em desagregar-se. São quatro gatos (imaginem que obtiveram apenas 298 341 votos nas eleições e têm na câmara apenas 15 deputados!) e arranham-se entre eles. Espantados com as arranhaduras, cheios de terror pela pupila dos seus olhos, bastantes conselheiros municipais comunistas de Milão reentraram no Barnum; em Génova, o engenheiro Costantini, abor-

---

* Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 15-6-1921, secção «Cronache di Barnum» (o circo equestre que o sarcasmo polémico de G. comparava ao PSI).

(1) Cesare Alessandri.

recido e desgostoso com os «puros» métodos de luta, reentra também ele no Barnum; em Turim, depois, na meca do «purismo», a dissolução atingiu o seu mais alto grau, e os terríveis Marat, os furiosos Marat, os pequenos Marat, não podendo revolver-se no sangue dos sociais-democratas, não podendo jogar à bola com a cabeça guilhotinada dos mandarins sindicais, resolvem-se iradamente — sabem em quê? — na própria lama! Que horror!

Pobre, pobre, pobre Partido Comunista de Itália! Não te dás conta da má estrada em que te meteste? Não sentes a voz de Cristo que a cada marco miliário te pergunta aflitivamente: *Quo vadis?* Não te dás conta que os teus dirigentes, os pequenos homens, os arrivistas, os ambiciosos e os desagregadores que estão à cabeça da organização, são movidos pelo ciúme cego uns dos outros e só pensam em expulsar-se reciprocamente? Não te dás conta que, dentro em pouco, não permanecerá de ti senão uma mesquinha e mísera seita sem alma, sem vida?

Pobre, pobre, pobre Partido Comunista de Itália! Pobre partido sem alma, sem vida, sem deputados, sem conselhos municipais, sem cooperativas, sem caixas de crédito, sem bancos!

Feliz partido de Barnum

Os «grandes homens» do *Avanti!*, que não são inexperientes nem ingénuos e que sabem fundar bancos, nunca cometeriam os «descomunais despropósitos» quotidianamente praticados pelos pequenos homens do comunismo italiano. Para não cometerem estes despropósitos renegaram a Internacinoal Comunista na qual tinham entrado com bandeiras desfraldadas. Inimigos das cisões, preferiram cindir-se de 58 mil comunistas em vez de se separarem de 14 000 reformistas!

Em Livorno, os grandes homens do *Avanti!* tinham obtido 98 000 votos: o Partido Socialista, com 14 000 reformistas, deveria ter 112 000 inscritos. Quando se deram conta de estarem reduzidos a bem poucos, abriram de par em par as portas das secções mas não conseguiram juntar mais do que 80 000 fichas. Os 14 000 reformistas ficaram todos, os recém-chegados eram quase todos reformistas; onde tinham ido parar os 98 000 comunistas unitários? Encontraram-se reduzidos a metade e a que metade! E então o partido engordou: Pietro Nenni, Francesco Repaci, Gerolamo Lazzeri, Guido Pazzi, Mario Guarnieri, Enrico Ferri, Corsio Bovio e Arnaldo Lucci deram novo decoro ao velho e glorioso partido, tornaram-se correspondentes especiais em Paris, deputados, fundadores de bancos. Decerto que não desejam cisões os grandes homens do *Avanti!* Decerto que não são cegamente ciumentos uns dos outros; para não serem movidos pelo ciúme, procuram minuciosamente a aparelhagem das... companhias. Seguem os mesmos critérios de Ruggero Ruggeri, de Ermete Zacconi, de Luigi Carini: um só divo e muitos comparsas; mobilizam todas as abóboras flutuantes, os Bacci, os Gian La Terra, os Baratono, e com elas fazem as coroas para os grandes homens e juntam novos louros à imaculada bandeira que nunca dobrou o limbo. Assim se conquistam muitos votos nas eleições, se obtêm os votos alcançados nas listas do Partido Popular, se têm muitos deputados no Parlamento. Entretanto as massas operárias, golpeadas pelo desemprego, morrem de fome; as massas camponesas, dominadas pelo fascismo, endoidecem com o terror branco; o povo italiano torna-se um horda de maltrapilhos, de esfomeados, de loucos, de selvagens. Ó feliz, feliz, feliz Partido Socialista Italiano, partido do proletariado italiano, partido da revolução italiana, velho e glorioso, que não conhece expulsões, que não conhece disciplina, Barnum onde cada italiano pode livremente executar os seus jogos!

Moral da fábula

Entretanto, esperámos pacientemente que os grandes homens do *Avanti!* se decidissem a sair da sua reserva a propósito do «homem mais desinteressado deste mundo» e do outro, o «homem irrepreensível» ([2]). Quanta

(²) Frase com que Oddino Morgari tinha garantido um certo Ferrari, ao qual os dirigentes socialistas de Triste tinham confiado cargos de confiança. Na realidade, este chamava-se Son-

dor, quanto esforço para sair da reserva! Mas quanta paciência da nossa parte, ao esperar e insistir obstinadamente! E quanta curiosidade de todos, comunistas e socialistas, de conhecer os particulares da aventura de um capitão dos carabineiros, em serviço activo na direcção-geral da política, que consegue entrar, apresentado por um «homem irrepreensível» nas fileiras do Partido Socialista, que se tornou suspeito dos camaradas de uma secção e então, pela intromissão de alguém, foi subtraído a qualquer controlo local, foi finalmente descoberto e porém não foi perturbado, não foi desmascarado, embora seja ainda capaz de prejudicar e arruinar camaradas! Porque é que os grandes homens do *Avanti!* não saem da reserva e não satisfazem curiosidades tão legítimas? Há um ou mais mortos na estiva de Barnum? A felicidade do Partido Socialista seria muito mais pequena de quanto nos aparece a nós, pobres, pequenos, ciumentos, arrivistas, ambiciosos, desagregadores, homens do pobre, pobre, Partido Comunista de Itália? Os grandes homens seriam muito pequenos ou miseráveis? A curiosidade é muita: bendita reserva!

PS — A felicidade do partido de Barnum é menor de quanto parece, se se dá fé à *Giustizia*, de Reggio Emilia. Eis o que se lê na *Giustizia* de 12 de Junho:

> A Direcção do Partido quis cair nas graças dos extremistas e dos seus ditadores de Moscovo, oferecendo — por agora — a cabeça dos socialistas reggiano. Não podendo feri-los pelas suas ideias, porque isso obrigaria moralmente todos os camaradas da mesma corrente, de Turati a D'Aragona, a fazer com eles causa comum, feriu-os em nome da disciplina, aquela disciplina que não pareceu lesada aos directores do Partido pelo facto de figurar entre os candidatos do novo colégio, o sindicalista Faggi que não é sequer (e creio que nunca o foi) inscrito no Partido. E que foi assumido — pode acrescentar-se — não tanto para protestar contra a sua prisão injustificadíssima mas porque se calculou — e foi dito — que o seu nome podia chamar muitos votos à lista!
>
> Tudo é possível nestes tempos borgianos. Ficamos espantados, como dizia alguém, ao ter de constatar com quanta desenvoltura homens que têm a responsabilidade de dirigir um partido se afadigam(?) a demoli-lo.
>
> Seria de perder a cabeça... se a não tivéssemos bem assente sobre os ombros (³).
>
> Ai deles! Ai deles! Ai deles!

celli, era um capitão dos carabineiros introduzido no Partido Socialista por incumbência do Ministério da Defesa e tinha feito parte da missão militar italiana a Viena, depois acusado e processado por roubalheira e má administração.

O acidente Soncelli-Ferrari, que remontava a 1919-1920, teve consequências notáveis no interior do Partido Socialista, ao ponto de, vinte anos depois, no exílio parisiense, ser reevocado por Morgari, em todos os particulares, através de quatro crónicas publicadas no *Nuovo Avanti!*, números de 8 de Abril, 6 de Maio, 8 e 24 de Junho de 1939.

(³) De uma carta aparecida em *La Giustizia* (quotidiano socialista de Reggio Emilia, dirigido por Zibordi), intitulada *C'è sotto qualcosa?* e assinada «Um curioso» (12-6-1921).

SUBVERSÃO REACCIONÁRIA (*)

Ao jogo não muito significativo das combinações entre os vários grupos parlamentares, argumento predilecto da cabalística dos correspondentes romanos, seguiu-se onte na câmara a estreia do que gosta de se apresentar como o chefe da reacção italiana: Mussolini (1). E estreando-se, Mussolini quis recordar, quase como título de mérito, as suas origens subversivas. É uma ostentação ou o desejo de se conciliar maiormente com os favores do novo patrão? Um e outro dos motivos são concorrentes, sem dúvida, e é até verdade que a passada subversão do novíssimo reaccionário é um elemento que contribui não pouco para lhe delinear a figura. É preciso, porém, falar sem preconceitos e desfolhar um pouco também este mito mussoliniano, caro ao chefe da velha facção revolucionária do Partido Socialista. É mérito da maior maturidade de consciência fornecida pelas concretas experiências revolucionárias destes últimos anos, se, repensando nas posições e nos factos daquele tempo não podemos deixar de vê-los reduzidos e propor-

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 22-6-1921.

(1) Mussolini tomou pela primeira vez a palavra na câmara em 21-6-1921 com um discurso acesamente nacionalista, onde levantou a questão do Alto Adige, de Fiume e de Montenegro. Tocando as questões de política interna, estendeu as mãos aos populares e ao Vaticano e atacou socialistas e comunistas, declarando que estes deviam considerar-se derrotados mas, ao mesmo tempo, fez cautas propostas de conciliação à Confederação do Trabalho, desde que se separasse do Partido Socialista.

ções muito diversas do que nos pareciam então? Ao falar à Câmara, Mussolini usou talvez uma só palavra exacta, quando, a propósito do seu modo de conceber os conflitos políticos e de agir, falou de «blanquismo» (²). A confissão permite-nos colocar do ponto de vista mais oportuno para colher e apresentar com exactidão quanto instintivamente percebemos hoje de ilógico, de tolo, de grotesco, na figura de Mussolini. O «blanquismo» é a teoria social do golpe de mão mas, pensando bem, a subversão mussoliniana não tinha recebido dele senão a parte material. Também se disse que a táctica da III Internacional tem pontos de contactos com o «blanquismo», mas a teoria da revolta proletária, tal como é difundida por Moscovo e tal como foi actuada pelos bolchevistas, forma um todo com a marxista da ditadura do proletariado. Do «blanquismo», Mussolini tinha retido só a exterioridade, ou melhor, ele próprio o tinha feito tornar qualquer coisa de exterior, tinha-o reduzido à materialidade da minoria dominadora e do uso das armas no ataque violento. O enquadramento da acção da minoria no movimento de massas e o processo que faz da revolta o meio para uma transformação das relações sociais, tudo isso tinha desaparecido. A semana vermelha «romanhola», o típico movimento mussoliniano, era portanto definida do modo mais exacto por aqueles que a chamavam uma revolução sem programa.

Mas não basta; pode sustentar-se que para o chefe dos fascistas, desde então a hoje, as coisas não mudaram. A sua posição é, no fundo, ainda a daquele tempo. Também hoje ele não é mais do que um teórico, se assim se pode dizer, e um encenador de golpes de mão. O «blanquismo», na sua materialidade, pode ser hoje subversivo e amanhã reaccionário. Porém, é sempre revolucionário e reconstrutor só em aparência, destinado a não ter continuidade nem desenvolvimento, condenado a não saber ligar um e outro dos golpes de mão na linha de um processo histórico. Hoje os burgueses, meio atemorizados e meio espantados, olham para este homem que se pôs ao seu serviço como para uma espécie de novo monstro, revolucionador de situações reais e criador de história. Nada é mais falso. A incapacidade para ligar os anéis de uma construção histórica é tão grande no «blanquismo» deste epiléptico como o é na subversão malthusiana dos D'Aragona e dos Serrati. Pertencem todos a uma única família. Representam, tanto um como os outros, uma mesma impotência. Se na reacção italiana aparece hoje uma consistência e uma continuidade, essa provém de outros elementos, de outros factores, do carácter não só nacional mas comum a todos os países e de natureza bem diversa daquilo que quereria fazer acreditar este exasperado exaltador de si próprio. A luta contra as reivindicações e a resistência contra a desforra operária partem de bases mais concretas, mas sem dúvida que é significativo, para a seriedade da vida política italiana, que no cimo de um construção sustentada por um poderoso sistema de forças reais se encontre este homem que se deleita a fazer jogos de força e a masturbar-se com palavras.

Os políticos da burguesia, que julgam com a sua impotência e o seu medo, falam de uma subversão reaccionária. Para nós, e para todos aqueles que compreendem alguma coisa do jogo de forças que faz a política, não é mais do que uma mosca varejeira.

(²) No seu discurso, Mussolini gabou-se de ser «o primeiro a infectar essa gente» *(os comunistas)* quando introduziu «na circulação do socialismo italiano um pouco de Bergson misturado com muito Blanqui».

OS DIRIGENTES E AS MASSAS (*)

O tratado de paz (1) que está para ser estipulado entre parlamentares socialistas e fascistas terá uma notável importância na vida política italiana. Assinalará a falência do fascismo como movimento político e reduzirá aos seus termos objectivos e reais o colaboracionismo socialista, isto é, assinalará o princípio da falência política do Partido Socialista.

O tratado terá um puro significado parlamentar: será válido para os dirigentes, não terá qualquer valor para as massas. Mussolini, que aspira ao papel de habilíssimo e sagacíssimo deputado, aparecerá na sua veste real: uma mosca varejeira, um aprendiz de necromante que aprendeu a fórmula para invocar o diabo mas ignora a que pode fazê-lo tornar ao inferno. Os fascistas serão, pela tribuna parlamentar e pelo *Popolo d'Italia*, censurados ou renegados como «falsos fascistas»; os operários

---

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 3-7-1921.

(1) Estavam em curso, por iniciativa de De Nicola e de Bonomi, as negociações para o chamado «pacto de pacificação» entre socialistas e fascistas, que se prolongaram por todo o mês de Julho. O pacto, elaborado por uma comissão paritária de que faziam parte Zaniboni e Bacci pelos socialistas e Giuriati e Pasella, secretário-geral dos «Fascios», pelos fascistas, foi assinado em 3 de Agosto no gabinete do presidente da Câmara, De Nicola. Os firmatários comprometiam-se, entre outras coisas, a fazer cessar imediatamente «ameaças, vias de facto, represálias, punições, vinganças, pressões e violências pessoais», a respeitar reciprocamente os emblemas e as insígnias a denunciar qualquer violação dos acordos.

que opuserem uma resistência às violências reaccionárias serão massacrados como «delinquentes comunistas»; e o tratado terá vigor porque permitirá que Armando Bussi seja cordial com Benito Mussolini e que Tito Zaniboni aperte a mão a Farinacci ou a De Vecchi.

A paz entre fascistas e socialistas é o resultado de um estado de consciência em que interferem as duas falências políticas. A táctica fascista, porque correspondia a um plano político prestabelecido, propunha-se fazer reentrar na legalidade constitucional os dirigentes socialistas, induzindo-os à colaboração. Giolitti favoreceu o movimento fascista para o encaminhar para este fim preciso. As massas foram massacradas impunemente, as câmaras do trabalho, as casas do povo e as cooperativas foram incendiadas e saqueadas impunemente para induzir os dirigentes socialistas à reflexão. Foi aplicado em grande escala um método pedagógico que se usou outrora na família real inglesa: o príncipe era sempre acompanhado por um rapaz de baixa casta, o qual recebia os castigos em vez dele; a piedade pelo sofrimento e pelo choro deste infeliz devia induzir a melhores propósitos o princepezinho dado aos caprichos, às birras, à indolência. Para induzir os dirigentes sindicais e os deputados socialistas e acabarem com a «intransigência» e a colaborarem com o governo e com os capitalistas, Giolitti permitiu que os fascismo martirizasse regiões inteiras, que aterrorizasse milhões e milhões de cidadãos, que organizasse 400 000 pessoas armadas para a guerrilha civil. Plano maquiavélico, o de Giolitti. Mas a realidade é cheia de contradições: muito frequentemente, junto à face cinicamente pensativa de Maquiavel, estala a insolente risada de Stenterello. A táctica fascista e a pedagogia política giolittiana tiveram este resultado: esmigalhou-se a organização sindical italiana, as massas já não obedecem aos dirigentes pelos quais foram vilmente abandonadas no momento de perigo e do massacre.

Que fim teria uma colaboração dos socialistas com o governo? Os socialistas, os dirigentes sindicais, podem beneficiar o capitalismo só quando as suas palavras de ordem são recolhidas pelas massas organizadas nos sindicatos. Os dirigentes sindicais, individualmente, estão ao nível do zero. A sua ignorância é conhecida universalmente; a sua incapacidade administrativa é proverbial. Uma coisa é estipular acordos industriais, outra é governar um país. Os dirigentes sindicais só são apreciados quando se supõe que gozam da confiança das grandes massas trabalhadoras, só quando podem evitar greves e convencer os operários a aceitarem com resignação a exploração e a opressão do capitalismo «para salvar a nação da ruína». Hoje os socialistas, os dirigentes sindicais, perderam todo o controlo da classe operária; mesmo que quisessem não poderiam fazer nada. Foi este o resultado da táctica fascista e da pedagogia política de Giovanni Giolitti: substituir Labriola por Bruno Buozzi só significaria hoje substituir uma mosca varejeira por outra mosca varejeira.

É natural, portanto, que os fascistas se reconciliem com os socialistas: a fraqueza intrínseca de uns e de outros será menos evidente. Uuns e outros deixaram de ter uma função a desempenhar no país: tornaram-se precisamente partidos de governo e de «realização». Giovanni Giolitti é o seu homem representativo: e veremos, se os numes o permitirem, enquanto as massas não tiverem encontrado uma orientação e um enquadramento revolucionário, veremos Giovanni Giolitti chefiar um governo de moscas varejeiras socialistas, fascistas e populares [2].

[2] O governo de Giolitti tinha caído na câmara em 27 de Junho.

BONOMI (*)

O novo presidente do Conselho, Bonomi, é o verdadeiro organizador do fascismo italiano. Ministro da Guerra, não só permitiu que os oficiais participassem activamente nas facções políticas como organizou minuciosamente esta participação. Procedeu à desmobilização dos oficiais, não segundo um plano técnico mas segundo um plano político reaccionário pelo qual os oficiais desmobilizados deviam metodicamente tornar-se os quadros da guarda branca. Os depósitos de armas e de munições foram postos à disposição do fascismo; os comandantes de exército e de divisão receberam a palavra de ordem para estudarem as posições estratégicas da guerra civil e compilarem minuciosos planos de ataque. Oficiais superiores foram encarregados de observar a Itália, de referir, de sugerir. Bonomi é o verdadeiro representante desta fase sanguinosa da história burguesa. Como Noske, como Millerand e Briand, ele vem do socialismo. A burguesia confia nestes homens precisamente porque militaram e dirigiram o movimento operário; conhecem-lhe as fraquezas e sabem corromper os homens.

A chegada de Bonomi ao poder, depois do ingresso dos fascistas no Parlamento, tem este significado: a reacção italiana contra o comunismo passará de ilegal a legal. Ser comunista, lutar pelo advento do poder da classe operária não será um delito apenas segundo o conceito

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 5-7-1921.

de um Lanfranconi ou de um Farinacci, será um delito «legal», será sistematicamente perseguido em nome da lei, não só em nome do «Fascio» de combate local. Desenvolver-se-á em Itália o mesmo processo que se desenvolveu nos outros países capitalistas. Contra o avanço da classe operária, sucederá a coligação de todos os elementos reaccionários, dos fascistas aos populares e aos socialistas: os socialistas tornar-se-ão até a vanguarda da reacção antiproletária porque conhecem melhor a fraqueza da classe operária e porque têm vinganças pessoais a satisfazer.

Os comunistas nunca tiveram ilusões a este respeito. Sabem que têm que combater uma luta mortal, sem tréguas. Bonomi é o primeiro elo da cadeia de delitos que a social-democracia se prepara para cometer em Itália. A organização do fascismo militarizado tem a missão de concentrar, num só movimento, todas as correntes antiproletárias e anticomunistas que pululam no nosso país numa desesperada tentativa de travar a cada vez mais ameaçadora insurreição das massas contra o capitalismo destruidor; mas, em Itália, nem sequer os massacres e os atentados contra a liberdade conseguirão resolver a crise económica e refazer o edifício social arruinado pela guerra imperialista.

OS «SOLDADOS DO POVO» (*)

As declarações feitas aos jornais por Mingrino a propósito da sua adesão aos «Soldados do povo» servem magnificamente para pôr em relevo o comunicado do Partido Comunista sobre o mesmo argumento (1). As declarações de Mingrino correspondem à velha e estafada psicologia do Partido Socialista, que já baptizámos como neomalthusiana. Segundo esta concepção, o movimento pelos «Soldados do povo» conduziria fatalmente a uma repetição dos factos de Setembro de 1920, quando o proletariado metalúrgico foi conduzido para o campo da ilegalidade, foi posto em condições de não poder resistir sem se armar, sem ofender os privilégios mais sagrados do capitalismo e depois, bruscamente, tudo acabou porque a ocupação das fábricas visava apenas fins... sindicais.

Mingrino adere aos «Soldados do povo». Dá à instituição o seu nome, a sua qualidade de deputado socia-

---

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 15-7-1921.

(1) O movimento dos «Soldados do povo» surgiu na Primavera de 1921 com o fim de organizar a defesa contra o esquadrismo fascista e bem depressa contou com numerosas formações armadas de que faziam parte comunistas, socialistas, anarquistas, republicanos e sem partido. O novo movimento foi, porém, contrastado pelos grupos dirigentes de todos os partidos proletários. O Partido Socialista desaprovou-o desde o início e no texto «pacto de pacificação» declarou-se «estranho à obra dos Soldados do povo». Os comunistas aderiram numerosamente mas o *comité* executivo do PC de I não viu com favor o movi-

lista, o prestígio da sua figura, tornada simpática ao proletariado revolucionário pela sua posição durante a agressão fascista contra o camarada Misiano [2]. Mas qual é a missão dos «Soldados do povo», segundo Mingrino? Deveria limitar-se a determinar um equilíbrio à violência fascista, deveria ser de pura resistência, deveria, em suma, ter fins puramente ...sindicais.

Mingrino crês ainda que o fascismo seja uma manifestação superficial de psicose pós-bélica? Não se persuadiu ainda que o fascismo está organicamente ligado à actual crise do regime capitalista e que só desaparecerá com a supressão do regime? Não se convenceu ainda que é preciso dar às ideologias patrióticas, nacionalistas e reconstrutoras de Mussolini & C.ª um valor puramente marginal e que é preciso, pelo contrário, ver o fascismo na sua realidade objectiva, fora de todos os esquemas preestabelecidos, fora de todos os planos políticos abstractos, como um espontâneo pulular de energias reaccionárias que se agregam, se desagregam, se reassociam, seguindo os dirigentes oficiais só quando as suas palavras de ordem correspondem à íntima natureza do movimento, que é o que é não obstante os discursos de Mussolini, os comunicados de Pasella, as exclamações de todos os idealistas deste mundo?

Iniciar um movimento de desforra popular, aderir a um movimento de desforra popular pondo preventivamente um limite à sua expansão, é o mais grave erro de táctica que se pode cometer neste momento. Não é preciso

---

mento. Em 14 de Julho, um comunicado do partido confirma que os comunistas devem enquadrar-se em formações próprias. O artigo de G. assume aqui, pela sua posição mais aberta, o carácter de uma intervenção crítica. Mas em 7 de Agosto o Executivo do Partido avisa oficialmente os militantes de que não devem entrar nas fileiras dos «Soldados do povo» considerados demasiado legalitários e de duvidosa e equívoca formação. Para a reconstrução do acontecimento, cf. Paolo Spriano, *Gramsci il fascismo e gli Arditi del popolo*, in *Prassi rivoluzionaria e storicismo in Gramsci*, caderno n.º 3 de *Critica Marxista*, 1967, pp. 175-199.

(2) O socialista Mingrino tinha tentado defender Misiano quando este tinha sido agredido pelos fascistas e posto fora da Câmara. Foi depois ele próprio, em 18 de Julho, vítima de uma agressão fascista.

criar ilusões às massas populares que sofrem cruelmente e que das suas próprias condições de sofrimento são levadas a iludir-se, a querer aliviar a dor deslocando o flanco. Não se deve fazer acreditar que basta um pequeno esforço para se salvar dos perigos que hoje pesam sobre todo o povo trabalhador. É preciso fazer compreender, é preciso insistir para fazer compreender que hoje o proletariado não se bate contra uma única associação privada, mas sim contra todo o aparelho estatal, com a sua polícia, com os seus tribunais, com os seus jornais que manipulam a opinião pública segundo o bel-prazer do governo e dos capitalistas. É preciso fazer compreender o que não se fez compreender em Setembro de 1920: quando o povo trabalhador sai da legalidade e não encontra a virtude de sacrifício e a capacidade política necessária para conduzir até ao fim a sua acção, é punido com o fuzilamento em massa, com a fome, com o frio, com a inédia que mata lentamente, dia após dia.

São os comunistas contrários ao movimento dos «Soldados do povo»? Muito longe disso: eles aspiram ao armamento do proletariado, à criação de uma força armada proletária que seja capaz de derrotar a burguesia e de presidir à organização e ao desenvolvimento das novas forças produtivas geradas pelo capitalismo.

Os comunistas são também de parecer que para empreender uma luta não é preciso sequer esperar que a vitória seja garantida por escritura notarial. Muitas vezes na história os povos se encontraram na encruzilhada: ou perecer dia após dia de inédia, de esgotamento, semeando a rua com uns tantos mortos por dia, que depois se tornam porém uma multidão ao fim de semanas, de meses, de anos; ou correr o risco de morrer combatendo num supremo esforço de energia mas também de vencer, de parar bruscamente o processo dissolutivo para iniciar o trabalho de reorganização e de desenvolvimento que, pelo menos, assegurará às gerações vindouras um pouco mais de tranquilidade e de bem-estar. E salvaram-se aqueles povos que tiveram fé em si próprios e nos seus destinos e afrontaram a luta com audácia.

Mas se assim pensam os comunistas, pelos dados objectivos da situação, pelas relações de força com o adversário, pelas possibilidades de dominar o marasma e

o caos criados pela guerra imperialista, por todos os elementos que não podem ser inventariados e sobre os quais nem sempre se pode fazer um exacto cálculo das probabilidades, eles querem porém que pelo menos os fins políticos sejam claros e concretos, não querem que se repita hoje o que aconteceu em Setembro de 1920, pelo menos por aquilo que pode ser previsto e avaliado, que pode ser predisposto pela actividade política organizada em partido. Os operários têm modo de exprimir o seu parecer; os operários socialistas, que são revolucionários, que extrairam alguns ensinamentos da experiência destes últimos meses, têm modo de fazer pressão sobre o Partido Socialista, de obrigá-lo a sair do equívoco e da ambiguidade, de lhe fazer assumir uma posição nítida e precisa acerca deste problema que é o problema da própria incolumidade física do operário e do camponês. Mingrino é deputado socialista; se é um homem sincero, como acreditamos, tome ele a iniciativa de fazer sair do torpor e da indecisão as massas que seguem ainda o seu partido, mas não ponha limites à sua expansão se não quer assumir a responsabilidade de ter procurado ao povo italiano uma nova derrota e um novo fascismo multiplicado por todas as vinganças que a reacção implacavelmente exercita sobre os titubeantes e sobre os indecisos, depois de ter massacrado as vanguardas de assalto.

ENTRE AS DOBRAS DA BANDEIRA BRANCA (*)

Entre socialistas e fascistas houve uma tentativa para a pacificação nacional ([1]). O facto, que tem a sua grande importância histórica e política, foi determinado por uma pura e simples preocupação de carácter parlamentar, quer do grupo fascista quer do socialista.

A acção de rua também desta vez contrasta com a do Parlamento e se nos propomos demonstrar a fatuidade de iniciativa não o fazemos para usar a guerrilha quotidiana que se desencadeou em Itália mas porque nos agrada tirar o véu a todas as hipocrisias escondidas nas manobras políticas dos dois grupos em conflito.

Giovanni Giolitti, quando reassumiu o poder, tinha um ar de demagogo. O país estava em fermento, a classe trabalhadora apertava de perto a burguesia, e esta, horrorizada pelo delito que tinha desencadeado com a guerra, cedia completamente aos assaltos proletários.

Enquanto sobre o horizonte político se ia adensando ameaçadora a tempestade, os dirigentes do movimento operário permaneciam perplexos perante as necessidades de um acontecimento revolucionário. De resto, isto era a consequência de uma actividade política sempre desenvolvida com objectivos legalitários, fugindo não

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 13-7-1921.

([1]) Cf. *Os dirigentes e as massas*, pp. 193-194 do presente volume.

só de qualquer acção de rua mas da, ainda que mínima, preparação defensiva contra uma violência armada da reacção burguesa.

O velho beiçolas deu-se conta do estado de ânimo da classe trabalhadora e da perplexidade dos dirigentes e tentou, com audácia, pôr as massas e os dirigentes perante um acto revolucionário. A questão dos metalúrgicos culminou com a tomada de posse das fábricas. Giolitti *quis deixar cumprir* o acto revolucionário, fez armar o proletariado, anulou a autoridade do Estado, fez proclamar aos quatro ventos o fim da propriedade privada, pondo à dura prova os nervos da burguesia avara e hipócrita. Procedendo assim, avisava a burguesia sobre o perigo de uma revolução e experimentava, no terreno prático, a capacidade revolucionária das organizações operárias. A luta acabou no modo ignominioso que já todos conhecemos, deixando atrás de si a burla do controlo que, quer os dirigentes das organizações operárias quer os chefes de governo, glosam nos momentos de maior actividade política. Mas Giolitti quis divertir-se ainda mais e seguindo todo um plano de demagogia, que devia habilmente servir-lhe para esconder as suas intenções, fingiu ferir, com projectos de lei acerca dos lucros de guerra, todos os ladrões que tinham especulado com a maior desventura nacional: a guerra. Com esta «rebeldia», o homem de Dronero associava-se ao espírito público, eliminava as desconfianças e tinha nas mãos todos os que o haviam condenado como «desertor» durante as radiosas jornadas de Maio.

Contemporaneamente, tinha à trela os «dirigentes» do movimento operário dos quais tinha podido experimentar a absoluta incapacidade revolucionária. Assim seguro, Giolitti lançou mão do seu programa e preparou a reacção. Ele, como sempre, não quis comprometer o Estado numa reacção que se apresentava difícil e preparou o terreno para que esta se verificasse por obra da própria burguesia. Secundando o instinto revolucionário das massas, quis exacerbar a burguesia que de facto não tardou, no momento oportuno (isto é, quando todo o revolucionarismo se revelou uma bufonaria colossal), a desfechar a reacção com bandos armados do chamado fascismo. Giolitti imunizou o fascismo: encorajou-o com a sua imprensa, elevou-a a factor nacional de primeira ordem. O fascismo, aliado à política, triunfou facilmente sobre a organização operária, de facto preparada para se defender no terreno da violência. A acção fascista foi de golpear em vários pontos para poder aplicar a teoria da economia das forças, formidável em todos os pontos pela agilidade de movimentos, agrupando-se, convergindo onde mais necessária se tornava a acção rápida e terrorista.

O fascismo conseguiu assim aterrorizar inteiras populações subversivas e ter o país submetido à sua política de violência. O seu triunfo tornou-se agora a sua morte. Apesar de tudo, fazendo o balanço de seis meses de reacções, há evidentes sinais de desforra proletária. A disseminação do ódio feita pelo fascismo com os seus delitos, aprofundou o sulco do ódio de classe; as zonas atormentadas pelo martelo fascista são as dos desterrados sem casa e das famílias dispersas; os trabalhadores *sujeitos* à violência fascista, em vez de trabalharem no campo e nas oficinas com vontade e amor, meditam na vingança; por toda a parte se respira ar de conjura, de tal modo que a vida social parece artificial, enquanto altas nuvens ameaçadoras de próxima tempestade se adensam no horizonte. E desta vez a tempestade saberá onde golpear porque para alguma coisa serve a experiência dolorosa destes últimos tempos.

Tenta-se agora levantar, acima da barafunda, a bandeira branca da paz. Quem se prepara para hasteá-la são precisamente duas forças antagónicas: os fascistas e os socialistas. O governo procura tirar do facto as maiores vantagens possíveis.

Os fascistas justificam este seu espírito pacifista para conseguirem desarmar de qualquer veleidade revolucionária e bolchevista o movimento socialista. Mas para além desta, outra razão mais importante empurrou os fascistas para a realidade. Se os dirigentes do movimento socialista recuaram da linha do programa revolucionário, as massas permaneceram sempre desdenhosas e fechadas num terrível silêncio. Este comportamento das massas, cheio de incógnitas, representa a incomodidade em relação à acção fascista que não fez mais do que apressar e precipitar a crise do regime

num vasto mar de ódio, excelente explosivo para os trabalhadores que há dezenas de anos suportavam humilhações e explorações. Ao encontro destas preocupações fascistas vão os «dirigentes» do socialismo alardeando humanitarismo e propondo a fogueira para os documentos que difamavam a reacção fascista. Querem fazer esquecer o passado! Fadiga vã e de facto nobilíssima porque é com estas lágrimas sentimentais que prolongam a agonia do proletariado. O humanitarismo socialista esconde a impotência deste partido para enfrentar no terreno «classista» um movimento reaccionário da burguesia. Tal como em relação ao fascismo (é manifesta a finalidade da sua luta: levar ao poder facções provinciais e municipais, conceder ao capitalismo agrário e industrial liberdade de movimento para a exploração dos trabalhadores), assim para os socialistas é urgente demonstrar às massas que o bem-estar provém da acção legal, visto que de nada valeu pregar a resignação e que, pelo contrário, onde esta pareceu ser aceite, o ódio se torna mais forte sob a aparente tranquilidade da superfície.

No terreno da violência, os socialistas foram, portanto, derrotados; os fascistas dão-se conta de serem impotentes porque produzem mais mal ao regime do que uma revolução bolchevista. E por isso os homens parlamentares, de um lado e do outro, organizadores e funcionários, tentam expulsar para Averno (*) o diabo que foi evocado como salvação da pátria.

A situação é difícil e o espasmo do momento é dado pelas densas fileiras de desempregados e pelo cínico e sempre crescente encerramento de oficinas. Hasteia-se uma bandeira branca de paz no meio de tantos delitos e de tantas dores? Quem quis arteiramente lançar o país nesta via sem saída? Não foi a vontade de opressão da burguesia, não foi a avidez de riqueza de todos os ladrões do erário durante a guerra?

E então, abaixo a bandeira branca e fique como desafio eterno, marca de ódio purificador e libertador, a bandeira vermelha da fé e da esperança revolucionárias das massas.

Os comunistas não pactuam, lutam, batem-se, sofrem derrotas e dores, mas não pedem paz aos que têm o mundo do trabalho sujeito à violência de classe.

O tratado de paz, que o assinem os «chefes» nas tranquilas e frescas salas do Montecitorio, os trabalhadores estão ao sol, ao vento, à tempestade, lutando para vencer definitivamente todas as injustiças.

(*) O Inferno ou mundo dos mortos. — *(N. do T.)*

O CARRASCO E A VÍTIMA (*)

O governo e a imprensa burguesa procuram um desvio de atenção para mascarar a falência das negociações de paz entre os parlamentares fascistas e os parlamentares reformistas. O desvio foi encontrado: o Partido Comunista. O Partido Comunista não quer a pacificação, o Partido Comunista é a causa de todas as desgraças e de todos os sofrimenos que se abatem sobre o povo italiano, o Partido Comunista é uma associação de brigantes, de assassinos, de delinquentes comuns, o Partido Comunista é a única causa do fascismo. Assim como o Partido Comunista não quer a pacificação, também o governo de Bonomi não pode deixar de continuar a conceder aos fascistas tudo o que lhes agrada. As centenas e milhares de depósitos de armas e munições que os fascistas acumularam publicamente não serão sequestrados. As metralhadoras, os morteiros, os lança-chamas e os mosquetes serão deixados aos fascistas. Os fascistas poderão ainda desfilar nas cidades, em coluna, com espingardas ao ombro, com o capacete na cabeça, com as cartucheiras cheias de bombas. O Estado não intervirá, não aplicará a lei, não abrirá as prisões, não perturbará os juízes. O Estado não é, pelo que respeita aos fascistas, uma administração das leis, uma organização repressiva e punitiva; o Estado não existe para os fascistas, o Estado reconhece nos fascistas uma autoridade independente, e trata com eles de igual para

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 17-7-1921.

igual e reconhece-lhes o direito, se não se fizer a pacificação, de continuar impunemente a incendiar, a assassinar, a invadir cidades e aldeias, a decretar exílios e dissoluções da admnistração pública. Há uma certa ironia nesta acção pacificadora do governo italiano. Quem será o guarda e o avalista do «tratado de paz»? Quem se fiará na palavra de um governo que de tal modo, clamorosamente, confessa ser impotente ou estar de má fé? Como fará respeitar o «papel» que deveria ser jurado pelos subversivos e fascistas, este governo que não faz respeitar a carta fundamental do Estado, jurada pelo rei ao povo italiano?

Os comunistas não participarão certamente deste «mercado de tolos», não cumprirão certamente este delito contra o povo italiano. Não pode existir paz entre o carrasco e a sua vítima, não pode existir paz entre o povo e os seus massacradores. O Partido Comunista assume todas as responsabilidades desta sua posição. Sabe que se tornará alvo da coligação reaccionária, mas está seguro que, mesmo no caso de ser «pacifista», seria igualmente o alvo da reacção coligada. A classe operária italiana já viu quanto valem as palavras do governo italiano, depois da «limpeza» das fábricas ocupadas. Não deviam existir represálias: milhares de operários foram metidos na prisão e os tribunais suam abundantemente para delinear uma colossal conspiração; centenas de milhar de operários foram atirados para a rua, morrendo de fome com a família. Em Turim, também os operários socialistas já estão escaldados pela sua confiança na palavra dos reaccionários: permitiram que, num primeiro momento, fossem despedidos os comunistas das oficinas, os mais audazes lutadores da revolução, assinaram um pacto; hoje é a sua vez, hoje são despedidos. Quem faz respeitar aos reaccionários os pactos, as promessas, os juramentos? Mas não mostram eles, já antes da pacificação, toda a sua má fé? Não é com os comunistas, não é com o Partido Comunista como pequeno núcleo de indivíduos associados, que a reacção está irada; está irada com a classe operária e camponesa, como massa de assalariados escravos do capital; tem medo que a classe trabalhadora na sua totalidade, quer seja comunista, socialista, republicana, popular, oprimida, multada, esfomeada, se insurja contra os seus exploradores e mude as actuais relações de classe. Em Ferrara, nem sequer se tinha ainda formado uma secção comunista e, todavia, em Ferrara o fascismo foi especialmente feroz. Em todas as zonas agrícolas, em Polesine, em Reggiano, na Puglia, onde o fascismo instaurou o regime colonial, o Partido Comunista, essencialmente operário e urbano, tinha escassíssima força. Onde o Partido Comunista era especialmente forte, como em Turim, o fascismo adiou até ao mês de Abril a sua entrada em campo. A sua agressividade coincidiu com a crise industrial, com o *lock-out* da Fiat e apareceu luminosamente como uma coordenada táctica da luta capitalista contra a organização sindical. O fascismo não é uma particular associação, como não é uma particular associação o comunismo: o fascismo é um movimento social, é a expressão orgânica da classe proprietária em luta contra as exigências vitais da classe trabalhadora, da classe proprietária que quer, com a fome e com a morte dos trabalhadores, reconstruir o sistema económico arruinado pela guerra imperialista. Nesta luta, a iniciativa pertence ainda à classe operária, como ao fascismo pertence a iniciativa da guerra civil: a classe trabalhadora é a vítima da guerra de classe e não pode existir paz entre a vítima e o carrasco. Quem quer hoje arrastar o proletariado para a pacificação é, também ele, um carrasco: pela piedade que lhe inspiram hoje dez assassínios, aqueles preparam para amanhã a matança de mil. Nem sequer é piedade aquela, é vil hipocrisia; o Partido Comunista não quer ser hipócrita nem vil, precisamente porque sente deveras a piedade humana pelo destino atroz do povo trabalhador.

INSURREIÇÃO POPULAR (*)

Nos 365 dias do ano de 1920, 2500 italianos (homens, mulheres, crianças e velhos) encontraram a morte nas ruas e nas praças, sob o chumbo da polícia e do fascismo. Nos passados 200 dias deste bárbaro 1921, cerca de 1500 italianos foram mortos a tiro, com o punhal e com o pau ferrado do fascista, cerca de 40 000 livres cidadãos da democrática Itália foram vergastados, mutilados, feridos; cerca de 20 000 libérrimos cidadãos da democraticíssima Itália foram exilados por decretos regulares ou obrigados a fugir, perante a ameaça, dos seus locais de trabalho e vagueiam pelo território nacional sem defesa, sem emprego, sem família; cerca de 300 administrações municipais, eleitas por sufrágio universal, foram obrigadas a demitir-se; uns vinte jornais socialistas, comunistas, republicanos e populares foram destruídos; centenas e centenas de câmas de trabalho, de casas do povo, de cooperativas, de secções comunistas e socialistas foram saqueadas e incendiadas; 15 milhões da população italiana da Emilia, de Polesine, das Romagne, da Toscana, da Úmbria, do Véneto, da Lombardia foram tidos permanentemente sob o domínio de bandos armados que incendiaram, saquearam, golpearam impunemente, violaram os domicílios, insultaram as mulheres e velhos, reduziram à fome e ao desespero centenas de famílias, esmagaram todos os sentimentos populares, desde a religião à fa-

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 23-7-1921.

mília, fizeram morrer e endoidecer com o terror crianças e velhos. Tudo isto foi permitido pelas autoridades oficiais, foi calado ou exaltado pelos jornais; uma loucura colectiva pareceu ter invadido a classe dirigente, o Parlamento, o governo. Toda esta gente pensava que a vida nacional pudesse normalizar-se segundo o ritmo fascista; que nenhuma reacção, nem psicológica nem física, poderia fermentar na população de tal modo atormentada, humilhada, esmagada.

Hoje a situação muda. Já não se trata de indivíduos ou de grupos que se revoltam, que procuram defender-se ou vingar os seus mortos; são inteiras populações que se insurjem, sem distinção de partidos políticos; o padre faz tocar o sino a rebate, enquanto as mulheres preparam o azeite quente e os homens se armam com tudo o que possa golpear, formam esquadras de defesa e, de repente, sentindo ferver todo o ódio acumulado, todas as humilhações sofridas, tornam-se furiosos e perseguem o fascista como se fosse um invasor estrangeiro que se pôs de parte da humanidade pela sua ignomínia e ferocidade. E o Estado move-se finalmente; hoje que a população se insurje, o Estado move-se; hoje que a fúria popular quer fazer justiça pelas dores sofridas, o Estado move-se. Com prudência, com cautela, porque já não se trata de golpear a pobre gente, trata-se de golpear os filhos dos burgueses, gente que enquanto saqueia, grita «viva a Itália, viva o rei»; gente escolhida, em suma, de bem, ligada por vínculos de parentesco aos deputados, à hierarquia militar, à magistratura.

Assim é. Treze fascistas [1] foram mortos pela força pública, 13 componentes de um bando armado de

(1) Tantos tinham sido os fascistas mortos em Sarzana. As coisas desenvolveram-se assim: uma expedição armada de seiscentos fascistas, encabeçada por Amerigo Dumini, tinha-se disposto à volta de Sarzana com a intenção de libertar dez fascistas detidos, por violências, no cárcere da cidade; mas pela primeira vez os fascistas encontraram-se perante a decidida resistência de um pelotão de onze carabineiros. Aos primeiros tiros, os fascistas fugiram deixando no terreno três ou quatro mortos e muitos feridos. Dos restantes que se dispersaram pelos campos, uma outra dezena foi morta pelos camponeses e pelos «Soldados do povo» de Sarzana.

600 pessoas, dirigido contra uma cidade: luto, choro, desolação. 2500 italianos foram mortos em 1920; 1500 italianos foram mortos nos primeiros seis meses de 1921; mas eram de baixa casta, mas eram gado popular que é muito numeroso, que é um obstáculo para as disponibilidades de víveres, que é exuberante para a possibilidade produtiva do aparelho capitalista industrial e agrícola; por isso nenhum protesto pela sua morte, nenhum luto, nem lágrimas nem desolação pelo seu fim violento. Os 13 valem mais do que 4000; a morte dos 13 faz esquecer a morte de 4000, faz esquecer as dores, os sofrimentos de milhões e milhões de população submetida ao regime de invasão fascista.

Tudo isto é natural. Seria tolice esperar diferentes estados de ânimo, seria absurdo esperar uma acção permanente, por parte do Estado e dos jornais, contra o terror fascista. Pedir à classe dirigente que esmague o fascismo, seria como pedir o suicídio. As armas que por cinco minutos estiveram apontadas contra os fascistas não tardarão a apontar-se contra o povo insurrecto; a insurreição popular servirá ao Estado burguês para identificar as armas em poder dos trabalhadores e para procurar anulá-las. As mais absurdas lendas serão criadas contra o povo bárbaro, desumano, formado por canibais; por 13 mortes burguesas permitir-se-á uma hecatombe de 1000 trabalhadores.

Se o povo não está permanentemente vigilante, se se deixa desarmar, se se deixa iludir com as promessas de quem nunca manteve uma promessa [...]. Esta que atravessamos é verdadeiramente a hora da cólera popular; mal dos partidos políticos que não souberem tomar uma decisão, que da experiência histórica dos outros países não souberem extrair uma orientação para a sua acção.

O Partido Comunista está no seu lugar: está-se tornando o partido mais popular de Itália, pelo valor dos seus militantes que se põem à cabeça das populações insurrectas e as guiam para a libertação e para a paz. As populações estão-se convencendo que o Partido Comunista é hoje o único partido que quer a ordem e a tranquilidade e que pode assegurar estes dois bens inestimáveis à sociedade dos homens. As populações

vão fazendo a sua experiência, difusa e profunda, sobre o valor da democracia parlamentar e da legislação burguesa (incapazes de dar às massas pão, paz, segurança das pessoas e do domicílio), insurgem-se e unificam-se nas cidades e nas aldeias. Os jornais burgueses, porque vêem comunistas por toda a parte, têm uma intuição precisa da realidade italiana: em Itália, cada insurreição popular orienta-se rapidamente para o Partido Comunista, em Itália, à revolução comunista será o movimento mais popular e mais profundo que jamais se verificou na história do nosso país.

GOLPE DE ESTADO (*)

Os Stenterellos da Confederação Geral do Trabalho estão permanentemente em maré de alegria. Inteiras regiões são postas a ferro e fogo pela guarda branca, a actividade sindical é completamente despedaçada, não subsiste nenhuma garantia constitucional para os indivíduos e para as associações, os operários e os camponeses são impunemente fuzilados por bandos armados de mercenários que vão livremente de província em província e de região em região, mas os Stenterellos da Confederação não perdem por isso o apetite nem o bom humor.

Existe em Itália a possibilidade de um golpe de Estado? Qual deve ser a posição da Confederação, do organismo máximo do proletariado italiano em relação a esta possibilidade? Os Stenterellos confederais riem só com o facto de se pôr a hipótese de golpe de Estado. Mas não vivemos hoje em Itália em plena atmosfera de golpe de Estado? O que significa, o que representa a situação de inteiras províncias e inteiras regiões onde é o fascismo quem governa e não autoridade oficial? Não foi restaurada a pena de morte, não foi restabelecido o uso do cassetete e estas formas de punição não são administradas por organismos extra-legais?

Este é o ambiente do golpe de Estado, não é ainda o golpe de Estado na sua plena eficiência. Existe ainda

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 27-7-1921.

o Parlamento, o governo é ainda escolhido e controlado pelo Parlamento; nenhuma lei excepcional aboliu ainda formalmente as garantias estatutárias. Mas é possível imaginar que a actual condição das coisas possa durar ainda por muito tempo? Existem hoje em Itália dois aparelhos repressivos e punitivos: o fascismo e o Estado burguês. Um simples cálculo estimativo induz-nos a prever que a classe dominante, em certo momento, virá a amalgamar, mesmo oficialmente, estes dois aparelhos e despedaçará as resistências opostas pela tradição do funcionamento estatal com um golpe de força dirigido contra os organismos centrais do governo. Teremos então o «golpe de Estado», segundo o esquema construído pelas ideologias democráticas sobre o Estado parlamentar: verificar-se-ão resistências por parte do povo, tentativas de insurreição local, resistências por parte da burocracia que, com razão, temerá ser sacrificada para satisfazer as exigências económicas de uma multidão de desempregados à procura de emprego e de ordenados. A parte mais reaccionária e petulante da classe dirigente acabará por impor a sua ditadura sanguinosa, dissolverá as organizações operárias, entregará todo o poder nas mãos da casta militar. Existe ou não este perigo? E como deve comportar-se a Confederação em relação a ele?

Recordámos, numa *manchette*, que a Confederação Geral do Trabalho da Alemanha dedicou três meses de trabalho organizativo para ser capaz de despedaçar o golpe de Estado Kapp-Lüttwitz (1). Os Stenterellos da Confederação italiana aproveitam a oportunidade para

(1) O golpe de Estado Kapp-Lüttwitz, de 13 de Março de 1920, foi uma tentativa de esmagar a República Democrática Alemã, falida depois pela greve geral proclamada tempestivamente pelos sindicatos. A *manchette de Ordine Nuovo*, a que se refere Gramsci, de 16 de Julho de 1921, dizia: «A Confederação Geral do Trabalho, na Alemanha, tinha dedicado três meses de trabalho organizativo para ser capaz de despedaçar o golpe de Estado Kapp-Lüttwitz. A Confederação do trabalho italiana previu a possibilidade de um golpe de Estado em Itália? Não crê oportuno dizer claramente às multidões populares o que devem fazer para impedir este último atentado contra a sua liberdade e contra a sua existência?.»

concluir que é preciso colaborar com «aquelas forças não rigidamente revolucionárias e classistas que são contrárias ao golpe de Estado». Na Alemanha, as massas proletárias despedaçaram, com a greve geral insurreccional, a tentativa de Kapp-Lüttwitz; hoje recomeça-se, o perigo de golpe de Estado aumentou. Os «colaboradores» não rigidamente revolucionários que em nada tinham contribuído para a resistência, opuseram-se à continuação do movimento insurreccional, opuseram-se ao prosseguimento da luta para a instauração da República dos Sovietes alemães. Assim as forças reaccionárias não foram reprimidas, puderam retirar-se em boa ordem, espalhar-se segundo um plano preestabelecido e retomar o trabalho de armamento, de recrutamento e de organização que hoje dá a Kapp e Lüttwitz uma maior probabilidade de êxito.

A experiência alemã deveria ensinar alguma coisa às organizações operárias dos outros países; não ensina nada aos Stenterellos italianos. Estes insolentes da política iludem-se ainda que podem, com contratos vergonhosos, evitar as vergastadas e as balas. Nem sequer o exemplo húngaro foi suficiente para os induzir a estabelecer uma linha de acção que seja coerente com a realidade dos acontecimentos. O que hoje sucede em Itália não os move minimamente: continuam a abanar-se na mais feliz e simplória das indiferenças.

Incêndios, assassínios, vergastadas, fuzilamentos em massa, dissolução de organizações, ocupação dos locais de trabalho, impossibilidade de reunião, formação de uma massa (que cada dia se torna mais numerosa) de prófugos, de exilados, de esfomeados; criação de estados de ânimo que pelo desespero ameaçam passar à loucura e ao furor colectivo: tudo isto não os preocupa, não os sacode, não os induz a adquirir um maior sentido das responsabilidades. Brincam, riem, divertem-se espirituosamente com o Partido Comunista que não tem a força necessária para proclamar a...revolução.

A experiência húngara deixou um ensinamento: os reaccionários, para baterem os comunistas, acariciam num primeiro momento os socialistas, estabelecem pactos com eles, fazem acordos de pacificação; uma vez batidos os comunistas, os acordos e os pactos são ras-

gados e também os socialistas saborearão a corda e as balas. A alegria que permanentemente caracteriza os Stenterellos confederais, segundo a lógica dos acontecimentos, surge como a antecipação da careta desta pobre *élite* dirigente do proletariado italiano que, pelas suas indecisões, pela sua inépcia, pela sua incapacidade de compreender as situações políticas, ameaça ser arrastada para um caos de barbárie sem precedentes na história do nosso país.

A HORA DO PROLETARIADO (*)

A burguesia enche-se de coragem. A burguesia sente-se hoje segura, depois de ter superado um grave perigo. E para esquecer o perigo que correu, põe-se a disparar golpes cegos contra o inimigo que julga ter vencido e desfeito. O inimigo deve desaparecer. Nenhuma piedade, nenhumas atenunantes. A burguesia tremeu demasiado em todo o mundo. Por isso quer a derrota, o aniquilamento completo do seu inimigo. Nenhum sinal deve ficar dele no mundo. Nem sequer a recordação; nem sequer a mais pálida sombra deve sobreviver. A burguesia odeia mortalmente o comunismo. A burguesia mundial toda ela está de acordo em acabar com ele para sempre. Fechadas as oficinas, parado o trabalho nos campos e nas minas, aumentou por todo o lado o número dos desempregados. Os trabalhadores esfomeados e dispersos pelas ruas e praças perderam o seu centro natural de luta. Por outro lado a burguesia, servindo-se da fome como instrumento de luta contra os trabalhadores, pôde organizar a sua defesa com guardas brancos, lançando por toda a parte o terror, semeando carnificinas e determinando a ruína de todo o aparelho de produção mundial. A classe operária, deprimida pela fome, humilhada pelo desemprego, encontrou-se assim a lutar contra os seus exploradores em condições desiguais, em modo de ter que se sujeitar às

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 6-8-1921.

suas leis ou sucumbir. Mas não era apenas isto que a burguesia se propunha. Enfraquecer o espírito revolucionário das massas operárias, obrigando-as pela fome a pactos iníquos, devia ser só um meio para se desfazer da organização comunista. Isolar os comunistas para os exterminar é o propósito real perseguido pela burguesia e pelos Estados capitalistas de todo o mundo. A fome era por isso um óptimo meio para destruir a rede de Conselhos e de órgãos revolucionários que os comunistas tinham construído em cada país para a luta suprema contra a exploração do capitalismo. Mas se isto acontecia e podia acontecer em todos os países e Estados capitalistas, não era suficiente para afastar o perigo revolucionário até que a Rússia dos Sovietes permanecesse de pé, símbolo vitorioso da revolução proletária. Para que servia encarcerar milhares e milhares de operários comunistas, fazer assassinar outros tantos, se um grande Estado proletário resistia aos golpes da reacção mundial e conseguia ter sempre erguido o estandarte da rebelião contra a exploração do homem pelo homem?

A Rússia dos Sovietes, a gloriosa República dos Conselhos operários e camponeses, resistindo sem nunca se enfraquecer aos ferozes ataques da Santa Aliança burguesa, afirmava o princípio da revolução vitoriosa. Eis por que era necessário que a burguesia desmantelasse, antes de mais, esta fortaleza da revolução mundial para poder aspirar de novo ao sono tranquilo. Todas as armas e todos os meios foram adoptados para combater a República dos Conselhos. Mas nesta frente, a burguesia mundial, ainda que ajudada pela cumplicidade dos sociais-reformistas, teve que reconhecer a sua importância para esmagar a revolução proletária. A Rússia dos Sovietes triunfou de todos os brigantes e de todas as manobras contra-revolucionárias.

A burguesia foi, conforme os momentos, complacente e impiedosa: complacente nos momentos em que a República do Conselhos se afirmava a mais forte e ameaçava estender-se; impiedosa quando a sua sorte parecia mais incerta. Política de vileza e de oportunismo, como é sempre a política das burguesias. Uma prova disto é-nos oferecida hoje.

A Rússia dos Sovietes atravessa uma hora crítica, ao mesmo tempo fruto das consequências do infame bloqueio e de uma terrível carestia que se abateu sobre algumas das mais férteis regiões. A Rússia tem hoje grande necessidade de víveres e de medicamentos. Graves doenças acompanham a triste desventura da carestia. A Rússia apela para todos os operários e operárias do mundo para que vão em seu auxílio, enviando víveres e medicamentos. Ora desta circunstância tentam aproveitar todos os inimigos da república operária para a abater definitivamente. Os Estados e os governos assassinos, que têm contribuído com o bloqueio para agravar as condições económicas da Rússia proletária, estão felizes que também a carestia tenha vindo em seu auxílio e meditam como servir-se dela contra a República dos Sovietes.

A ajuda que os irmãos russos pedem aos operários de todo o mundo não poderá ser fornecida sem primeiro vencer graves dificuldades. As burguesias de todos os países não permitirão o envio de víveres para a Rússia esfomeada senão através de um pacto e que este sirva para esmagar o governo dos operários e camponeses. Todos os obstáculos serão levantados contra a Rússia para que ela se extinga. O humanitarismo e a filantropia dos governos burgueses são apenas máscaras sob as quais se esconde a sua verdadeira essência. Os trabalhadores atravessam hoje, por toda a parte, momentos críticos. Também eles estão na fome e na miséria. Mas darão. Os trabalhadores sabem o que é o sacrifício. Pobres, saberão dividir o seu pão com os irmãos russos.

Mas não basta organizar a solidariedade dos operários com a Rússia. Recolher víveres e dinheiro é o menos que se pode fazer pela Rússia. Ocorre depois assegurar que os víveres possam alcançar os países esfomeados. Para que isto seja possível, ocorre impedir que contra a Rússia do Sovietes se preparem e se organizem novas expedições. A Rússia tem necessidade de se dedicar com tranquilidade a sarar os males do seu flagelo. Esta segurança só pode e deve ser garantida pelo proletariado revolucionário de todo o mundo.

Nenhuma nova agressão contra a Rússia operária; nenhum obstáculo à ajuda que os trabalhadores de to-

dos os países se preparam para dar aos seus irmãos russos com espírito de abnegação e sacrifício. O proletariado revolucionário de todo o mundo tem a tarefa de impedir que os inimigos da República dos Sovietes façam morrer milhares de crianças e de operários, pela sua aversão ao comunismo. O proletariado revolucionário não deve poupar coisa nenhuma para cumprir esta tarefa. Tem que estar vigilante e pronto nesta hora de grave perigo para a primeira república operária e para o superior interesse da revolução mundial.

PROBLEMAS MORAIS E LUTA DE CLASSES (*)

O tratado de paz entre fascistas e socialistas traz também a assinatura da Confederação Geral do Trabalho. Este acto do máximo organismo sindical é perfeitamente justificável com a táctica que os *labour leaders* italianos seguem há anos para a realização do seu ideal político: um Estado «democrático» baseado no princípio da representação parlamentar de classe e de categoria e na centralização de todas as actividades económicas na burocracia estatal-sindical. Marcos miliários deste percurso: a participação na mobilização industrial do período da guerra, a adesão à grande comissão (1), as propostas de Constituinte a seguir à guerra, os projectos para o Parlamento do trabalho e a transformação do Senado com a representação profissional, a desvalorização das Câmaras do trabalho e a centralização trabalhista na secretaria confederal, a transformação dos sindicatos segundo o princípio das corporações, o controlo estatal-sindical na indústria, a permanência na Internacional de Amesterdão e consequente colaboração com a secretaria internacional do trabalho da Liga das

(*) Não assinado. *L'Ordine Nuovo*, 7-8-1921.

(1) Assim tinha sido chamada a comissão criada em Agosto de 1918 pelos socialistas para estudarem as reivindicações imediatas do partido no após-guerra (cf. o *Avanti!* de 12-8-1918, *La «Commissionissima» socialista per il dopo guerra*, manifesto assinado pela direcção do Partido Socialista, pelo Grupo Parlamentar Socialista e pela Confederação Geral do Trabalho).

Nações, etc. O pacto de paz estipulado com a intervenção oficiosa do Estado, ao mesmo tempo que é uma renúncia, também dolorosa, para os poucos maximalistas do Partido Socialista, é uma conquista para os trabalhistas que dirigem a Confederação e puxam os fios dos fantoches do teatro de Barnum.

O Partido Socialista Italiano, que nunca soube corrigir-se do pecado de origem democrática, parlamentar, pequeno-burguesa, foi sempre pouco temido pelas nossas classes dirigentes.

Com a guerra e a revolução russa, a luta de classes assumiu por toda a parte, na Europa, o carácter aspérrimo do esforço para o derrube do poder burguês e a instauração da ditadura proletária.

A grave situação operou o que os homens de boa vontade teriam querido evitar. O *bongarçonnisme* tornou-se cada vez mais impotente perante a fatalidade da história.

Daí resultou a cisão no socialismo mundial. Data de então, em Itália, a agudização dos dissídios que provocaram os mais acesos debates sobre as relações entre os sindicatos dominados pelos trabalhistas e o Partido Socialista, e que levaram à saída dos comunistas.

A cisão assinalou o fim político do «maximalismo» e a submissão do PSI aos homens da Confederação. A máscara revolucionária foi conservada com intenção de pura demagogia.

O facto é previsto no desenvolvimento da luta de classes, que tende a polarizar-se no trabalhismo colaboracionista e no Partido Comunista, classista, revolucionário.

O dissídio entre revolucionários e reformistas sobre as tarefas dos sindicatos era, no fundo, dissídio entre a burocracia sindical — que centralizava em si todas as funções políticas da organização operária — e as massas organizadas. Assim se explica como o fascismo — enquanto os seus chefes parlamentares afirmavam o respeito pelas organizações operárias para agradar aos chefes parlamentares do socialismo, com os quais se pacificaram hoje solenemente como se nunca tivessem estado em guerra — se desenvolveu essencialmente com carácter anti-sindical. As fortalezas do sindicalismo reformista, sob o ímpeto da reacção branca, caíram uma a seguir à outra. As Câmaras de trabalho foram incendiadas às dezenas, as organizações dissolvidas ou impossibilitadas de funcionar, os dirigentes exilados, presos e algumas vezes até assassinados, as conquistas maiores pisadas, mas a táctica dos trabalhistas não mudou.

Continuaram a olhar o Estado como o único meio capaz de restabelecer, com a autoridade da lei, a normalidade da acção sindical e, além disso, como a única realidade social.

Assim hoje os chefes reformistas da Confederação Geral do Trabalho não quiseram sequer fazer um exame sumário de consciência, antes de subscrever o tratado de paz com os fascistas.

A presença dos representantes do Estado foi, pelo contrário, desejada por eles e, como sempre, docilmente aceite pelos maximalistas. Os trabalhistas da Confederação Geral do Trabalho assinaram o tratado de paz com a consciência de cumprirem, desse modo, um acto de colaboração, anticlassista, contra-revolucionário, de contribuirem para restaurar a autoridade da lei e do Estado, de aproximar o dia da sua entrada no «poder» com a liquidação dos últimos resíduos de maximalismo intransigente que ainda põe obstáculos a esta via.

O *Avanti!*, comentando o «pacto» de Roma, declarou tratar-se de uma simples trégua, aconselhada por motivos tácticos, sem qualquer outro valor do que um acto de guerra, porque «não pode haver cessação da luta de classes» mas apenas mudanças de forma de acordo com as várias contingências. Mas o *Avanti!* é o órgão do maximalismo, isto é, a cena do teatro de Barnum, enquanto que para fazer uma ideia mais exacta dos acontecimentos é muito mais útil conhecer o pensamento dos que movem os cordéis.

Gino Baldesi, em *Battaglie sindicali*, órgão da Confederação Geral do Trabalho, comentando o tratado, diz precisamente o contrário de quanto se afirma no *Avanti!*:

«Não é a paz concluída entre dois exércitos em guerra. O «pacto» de Roma é um pacto «moral» que tende a expulsar da vida civil tudo quanto ali se tinha infiltrado e que envenenava a existência.»

Os dirigentes confederais nem sequer se preocupam, como o *Avanti!*, de saber se o tratado será executado ou não:

«Que os gregários, os associados, os sequazes de quem os representou assinando, obedeçam ou, não é coisa de secundária importância. Pelo contrário: se tivéssemos que acreditar nas propostas aprovadas pelos fascistas das regiões mais doridas, seríamos assaltados por um sentido de tristeza pelo temor que a boa vontade dos dirigentes tenha que embater-se contra a decidida e contrária vontade dos gregários.»

Os trabalhistas têm sempre uma solução: o Estado. Se o tratado não for seguido, fá-lo-ão cumprir eles, andando directamente ao governo se for necessário: «*As leis existem e devem valer para todos. Quem não tem fé, tem de pagar à lei que o pune.*»

Assim, enquanto o *Avanti!* considera o tratado um acto de classe, Stenterello, que a sabe toda, não lhe dá mais valor prático do que o de condenação da violência e de valorização da lei, do Estado, do «são» princípio de colaboração.

Baldesi pensa nos «problemas morais». O fascismo é para Stenterello um problema moral. Que G. M. Serrati lhe ofereça algum dos seus opúsculos de propaganda elementar, a dois centavos o exemplar, para que possa aprender que na luta de classes o único problema «moral» é a vitória da classe.

PROSSEGUIR NA LUTA (*)

Contra a onda reaccionária que tenta submergir as conquistas obtidas pela classe operária nestes últimos anos de luta, ocorre erguer uma potente barragem. Esta barragem é a unidade de todas as forças operárias, cimentadas por uma única vontade de resistir ao assalto patronal. A crise deixada pela guerra, como herança, em todo o mundo, não pode ser aproveitada como justificação do comportamento patronal. A guerra foi o que o foi, tumo menos o fruto das culpas das classes trabalhadoras. O regime que produziu a guerra é o mesmo que cria agora o desemprego e a miséria em todo o mundo. Todos os delitos, todas as penas, todas as privações inauditas que este regime, baseado na propriedade privada, traz consigo, devem pesar apenas sobre o povo trabalhador? A classe rica, a classe patronal deve poder esfomear sempre a classe operária e camponesa para que se salvem os seus lucros, para que a sua propriedade não sofra mutilações, limites, diminuições de qualquer espécie? Tudo isto é impiedoso mas nenhum grito de dor ou de humanidade poderá impedi-lo. A lei da propriedade é mais forte do que qualquer sentimento de filantropia. A fome dos pobres, dos que produzem a riqueza dos outros, não é delito na sociedade que reconhece como sagrado e inviolável o princípio da propriedade privada: que os patrões fechem as fábricas,

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 24-8-1921.

reduzam os salários aos operários, isto não está fora da lei que regula a sociedade capitalista. Mas os operários e os camponeses devem, também eles, raciocinar partindo de um semelhante ponto de vista? Ou não têm eles o dever de fazer um raciocínio oposto, isto é, dizer que a crise deve ser superada sacrificando quem a produziu, quem é a causa permanente? Decerto que os operários e os camponeses não podem e não devem fazer um raciocínio diferente. É verdade que o mundo da produção atravessa um desequilíbrio indizível; é verdade que as indústrias estão arruinadas, que os patrões correm muitos riscos ao investir agora os seus capitais; mas, repetimos, que significa isto senão a bancarrota, a falência do actual sistema de produção? Os operários e os camponeses querem dar-se conta da crise e resolvê-la mas não para refazer o capitalismo que lhe dá fome e o oprime com o seu aparelho de exploração. Os operários e os camponeses devem lutar agora pela sua libertação. A crise que os atirou para os braços da fome não é igual às que se verificam periodicamente no mundo da produção capitalista. É tal a extensão da crise que dela só se sai de um modo: ou com o esmagamento geral da classe operária ou com a morte completa do capitalismo. Porém, com esta diferença: que só a classe operária é capaz de restabelecer o equilíbrio no mundo da produção que a guerra arruinou. A classe operária só tem por isso uma via: lutar até à vitória se se quer salvar a si própria e à humanidade inteira da ruína do aparelho geral da produção. A primeira condição para esta vitória é, naturalmente, a de resistir contra o assalto patronal às condições de vida alcançadas pela classe operária. A proposta que os comunistas fizeram aos máximos organismos sindicais de Itália para uma batalha numa frente alargada contra a reacção patronal, mantida e encorajada com o apoio do governo, tem precisamente o significado de querer chamar a atenção das massas para este seu primeiro dever.

Os dirigentes da Confederação e da União Sindical responderam até agora ao *comité* sindical comunista, os primeiros mostrando ignorá-lo e os segundos dizendo-se cépticos acerca do valor e da possibilidade da frente unida contra a classe patronal. Não é isso que conta.

Os dirigentes dos dois organismos obedeceram a sentimentos próprios, que não podem ser e não serão partilhados pelas massas que sofrem as consequências terríveis da crise. Os dirigentes reformistas da Confederação podem dizer que o patronato é hoje o mais forte, mas este raciocínio foi o que sempre defenderam e, por outro lado, os operários nunca foram mais fortes do que os patrões. Seguindo o raciocínio dos reformistas, a classe operária deveria suportar a fome sem sequer agitar um dedo. O hábito mental oportunista e o amor à imobilidade dos senhores reformistas que dirigem a Confederação conduzem-nos forçosamente a semelhantes raciocínios todas as vezes que ocorre fazer alguma coisa. Os operários e camponeses sabem, porém, por experiência, que tudo o que conquistaram o pagaram com o preço do sangue. Os operários e camponeses, sobre os quais quereriam fazer pesar as consequências da crise, não podem raciocinar como os mandarins da Confederação. Por isso eles têm o dever de se colocarem resolutamente no terreno da acção e de exigir que as propostas dos comunistas não sejam postas de parte com uma simples declaração de diplomacia sindical. Compete aos operários obter que os órgãos nacionais sejam convocados urgentemente para discutir as propostas comunistas e vigiar para que as decisões não contradigam as suas esperanças. E isto pode fazer-se só com uma válida e directa organização. Nas oficinas onde ainda se trabalha, devem organizar-se grupos permanentes de operários que expliquem em todos os seus detalhes o alcance da agitação que os comunistas propõem em defesa das suas condições de existência. Os grupos de oficina devem organizar-se, além disso, por indústria, pondo-se em contacto com os outros grupos semelhantes. Todos em conjunto, devem criar uma ligação geral com o Comité sindical comunista local. Onde existe o desemprego, devem criar-se Conselhos de desempregados por sectores, bairros, casas, etc. Estes Conselhos de desempregados têm a obrigação de dedicar a maior actividade para que uma estreita ligação seja criada entre eles e os grupos de fábrica. Isto como acção geral de propaganda e de preparação para conseguirem, com a pressão directa, que os organismos locais se ex-

primam sobre as propostas comunistas, e oponham, pelo menos, um seu plano de acção em defesa das ameaçadas condições da classe operária. Do modo mais concreto, ocorre organizar numerosos comícios de operários de fábrica e de desempregados, separadamente e em conjunto, fazer votar precisas propostas que devem depois ser levadas às organizações sindicais, feitas aprovar e impostas aos órgãos directivos.

É necessário desenvolver toda esta acção com fé, tenacidade, entusiasmo. As massas operárias devem sacudir-se do estado de humilhação para que foram atiradas pela propaganda adormentadora dos reformistas, agentes directos ou indirectos da classe patronal. As massas operárias devem opor uma tenaz resistência ao assalto que o capitalsmo desfechou contra as suas posições, se quiser mantê-las e defender o seu futuro. Mas quem, acima de tudo, deve agir neste momento, sem nunca se cansar, é o operário comunista, o que milita no Partido Comunista. É a esses que é confiada a tarefa da organização para que nenhum elemento seja transcurado na luta, em duas frentes, que se está delineando em Itália. Numa e noutra, a vitória deve ser dos operários e do comunismo.

OS DOIS FASCISMOS (*)

A crise do fascismo, sobre cujas origens e causas se está escrevendo tanto nestes dias, é facilmente explicável com um exame sério do próprio desenvolvimento do movimento fascista.

Os «Fascios» de combate nasceram, a seguir à guerra, com o carácter pequeno-burguês das várias associações de sobreviventes surgidas naquele tempo. Pelo seu carácter de dedicida oposição ao movimento socialista, herdada em parte pelas lutas entre o Partido Socialista e as associações de intervenção no período da guerra, os «Fascios» obtiveram o apoio dos capitalistas e das autoridades. A sua afirmação, coincidindo com a necessidade da formação, pelos agrários, de uma guarda branca contra o crescente prevalecer das organizações operárias, permitiu que o sistema de bandos criados e armados pelos latifundiários assumisse a própria etiqueta dos «Fascios», à qual conferiram, com o sucessivo desenvolvimento, a sua própria característica de guarda branca do capitalismo contra os órgãos de classe do proletariado.

O fascismo conservou sempre este vício de origem. O fervor da ofensiva armada impediu até hoje o agravamento do dissídio entre os núcleos urbanos, pequeno-burgueses, prevalentemente parlamentares e colaboracionistas, e os rurais, formados por proprietários das

(*) **Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 25-8-1921.**

terras, grandes e médios, e pelos próprios colonos, interessados na luta contra os camponeses pobres e as suas organizações, decididamente anti-sindicais, reaccionários, mais confiantes na acção armada directa do que na autoridade do Estado e na eficácia do parlamentarismo.

Nas zonas agrícolas (Emilia, Toscana, Véneto, Úmbria), o fascismo teve o maior desenvolvimento, alcançando, com o apoio financeiro dos capitalistas e a protecção das autoridades civis e militares do Estado, um poder sem limites. Se, por um lado, a ofensiva impiedosa contra os organismos de classe do proletariado serviu aos capitalistas, que no decorrer de um ano puderam observar a fractura de todo o aparelho de luta dos sindicatos socialistas (perdendo toda a eficácia), é inegável porém que a violência, degenerando, acabou por criar ao fascismo uma opinião difusa de hostilidade nos sectores médios e populares.

Os episódios de Sarzana, Treviso, Viterbo e Roccastrada [1] sacudiram profundamente os núcleos fascistas urbanos, personificados em Mussolini, que começaram a ver um perigo na táctica exclusivamente negativa dos «Fascios» das zonas agrícolas. Por outro lado, esta táctica tinha já dado óptimos frutos arrastando o Partido Socialista para um terreno transigente e favorável à colaboração no país e no Parlamento.

O dissídio latente começa deste então a manifestar-se em toda a sua profundidade. Enquanto os núcleos urbanos, colaboracionistas, vêem alcançado o objectivo que se tinham proposto, do abandono da intransigência classista por parte do Partido Socialista e se apressam a registar a vitória com o pacto de pacificação, os capitalistas agrários não podem renunciar à única táctica

(1) Para os factos de Sarzana, cf. nota 1, p. 205. Em Viterbo e Treviso ocorreram violentos ataques fascistas, energicamente repelidos pelas forças populares. Em Treviso ocorreu um massacre, por parte dos fascistas, com mortes e feridos. Em 24 de Julho, Roccastrada, na Marema Toscana, foi devastada por esquadras fascistas que incendiaram e destruíram lojas e casas de dirigentes sindicais, de socialistas e comunistas, disparando ao acaso nas ruas, matando 12 pessoas e ferindo dezenas.

que lhes assegura a «livre» exploração das classes camponesas sem aborrecimentos de greves e de organizações. Toda a polémica que interessa ao campo fascista, entre favoráveis e contrários à pacificação, reduz-se a este dissídio, cujas origens se devem procurar nas próprias origens do movimento fascista.

As pretensões dos socialistas italianos, pensando ter provocado a cisão no movimento fascista com a sua hábil política de compromisso, são apenas uma prova da sua demagogia. Na realidade, a crise fascista não é de hoje mas de sempre. Cessadas as razões contingentes que mantinham compactas as fileiras antiproletárias, era fatal que os dissídios se manifestassem com maior evidência. A crise é, portanto, nada mais do que o esclarecimento de uma situação de facto preexistente.

O fascismo sairá da crise cindido. A parte parlamentar, encabeçada por Mussolini, apoiando-se na classe média (empregados, pequenos comerciantes e industriais), tentará a sua organização política orientando-se necessariamente para a colaboração com os socialistas e populares. A parte intransigente, que exprime a necessidade da defesa directa e armada dos interesses capitalistas agrários prosseguirá na sua acção característica antiproletária. Para este sector, o mais importante em relação à classe operária, não terá qualquer valor o «pacto de trégua» de que os socialistas se gabam como uma vitória. A crise assinalará apenas a saída do movimento dos «Fascios» de uma fracção de pequenos burgueses que tentaram em vão justificar o fascismo com um programa político geral de «partido».

Mas o fascismo, o verdadeiro, o que os camponeses e operários «emilianos», «vénetos» e toscanos conhecem pela dolorosa experiência dos últimos dois anos de terror branco, continuará mesmo que tenha que mudar de nome.

A tarefa dos operários e dos camponeses revolucionários é a de aproveitar o período de relativa paragem, determinada pelos dissídios internos dos bandos fascistas, para infundir nas massas operárias e inermes uma clara consciência da situação real da luta de classes e dos meios aptos para vencer a arrogante reacção capitalista.

LEGALIDADE (*)

Até onde afirma a legalidade os seus limites? Quando é que estes deixaram de ser respeitados? É decerto difícil fixar qualquer limite, dado o carácter muito elástico que assume o conceito de legalidade. Para cada governo, tudo o que se manifesta no campo da acção contra ele ultrapassa os limites da legalidade. E, todavia, pode dizer-se que a legalidade é determinada pelos interesses da classe que detém o poder em qualquer sociedade. Na sociedade capitalista, a legalidade é representada pelos interesses da classe burguesa. Quando uma acção tende a ferir, de qualquer modo, a propriedade privada e os rendimentos que dela derivam, aquela acção torna-se de súbito ilegal. Isto acontece em substância. Na forma, a legalidade apresenta-se diversamente. Concedendo a burguesia, ao conquistar o poder, igual direito de voto ao patrão e ao seu assalariado, aparentemente a legalidade foi assumindo o aspecto de um conjunto de normas livremente reconhecidas por todas as partes de um agregado social. Houve então alguém que trocou a substância pela forma e deu, portanto, vida à ideologia liberal-democrática. O Estado burguês é o Estado liberal por excelência. Cada um pode exprimir livremente o seu pensamento através do voto. Eis, em traços largos, a que se reduz a legalidade formal no Estado burguês: ao exercício do voto. A conquista do sufrágio para as massas

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 28-8-1921.

populares apareceu aos olhos dos ingénuos ideólogos da democracia liberal como a conquista decisiva para o progresso social da humanidade. Nunca tinham tido em conta que a legalidade apresentava duas faces: uma interna, a substancial; a outra externa, a formal.

Trocando estas duas faces, os ideólogos da democracia liberal enganaram por um certo período de tempo as grandes massas populares, fazendo-lhes acreditar que o sufrágio as teria levado à libertação de todas as cadeias que as prendiam. Infelizmente, não caíram nesta ilusão apenas os míopes assertores da democracia liberal. Muita gente que se reputava e se reputa marxista acreditou que a emancipação da classe proletária se cumpriria através do exercício soberano da conquista do sufrágio. Alguns imprudentes serviram-se até do nome de Engels para justificarem esta sua crença. Mas a realidade destruiu todas estas ilusões. A realidade mostrou, da maneira mais evidente, que a legalidade é uma só, existe até onde se concilia com os interesses da classe dominante, isto é, na sociedade capitalista, com os interesses da classe patronal. Especialmente a experiência destes últimos tempos contém, na realidade, muitos e importantes ensinamentos.

A classe operária, usando este seu direito de voto, tinha conquistado para si um grande número de municípios e províncias. As suas organizações tinham alcançado um potente desenvolvimento numérico e tinham conseguido impor pactos vantajosos para os operários. Mas quando o sufrágio e o direito de organização se tornaram meios de ofensa contra a classe patronal, esta renunciou a toda a legalidade formal e obedeceu apenas à sua verdadeira lei, à lei do seu interesse e da sua conservação. Os municípios, um a um, foram retirados violentamente à classe operária; as organizações foram dissolvidas com o uso da força armada; a classe operária e camponesa foi expulsa das suas posições, das quais ameaçava demasiado a existência da propriedade privada. Surgiu assim o fascismo, o qual se afirmou e impôs fazendo da ilegalidade a única coisa legal. Nada de organização a não ser a fascista; nada de direito de voto, a não ser para o dar ao representantes agrários e industriais. Esta é a legalidade que a burguesia reconhece quando é

obrigada a repudiar a outra, a formal. A experiência destes últimos tempos não é, portanto, isenta de ensinamentos para aqueles que, de início, acreditaram honestamente na eficácia das garantias legais concedidas pelo Estatuto liberal burguês.

Existe um ponto na história em que a burguesia é obrigada a repudiar o que ela própria criou. Este ponto verificou-se em Itália. Não ter em conta a experiência que deriva desse facto é ingenuidade suprema, merecedora das mais severas sanções, ou é má fé, a qual se deve impediosamente punir. Tal nos parece, com efeito, o caso daqueles organizadores socialistas que parecem hoje espantar-se como é que, por exemplo, o ministro Beneduce não consegue fazer respeitar os contratos de trabalho. Para gente que se diz ainda no terreno da luta de classes, tudo isto é enorme. Será lícito a um organizador, o qual pretende não ter renegado os princípios da luta de classes, perguntar a um ministro de que faculdade pode dispor para impedir a violação, por parte dos patrões, dos acordos de trabalho? Semelhantes perguntas não podem deixar de produzir dúvidas e incertezas na classe operária. É natural que o ministro do Trabalho não possua nenhuma faculdade fora do facto de ser o instrumento nas mãos dos agrários e dos industriais. Até ao momento em que os organizadores socialistas não souberem outro meio que não seja o de se dirigirem ao ministro do Trabalho para que chame os patrões ao respeito dos contratos, a classe operária continuará a sofrer todas as violações sem sequer poder organizar uma defesa própria.

Os industriais demitem-se das comissões arbitrais. Esta é também uma consequência lógica da situação. Os industriais querem retomar hoje o seu poder absoluto. Os industriais já não querem reconhecer limitações de qualquer espécie à sua vontade. Aceitaram as comissões arbitrais quando o impulso revolucionário das massas ameaçava a sua existência. Agora que a situação parece favorável aos cálculos reaccionários, os patrões nem sequer podem pensar em conservar qualquer escrúpulo. Meteram-se abertamente pela estrada da recuperação integral e despótica do poder sobre as massas operárias. O que sabem investigar os organizadores socialistas pe-

rante estas tendências da classe patronal? Tudo o que os organizadores socialistas sabem fazer é denunciar à opinião pública o não cumprimento patronal e a impotência do ministro do Trabalho. Mas entretanto a classe operária sofre todas as consequências do comportamento patronal e da incerteza dos seus dirigentes. Enquanto estes dirigem perguntas ao ministro do Trabalho, cresce a fome; a miséria multiplica-se; a reacção reforça-se. Os organizadores socialistas, que, durante a guerra, apertavam as mãos ensanguentadas dos generais nas comissões de mobilização, são os mesmos que hoje pedem a ajuda e a intervenção dos ministros do Trabalho. Ontem, tornavam-se cúmplices dos assassinos que tinham desencadeado a guerra travando o ímpeto revolucionário das massas com as decisões das comissões arbitrais; hoje deixam a classe operária indefesa, enquanto por toda a parte os patrões deixam de respeitar os contratos, violando-os a seu bel-prazer.

Só a proposta do Comité sindical comunista é capaz de organizar uma defesa operária contra o assalto capitalista; só unindo todas as forças operárias num exército compacto se pode pensar numa séria oposição aos capitalistas, os quais, obedecendo a uma palavra de ordem, procuram reduzir à escravidão toda a classe operária. Mas para os senhores organizadores socialistas, o facto de solicitarem o respeito dos contratos é hoje muito revolucionário.

AO TRABALHO! (*)

As manifestações destes últimos dias pelo aniversário da ocupação das fábricas, pela solidariedade proletária para com a Rússia dos Sovietes e pela juventude comunista demonstraram como a classe operária italiana vai despertando do seu torpor. O trabalho tenaz e paciente desenvolvido pelo Partido Comunistas nos últimos meses deu os seus frutos. É preciso agora intensificar este trabalho, é preciso com maior vigor e com espírito mais sistemático conduzir até ao fim esta enérgica campanha revolucionária do despertar das consciências e de reorganização da unidade proletária.

Todo o aparelho do Partido e da juventude comunista deve empenhar-se para conduzir a campanha ao seu resultado. Os mandarins confederais não querem reconhecer a existência do Comité Sindical Comunista. Este deve adquirir a máxima eficiência, deve tornar-se o centro organizativo dos operários italianos, deve tornar-se o verdadeiro centro dirigente da Confederação Geral do Trabalho. Se o Partido e a juventude comunista mobilizarem os seus 80 000 aderentes para esta grande obra de esclarecimento e de organização, não tardarão a ver grandes mudanças na actual situação sindical. É necessário que mesmo nos centros mais pequenos nasçam comités sindicais comunistas, que eles desenvolvam sis-

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 6-9-1921.

maticamente a propaganda, que não se transcure uma fábrica sequer. Nas fábricas, é preciso que os grupos comunistas obriguem as Comissões internas a pronunciarem-se sobre a proposta do Comité sindical comunista central; onde as Comissões internas são constituídas por oportunistas ou por indiferentes é preciso dirigir-se directamente ao operariado, provocar a demissão da Comissão interna e fazer novas eleições com base nas propostas comunistas. Não devem perder a coragem por qualquer insucesso: se o operariado não responde ao primeiro apelo, é preciso intensificar a propaganda e a agitação. Em muitas fábricas italianas os operários comunistas foram despedidos e estão desempregados. Estes camaradas devem agir do exterior, formar comités externos à fábrica onde trabalharão, fazer aproximar individualmente os operários socialistas ou sem partido que eles reconheçam honestos e leais, convencê-los a constituir grupos de defesa sindical. Naturalmente este minucioso e múltiplo trabalho de fábrica, de grupos e de indivíduos deve depois centralizar-se e sistematizar-se nos comités comunistas de cada uma das ligas e nos comités das Câmaras de trabalho, de modo que seja possível preparar e organizar as assembleias de ligas, com os oradores preventivamente escolhidos, com as moções já escritas, informando os jornais do partido sobre os resultados obtidos, denunciando as intrigas dos funcionários reformistas, expondo objectivamente o estado de ânimo das massas trabalhadoras que despertam da sua apatia e querem reentrar no terreno da luta.

No Congresso Confederal de Livorno, a tendência comunista recolheu cerca de meio milhão de votos. Hoje a Confederação viu diminuir bastante os seus efectivos: é preciso reconduzir à organização os operários que se afastaram desgostosos, é preciso convencer estes operários a voltarem a dar a sua actividade pela luta comprometida do Comité sindical comunista. Se os camaradas do Partido e os jovens se empenharem com toda a sua energia e a sua vontade, o Comité sindical comunista não tardará a derrotar o mandarinismo confederal e a despedaçar, portanto, um dos mais fortes pilares da contra-revolução europeia.

A DERROTA DA FIAT (*)

A Fiat perdeu a sua batalha (¹). Na grande corrida automobilística de Brescia, a grande casa de Turim, não obstante a audácia de um seu corredor, teve que ceder vergonhosamente perante a superioridade dos automóveis franceses. Este facto depende talvez de uma momentânea *defaillance* da capacidade técnica dos construtores da Fiat, de uma remediável desorganização da indústria ou de um início de decadência sem remédio?

A sorte da Fiat tem tal importância na vida de Turim que consideramos oportuno falar dela um pouco aos nossos leitores.

Fundada em 1900, a Fiat começou ora lentamente ora com golpes de audácia favorecidos pela sorte, a sua ascenção. Ocupava orginariamente uns cinquenta operários mas as suas instalações estenderam-se pouco a pouco e, em 1914, antes que a catástrofe da guerra viesse a transformar todas as indústrias, 4000 operários trabalhavam nas oficinas da Fiat que tinham entretanto conquistado um lugar de primeira ordem no campo das indústrias automobolísticas mundiais. O nome da Fiat era conhecidíssimo em todo o mundo; os seus automóveis, que tinham alcançado uma invejável perfeição técnica,

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 6-9-1921, secção «Cronache torinesi».

(¹) O grande prémio automobilista de Itália, corrido no circuito de Brescia em 4 de Setembro, assinalou duas vitórias francesas nas corridas de automóvel e aéreas.

eram muito procurados em toda a parte e permitiam que a Fiat vivesse quase exclusivamente das exportações.

O mérito dos dirigentes e dos técnicos por este prometedor desenvolvimento era indiscutível. O comendador Agnelli e o engenheiro Fornaca tinham sabido organizar optimamente a sua indústria, pondo-a na situação de afrontar com sucesso a aguerrida concorrência das melhores casas estrangeiras. Além do mais, tinham conseguido ganhar, com uma política liberal, a mais viva simpatia do operariado. Não hesitamos em dizer que se a Fiat tivesse continuado a proceder do mesmo modo, encontrar-se-ia agora em situação diferente perante a crise industrial que se verifica.

Os chefes da Fiat, e entre eles o comendador Agnelli, eram então verdadeiramente «capitães da indústria», especialistas, sagazes, ousados e prudentes ao mesmo tempo. De que modo os transformou a guerra?

Em cavaleiros de indústria. Abandonaram — provavelmente contra a sua vontade que não pôde resistir aos acontecimentos — a tradição dos anos passados para procurar a fortuna no campo da especulação mais temerária, nos jogos de banco mais perigosos. A intensa e afanosa actividade da guerra, durante a qual a Fiat tinha sofrido transformações e ampliações impressionantes, requereram certamente dos chefes da grande empresa industrial esforços enormes, imponente dissipação de energias.

Acrescente-se que numerosas indústrias surgiram durante o conflito mundial, que agrupamentos potentíssimos de financeiros se formaram com a intenção de conquistar indústrias, bancos, mercados. Iniciaram-se, por consequência, lutas furibundas com golpes de milhões. Começou a procurar-se na especulação a arma que permitisse resistir aos adversários, tentou-se com artifícios de bolsa fazer falir os planos ameaçadores dos concorrentes. Um episódio clamoroso desta luta formidável é o dos irmãos Perrone, conhecido de todos, que tentaram com um golpe de audácia apoderar-se da Banca Commercial. A Fiat não permaneceu estranha a estas competições. A actividade do comendador Agnelli, noutros tempos dirigida no sentido de melhorar o funcionamento da empresa industrial, foi quase completamente absorvida pelas manobras dos grupos de banqueiros que se assaltavam reciprocamente, pela necessidade de aparar os golpes ameaçadores dos inimigos. O homem, o grande capitão de indústria, enfraqueceu-se rapidamente. Os seus nervos, agitados violentamente pela contínua tensão, tiraram-lhe a lucidez de raciocínio, a frieza necessária para quem está à cabeça de uma grande empresa. Enquanto a concorrência industrial se transformava numa ruinosa competição de grupos bancários, o capitão de indústria transformava-se fatalmente em especulador, em cavaleiro de indústria.

Neste momento, começou a decadência da Fiat. Agnelli, o liberal Agnelli, agitado por tantas fadigas, com um movimento renunciava à simpatia dos operários, adoptando uma política reaccionária em relação ao operariado. Para se desembaraçar dos comunistas, o com. Agnelli deixou de ter em conta quer a organização técnica das oficinas quer as múltiplas exigências da indústria. Entre os melhores operários, muitos foram despedidos para sacudir as bases da organização operária de fábrica.

Em muitas secções acabaram por faltar os elementos tecnicamente mais capazes, os produtores mais inteligentes. Os não despedidos, profundamente feridos no seu ideal pela reacção enfurecida, sob a ameaça do despedimento, obrigados a trabalhar numa atmosfera de recíproca desconfiança, foram postos em péssimas condições para a continuidade e para a qualidade da produção.

Quando Agnelli e Fornaca se demitiram do conselho de administração da Fiat, justificaram este seu acto com a indisciplina das massas operárias. Sustentaram que a fábrica devia ser estranha à política, que os operários, na fábrica, só deviam ocupar-se do seu trabalho e não pensar noutras coisas. Lançaram sobre os operários a culpa do estado em que se encontrava a indústria e não pensaram então que uma política liberal em relação ao operariado não poderia danificar a produção e que a responsabilidade da crise não podia decerto atribuir-se aos operários, os quais se debatiam afanosamente para encontrar uma solução para a preocupante situação que criava, para cada aumento de salário, um aumento do custo de vida. Os capitalistas, ocupados nos jogos de

bolsa, não podiam renunciar nem sequer a uma parte dos seus lucros para tirar os operários desta condição. Procuraram, por isso, remediar as coisas com a reacção.

Afastando milhares e milhares de operários das fábricas, restabelecendo a autoridade absoluta do patrão, apertando o freio, tornando inflexível a disciplina, pensaram que as indústrias pudessem retomar o seu andamento normal. Erro grave. Transcurada a reorganização do após-guerra, eliminados elementos insubstituíveis, gerada a desconfiança e o mal-estar no ânimo dos operários, a produção decaiu. Para além da crise, outro grave perigo ameaça a Fiat: a decadência. A primeira prova clamorosa?

A vergonhosa derrota de Brescia.

ABRIL E SETEMBRO DE 1920 (*)

O aniversário da ocupação das fábricas serviu para pôr em circulação uma velha intriga contra os comunistas de Turim que deveriam considerar-se como os maiores responsáveis pela frustrada extensão do movimento. Buozzi referiu-se a esta responsabilidade no seu recente discurso nas Comissões internas metalúrgicas de Milão; uma outra referência é contida numa correspondência de Turim para *Umanità Nova* (1). A notícia tinha passado os confins e Jacques Mesnil (2) tinha-a recolhido num artigo sobre o movimento socialista italiano, publicado na *Revue communiste* (3), de Charles Rappoport.

Ponhamos, uma vez por todas, as coisas no seu lugar. Quando, em Setembro de 1920, os funcionários confederais se encontraram perante o grandioso movimento revolucionário provocado pela iniciativa do Comité central da Fiom, correram afanosamente para os refúgios, procuraram afanosamente descarregar sobre alguém a responsabilidade da sua cega imprevidência, da sua impreparação, da sua inépcia. Tinham lançado centenas de milhares de operários no campo da ilegalidade, no terre-

---

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 7-9-1921, secção «Cronache torinesi».

(1) Órgão do movimento anárquico, fundado por E. Malatesta em 1920.

(2) Redactor de política internacional do quotidiano comunista *L'Humanité*.

(3) Revista mensal publicada em Paris, entre Março de 1920 e Fevereiro de 1921.

no da insurreição armada e tinham esquecido uma coisa muito simples: procurar armas para os operários, pôr a classe operária capaz de combater uma luta sangrenta. Em Milão, onde residia o estado-maior do movimento, nem sequer tinham procurado fazer um inventário e uma recolha das armas e das munições existentes nas fábricas; em Lecco, sete dias depois da ocupação, a polícia podia ainda sequestrar 60 000 bombas abandonadas nos armazéns de uma fábrica, 60 000 bombas que teriam permitido um razoável armamento do operariado de Milão. Subitamente, os funcionários sindicais tornaram-se favoráveis à ofensiva operária; desejariam até que a ofensiva partisse de Turim, que Turim se pusesse na vanguarda do movimento insurreccional. Setembro de 1920 era muito próximo de Abril de 1920. Em Abril de 1920, o proletariado de Turim, arrastado para uma desesperada luta pelos industriais, por um preciso compromisso assumido no convénio da Confederação da Indústria Italiana, realizado em Milão em 7 de Março precedente, tinha sido traído pela Confederação Geral do Trabalho. Os torneses, em Abril, foram isolados do resto da Itália, foram apontados a dedo ao resto da Itália como um bando de anarquistas, de agitados, de indisciplinados, de loucos. Em Abril, tinham-se até feito insinuações sobre a origem dos «fundos» à disposição dos torineses para o aluguer de um automóvel. Como seria possível não considerar em má fé os que em Setembro queriam dos torineses o impulso inicial do movimento de insurreição se «estes» eram os mesmos que, de todos os modos e sem arte, os tinham difamado em Abril? Como seria possível que os torineses não pensassem que a oferta era uma hábil manobra para obter que o movimento revolucionário de Turim fosse definitivamente esmagado pela polícia que tinha concentrado na cidade um imponente aparato?

Esta era a situação de facto. Os comunistas de Turim sustentaram a necessidade da extensão do movimento e votaram a proposta de Schiavello-Bucco (4); recusaram,

(4) Na reunião do Conselho Nacional da Confederação Geral do Trabalho, realizada em Milão, em 10-11 de Setembro de 1920, durante a ocupação das fábricas, chocaram-se duas correntes. D'Aragona, porta-voz da Confederação, sustentou que a agitação dos metalúrgicos devia permanecer no campo puramente sindical, enquanto Gennari, pela direcção do partido, sustentava que a agitação devia estender-se a todas as categorias de trabalhadores e a todo o país, reivindicando ao partido «a responsabilidade e a direcção do movimento». Foram depois postas à votação duas propostas, a de D'Aragona e a de Schiavello-Bucco que reflectia a tese exposta por Gennari, A proposta de D'Aragona foi aprovada por 591 245 votos contra 409 569 conseguidos pela proposta Schiavello-Bucco. A CGL, pela boca de D'Aragona, disse-se disposta a afastar-se se a direcção do PSI entendesse assumir a extensão da luta. Mas a direcção socialista renunciou a isso.

e tinham todas as razões, assumir a responsabilidade de iniciativa. Podia-se em Turim, no quadro geral de uma luta nacional, sustentar o choque das forças governativas e existiam muitas probalidades de vitória; não se podia, porém, assumir a responsabilidade de uma luta armada sem ter a certeza que também no resto de Itália se lutaria igualmente, sem ter a certeza que a Confederação, segundo o seu costume, não deixaria adensar em Turim, como em Abril, todas as forças militares do poder de Estado. Os comunistas de Turim, também naquela ocasião, operaram com prudência, demonstraram saber raciocinar friamente, serem imunes ao espírito de aventura que lhes era atribuído pelas grandes barbas do oportunismo e do reformismo. Tinham feio o seu dever, tinham providenciado nos limites das suas forças e das suas disponibilidades locais. Recusaram deixar-se apanhar pela manobra dos politiqueiros do mandarinismo confederal que tinham lançado as massas operárias no campo da luta armada, esquecendo-se de procurar as armas, que em Lecco tinham deixado estupidamente sequestrar 60 000 bombas e depois afanosos, convulsos, doidos de terror, pediam «quatro metralhadoras para armar Milão».

OS MAIORES RESPONSAVEIS (*)

Se em Setembro de 1920 os comunistas de Turim tivessem sido anarquistas em vez de comunistas, o movimento para a ocupação das fábricas teria tido resultados muito diferentes dos que efectivamente teve: este é o suco de uma correspondência de Turim para *Umanità Nova*, onde se reafirmam as nossas grandes responsabilidades pela frustrada revolução. Que pena! Os comunistas de Turim, em Setembro de 1920, eram de facto comunistas e não anarquistas; já naquele tempo consideravam que «revolução proletária» significa e só pode significar criação de um governo revolucionário; já naquele tempo consideravam que um governo revolucionário só se pode criar quando existe um partido revolucionário, organizado nacionalmente, que seja capaz de conduzir uma acção de massas a este objectivo historicamente concreto. Os comunistas de Turim pertenciam ao Partido Socialistas Italiano, estavam inscritos na secção de Turim; ao Partido e à secção pertenciam também os reformistas dirigentes da Confederação Geral do Trabalho. O movimento tinha sido desencadeado pelos reformistas. Os comunistas de Turim, como refere *Ordine Nuovo* semanal de 15 de Agosto de 1920 (1), eram contrários à acção imposta pela FIOM, pelo modo como

---

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 20-9-1921.
(1) Cf. *Partido e sindacati.* O artigo saiu no número de 21 de Agosto (não no de 15).

tinha sido organizada, pelo facto de não ter sido precedida por uma preparação, pelo facto de não ter um fim concreto. Dadas estas condições objectivas, o movimento só poderia orientar-se para um revolução com a condição de os reformistas continuarem a dirigi-lo. Se os reformistas, uma vez iniciada a acção, uma vez que a acção tinha conseguido a importância e o carácter que estava à vista, a tivessem conduzido até às suas consequências lógicas, decerto que a maioria do proletariado e até largos estratos da pequena burguesia e dos camponeses teriam seguido a sua palavra de ordem. Se os comunistas de Turim, pelo contrário, por sua iniciativa, tivessem iniciado a insurreição, Turim teria sido isolada. Turim proletária teria sido implacavelmente esmagada pelas forças armadas do poder de Estado. Em Setembro de 1920, Turim não teria tido sequer a solidariedade da região piemontesa, como tivera em Abril precedente. A campanha celerada que os funcionários sindicais e os oportunistas de Serrati fizeram contra os comunistas de Turim, depois da greve de Abril, tinha produzido efeitos especialmente no Piemonte: os torineses não podiam sequer aproximar-se dos camaradas da região; estes não acreditavam numa só palavra de quanto se afirmava, perguntavam-lhes sempre se tinham uma ordem explícita da direcção do Partido; toda a organização criada por Turim para a região tinha-se desfeito completamente. O correspondente de Turim de *Umanità Nova*, que talvez conheça os esforços de organização feitos naquele período, não conhece certamente muitas outras coisas. Os comunistas procuraram pôr o proletariado de Turim nas melhores condições do ponto de vista de uma provável insurreição; sabiam, porém, que fora de Turim nada se fazia, que não circulava nenhuma palavra de ordem; sabiam que os dirigentes sindicais, responsáveis pelo movimento, não tinham qualquer intenção belicosa.

Durante um brevíssimo período de tempo, de três ou quatro dias, os dirigentes sindicais foram favoráveis à insurreição, solicitaram loucamente a insurreição. Porquê? Parecia que Giolitti, pressionado pelos industriais que ameaçaram abertamente derrubar o governo com um golpe militarista, queria passar da «homeopatia» à «cirurgia»; houve evidentemente ameaças por parte de Giolitti. Os dirigentes perderam a cabeça: queriam o «acontecimento», queriam uma carnificina local que permitisse concluir nacionalmente a questão segundo as tradições reformistas. Recusando este jogo infame que devia ser banhado com o sangue do proletariado de Turim, fizemos bem ou mal? À força de repetirem, desde Abril, que os comunistas de Turim eram agitados, irresponsáveis, localistas, aventureiros, os reformistas tinham acabado por acreditar que nos prestaríamos ao seu jogo. Não foram dias fáceis, aqueles de Setembro de 1920; conquistámos naqueles dias, provavelmente tarde, a precisa e decidida convicção da necessidade da cisão. Como era possível que estivessem juntos, num mesmo partido, homens que desconfiavam uns dos outros, que se davam conta da necessidade, precisamente no momento da acção, de vigiar os próprios camaradas? Esta era a situação e não éramos anarquistas mas comunistas, isto é, convictos da necessidade de um partido nacional para que a revolução proletária tenha um mínimo de probabilidades de sucesso. Mas mesmo que tivéssemos sido anarquistas, ter-nos-íamos comportado de modo diferente? Há um ponto de referência para responder a esta pergunta: em Setembro de 1920 existiam em Itália os anarquistas, existia um movimento anarquista nacional. O que fizeram os anarquistas? Nada. Se tivéssemos sido anarquistas, nem sequer teríamos feito o que foi feito em Turim em Setembro de 1920, isto é, uma preparação notável, certamente sem ajudas (dado que era devido a esforços puramente locais), sem conselhos, sem uma integração nacional.

Se os anarquistas reflectirem bem nos factos de Setembro de 1920, não podem deixar de chegar a uma conclusão: a necessidade do partido político, fortemente organizado e centralizado. Precisamente porque o Partido Socialista, pela sua incapacidade, pela sua subordinação aos funcionários sindicais, é o responsável pela revolução frustrada, precisamente por isso deve existir um partido que ponha a sua organização nacional ao serviço da revolução proletária, que prepare com a discussão e com a disciplina férrea os homens capazes, que saibam prever, que não conheçam hesitações e actos titubeantes.